O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Quarta-feira 15 de FEVEREIRO de 2023 • R$ 6,00 • Ano 144 • Nº 47237
estadão.com.br

PEDRO KIRILOS / ESTADÃO

Um ano após tragédia, crianças de Petrópolis carregam traumas

Daiana Fernandes, com os filhos Enzo e Lavinia (no colo), na porta da casa em área de risco: um ano após o temporal que deixou 241 mortos em Petrópolis, a dor da maior tragédia já registrada na cidade se transformou em medo e, por vezes, pânico. __A15

E&N **Programa social** __B1

Pacote de R$ 20 bi para limpar dívidas terá alcance limitado

__ 'Desenrola' não deve cumprir plano de atender todos os inadimplentes

Promessa de campanha do candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o desenho inicial do Desenrola, programa de renegociação de dívidas do governo federal, é insuficiente para contemplar todo o público-alvo. Como o fundo que será mantido pelo Tesouro para dar garantia às operações deve ser limitado a R$ 20 bilhões, é provável que alguns débitos fiquem fora do programa. Na fase inicial, o Desenrola vai prever a renegociação de débitos de quem ganha até dois salários mínimos (R$ 2,6 mil) e tinha dívidas de até R$ 5 mil vencidas há mais de 180 dias em 31 de dezembro de 2022. Caso o presidente discorde do projeto, um ajuste poderá ser feito. Se Lula aceitar a proposta, o programa pode ser anunciado nos próximos dias, juntamente com mudanças no Imposto de Renda e no salário mínimo.

R$ 5 mil
é o limite das dívidas que devem ser cobertas pelo programa para pessoas que ganham até dois salários mínimos

Minha Casa, Minha Vida tem novas regras

Relançado, programa atenderá famílias de áreas urbanas com renda de até R$ 8 mil mensais. Nas áreas rurais, a renda familiar anual tem de ser de até R$ 96 mil. __B6

Justiça __A6

TSE decide manter minuta de ato golpista em ação contra Bolsonaro

No processo que pode torná-lo inelegível, o ex-presidente é acusado de abuso de poder por convocar reunião com embaixadores para atacar as urnas eletrônicas.

"Não estou dizendo que houve fraude, mas o processo foi enviesado"
Jair Bolsonaro, ao *WSJ*

Operação humanitária __A16

Governo manda mil chips de celular, mas não há sinal na área Yanomami

Chips foram enviados às equipes que trabalham na região, mas não há rede de operadora de celular na reserva.

Futebol __A19

CBF endurece pena por racismo e clubes podem perder pontos

No Brasileiro, multas para clubes que se envolverem em episódios de racismo poderão chegar a R$ 500 mil.

Notas e Informações __A3

Mais realismo na diplomacia, presidente

Lula precisa parar de desperdiçar capital com temas que escapam à atuação do Brasil.

A democracia resiste

A Guerra de Putin __A11

Vídeo capta instante em que míssil russo mata socorrista dos EUA na Ucrânia

Gravação feita no dia 2 em cidade cercada pela Rússia indica que ataque que matou Pete Reed não foi acidental.

ERKO LAIDINEN, FRONTLINE MEDICS / NYT

Projétil que atingiu van branca matou paramédico (de barba, à esq.)

ISSN - 1516-293-1

MARIANA CARNEIRO
COM JULIA LINDNER e GUSTAVO CÔRTES
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO

Coluna do Estadão

Tarcísio vai sancionar projeto que retira obrigação de vacina de covid em SP

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), deve sancionar nesta quarta-feira (15) o projeto de lei que derruba a exigência de vacinação contra a covid-19 para o ingresso em carreiras públicas estaduais e matrículas em instituições de ensino. Prometida durante a campanha eleitoral, a medida vai na contramão dos planos do governo federal, que vem defendendo todo o esforço para ampliar a cobertura vacinal, que entrou em declínio sob Jair Bolsonaro com seus discursos que colocaram em dúvida a eficácia da imunização. Segundo auxiliares de Tarcísio, porém, isso não significa endossar os movimentos antivacina, mas marcar posição de que prefere induzir, em vez de obrigar a vacinação.

• MENOS. Uma evidência que os aliados dele apresentam nesse sentido é o veto ao artigo 7.º, segundo o qual médicos poderiam notificar incidentes de reação e atestar que pacientes não podem tomar a segunda dose. O governo paulista planeja colocar na rua, nos próximos meses, uma campanha publicitária de estímulo à imunização.

• DNA. O texto sancionado é de autoria de uma frente de deputados bolsonaristas e representantes da direita, como Janaína Paschoal (PRTB), Douglas Garcia (Republicanos), Frederico d'Avila (PL) e Letícia Aguiar (PP).

• TOUR. A cúpula do PL diz não aprovar a visita que Carla Zambelli (PL-SP) organizou para levar deputados a encontrar presos por atos antidemocráticos, nesta quarta (15). Aliados de Valdemar Costa Neto consideram que isso piora a imagem do partido no momento em que tentam liberar as contas na Justiça.

• ALVO. Dispensado do Conselho de Ética na semana passada, após o **Estadão** mostrar que o comitê tomou decisões que beneficiaram ex-ministros bolsonaristas, o secretário de Justiça de SP, Fábio Prieto, não esconde a insatisfação com o ocorrido. Tem dito que Lula foi orientado de forma equivocada e que ele nunca foi seguidor de Jair Bolsonaro.

• DEFESA. Na sexta (10), Prieto foi junto com Gilberto Kassab a um jantar em homenagem a Marco Aurélio Carvalho, do Prerrogativas, que teve a presença de juristas próximos ao PT, além do ministro Ricardo Lewandowski, do STF. Convidados lembraram de decisões de Prieto que ajudaram aliados de Lula no passado.

• VENTOS. Quem conversou com Simone Tebet (Planejamento) nos dias que antecedem a reunião do CMN, prevista para amanhã, saiu com a impressão de que a mudança da meta de inflação é um não assunto para a ministra.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central

• VIA. O governo decidiu transferir a agência de inteligência (Abin) do GSI para a Casa Civil por meio de decreto, não mais por medida provisória. A troca atrasou o ato de mudança dos órgãos, previsto para a última sexta (10).

• VIA 2. A opção do decreto foi confirmada pelo chefe da Casa Civil, Rui Costa, e poupa o governo de ter de levar o assunto à apreciação do Congresso. Como não houve criação de nova estrutura, o governo escolheu a via rápida – a MP da reestruturação ministerial está no Legislativo e há tentativas de alterá-la.

PRONTO, FALEI!

Cristiane Schmidt
Vice-presidente do Comsefaz

"Estamos perto de um acordo, o que é positivo. Mas é preciso lembrar que a compensação da União aos Estados diz respeito a perdas de ICMS só de 2022."

CLICK

REPRODUÇÃO

Gabriel Galípolo
Sec. executivo da Fazenda

Com o secretário do Ministério do Turismo Bento Nunes, deu aval à MP que reduz de 25% para 6% a taxação de remessas de agências de turismo ao exterior.

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

NOTAS E INFORMAÇÕES

Mais realismo na diplomacia, presidente

O saldo diplomático do governo é positivo, especialmente na questão ambiental. Mas Lula precisa parar de desperdiçar capital com temas que escapam à esfera de atuação do Brasil

O saldo diplomático do governo Lula tem sido positivo. Dentre as primeiras visitas, três são para os maiores parceiros comerciais do Brasil: Argentina, EUA e China. Lula tem dado preeminência à agenda ambiental, na qual o Brasil pode e deve ser um protagonista-chave. Mas o presidente precisa parar de gastar capital diplomático com questões que o País não tem condições de influenciar e que servem apenas ao seu apetite por autopromoção. O encontro com o presidente norte-americano, Joe Biden, ilustra esses aspectos da diplomacia lulista.

Que não tenha havido resoluções bilaterais concretas é natural. Com pouco mais de um mês de governo, o objetivo do encontro era simbólico: marcar a reaproximação após os atritos provocados por Jair Bolsonaro. Nesse contexto se deram as conversas sobre as ameaças à democracia e os compromissos genéricos contra a desigualdade e pelos direitos humanos.

Até certas omissões foram positivas. Mesmo que divergências, como, por exemplo, sobre a Organização Mundial do Comércio, tenham sido levantadas, o foram de passagem, evitando confrontos contraproducentes. Felizmente, Lula não insistiu em suas críticas aos embargos dos EUA a Cuba ou Venezuela, que dizem respeito às relações entre esses países e não têm relação direta com o Brasil. Mais importante, a China não foi assunto, o que sinaliza a prudência de Lula em manter equidistância entre as duas potências.

O resultado mais relevante foi o aceno dos EUA de integrar o Fundo Amazônia. As cifras sinalizadas (US$ 50 milhões) foram irrisórias, mas há um imenso espaço para cooperação: na campanha presidencial, Biden chegou a prometer US$ 20 bilhões para a Amazônia.

Como de hábito, porém, Lula perdeu uma oportunidade de ficar calado, ao embutir na conversa a guerra na Ucrânia. Biden se restringiu diplomaticamente a desconversar. Coube à repórter da CNN Christiane Amanpour enquadrá-lo: "O senhor fala muito sobre democracia, mas por que está tão comprometido com a democracia em seu país e não fora?". Tão meliflua era a peroração de Lula sobre a "paz", que Amanpour se viu obrigada a interrompê-lo: "Isso é legal, mas o senhor acredita que um país soberano, democrático e independente tem direito à legítima defesa?". As respostas de Lula, recorrendo às mesmas platitudes, mais que uma demonstração de idealismo, foram um atestado de ingenuidade. Tudo se passa como um mal-entendido: "Precisamos explicar ao presidente (*Vladimir*) Putin o erro que cometeu".

Mais importante que o quimérico "clube da paz" de Lula, seria tratar de oportunidades para o Brasil, como o ingresso na OCDE. Mas Lula não só evitou essa pauta, como a sabotou: a diplomacia americana ofereceu reforçar no comunicado oficial o apoio à entrada do Brasil, mas o trecho foi vetado pela comitiva brasileira. As gestões petistas deixaram na geladeira o ingresso na OCDE, desdenhada como o "clube dos ricos". Na verdade, ela é um clube de boas práticas em políticas públicas. O ingresso implica adesão a instrumentos que garantam um ambiente de negócios amigável e transparência e racionalidade à governança pública. Por razões óbvias, tudo isso incomoda o PT.

Mesmo os pontos positivos do encontro, como a defesa da democracia ou do meio ambiente, foram maculados. Em nome do último, Lula traiu a primeira, deixando transparecer seus instintos autoritários ao conclamar Biden a fazer alguma coisa "para que a gente obrigue os países, os nossos Congressos, os nossos empresários, a acatar as decisões que nós tomamos a níveis globais".

Após o nanismo diplomático de Bolsonaro, não seria difícil para qualquer presidente fazer boa figura no plano internacional, auferindo ganhos para o País. Seja por oportunismo ou convicção, Lula percebeu que o Brasil tem um grande ativo na questão ambiental. Mas, até para que não o desperdice, o presidente faria bem em traduzir para a diplomacia a atitude atribuída a São Francisco de Assis: "Senhor, dai-me coragem para mudar as coisas que posso mudar, serenidade para aceitar as que não posso, e sabedoria para distinguir umas das outras".●

A democracia resiste

A recessão democrática que assombrou o mundo nos últimos anos aparentemente foi interrompida em 2022, aponta índice da Economist Intelligence Unit, mas o trabalho está só no começo

A democracia segue sob ataque, mas a situação parou de piorar, segundo a mais recente edição do Índice de Democracia elaborado pela Economist Intelligence Unit, divisão de pesquisas do grupo responsável pela revista britânica *The Economist*. De 2016 a 2021, esse indicador capaz de medir o vigor da democracia em 167 países e territórios havia descido gradativamente até o patamar mais baixo de sua série histórica, iniciada em 2006. Agora o índice mostra que o declínio democrático foi interrompido em 2022, um alívio em meio a tantas turbulências. Resta saber, porém, se o freio na escalada autoritária terá força para se impor daqui para a frente – ou se foi mero espasmo.

Na escala de 0 a 10, a média global do Índice de Democracia ficou em 5,29 no ano passado, um acréscimo de 0,01 em relação ao resultado de 2021. Essa mínima variação não chegou a ser classificada como aumento, mas estagnação, o suficiente para conter a espiral descendente dos últimos anos. A única região a apresentar avanços democráticos expressivos foi a Europa ocidental, cujo indicador cresceu de 8,22 para 8,36. Ao todo, 75 países subiram na tabela, bem mais que os 47 registrados em 2021.

Por outro lado, houve graves retrocessos. A Rússia foi a nação que mais perdeu posições em meio à onda de repressão e censura interna que se seguiu à criminosa e inaceitável invasão da Ucrânia. A China, por sua vez, fez valer seus poderes ditatoriais ao implementar uma política de tolerância zero em relação à covid-19, mantendo milhões de pessoas trancadas em casa no terceiro ano da pandemia. O norte da África e o Oriente Médio puxaram a média global para baixo, enquanto a América Latina e o Caribe tiveram nova queda no indicador: de 5,83 para 5,79.

O Índice de Democracia classifica os países em quatro grupos. No topo estão as chamadas "democracias plenas", categoria que passou de 21 para 24 nações, com a reinclusão de Chile, Espanha e França em 2022. Vale notar que esse seleto grupo, liderado pela Noruega e formado majoritariamente por europeus, concentra apenas 8% da população mundial. Consideradas as "democracias falhas", entre as quais se encontram Brasil e Estados Unidos, as democracias alcançam 72 países, respondendo por menos de metade da população mundial – um dado que diz muito sobre o déficit democrático. As demais categorias são a dos "regimes híbridos", na qual o Peru acaba de ingressar, e a dos "regimes autoritários", caso de Venezuela, Nicarágua, Cuba e Haiti.

O relatório da Economist Intelligence Unit faz referência à falta de consenso internacional acerca dos critérios para medir o grau de democracia de um país. O índice é calculado com base em 60 indicadores de 5 grandes áreas: processo eleitoral e pluralismo; liberdades civis; funcionamento do governo; participação política; e cultura política. Embora não esgotem o conceito de democracia, essas categorias jogam luz sobre diferentes aspectos a serem observados para que se possa falar, efetivamente, em regime democrático. Cabe destacar alguns dos parâmetros por trás do conceito de "democracias plenas": existência de Poder Judiciário independente, sistema eficaz de freios e contrapesos, imprensa livre e uma cultura política que estimule a participação popular. Eleições justas e livres, claro, pressupõem respeito ao resultado das urnas e transferência pacífica de poder.

O Brasil perdeu quatro posições neste ano e aparece na 51.ª posição, com índice de 6,78, atrás de países como Argentina, Índia e África do Sul. O relatório assinala que a eleição presidencial brasileira foi a mais polarizada da América Latina em 2022 e menciona os ataques do então presidente Jair Bolsonaro às urnas eletrônicas, além dos atos golpistas do último dia 8 de janeiro – citados, corretamente, como um risco "para o futuro da democracia brasileira". Risco esse, vale dizer, que deve ser desbaratado com a força das instituições do País.

O Índice de Democracia sinalizou que é possível frear a erosão democrática global, um alento para quem se opõe à escalada autoritária. Repetir tamanho passo em 2023 e nos próximos anos é um desafio para democratas no mundo inteiro.●

ESPAÇO ABERTO

A verdade perdeu sua malvadeza

Nicolau da Rocha Cavalcanti

Talvez estejamos vivenciando uma inflexão histórica a respeito de um dos temas mais debatidos da humanidade: a verdade. Até poucos anos atrás, a ideia de verdade era mal vista, vinculada a imposições e intransigências. Não soava democrático falar em verdade. Menos ainda manifestar certeza sobre algum assunto. Seria fanatismo.

Sempre presente na história humana, a tensão com a verdade ganhou novos contornos na modernidade. Não é que o conceito de verdade tenha desaparecido da reflexão filosófica, mas foi recebendo novos critérios. Aqui, traçar linhas contínuas pode ser simplista, mas é possível verificar a passagem, ao longo do tempo, de uma verdade absoluta e imutável, acessível aos sentidos e à reflexão, para um conceito mais relativo e subjetivo, até chegar a posições que postulam a inacessibilidade da verdade ou mesmo sua inexistência.

Na pós-modernidade, a verdade é vista como uma construção social e histórica. Negam-se radicalmente os predicados de objetividade e de universalidade. Eis um aspecto a ser destacado: o percurso histórico da verdade está entrelaçado com o da liberdade. Não havendo uma única verdade humana, também não teria uma ética única. Cada um livre seria para escolher seus valores.

O tema da verdade faz lembrar-me do meu professor de Direito Constitucional, que alguns anos depois se tornaria ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, declamando para nós, seus alunos, os versos de Ramón de Campoamor: *En este mundo traidor / nada es verdad ni mentira / todo es según el color / del cristal con que se mira*. Na virada do século, Barroso entusiasmava-nos na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com suas aulas bem preparadas, cultas e divertidas.

Eu gostava dos versos de Campoamor, mas a relativização ali proposta não me convencia. Achava-a exagerada. Foram necessários vários anos para que eu percebesse meu erro. Na apreensão da realidade, a perspectiva é decisiva. Há muita sabedoria neste "*todo es según el color del cristal con que se mira*".

> *O mundo pós-moderno, que nunca foi muito afeito a falar em verdade, defende hoje, com incrível vigor, o conceito de verdade*

No entanto, e aqui está a virada à qual me referi no início, a verdade ganhou nos tempos atuais um enquadramento totalmente diferente do de duas décadas atrás. O mundo pós-moderno, que nunca foi muito afeito a falar em verdade, defende hoje, com incrível vigor, o conceito de verdade. O processo vem ocorrendo há uns anos, mas ficou explícito na pandemia. Diante do enorme desafio de saúde pública, difundiram-se, sob pretexto de liberdade de expressão, ideias e posicionamentos manifestamente equivocados.

A confusão causada pela desinformação desvelou a necessidade de um norte, de um critério minimamente objetivo. Era preciso despertar as pessoas capturadas por erros primários. Mas como adverti-las de seus equívocos, se nossas ferramentas argumentativas estavam, por décadas, voltadas para dizer que não há uma verdade única, que cada um tem direito a ter sua verdade, que a objetividade do conhecimento é uma ilusão, que a cultura ocidental superestima a razão?

A agravar a situação, os negacionistas e terraplanistas já não estavam circunscritos a um pequeno círculo, nem usavam seu arsenal para discutir sexo dos anjos. O objetivo era implodir os fundamentos da convivência e do regime democrático liberal.

Na empreitada de reconstruir as bases mínimas de racionalidade, uma tática arguta foi restaurar o prestígio dos fatos – conceito que também não andava em moda, mas tinha menos má fama do que a malvada verdade. Nesse intento, resgatou-se a célebre frase do senador americano Daniel Patrick Moynihan: "Todos têm direito à sua própria opinião, mas não aos seus próprios fatos".

Após esse primeiro passo, a palavra verdade voltou, aos poucos, a ser mencionada. Hoje ninguém parece escandalizar-se com ela. Aqui, recorro, uma vez mais, ao meu professor de Direito Constitucional. "Precisamos restabelecer o poder da verdade possível e plural dentro de uma sociedade aberta", disse Luís Roberto Barroso em aula em Boston, no ano passado. Suas palavras refletem o cuidado que o tema exige. Não é questão de impor dogmatismos ou de ignorar as limitações do conhecimento humano, mas está evidente que uma sociedade não pode ter medo de admitir que existem verdades e existem mentiras.

É muito positivo – mais, é necessário – resgatar o conceito de verdade, que não absolutiza a ideia apreendida, mas faz referência, entre outros pontos, a uma coerente (e humilde) relação entre realidade e mente. São muitos os temas em aberto; por exemplo, as relações entre verdade, certeza e conhecimento empírico, as tensões da verdade com a linguagem e a história, a complexidade envolvida na captação dos fatos. Não existe uma fórmula para lidar com o opinionismo contemporâneo. Para combater a desinformação, não basta fazer uma apologia superficial da ciência ou do jornalismo, pregando uma recepção acrítica. Talvez pareça difícil, mas o caminho para que verdade e mentira não sejam mero *flatus vocis* é estudar e debater filosofia, incorporando sua perspectiva reflexiva no nosso cotidiano. ●

ADVOGADO

FÓRUM DOS LEITORES

Aniversário do PT

Quem tem medo do debate?

Por ocasião da celebração dos 43 anos do PT, a presidente do partido, Gleisi Hoffmann, como esperado, não poupou críticas demagógicas e autocráticas aos agentes econômicos brasileiros dizendo, entre outras coisas, "nós precisamos parar de ter medo de debater política econômica". Mas parece que quem está se recusando ao debate é o próprio partido, a começar pelo presidente da República, que ataca incessantemente o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, e se recusa a ouvir as argumentações técnicas, lógicas e complexas, não só dele, Roberto Campos, mas também de diversos outros economistas justificando a manutenção da alta taxa de juros, a começar pela falta de um plano econômico de governo que envolva responsabilidade fiscal. No auge da pandemia, o ex-presidente Jair Bolsonaro pouco se importava com os cientistas que afirmavam categoricamente a ineficácia da cloroquina no tratamento da covid e desandou a fazer propaganda enganosa da droga. A semelhança entre as duas situações não é mera coincidência. Governos autoritários não querem escutar nem debater, só impor. E se dão mal.

Luciano Harary
lharary@hotmail.com
São Paulo

Política monetária

Entrevista Campos Neto

Em entrevista ao programa *Roda Viva* nesta segunda-feira, Roberto Campos Neto rebateu as críticas que vem recebendo do presidente Lula da Silva e seus aliados e deu explicações claras e objetivas sobre as condutas do Banco Central. Mas ainda é necessária uma reunião presencial com Lula e os ministros da área econômica, para que o presidente do BC possa fazer um desenho da real situação do País.

Arcangelo Sforcin Filho
despachante2121@gmail.com
São Paulo

Lula contra o BC

Enquanto o Brasil for governado para a claque do partido que está no poder, podem fechar o País.

Vital Romaneli Penha
vitalromaneli@gmail.com
Jacareí

Economia terraplanista

Em entrevista na saída da Casa Branca, o presidente Lula disse que "agora todo o mundo sabe que o planeta é redondo", mas ele mesmo quer conduzir a economia do Brasil com conceitos terraplanistas.

Ely Weinstein
elyw@terra.com.br
São Paulo

Lula 3

Pensei que Lula iria iniciar seu governo com foco em realizar um trabalho equilibrado e consequente, como, aliás, fez em seu primeiro mandato. Imaginei que lutaria para limpar seu nome, já que nunca foi absolvido, e alcançar o status de estadista que sempre pareceu almejar. Vejo que me enganei. Lula nunca deixará de ser o birrento e egoísta que sempre foi, preocupado com realizar mesquinhices e impor suas vontades. Que pena. E assim segue o País, oscilando entre Bolsonaros e Lulas, comprovando a teoria da ferradura, de que os extremos se aproximam. Antevejo mais quatro anos perdidos.

Joaquim Antonio Pereira Alves
metaexport@hotmail.com
Santos

Judiciário

Pós-pandemia

Sobre a resistência de juízes e servidores do Poder Judiciário a voltar ao trabalho presencial (**Estado**, 12/2, A6 e A7), se os magistrados podem trabalhar em casa, eis um exemplo a seguir. Os professores poderiam deixar de tomar condução ou usarem seus carros e darem suas aulas em casa. Economizariam tempo e dinheiro, especialmente dinheiro, já que são tão mal remunerados. Eis o exemplo do Judiciário, que deixaria os professores tão contentes quanto os membros deste poder, tão mais bem remunerados.

Delpino Verissimo da Costa
dcverissimo@gmail.com
São Paulo

Terremoto no Oriente

A eloquência da dor

Declaração de um sírio que perdeu 11 pessoas da sua família no terremoto de 6 de fevereiro: "Elas (*as que já foram*) estão em paz; eu nunca ficarei!". Lamento que a equipe brasileira de resgate não tenha chegado nas primeiras horas depois do terremoto. Poderia ter feito bastante diferença.

Omar El Seoud
elseoud.usp@gmail.com
São Paulo

ESPAÇO ABERTO

Há limites na defesa da democracia?

Raquel Scalcon

Ao longo dos últimos anos, o Brasil vivenciou contínuos atos antidemocráticos, cujo ápice ocorreu no dia 8 de janeiro passado. Graves condutas, absolutamente reprováveis, que demandaram reação firme e urgente das instituições brasileiras, com destaque para o Poder Judiciário. No amplo espectro de respostas institucionais possíveis, recorreu-se, como de costume, ao sistema de justiça criminal: abertura de variados inquéritos, realização de milhares de prisões em flagrante e inúmeras prisões preventivas, determinações de buscas e apreensões, oferecimento de denúncias criminais, etc.

Tais medidas, altamente noticiadas, passaram a ser objeto de intenso debate público e subsequente escrutínio. Há quem tenha defendido, com convicção, que houve claro excesso de membros do Poder Judiciário nas medidas adotadas até aqui. Já outros, em resposta àqueles, indagaram, em tom de perplexidade: mas, afinal, é possível falar em "excessos" quando está em questão a defesa da própria democracia?

Como se vê, a discussão é extremamente complexa, e é impossível exauri-la neste espaço. Ainda assim, avalio aqui alguns argumentos que estão em confronto, buscando jogar luz sobre os principais pontos em tensão. Para isso, darei um passo atrás, deslocando, de início, o centro de gravidade da discussão dos atos democráticos para o funcionamento, em si, do sistema de justiça criminal brasileiro.

Neste preciso âmbito, o "estado de exceção" (*Agamben*), isto é, uma espécie de coma induzido de direitos e garantias fundamentais, parece ser algo que está, em maior ou menor intensidade, sempre latente. À espreita. É um risco contínuo que circunda e acompanha a aplicação concreta da punição pelo Estado. Cidadãos brasileiros socialmente mais vulneráveis experienciam "na pele", desde sempre, o que a teoria aqui tenta explicar. Portanto, a crítica quanto ao possível excesso punitivo estatal não é algo novo em nossa realidade, muito ao contrário.

> *É difícil de se opor à concessão pragmática de que para defender a democracia o Estado se pode 'exceder'. Tão difícil ou mais é não suspeitar do perigo dessa concessão*

Feita essa ressalva inicial, voltemos aos atos antidemocráticos e à sua repressão pela via do sistema de justiça criminal. Já parece suficientemente claro que tais condutas buscaram a própria erosão das instituições democráticas, a inadmissível supressão de direitos e de garantias constitucionais. Nesse contexto, muitos defendem que, diante de tamanho extremismo, não é possível responder integralmente dentro das quatro linhas da lei e da Constituição. Metaforicamente, as regras do jogo somente poderiam ser aplicadas quando todos os jogadores, de fato, compartilhem um mínimo ético, respeitem o *fair play*. Não seria este o caso de condutas antidemocráticas. Haveria, segundo dizem, um paradoxo no *fiat iustitia, et pereat mundus* (faça-se justiça, ainda que o mundo pereça), máxima dos clássicos. Seria como dizer "respeite-se a Constituição, ainda que acabe a democracia". Pouco sentido haveria em preservar a Constituição *à custa* da democracia, pois tudo no fim ruiria junto, não?

O que temos, então? Como ponto de partida, é preciso discutir se a democracia esteve em risco efetivamente. Se os atos do 8 de janeiro de 2023 tinham aptidão real para erodi-la ou não. Neste ponto, embora haja algum grau de divergência, majoritariamente se afirma que o perigo era, sim, tão intenso quanto verdadeiro. Se estivermos de acordo quanto a isso, então haveremos de discutir, na sequência, se as medidas de natureza penal tomadas para o seu enfrentamento estavam, milímetro a milímetro, dentro das regras constitucionais e legais.

Aqui, no entanto, as divergências são potencializadas, também porque as regras processuais penais que preveem algumas dessas medidas recorrem a expressões de difícil concretização, como, por exemplo, "garantia da ordem pública", "fundadas razões", "assegurar a aplicação da lei penal", etc. Ora, como identificar o excesso, se o limite tampouco é claramente demarcado? Se regra e exceção perigosamente se imbricam, dando margem ao arbítrio? Ainda assim, caso reconhecidos desvios na sua aplicação, o próximo passo será discutir se o risco democrático – e em qual grau – admite tomadas de decisão anômalas. E, após, avaliar se este ou aquele excesso eram de fato essenciais à preservação da democracia, ou se eram ilegítimos mesmo à luz desse elevado nível de pragmatismo.

Sem dúvida, é difícil de se opor à concessão pragmática de que, em defesa da democracia e diante de atos tão graves, que *descolaram* do sistema jurídico e político posto, nem sempre deverá o Estado responder com respeito a regras jurídicas cuja incidência pressupõe situação de "normalidade democrática". Contudo, tão difícil ou até mais é não suspeitar do insidioso perigo também inerente a essa concessão pragmática. Estando já controlado o alegado risco democrático, a continuidade de qualquer "excesso" no âmbito do sistema de justiça criminal não tem legitimidade sob *nenhum* fundamento (se é que algum dia teve), devendo cessar imediatamente. ●

ADVOGADA CRIMINALISTA, É PROFESSORA DA FGV DIREITO-SP

TEMA DO DIA

ROBERTO DE CARVALHO/REPRODUÇÃO INSTAGRAM

Publicação do marido

Rita Lee faz rara aparição em rede social e ganha elogios: 'Aqueceu nossos corações'

A cantora apareceu em uma publicação feita no Instagram pelo marido, o músico Roberto de Carvalho. Atualmente, a artista vive uma vida reservada com a família e não costuma aparecer nas redes sociais com frequência.●

24.197 Interações

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Depois de tudo que passou, enfrentar um câncer de pulmão e sair viva. Está linda!"
ZILDA SIQUEIRA

● "Força, Rita! Faltam sua coragem e criatividade nos dias atuais."
MAQUIAN OTÁVIO

● "Eternamente linda e iluminada! Idade não define ninguém, nem opiniões alheias."
MASLOVA FERNANDES

● "Saudades da criatividade das suas brilhantes composições e melodias que encantavam a todos. Bom saber que está bem."
MARIA HELENA QUEIROZ

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
www.estadao.com.br/e/linkdabio

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

JF DIORIO/ESTADÃO

Jornal do Carro

5 riscos que você corre ao rodar com pneus murchos.●
https://bit.ly/3jPfJ8I

Paladar

Lugares para fazer uma pausa poética em SP.●
https://bit.ly/3YnigW9

Newsletter

Receba conteúdos do 'New York Times' no e-mail.●
https://bit.ly/3gdgSEg

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estadao@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 8,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo) | **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 6,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo) | **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 8,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo) **BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo) | **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 10,00 (segunda a sábado) e R$ 13,00 (domingo) ● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Justiça Eleitoral

TSE mantém minuta 'golpista' em ação que ameaça tornar Bolsonaro inelegível

Ministros preservam no processo rascunho de decreto apreendido pela PF que previa intervenção na Corte; ex-presidente nega elo com atos e diz que volta ao País em março

RAYSSA MOTTA

No momento em que Jair Bolsonaro ensaia voltar dos Estados Unidos para liderar a oposição ao governo Luiz Inácio Lula da Silva e afirma temer uma ordem de prisão, o Tribunal Superior Eleitoral ampliou a pressão sobre o ex-presidente. Por unanimidade, os ministros decidiram ontem manter a minuta de um decreto golpista em uma ação que pode torná-lo inelegível. Se for condenado, Bolsonaro perde os direitos políticos por oito anos e fica fora de eleições no período.

O ex-presidente é acusado de abuso de poder e uso indevido dos meios de comunicação por convocar, em julho de 2022, uma reunião com embaixadores estrangeiros para disseminar suspeitas infundadas sobre a urna eletrônica. Nessa ação, o PDT pediu a inclusão do documento apreendido pela Polícia Federal na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres em investigação sobre os atos extremistas nas sedes dos Três Poderes, no dia 8 de janeiro.

Estado de defesa
Texto previa intervenção no TSE para instituir estado de defesa e anular eleição

O rascunho previa uma intervenção no TSE ao instituir o chamado "estado de defesa". A ideia era anular o resultado da eleição que deu a vitória a Lula. Ex-auxiliar de Bolsonaro, Torres assumiu a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal e está sub suspeita de omissão e conivência com os golpistas. O ex-ministro foi preso por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do TSE.

Relator do caso, o corregedor da Justiça Eleitoral, ministro Benedito Gonçalves, requisitou uma cópia da minuta para anexar ao processo. A defesa do ex-presidente entrou com recurso sob a alegação de que o documento é "apócrifo". Gonçalves, no entanto, manteve o posicionamento e submeteu a decisão ao plenário do TSE.

"É inequívoco que o fato do ex-ministro da Justiça do governo do primeiro investigado (*Bolsonaro*) ter em seu poder uma proposta de intervenção neste Tribunal e de invalidação do resultado das eleições presidenciais possui aderência aos pontos controvertidos, em especial no que diz respeito à correlação entre o discurso e a campanha", afirmou Gonçalves durante o julgamento. Ele foi seguido por Moraes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Carlos Horbach, Raúl Araújo e Sérgio Banhos.

'QUE GOLPE?'. Em entrevista ao jornal americano *The Wall Street Journal*, publicada ontem, Bolsonaro negou ter qualquer responsabilidade pelos atos golpistas que deixaram rastro de destruição no STF, no Palácio do Planalto e no Congresso Nacional. "Eu não estava nem lá, e querem atribuir a mim", afirmou. Segundo ele, a depredação dos prédios públicos não foi uma tentativa de golpe: "Golpe? Que golpe? Onde estava o mandante? Onde estavam as tropas, onde estavam as bombas?"

Apesar do discurso, Bolsonaro admitiu ter medo da cadeia. Segundo ele, "uma ordem de prisão pode vir do nada" no Brasil, relembrando o caso do ex-presidente Michel Temer, que foi preso preventivamente em março de 2019 por suspeitas de corrupção.

O ex-presidente reconheceu, ainda, a derrota nas urnas. "Perder faz parte do processo eleitoral. Eu não estou dizendo que houve fraude, mas o processo foi enviesado", disse. Dessa vez, o ex-presidente recuou das reiteradas acusações, sem provas, que fez contra o sistema eleitoral brasileiro, inclusive o que pode levá-lo a perder o direito de disputar eleição, caso condenado pelo TSE. Porém, Bolsonaro insistiu na desqualificação do processo.

CONFIANÇA. Bolsonaro disse se enxergar como a única liderança de direita do País e manifestou a intenção de retornar ao Brasil em março e apoiar a campanha de cerca de 5 mil candidatos alinhados a ele nas eleições municipais de 2024. A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, que está no País, também vai se engajar na política (*mais informações nesta página*). O casal foi para a Flórida no dia 30 de dezembro, antes da posse de Lula.

Em relação à pandemia da covid-19, o ex-presidente disse que, se pudesse voltar no tempo, teria postura diferente. "Eu não diria nada, deixaria o problema para o Ministério da Saúde", afirmou. Ele mencionou a crise sanitária ao ser questionado se teria feito algo diferente no governo.

Quando a situação epidemiológica começou a se agravar no Brasil, em março de 2020, o então presidente fez pronunciamento em cadeia nacional e chamou a doença de "gripezinha". Ao jornal americano, lembrou da ocasião em que associou a aplicação de vacinas a "virar jacaré". "Foi só uma figura de linguagem, e eu fui martelado por isso", disse. ●

Para lembrar

Rascunho foi apreendido pela PF na casa de Torres

● **Minuta**

ADRIANO MACHADO / REUTERS

No dia 12 de janeiro a Polícia Federal encontrou na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres uma minuta de decreto para o então presidente Jair Bolsonaro instaurar estado de defesa na sede do Tribunal Superior Eleitoral

● **Envio ao TSE**
O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que a PF enviasse uma cópia da minuta ao TSE

● **Defesa**

MARCO BELLO/REUTERS

A defesa de Bolsonaro disse que a minuta é "apócrifa" e pediu para o TSE não considerá-la na ação eleitoral contra o ex-presidente

● **Decisão**
Por unanimidade, ministros do TSE referendaram ontem a decisão que manteve a minuta nos autos do processo que pode tornar o ex-presidente inelegível

Michelle ganha PL Mulher, salário de R$ 33,7 mil e viagens pelo Brasil

PEDRO VENCESLAU

Em uma estratégia para tentar preservar o recall eleitoral do ex-presidente Jair Bolsonaro, o PL vai contratar a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e entregar a ela o cargo de presidente do "PL Mulher". A ideia, segundo interlocutores da sigla, é que ela e Walter Braga Netto, que foi candidato a vice-presidente em 2022, façam viagens pelo Brasil preparando o terreno para o lançamento de candidaturas a prefeito em 2024.

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, quer que o próprio Bolsonaro participe das viagens, mas o ex-presidente está recluso nos Estados Unidos desde dezembro do ano passado. Bolsonaro afirmou ontem, em entrevista ao *Wall Street Journal*, que pretende voltar ao País em março para liderar a oposição (*mais informações nesta página*). Já Michelle chegou ao Brasil disposta a se engajar na militância partidária.

A legenda decidiu que a ex-primeira-dama vai receber o mesmo salário de um deputado federal (R$ 33.763), mas o pagamento só começará a ser feito depois de março, se o ministro Alexandre de Moraes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), autorizar um novo desbloqueio parcial das contas.

Em dezembro, o ministro determinou o desbloqueio de R$ 1,155 milhão do PL para o pagamento dos funcionários. O bloqueio das contas da sigla foi decidido por Moraes em novembro para o pagamento de uma multa de R$ 22,9 milhões por questionar o resultado da eleição presidencial. A decisão foi tomada após o PL pedir uma verificação do resultado do segundo turno nas eleições sem apontar fraudes.

SALÁRIO. O PL também planeja pagar um salário de R$ 39 mil ao ex-presidente e ceder a ele um gabinete na sede do partido em Brasília, mas apenas após o desbloqueio e quando Bolsonaro voltar dos EUA. Já Braga Netto está despachando no PL, exercendo o papel de dirigente partidário ao lado de Valdemar. A ideia, segundo integrantes da sigla, é que ele seja nomeado para o cargo de secretário de Relações Institucionais ou secretário-geral.

Cargo
Ideia é que Braga Netto seja nomeado para o cargo de secretário-geral ou de Relações Institucionais

A estratégia de preservar a marca Bolsonaro foi desenhada no momento em que o presidente do PL tenta, em outra frente, preservar a ala do partido que defende o apoio ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. ●

Polícia Federal

Governo Lula reabilita delegados da PF que foram alvo de Bolsonaro

Delegados que estiveram na mira do ex-presidente foram nomeados na atual gestão petista para algumas das principais diretorias da corporação

RAYSSA MOTTA
LUIZ VASSALLO

A composição da cúpula da Polícia Federal tem evidenciado a tentativa do governo Luiz Inácio Lula da Silva de tentar afastar da corporação a influência de Jair Bolsonaro (PL). Algumas das principais diretorias da PF serão ocupadas na atual gestão petista por delegados que estiveram na mira do ex-presidente. Assinada pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa, a nomeação de Ricardo Saadi para Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado e à Corrupção (Dicor) foi publicada ontem.

Saadi esteve no centro das suspeitas de que Bolsonaro fez trocas estratégicas na PF para tentar blindar aliados e os filhos de investigações. O delegado era superintendente do órgão no Rio, mas foi exonerado pelo ex-presidente, que alegou problemas de "produtividade" na unidade regional. A mudança abriu uma crise com o então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro.

O ex-juiz da Operação Lava Jato, hoje senador pelo União Brasil, deixou o governo acusando Bolsonaro de tentar interferir politicamente na corporação – na eleição do ano passado, ele se reconciliou com o ex-presidente e o apoiou no segundo turno contra Lula. O caso está em apuração no Supremo Tribunal Federal (STF). Uma das atribuições da Dicor é investigar políticos e autoridades com prerrogativa de foro.

FACADA. Outro reabilitado pela Casa Civil de Lula é o delegado Rodrigo Morais Fernandes. Ele foi o responsável pelo inquérito sobre o atentado contra Bolsonaro na campanha eleitoral de 2018. O ex-presidente foi atingido por uma facada durante uma agenda de campanha em Juiz de Fora (MG). A investigação concluiu que Adélio Bispo, responsável pelo ataque, agiu sozinho e que o crime não teve um mandante. Sem provas, o ex-presidente reiterou diversas vezes a tese de que há "gente grande" por trás do atentado. Fernandes vai assumir a Diretoria de Inteligência Policiais da PF, uma das mais importantes da corporação.

Operação

PF abriu ontem a 6ª fase da Lesa Pátria e prendeu 6 investigados pelos atos radicais de 8 de janeiro

O delegado Rodrigo Teixeira, que era superintendente da PF em Minas Gerais quando aconteceu o atentado, foi indicado para a Diretoria de Polícia Administrativa. Próximo do atual diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, ele chegou a ser sondado para o cargo de diretor executivo, número dois da corporação, que ainda não foi preenchido.

Teixeira foi exonerado pelo ex-presidente da República e, na época, atribuiu a troca a uma insatisfação da família Bolsonaro com a condução do inquérito sobre a facada.

Em entrevista ao **Estadão**, ele disse acreditar que o clã queria que a apuração chegasse à conclusão de que Adélio Bispo tinha sido financiado por partidos políticos ou uma organização criminosa.

Ao todo, a PF tem 11 diretorias especializadas. Em dezembro de 2021, o **Estadão** mostrou que, com a saída da delegada Dominique de Castro Oliveira do escritório da Interpol no País, o governo Bolsonaro já acumulava ao menos duas dezenas de mudanças na Polícia Federal. As razões eram divergências políticas com o governo e com a cúpula da corporação, ou de investigações que desagradaram ao Palácio do Planalto.

Considerada sem precedentes, a série de intervenções levou à geladeira, ou para o "corredor" – termo usado na PF para quem está em estado de fritura pela direção –, experientes quadros policiais.

A reabilitação de delegados que foram alvo no governo passado é interpretado como um recado da gestão Lula para a corporação: de que haverá empenho para reduzir a influência do bolsonarismo na PF.

'ESCONDIDO'. O próprio presidente Lula tem vocalizado a investida para "desbolsonarizar" o governo. Ontem, durante evento de retomada do programa Minha Casa, Minha Vida, na Bahia, o presidente disse que a tarefa foi dada ao ministro-chefe da Casa Civil.

"Estamos há apenas 40 dias no governo. A gente ainda nem conseguiu montar as equipes que a gente tem que montar porque nós temos que tirar bolsonarista que está lá escondido às pencas", afirmou Lula.

"E a responsabilidade de tirar eles é do Rui Costa. É o Rui Costa que tem que assinar as medidas para tirar aquela gente que está infiltrada no nosso governo", disse o petista. ●

Diretorias

RICARDO SAADI
Combate ao Crime Organizado

Pivô das denúncias de que Bolsonaro fez trocas na PF para blindar aliados de investigações. Superintendente no Rio, foi exonerado pelo ex-presidente, que alegou problemas de produtividade

RODRIGO FERNANDES
Inteligência Policial

Foi responsável pelo inquérito sobre o atentado sofrido por Bolsonaro em 2018. Criticada pelo ex-presidente, a investigação concluiu que Adélio Bispo agiu sozinho e que o crime não teve um mandante

RODRIGO TEIXEIRA
Polícia Administrativa

Era superintendente da PF em Minas quando Bolsonaro levou a facada. Exonerado, atribuiu sua saída a uma insatisfação da família Bolsonaro com a condução do inquérito

---

Lava Jato

José Dirceu tem pena reduzida de 8 anos para 4 por propinas de R$ 2 milhões

O Superior Tribunal de Justiça reduziu de 8 anos (regime fechado) para 4 anos (regime aberto) pena imposta a José Dirceu na ação por corrupção passiva e lavagem de dinheiro na Operação Vício, desdobramento da Lava Jato. O ex-ministro foi acusado de receber R$ 2 milhões em propinas para intermediar contratos de uma empresa de tubos com a Petrobras. Para a Quinta Turma do STJ, a lavagem não poderia ser considerada crime autônomo e derrubou esta parte da condenação. ●

Foz do Iguaçu (PR)

Juiz decide que União deve pagar pensão a filhos de tesoureiro do PT assassinado

A Justiça Federal decidiu que a União deve pagar pensão alimentícia aos filhos do tesoureiro do PT Marcelo Arruda, assassinado em julho do ano passado, em Foz do Iguaçu (PR), durante a própria festa de aniversário por um apoiador de Jair Bolsonaro. A pensão será de R$ 1.312,16 para cada um dos três filhos menores de idade. O agente penitenciário Jorge Guaranho foi denunciado por homicídio duplamente qualificado cometido por "preferências político-partidárias antagônicas". ●

Deputado

Marcelo Crivella vira réu por 'QG da propina' na prefeitura do Rio de Janeiro

Ex-prefeito do Rio, Marcelo Crivella (Republicanos) virou réu na Justiça Eleitoral no caso do "QG da propina". Hoje deputado federal, Crivella e outros 25 são acusados pelos crimes de falsidade ideológica eleitoral, corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Segundo a denúncia, o ex-prefeito, que chegou a ser preso, chefiaria o grupo acusado de desviar R$ 53 milhões em troca de favorecimento a empresas em contratos na cidade. Crivella nega irregularidades. ●

PILAR OLIVARES/REUTERS-22/12/2020

Defesa de Marcelo Crivella afirma não haver provas contra ele

Ex-presidente da Câmara

STJ nega pedido de Cunha para enviar ação da Lava Jato à Justiça Eleitoral

O Superior Tribunal de Justiça suspendeu ontem ação em que o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha é acusado de receber R$ 5 milhões em propinas. O processo foi aberto a partir de investigações da Lava Jato. Cunha foi denunciado por corrupção e lavagem de dinheiro em contratos de navios-sonda. A defesa do ex-deputado tenta transferir o processo para a Justiça Eleitoral, mas a Quinta Turma do STJ decidiu aguardar a palavra final do Supremo Tribunal Federal. ●

Minas Gerais

Deputados aprovam sessão de desagravo a Adélia Prado após gafe de Romeu Zema

A deputada estadual Andréia de Jesus (PT-MG) afirmou ter conseguido ontem a assinatura de 26 parlamentares para a realização de um ato de desagravo à escritora mineira Adélia Prado, de 87 anos. A reunião foi proposta após o governador Romeu Zema (Novo) receber um livro da autora durante uma entrevista em Divinópolis, cidade natal de Adélia. "Ela trabalha aqui (*na rádio*)?", perguntou o governador. Para o ato era necessário o apoio de um terço dos 77 deputados. ●

São Paulo

Tarcísio recua e escolhe deputado 'moderado' para liderança na Alesp

Governador havia anunciado Altair Moraes para posto durante a campanha; Jorge Wilson é visto como aceno ao centro

GUSTAVO QUEIROZ
LUIZ VASSALLO

Em setembro do ano passado, antes do primeiro turno da eleição, o então candidato Tarcísio de Freitas prometeu que, se eleito, o líder do governo na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) seria Altair Moraes (Republicanos) – que, na mesma entrevista, disse que assumiria o cargo. Eleito, o governador recuou da promessa e nomeou um deputado do mesmo partido, considerado moderado pelos pares, que não compunha o grupo mais influente da Casa, mas é figura popular na TV: Jorge Wilson, de 59 anos, conhecido como o Xerife do Consumidor.

Wilson já atua como líder do governo e vai permanecer no posto após 15 de março, quando se inicia a próxima legislatura. A escolha do novo líder do governo foi tomada como um aceno de Tarcísio ao centro. O governador se equilibra entre a ala mais radical do bolsonarismo, que ajudou a elegê-lo, e o grupo de quadros do Centrão.

A mudança surpreendeu aliados que esperavam a nomeação de um deputado que acumulasse experiência na articulação ou com maior proximidade com a Igreja Universal do Reino de Deus, que tem o Republicanos como seu braço político. Ao **Estadão**, pessoas próximas a Tarcísio argumentam que a escolha de Wilson foi acordada com o presidente da sigla, o deputado federal Marcos Pereira. Também justificam que o convite foi feito a Altair, mas o deputado teria recusado a oferta para trabalhar internamente pelo partido. Procurado, Altair disse apenas que pediu "um tempo ao governador" em relação à liderança do governo na Alesp.

Pelo tamanho da bancada, o Republicanos não ganharia espaço na negociação pela Mesa Diretora, e o avanço do PSD – presidido pelo secretário estadual de Governo e Relações Institucionais Gilberto Kassab – sobre posições-chave no governo coloca pressão para uma liderança forte do governo na Alesp.

VICE. Ainda assim, o Republicanos avalia que deve permanecer com a vice-presidência da Casa. O nome mais cotado ao posto é o de Gilmaci Santos, atual líder da bancada. O movimento pode liberar a liderança da legenda para Altair assumir. Questionado se sua nomeação "blinda" Tarcísio da ala ideológica, Wilson disse que o governador não quer se despir do "bolsonarismo raiz" (*mais informações nesta página*).

Segundo ele, Tarcísio "não nega a sua origem" e vai precisar atender a todos os espectros políticos. O novo líder diz não ter pleiteado o cargo e atribui a indicação à relação que construiu na Casa. Wilson prega "diálogo democrático e suprapartidário" na Alesp. ●

3 perguntas para

JORGE WILSON (Republicanos), deputado estadual

● **Como o sr. se aproximou de Tarcísio?**

Nós estivemos na campanha do governador trabalhando no Estado, ouvindo a população. Eu tenho uma relação construída com Parlamento, com meus pares, não só do nosso partido. Acredito que deve ser por essa relação que alguns deputados, segundo o governador, falaram do nosso nome. Fico honrado.

● **Como pretende atuar?**

Como líder tenho tranquilidade de dialogar na Casa e entender as necessidades. Nada mais justo que estreitar esse diálogo de forma democrática, suprapartidária.

● **Ao indicar o sr., Tarcísio faz um gesto ao centro e de se despir do bolsonarismo raiz?**

Ele não quer se despir. Ele não nega a origem dele. Só que quem governa um Estado do tamanho de São Paulo precisa entender que terminou o palanque político. Precisa atender tanto aqueles que pertencem à extrema direita como à extrema esquerda. Tem que atender também ao centro. O governador tem essa preocupação. ● G.Q. E L.V.

NOTAS E INFORMAÇÕES

O Judiciário deve voltar ao normal

Não há mais qualquer razão objetiva a impedir que juízes e servidores voltem ao trabalho presencial

Os magistrados e demais servidores do Poder Judiciário devem voltar ao trabalho presencial a partir do próximo dia 16, como determina uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de 17 de novembro do ano passado. Foram três meses de preparação para esse retorno aos fóruns.

Não obstante, associações de juízes e sindicatos de servidores têm resistido à ordem do CNJ. Não há, porém, qualquer razão objetiva para essa relutância, apenas o apego a certos confortos particulares. Há servidores que reclamam de eventuais "prejuízos à rotina" que a volta ao trabalho presencial poderia causar. Outros argumentam, pasme o leitor, que durante o trabalho remoto passaram a ter uma "vida organizada no exterior", como se a natureza do serviço público que prestam não exigisse o vínculo territorial.

Quase três anos depois, o fato é que ainda não é possível dizer que a pandemia de covid-19 acabou. Mas, graças ao progresso da vacinação, o vírus não representa mais uma ameaça à saúde das pessoas a ponto de demandar o prolongamento do trabalho remoto para a prestação de serviços públicos. Tanto que a esmagadora maioria dos servidores dos Poderes Executivo e Legislativo também já voltou ao trabalho presencial.

Excetuando-se casos muito particulares, como, por exemplo, a prestação dos serviços de saúde e de transporte, praticamente todo o País já voltou àquela vida conhecida antes da eclosão da emergência sanitária. Por que só os servidores do Judiciário não haveriam de voltar?

Quando acorrem à Justiça, é aos magistrados que os cidadãos expõem suas maiores angústias, depositando nesses servidores toda a sua esperança por uma decisão que lhes seja favorável. A Justiça lida, primordialmente, com tudo que toca o humano. Nesse sentido, o contato presencial é fundamental.

Evidentemente, há casos e casos. Talvez esses três últimos anos tenham servido para mostrar que certos serviços podem continuar sendo prestados pela Justiça de forma remota sem qualquer prejuízo para os cidadãos. Decerto o CNJ sopesou perdas e ganhos ao tomar a decisão de impor a volta ao trabalho presencial.

Uma vez decidida a questão, não cabe mais às associações e sindicatos contestar a decisão colegiada; cabe cumpri-la. Uma das atribuições do CNJ é zelar pela eficiência na prestação dos serviços judiciais. A decisão de novembro passado leva em consideração essa missão do colegiado.

Enquanto servidores reclamam de supostos "prejuízos" causados pelo retorno ao trabalho presencial – como se essa não fosse a realidade com a qual todos estavam acostumados até bem pouco tempo atrás –, muitos advogados, segundo apurou o **Estadão**, não encontram juízes para despachar seus processos, que ficam dormitando nos escaninhos da Justiça, e reclamam de longa espera pela marcação de audiências.

Como bem disse o ministro relator da resolução do CNJ, Luiz Philippe de Mello Filho, do Tribunal Superior do Trabalho, "o retorno da magistratura aos seus respectivos locais de trabalho é imperativo inegociável neste momento em que toda a sociedade já voltou à situação de normalidade".●

Judiciário

TCU vê 'interesses privados' de juízes que resistem ao presencial

Associação recorreu à Corte contra decisão do CNJ que ordenou retorno ao local de trabalho; argumento é de 'dano ao erário'

LUIZ VASSALLO
DAVI MEDEIROS

Juízes recorreram ao Tribunal de Contas da União em busca de um parecer para tentar driblar a decisão do Conselho Nacional de Justiça que determinou a volta ao trabalho presencial. Segundo os magistrados, a ordem do CNJ provoca "patente dano ao erário" e atinge a "eficiência" do Poder Judiciário. A área técnica da Corte afirma, em parecer, que não cabe ao TCU defender "interesses privados" de juízes.

Como mostrou o **Estadão**, juízes e servidores apresentaram uma série de recursos no CNJ contra um acórdão do colegiado que impôs as atividades em varas e tribunais. O prazo-limite se encerra amanhã.

A reportagem apurou que, além de reclamar da medida ao próprio CNJ, juízes tentaram usar o TCU para suspender a medida. À Corte, a Associação dos Magistrados do Trabalho da 14.ª Região (Amatra, que contempla Rondônia e Acre) afirma que o teletrabalho proporcionou ampliação do acesso à Justiça. Menciona, por exemplo, uma economia de 20% em despesas de custeio.

"A prestação do serviço jurisdicional na modalidade digital, por meio dos atendimentos ou realização das audiências telepresenciais, tem como pilar a aplicação do princípio da eficiência", afirma a Amatra-14 na petição. A entidade ainda cita o atendimento em regiões de difícil acesso.

AVANÇO INDEVIDO. O pedido ainda não foi julgado, mas recebeu parecer contrário no Corte de Contas. "Não é função do TCU atuar na defesa de interesses privados dos magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 14.ª Região junto à administração, sob pena de representar avanço indevido nas atribuições que são próprias do CNJ, do Poder Judiciário ou da unidade jurisdicionada", diz o relatório.

Acesso
Tribunal argumenta que há órgãos cujo trabalho remoto prejudica acesso aos serviços

Segundo auditores, a representação nem sequer deve ser considerada por não preencher requisitos legais. A associação não se encontra entre os "legitimados a representar" à Corte de Contas.

Mesmo ao rejeitar preliminarmente o pedido, a auditoria se manifestou sobre seu mérito. Segundo os técnicos, há "órgãos públicos" que devem atender presencialmente, "sob pena de dificultar o acesso dos operadores do direito, das partes e de testemunhas, causando prejuízo à efetiva prestação jurisdicional".

A área técnica da Corte argumenta ainda que não "há irregularidade no eventual aumento de despesas provocado pelo retorno ao trabalho presencial de magistrados, uma vez que a administração deve levar em conta também a qualidade de serviços a serem ofertados aos cidadãos". A presença dos magistrados nas unidades judiciárias, diz o parecer, "decorre de imposição constitucional".

Procurado, o presidente da Amatra-14, José Carlos Haddad de Lima, afirmou que o pedido da entidade "não se trata de uma resistência desqualificada ao retorno das audiências presenciais". "Quem conhece a realidade dos estados de Rondônia e Acre pode dizer das imensas vantagens para os jurisdicionados, assim como para os advogados, da adoção das audiências telepresenciais." ●

Conselho Nacional de Justiça

CNJ abre processos e afasta juíza que atacou ministros do Supremo

RAYSSA MOTTA

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) abriu ontem dois processos administrativos disciplinares contra a juíza Ludmila Lins Grilo, da Vara Criminal e da Infância e Juventude de Unaí (MG), e decidiu afastá-la cautelarmente do cargo até a conclusão dos procedimentos. A decisão foi unânime.

A primeira investigação interna vai apurar se ela violou os deveres funcionais. Uma inspeção na comarca apontou faltas sistemáticas ao trabalho presencial, baixa produtividade e exercício paralelo de atividade empresarial. A auditoria encontrou 1.291 processos parados. O processo disciplinar foi proposto pelo corregedor Luís Felipe Salomão. Ele afirmou que a juíza demonstrou "total desleixo" com o trabalho e "imenso desprestígio" com a magistratura.

"A reclamada não cumpre seus deveres básicos, deixando de comparecer no fórum mesmo sem ter autorização para realizar teletrabalho, negligenciando a gestão do cartório e deixando fiscalizar os atos de seus subordinados", afirmou.

Ludmila disse ser vítima de um "assassinato de reputação" e de um "estardalhaço midiático". Em sua defesa, a magistrada afirmou que deixou o expediente presencial e começou a fazer audiências a partir de cidades alternadas porque passou a sofrer ameaças relacionadas ao trabalho. "O Gabinete de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça expressamente recomendou que o público não tivesse ciência da minha localização física, pois isso implicaria imediato risco de vida."

POLÍTICA. O segundo processo é sobre manifestações político-partidárias da juíza em entrevistas, eventos e nas redes sociais. O CNJ vai investigar se ela violou o dever de imparcialidade. Outros 20 magistrados estão na mira do conselho pelo mesmo motivo. A Lei Orgânica da Magistratura (Loman), que funciona como um estatuto da classe, impede manifestações político-partidárias, opiniões sobre processos em curso ou "juízo depreciativo" a respeito de decisões.

Eixos
Colegiado apura se magistrada negligenciou trabalho presencial e fez manifestações políticas

Ludmila fez críticas públicas ao Supremo Tribunal Federal, acusou os ministros de "ativismo judicial" e sugeriu impeachment. Ela afirma que os comentários têm relação com sua "atividade intelectual e como professora".●

O COLUNISTA MARCELO GODOY ESTÁ DE FÉRIAS

● A Guerra de Putin

Rússia cerca cidade-chave no leste da Ucrânia; Otan hesita em enviar caças

Moscou avança e ameaça Bakhmut, ligação-chave na Província de Donetsk; Ocidente evita mandar aviões porque teme que eles sejam usados para atacar território russo

KIEV

Em uma etapa da guerra marcada por poucos avanços, tropas russas fecharam o cerco ontem sobre a cidade de Bakhmut, ponto estratégico na Província de Donetsk. O avanço pressiona os ucranianos, que começaram a retirar civis e ontem explodiram uma ponte de acesso à cidade. A Ucrânia ainda aguarda a chegada da prometida ajuda da Otan, que hesita em enviar caças à guerra.

Oficialmente, Kiev nega que esteja organizando uma retirada total de tropas de Bakhmut. Moscou também afirma que os combates seguem ativos e intensos na cidade, embora as forças russas tenham obtido ganhos nas últimas semanas e cortado algumas linhas de abastecimento da Ucrânia.

O chefe do grupo mercenário Wagner, Yevgeny Prigozhin, que no domingo comemorou a tomada da vila de Krasna Hora, perto de Bakhmut, afirmou que as forças ucranianas estão enviando reservistas para os locais onde os combates estão ocorrendo. "Bakhmut não será tomada amanhã, porque há muita resistência", disse Prigozhin, no Telegram.

RESISTÊNCIA. De acordo com Denis Pushilin, chefe da autoridade pró-Rússia em Donetsk, os confrontos estão mais acirrados na vila de Paraskoviivka, na periferia da cidade. "Não há perspectiva de que o inimigo se renda e deixe suas posições sem lutar", afirmou.

Embora Kiev negue a retirada de militares, autoridades dão sinais de que a resistência pode estar perdendo ímpeto. O chefe militar regional, Pavlo Kirilenko, afirmou ontem que a Ucrânia "precisa focar em preparar linhas defensivas".

O oficial também revelou que as forças ucranianas reforçaram a retirada dos poucos civis que permaneceram na cidade. Da população de 70 mil antes do conflito, menos de 5 mil ficaram no local, dentre os quais, 140 crianças.

Após o sucesso da contraofensiva de setembro, que retomou boa parte do território perdido para a Rússia, o avanço ucraniano estagnou ao se deparar com as tropas russas mais concentradas e reforçadas por novos recrutas. Com os avanços cada vez mais raros, o conflito se tornou uma "guerra de desgaste e uma batalha logística", segundo o secretário-geral da Otan, Jens Stoltenberg. "O ritmo do gasto de munições da Ucrânia é muitas vezes maior que o nosso ritmo de produção. Isto coloca nossa indústria de defesa sob pressão", disse.

AJUDA. O papel da Otan na defesa da Ucrânia é cada vez mais importante. Kiev espera a chegada dos tanques prometidos no mês passado, considerados essenciais para romper as linhas russas no leste. Atualmente, cerca de 100 soldados ucranianos estão na Polônia para aprender a operar o Leopard 2, de fabricação alemã. Os armamentos devem ser os primeiros a chegar em um número relevante ao país, antes do lote de tanques M-1 Abrams, de fabricação americana.

Ontem, os aliados da Otan se comprometeram a manter o envio de munição, de armas e acelerar a entrega dos tanques. No entanto, quanto aos pedidos por caças e mísseis de longo alcance, a aliança adotou cautela.

Pouco depois de autoridades ocidentais concordarem em enviar os tanques, o presidente da Ucrânia, Volodmir Zelenski, direcionou seus pedidos para os aviões de guerra, alegando a necessidade de melhorar sua defesa antiaérea. O pedido não foi atendido, pois a Otan teme que as armas possam ser utilizadas dentro do território russo.

Na segunda-feira, Stoltenberg disse que a questão dos caças "não é a mais urgente no momento", mas admitiu que se trata de uma "discussão em andamento". "A necessidade urgente agora é cumprir o que já foi prometido", afirmou. ● NYT, AFP e WP

ERKO LAIDINEN/FRONTLINE MEDICS/NYT

GLOBAL OUTREACH DOCTORS

Míssil russo se aproxima de paramédicos na Ucrânia: na sequência, explosão fere três socorristas e mata o voluntário Pete Reed (na imagem do alto, de barba, à esquerda, e à direita, em foto anterior)

Vídeo flagra momento em que míssil russo mata socorrista americano

KIEV

Uma gravação feita no dia 2 de fevereiro na cidade ucraniana de Bakhmut mostra o momento exato em que uma equipe de socorristas voluntários dos EUA foi atingida por um míssil, momentos depois de chegar ao local para atender civis feridos durante o combate entre tropas russas e ucranianas.

As imagens, cedidas ao jornal *New York Times*, sugerem que o paramédico americano Peter Reed foi morto em um ataque intencional, e não em um bombardeio indiscriminado. O vídeo foi filmado em um smartphone por Erko Laidinen, um voluntário estoniano de uma ONG chamada Frontline Medics.

A gravação mostra Reed, um ex-fuzileiro naval dos EUA, voluntário na Ucrânia, com um grupo de trabalhadores humanitários ao lado de uma van branca, que eles estavam usando para transportar suprimentos. Um míssil voando paralelo ao solo atinge diretamente a van, destruindo-a e matando Reed.

OUTRA VERSÃO. Inicialmente, ONGs e autoridades da Ucrânia acreditavam que o paramédico americano havia sido morto em um bombardeio russo qualquer, uma vez que a equipe médica estava atendendo alguns dos poucos civis que permaneciam na cidade.

Contudo, a análise produzida pelo *New York Times* vai contra essa hipótese. De acordo com o jornal, o armamento utilizado parece se tratar de um míssil guiado antitanque Kornet, fabricado na Rússia, que tem um alcance de cerca de cinco quilômetros e funciona com uma mira a laser.

Ele teria sido disparado por tropas da Rússia, uma vez que a equipe médica estava trabalhando em uma posição elevada em Bakhmut, perto da linha de frente russa.

MARCAÇÃO. Especialistas ouvidos pelo jornal americano disseram que o tipo de arma usada deveria ter permitido aos russos a identificação do alvo. O *New York Times* pondera que, pelas imagens disponíveis, não é possível ver se a van que foi atingida possuía alguma marcação informando o que transportava uma equipe de socorristas. Pelo menos um dos integrantes vestia uma roupa camuflada, como a utilizada por militares. ● NYT e AFP

Biden envia mensagem a Israel em 46 palavras

Aliança entre EUA e Israel tem base em valores compartilhados, mas eles estão sob séria ameaça

ARTIGO

Thomas L. Friedman
The New York Times
É colunista e ganhador de três prêmios Pulitzer

Acordei na manhã de sábado, li as notícias dizendo que em Israel milhares de pessoas participaram de mais uma manifestação contra os planos do primeiro-ministro, Binyamin Netanyahu, de limitar a independência da Suprema Corte e subjugá-la a si próprio, no momento em que o próprio Netanyahu é investigado por corrupção, e fiz a mim mesmo uma pergunta simples: "O que o presidente Joe Biden acha disso?"

Biden é um dos presidentes que mais defendem Israel dentre os que já acompanhei. Ele também tem uma longa relação de respeito mútuo com Netanyahu. Então, posso dizer que qualquer comentário dele a respeito de Israel é fruto de preocupação sincera.

Preocupação com a transformação radical do Judiciário de Israel que a coalizão ultranacionalista e ultrarreligiosa de Netanyahu busca aprovar à força na Knesset e a possibilidade de ela danificar seriamente a democracia do país e, consequentemente, seus laços com os EUA e as democracias de todo o mundo.

Eis a declaração que Biden me enviou na tarde de sábado, quando pedi a ele que comentasse a situação: "O que a democracia americana e a democracia israelense têm de genial é o fato de serem ambas alicerçadas em instituições robustas, em sistemas de freios e contrapesos, em um Judiciário independente. A formação de consensos para mudanças fundamentais é muito importante para garantir a adesão das pessoas, de modo que tais mudanças sejam sustentadas."

IMPULSO. É a primeira vez que me lembro de ver um presidente americano opinar a respeito de um debate interno israelense envolvendo o próprio caráter da democracia. E ainda que sejam poucas palavras, a declaração de Biden é feita em um momento crucial desta importantíssima discussão interna em Israel, podendo energizar e expandir a já significativa oposição àquilo que os adversários de Netanyahu estão chamando de golpe dentro da lei, podendo situar Israel entre os países que vêm se afastando da democracia, como Turquia, Hungria e Polônia.

MICHAEL REYNOLDS/EFE

Joe Biden: preocupações com o futuro da democracia em Israel

Eis o motivo de as palavras de Biden serem tão importantes: primeiro, ele se coloca em defesa da abordagem conciliadora pedida pelo presidente israelense, Isaac Herzog, e defende claramente a independência do Judiciário de Israel, amplamente respeitado.

Ainda que a presidência de Israel seja um cargo simbólico, atribui-se a ela peso moral. Herzog é um bom homem que tenta afastar o que teme ser o caos civil mais grave já visto na sociedade israelense, caso seja aprovada tamanha mudança no Judiciário, parcialmente inspirada por um centro de estudos estratégicos de extrema direita.

DIÁLOGO. Herzog pediu a Netanyahu e sua coalizão que recuem e organizem algum tipo de diálogo que possa estudar pacientemente o tipo de mudanças judiciais que poderiam ser saudáveis para Israel, fazendo isso com especialistas em direito e de maneira não partidária, preservando a integridade do sistema judicial que existe desde a fundação do país.

Infelizmente, Netanyahu rechaçou o presidente israelense, levando Herzog a dizer, no dia 24 de janeiro, a respeito da reforma do Judiciário: "Os alicerces democráticos de Israel, incluindo o sistema de justiça, os direitos humanos e as liberdades, são sagrados, devemos protegê-los e os valores expressos na declaração de independência. A reforma, se implementada rapidamente sem negociação, inflama a oposição e as preocupações do público", disse. "A ausência de diálogo está nos dilacerando internamente. E digo claramente: este barril de pólvora está prestes a explodir. Isso é uma emergência."

> *Biden está indicando que, faça o que fizer, Israel não deve se afastar de valores compartilhados*

Com as palavras de Biden, Netanyahu se vê agora em uma situação na qual, se insistir em seguir no rumo, apesar de tudo, estará contrariando não apenas o presidente de Israel, mas também o americano.

Não é pouca coisa. Também suspeito que o posicionamento de Biden nessa questão, comedido e claro, incentivará outras lideranças democráticas, empresariais, senadores americanos e demais representantes a fazer o mesmo, o que vai energizar a oposição.

AVANÇO. A segunda razão da importância das palavras de Biden é o momento em que ele se manifesta, que não poderia ser mais importante. Na segunda-feira, a primeira leitura no Parlamento de alguns dos aspectos mais controvertidos da reforma foi feita. Uma proposta de lei deve passar por três leituras antes de se tornar lei, e a coalizão indicou que busca uma aprovação relâmpago do texto no Knesset até abril.

Em terceiro, Biden situou a si mesmo e aos EUA claramente do lado da maioria israelense que se opõe à aprovação apressada das reformas em um episódio que cada vez mais parece um putsch jurídico.

Uma pesquisa publicada na sexta-feira "indica que mais de 60% dos israelenses querem que o governo suspenda ou atrase seus esforços legislativos para enfraquecer a Suprema Corte e garantir o controle político das nomeações para o judiciário", informou o *Times of Israel*.

Isso também coloca os EUA ao lado do procurador-geral de Netanyahu, quando ele ocupou o cargo pela última vez. Avichai Mandelblit – que indiciou Netanyahu em 2020 por acusações de fraude, suborno e quebra de confiança – denunciou as alterações judiciais como tentativa disfarçada de acabar com o próprio julgamento e evitar a prisão.

Falando ao programa *Uvda*, da TV israelense, Mandelblit disse que as reformas propostas por Netanyahu para o Judiciário "não são uma reforma", mas sim uma "mudança de governo".

MUDANÇA. Como Israel não possui uma Constituição e o Executivo sempre controla o Parlamento, Mandelblit explicou que a única separação entre poderes – o único contrapeso para o Executivo – é o Judiciário e a Suprema Corte. E o que Netanyahu está propondo é que uma maioria simples no Knesset – 61 dos 120 assentos – tenha poder para rejeitar qualquer decisão da Suprema Corte. Com a menor das maiorias, o governo seria capaz de aprovar qualquer lei que desejasse.

O plano de Netanyahu também daria ao governo o controle da escolha dos juízes, há muito responsabilidade de uma comissão independente, e removeria também os conselheiros jurídicos independentes (supervisores internos) de cada ministério.

Atualmente, estes são nomeados pela comissão de serviços civis e só podem ser afastados pelo procurador-geral. Em vez disso, Netanyahu quer que sejam nomeados por cada ministro, a quem seriam leais.

Somando-se tudo, o resultado seria um governo eleito por 30 mil votos dentre um eleitorado de 4,7 milhões assumindo controle total da Suprema Corte, da escolha dos juízes e dos conselheiros jurídicos de cada ministério.

"Não posso me calar", concluiu Mandelblit. "Se não houver Judiciário independente, será o fim. Teremos um sistema de governo diferente." O governante "decidirá", acrescentou. "Terá seus próprios procuradores, seus conselheiros jurídicos, seus juízes. E, se as pessoas nesses cargos forem leais a ele, não haverá primazia da lei. É um buraco sem fundo que vai nos engolir a todos."

Finalmente, o que Biden fez dará credibilidade à voz dos EUA em apoio à democracia global. Vê-se que os americanos não se manifestam somente quando a China esmaga a democracia em Hong Kong. Eles se manifestam ao ver a democracia ameaçada em qualquer lugar.

Com frequência, os EUA criticaram abusos dos direitos humanos cometidos por Israel no tratamento dos palestinos na Cisjordânia ocupada. Mas não me lembro de um presidente americano ter criticado mudanças propostas na natureza democrática do Estado israelense, pois nenhum presidente teve de fazer isso até semanas atrás.

Se a mensagem de Biden não for clara o suficiente para a coalizão de Netanyahu, vou tentar traduzi-la nos termos mais simples possíveis: os EUA apoiaram Israel militarmente e diplomaticamente, com bilhões de dólares oferecidos como auxílio desde a fundação do país, mas não por partilhar dos seus interesses. Nem sempre seus interesses coincidem.

Israel manteve-se neutro no conflito entre Ucrânia e Rússia, mostra-se indiferente aos abusos dos direitos humanos no Egito e na Arábia Saudita, e empresas israelenses, às vezes, vendem à China tecnologia de defesa que preocupa muito o Pentágono. Oferecemos muito apoio a Israel desde a sua fundação porque acreditamos que o país partilha dos nossos valores.

FIM DA LINHA. Mesmo quando, em Gaza ou na Cisjordânia, Israel se comporta de maneira que não condiz com nossos valores, os israelenses frequentemente os retomam como referência. Eles nos dizem: "Ei, americanos, sejam menos rigorosos. Vivemos em constante conflito violento com os palestinos. Habitamos uma região louca. E ainda assim conseguimos manter a supervisão Judiciária de nossas Forças Armadas, instituições democráticas sólidas, um Judiciário independente e uma imprensa livre".

Essa linha de raciocínio é ameaçada pelo que Netanyahu está tentando fazer. E, na ausência dessa coincidência de valores, o que resta? Interesses partilhados não serão suficientes, pois estes são transitórios.

É por isso que as palavras de Biden são tão importantes. Com elas, Biden está dizendo a Israel que nossa relação nunca se baseou de fato em interesses compartilhados. Sempre teve como base os valores que partilhamos. É por isso que durou tanto tempo, mesmo quando nossos interesses divergem.

Com essa simples declaração, Biden indica que, faça o que fizer, Israel não deve se afastar desses valores compartilhados. Caso contrário, estaremos em um mundo inteiramente novo. ● TRADUÇÃO DE AUGUSTO CALIL

Maria Stuart

Decifradores descobrem cartas perdidas da rainha da Escócia

LONDRES

Nas profundezas dos arquivos da Biblioteca Nacional francesa, jazia intocada havia mais de 400 anos uma coleção de cartas escritas em código listada como textos italianos. Mas, quando três decifradores – um pianista alemão, um cientista da computação israelense e um físico japonês – se depararam com os escritos, descobriram algo extraordinário.

As cartas não eram textos italianos. Eram parte de uma correspondência secreta da prisão de Mary Stuart, a rainha da Escócia, cuja vida trágica e o papel emaranhado na letal política dinástica e religiosa do século 16 há muito fascinam escritores e historiadores. Um dos principais biógrafos de Mary descreveu a descoberta como a mais significativa no estudo de sua vida em mais de um século.

"Encontramos um tesouro que estava à vista de todos", afirmou George Lasry, o cientista da computação israelense que liderou o projeto de um ano – revelado ao público na quarta-feira, no 436.º aniversário da morte de Mary.

Ela se tornou rainha da Escócia com apenas 6 dias de vida, em 1542, mas acabou aprisionada e forçada a desistir do trono em 1567. Ela escapou para a Inglaterra, mas acabou presa novamente por sua prima, a rainha Elizabeth I, enquanto ameaça à sua autoridade. Após 19 anos presa, Mary foi executada em 1587, aos 44 anos, acusada de envolvimento em uma conspiração católica para assassinar a protestante Elizabeth.

NATIONAL PORTRAIT GALLERY LONDON/REUTERS

Mary Stuart, rainha da Escócia: segredos revelados em Paris

LEGITIMIDADE. Anteriormente tidas como perdidas, as 57 cartas, escritas entre 1578 e 1584, incluem impressões de Mary a respeito de sua saúde debilitada, suas condições de prisioneira em uma série de castelos ingleses e tentativas fracassadas de se libertar.

Mary também expressou uma angústia profunda por se separar de seu filho, James, que foi coroado rei da Escócia com 1 ano em razão da abdicação forçada da mãe. A maior parte das cartas cifradas foi destinada ao embaixador francês na Inglaterra, Michel de Castelnau, que apoiava a reivindicação de Mary ao trono. Como descendente do rei Henrique VII, ela era considerada por muitos católicos não apenas uma possível defensora de sua fé, mas também rainha legítima da Inglaterra.

SUCESSÃO. Elizabeth era filha da segunda mulher do rei Henrique VIII, Ana Bolena, cujo casamento a Igreja não reconhecia. Em vez disso, Elizabeth acabou sucedida por James, que foi criado como protestante por nobres escoceses.

A existência de uma linha de comunicação confidencial entre Mary e o embaixador já era conhecida, mas as descobertas indicaram que a correspondência ocorria muito antes do que se acreditava. ● WP. TRADUÇÃO DE AUGUSTO CALIL

EUA

Nikki Haley lança pré-candidatura a presidente

Ex-governadora da Carolina do Sul e embaixadora dos EUA na ONU durante mandato de Donald Trump, a republicana Nikki Haley anunciou ontem que será pré-candidata à presidência em 2024. Com o lançamento de seu nome, ela se torna a primeira figura de destaque do partido a desafiar o plano do ex-presidente de voltar ao poder. ●

JOHN LOCHER/AP

Terremoto

Equipes resgatam mais 7 com vida dos escombros

Mais sete pessoas foram resgatadas ontem dos escombros, oito dias depois que um forte terremoto atingiu a Turquia e a Síria. O número de mortes chegou a 38 mil. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), foi o pior desastre natural em 100 anos na região que engloba os 53 países da Europa e da Ásia Central. ●

Educação e Ciência

Governo vai anunciar reajuste médio de 40% em bolsas de pós-graduação

Valores devem ser diferenciados, com auxílio de iniciação científica podendo mais que dobrar (hoje é de R$ 100); associações aprovam, mas cobram política de longo prazo

RENATA CAFARDO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai anunciar nesta quinta-feira um reajuste médio de 40% das bolsas de pós-graduação do País, cujo valor é o mesmo desde 2013. Segundo o **Estadão** apurou, o aumento, que passa a valer a partir de março, será diferente para cada categoria de auxílio. Mestrado e doutorado, por exemplo, devem ter os 40%, mas a bolsa de iniciação científica para o ensino médio pode mais que dobrar (hoje é de R$ 100). A medida foi prometida desde a transição e o governo vinha sendo cobrado por estudantes e pesquisadores pela demora.

Atualmente, os auxílios de pós-graduação são de R$ 1,5 mil para mestrado e R$ 2,2 mil para doutorado. Eles devem ficar em R$ 2,1 mil e R$ 3,3 mil, respectivamente. Bolsas de pós-doutorado, de cerca de R$ 5 mil, devem ter um reajuste menor. O governo pretende dar o aumento em março, mas retroativo a janeiro. Não há previsão de novo valor para médicos residentes, cujos auxílios foram reajustados em 2022. Lula fez questão de anunciar o pacote, que pode ainda incluir um aumento no número de bolsas, para relacionar uma valorização da educação e da ciência ao seu governo.

Mais bolsistas
Lula ainda planeja um aumento no número de bolsas, de forma a criar uma marca para a gestão

INVESTIMENTO. Só para os reajustes de mestrado e doutorado, a previsão de investimento é de R$ 1 bilhão, que virá de remanejamentos do orçamento da União, segundo o **Estadão** apurou. A medida engloba os orçamentos do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Ciência e Tecnologia, com aumentos nas bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Atualmente, são cerca de 200 mil bolsistas na Capes e 77 mil no CNPQ.

PERDAS. A Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) pedia um reajuste de 75% para todas as bolsas, para compensar as perdas com a inflação dos últimos anos, mas comemorou o anúncio. De acordo com a entidade, desde 2013 o salário mínimo quase dobrou de valor, enquanto os auxílios continuaram os mesmos. "A gente reconhece a conjuntura econômica, mas pede que também seja anunciado um plano de outros reajustes no curto prazo. Esse precisa ser apenas o primeiro", diz o presidente da ANPG, Vinícius Soares. Segundo ele, a associação vai reivindicar direitos trabalhistas para os bolsistas.

Segundo o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e ex-ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, o reajuste era uma "necessidade absoluta devido ao descompasso total em relação ao aumento do custo de vida nesses anos e a perda da atratividade da pesquisa científica, levando à evasão de cérebros". "Falta ainda aumentar o número de bolsas." ●

Enchentes

Após 1 ano, tragédia de Petrópolis ainda é real na rotina das crianças

Entre as principais vítimas, elas ainda lembram do temporal que matou 44 delas, além de tirar casas, amigos e segurança

EMILIO SANT'ANNA
PETRÓPOLIS

WILTON JUNIOR / ESTADÃO-16/02/2022

Centro histórico de Petrópolis no dia 16, na Região Serrana do Rio, após temporal que deixou 34 mortos

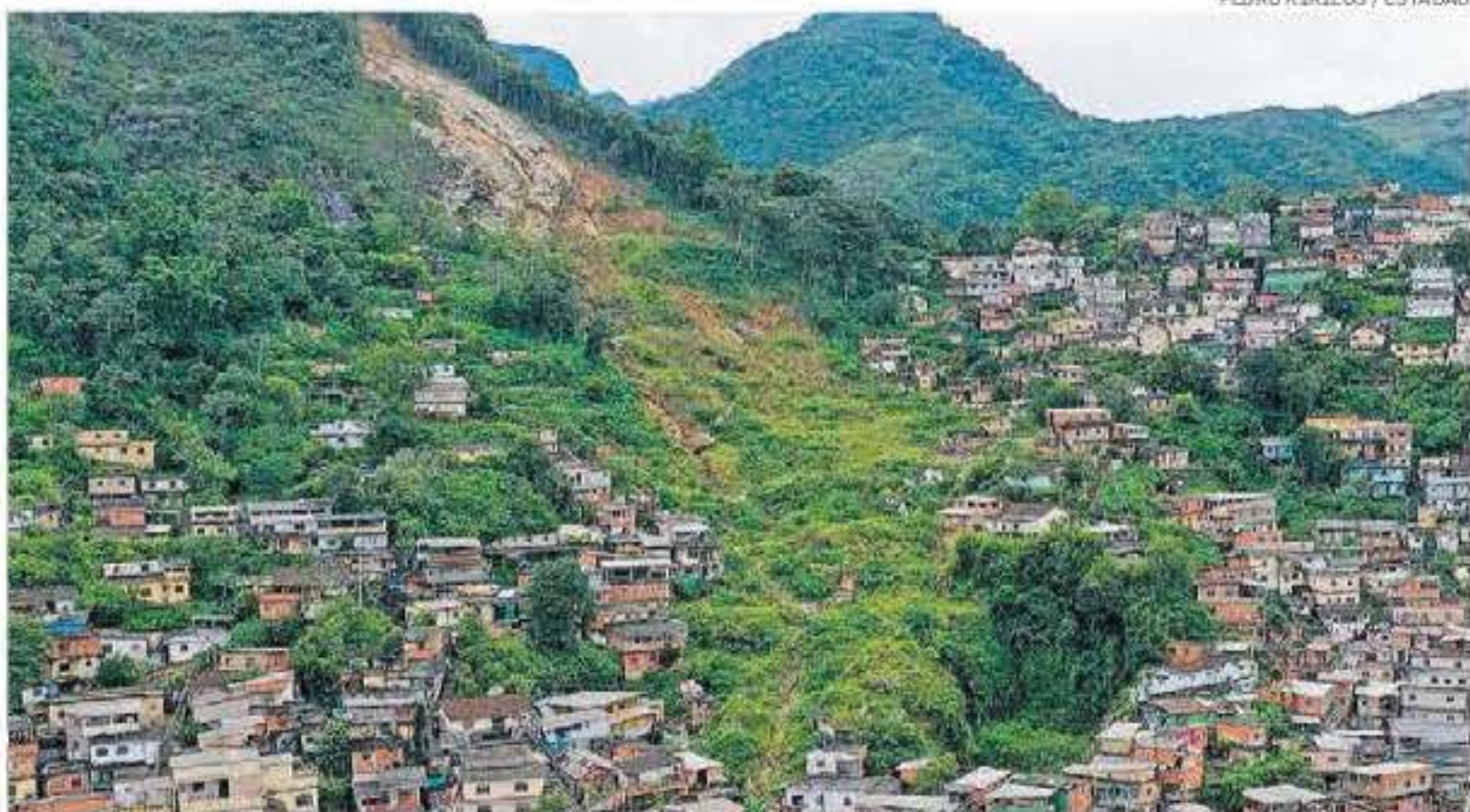
PEDRO KIRILOS / ESTADÃO

Um ano depois dos deslizamentos, área do Morro da Oficina ainda conserva os sinais das enchentes

Um menino brinca no quintal. Para, olha as nuvens carregadas por trás da rocha que se ergue sobre as casas de telhado de zinco e corre chorando para o colo do pai. Aos 3 anos, mal fala, mas já sabe ler o céu. Uma mãe está no sofá abraçada aos filhos de 8 anos e 4 anos. Sem ter por onde, ela tenta acalmá-los. Estavam na porta do condomínio, prontos para sair, quando a chuva chegou. Um ano após o temporal que deixou 241 mortos em Petrópolis, a dor da maior tragédia já registrada na cidade se transformou em medo e, por vezes, pânico na rotina das crianças.

Naquele 15 de fevereiro, 44 delas morreram. A mais nova: um bebê de 17 dias. Para outras tantas que escaparam com vida, resta o trauma, sobretudo na primeira infância (0 a 6 anos). Este é o período em que o cérebro está se formando e uma explosão de sinapses começa a dar contornos ao que será o futuro adulto. É também o período em que a criança necessita de um ambiente seguro e acolhedor.

Na cidade de 306 mil habitantes da região serrana, essa formação vem sendo interrompida e afetada abruptamente desastre após desastre. Deslizamentos, inundações, perdas materiais, deslocamentos forçados e mortes, às centenas. A contar de 2000, 443 pessoas foram vítimas das consequências de um clima cada vez mais extremo. Em 2022, no dia da tragédia anunciada, Petrópolis recebeu 530 mm de chuva em 24 horas. Isso é mais do que o dobro da média histórica.

CHORO. Mas, por enquanto, o garoto Enzo sabe apenas que nuvens carregadas, vento forte, trovões e barrancos lhe metem medo. Com razão. Sua casa está a menos de 50 metros do principal ponto de desabamento no epicentro da tragédia petropolitana: o Morro da Oficina. "Quando chove meu filho começa a chorar. Se ele vê uma barreira, acha que vai cair e me diz: 'Sai daí, mamãe, vai cair tudo'. Se ele vê uma árvore balançando então...é tenso", afirma Daiana Costa, de 32 anos, sua mãe. Nesta quarta-feira, quando o desastre que ela assistiu da janela do quarto completar um ano, Daiana levará Enzo ao posto de saúde. O menino será atendido por um clínico-geral. A mãe confia que dali saia com um encaminhamento para levá-lo a um psicólogo e um fonoaudiólogo também do SUS. "Desde o desastre, ele começou a gaguejar."

Do outro lado da cidade, Aline Bernardes terá de se desdobrar para distrair a atenção dos filhos Mateus, de 8 anos, e Maria Eduarda, de 4 anos. A família teve de abandonar a casa em que vivia, no Alto da Serra, e se mudar para um apartamento. Graças ao plano de saúde do pai, as crianças são acompanhadas por um psicólogo. "Meu filho já tinha crises de ansiedade por causa da pandemia. Quando veio a chuva foi pior, as crises foram mais intensas, passou a ter um 'tic' na mão e a acordar de madrugada pedindo socorro", afirma a mãe. "Já a Maria Eduarda começou a ficar com medo de chuva. Hoje mesmo já estava na portaria quando começou a chover forte. Tive de voltar e ficar acalmando eles", diz.

AUSÊNCIAS. Nos primeiros meses após o desastre, a procura por atendimento nos CAPs (Centros de Atenção Psicossocial), do SUS, explodiu até 569% em algumas unidades de Petrópolis. Em março de 2022, a saúde mental das pessoas atingidas direta ou indiretamente pelos alagamentos e deslizamentos na cidade foi tema de uma audiência pública no Senado. Entre as famílias, pouco pareceu ter adiantado. "Não, não fizeram nada, não para a gente aqui", diz Cristiane Gross da Silva, de 49 anos, que perdeu nove pessoas da família na tragédia. "Aqui nós somos 93 mortos, 54 casas destruídas", diz ela como a se colocar entre os mortos. A cada 15 dias, ela volta à antiga Servidão Frei Leão, onde morava. Ali, em meio aos escombros, se tropeça em restos de brinquedos. Sobre a montanha de lama, o mato está crescendo. Mais algum tempo e tudo pode estar escondido pela vegetação. Até hoje, nenhuma obra foi feita. Qualquer um pode entrar, se arriscar entre as pedras e recolher a lembrança que quiser. Por que Cristiane segue voltando? "Aqui me sinto perto deles *(dos entes perdidos)*", diz.

Em busca de auxílio
Procura por atendimento nos CAPs (Centros de Atenção Psicossocial), do SUS, avançou até 569%

A ausência e a distância também afetaram a família de Isis Esteves da Silva Araújo, de 24 anos. Mãe de quatro meninas, Lara, Layla, Emily e Mellany, de 8, 7, 5 e 3 anos, ela viu a mais velha passar a ter um comportamento distinto desde a tragédia, quando abandonaram a casa em que viviam no meio da noite, com a água pelos joelhos. A família evita tocar no assunto, mas isso não impede que, por vezes, ela volte chorando da escola. "No quarto das meninas, caiu uma pedra em cima da cama das duas mais velhas. A minha cama dobrou no meio. A casa da minha irmã rolou sobre a nossa e levou metade", afirma Isis. Com o aluguel social, se mudaram para uma casa em um bairro distante, mas Lara se mostra mais frágil emocionalmente, chorosa e com medo. A menina se queixa de saudade da casa antiga, dos amigos e primos que moravam ao redor. "Ela passou a ter autoestima baixa e a se emocionar com tudo."

Psicóloga e acostumada a atender pessoas que passam por situações extremas em Petrópolis, Samira Younes Ibrahim vê nesses casos a continuidade da tragédia. Ao lado do também psicólogo Luiz Henrique de Sá, criou a Rede de Cuidados-RJ Psicologia em Emergências e Desastres, em 2011. "A primeira coisa a entender é que o desastre não acaba no 'Dia D', ele continua sendo vivido. Não dá para separar o que é objetivo do subjetivo", diz. "O desastre de 2011 *(que deixou mais de 900 mortos nas cidades da região Serrana do Rio)* ainda continua para muita gente. Elas têm medo que isso volte a acontecer, outras perderam parentes, outras ainda têm algum familiar desaparecido."

É o que vive Adalto Vieira da Silva, de 53 anos. Nesta quarta-feira, ele completa 365 dias sem conseguir localizar o corpo do filho Lucas, de 19 anos. Além dele, sua mulher e uma filha, de 5 anos, morreram no Morro da Oficina. "Aqui morreu muita, muita criança. Eu ainda consegui salvar duas que estavam no barro, dentro do que sobrou de um bar", conta. "Não gosto nem que esses meninos me vejam porque a criança não precisa ver essa dor."

Não olhar para ela, no entanto, não garante que desapareça. Homem de aperto de mão e voz firmes, Jamil Luminato, de 61 anos, sabe disso. Sua história com as chuvas e as tragédias começou em 1981, no Morro da Independência, quando resgatou um bebê dos escombros. Sua imagem, com a criança nua em seus braços, foi para a primeira página do *Jornal do Brasil* do dia seguinte. A fotografia, de Carlos Mesquita, ganhou o Prêmio Esso Regional daquele ano. A vida de Jamil, porém, pouco mudou em 32 anos. Em 2013, no mesmo morro, em mais uma chuva, Jamil perdeu a filha e dois netos, de 3 e 5 anos, em novo deslizamento de terra. Em 2018 foi a vez de seu irmão. "O que a gente faz? Segue em frente...mas não é fácil, nunca vai ser."

GOVERNO. A Prefeitura de Petrópolis afirma que concluiu 48 obras, além de ter 41 em andamento e outras 40 em licitação, incluindo a área no Morro da Oficina. ●

ESTA REPORTAGEM RECEBEU APOIO DO PROGRAMA EARLY CHILDHOOD REPORTING FELLOWSHIP: DESIGUALDADE E COVID-19 NO BRASIL E AMÉRICA LATINA, DO DART CENTER FOR JOURNALISM AND TRAUMA, DA COLUMBIA UNIVERSITY

Crise humanitária

Governo envia chips de celular para ajuda à área Yanomami, em que não há sinal

ISAC NÓBREGA / MCOM - 10/2/2023

Juscelino Filho (E) e Silva no anúncio da parceria; Anatel confirma isolamento e conexão só via satélite

Anúncio era de que ação iria 'facilitar a comunicação entre as equipes que prestam assistência nas terras indígenas'

ANDRÉ BORGES
BRASÍLIA

O Ministério das Comunicações enviou mil chips de celular para serem utilizados em operações humanitárias que acontecem na terra indígena Yanomami, em Roraima, mas não há cobertura de operadora de celular na área, localizada a 230 quilômetros de distância de Boa Vista.

A informação foi confirmada à reportagem pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). "A região fica em local isolado sem atendimento das prestadoras móveis, que têm obrigações de atendimento nas sedes municipais, localidades e aglomerados urbanos", declarou o órgão de fiscalização, por meio de nota. O governo alega que os chips podem ser usados nas bases das equipes (*mais informações nesta página*).

SOBREVOO. No dia 9, o ministro Juscelino Filho pegou um helicóptero e, ao lado do governador de Roraima, Antonio Denarium, saiu de Boa Vista e sobrevoou a terra indígena. Foram três horas de voo e de tentativas de descer no local, mas o mau tempo impediu a aproximação. Nas suas redes sociais, divulgou os atos e afirmou que cumpria uma solicitação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que convocou os ministros a ajudar na crise Yanomami.

Na sexta-feira, o ministro fez o anúncio sobre o envio dos chips ao lado do presidente dos Correios, Fabiano Silva, com o objetivo de "facilitar a comunicação entre as equipes que prestam assistência nas terras indígenas Yanomami, localizadas entre os Estados de Roraima e Amazonas". Em comunicado conjunto, declararam que os dispositivos "dão acesso à internet, fornecendo conexão aos grupos que precisam se comunicar em meio aos trabalhos de assistência aos indígenas".

Na prática, o uso dos chips se mostra limitado porque, dentro da terra indígena Yanomami, a única forma de conexão viável se dá via satélite. Não por acaso, o próprio Ministério das Comunicações formalizou, em parceria com a Eletrobras, a instalação de 17 antenas móveis dentro do território dos indígenas. Elas permitirão o acesso à internet sem fio por meio de satélite, usando qualquer tipo de aparelho, como celulares e computadores.

Isso significa, portanto, que os usuários farão uso de aparelhos celulares que já possuem para se conectar à rede aberta, ou seja, sem ter a necessidade de utilizar um novo chip ou mesmo de ter um dispositivo.

ESSENCIAIS. No anúncio da parceria com o ministério, o presidente dos Correios, Fabiano Silva, disse que seus chips seriam "essenciais" para as ações dos grupos. "Nesses momentos de crise, todo apoio possível será feito. Com os chips Correios Celular, garantiremos agilidade na comunicação, o que facilitará a coordenação dos trabalhos de assistência", disse.

Correios
Presidente dos Correios chegou a dizer que seus chips seriam "essenciais" para o trabalho

No evento, o ministro reforçou a ideia. "Estamos empenhando todos os esforços para auxiliar no atendimento a essa crise que assolou os Yanomami e chocou o mundo", disse Filho. "Já enviamos 17 antenas com conexão banda larga via satélite, livre e gratuita, e agora estamos enviando, com os Correios, chips para reforçar a comunicação."

Desde 2017, os Correios atuam como um tipo de "operadora virtual" de telefonia. Na região de Boa Vista, a estatal faz a locação da estrutura que é fornecida pela empresa Surf Telecom, que, por sua vez, aluga a rede de telefonia móvel da operadora TIM. Isso significa que qualquer celular com chip do Correios Celular só vai funcionar se estiver na área em que a TIM tiver cobertura, o que não inclui a terra Yanomami.

Em Boa Vista, é comum a situação de queda dos serviços de telecomunicações, que ficam sobrecarregados e, muitas vezes, passam horas fora do ar, seja para telefonia ou para internet. Essa situação ocorreu, por exemplo, no dia 1.º, quando os serviços ficaram completamente paralisados por cerca de três horas. ●

Governo nega que item seja desnecessário

BRASÍLIA

O Ministério das Comunicações e os Correios declararam, em nota conjunta, que "os chips foram enviados para facilitar a comunicação entre as equipes humanitárias e de apoio que estão prestando assistência à população". O órgão negou que os itens sejam desnecessários. "Naturalmente, a localização dessas equipes é dinâmica, entretanto, suas bases possuem a cobertura do serviço. Portanto, a informação de que os chips não funcionam não é verdadeira", afirmou.

Questionados a respeito do custo dos itens, a pasta e os Correios declararam que, "nesta ação específica que tem o objetivo de auxiliar na comunicação das equipes que trabalham na ação humanitária coordenada pelo governo federal, os chips não tiveram custo para os Correios" e cada componente recebeu R$ 40 de crédito "para serem utilizados pelas equipes".

Créditos
Cada componente recebeu R$ 40 de crédito "para serem utilizados pelas equipes"

A reportagem questionou a operadora TIM sobre a sua capacidade de suportar, em Boa Vista, a eventual demanda de tráfego de dados de 1 mil novos chips oferecidos pela estatal. A TIM limitou-se a declarar que "fornece infraestrutura para áreas onde tem cobertura de rede", sem esclarecer o questionamento. ● AB

Trânsito

Prefeitura estuda faixas para motos nas Marginais

A Prefeitura de São Paulo avalia criar faixas exclusivas para motos nas Marginais do Tietê e do Pinheiros. A informação foi adiantada ontem pela TV Globo e confirmada pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB) em coletiva de imprensa realizada no mesmo dia. O estudo, segundo ele, tem o objetivo de analisar se a medida pode reduzir mortes de motociclistas no trânsito e é inspirado em um modelo já adotado na Malásia.

"Um estudo que a gente pediu acabou vazando, sobre a possibilidade de eventualmente ter uma pista de moto nas Marginais", disse o prefeito. "Nosso pessoal de transporte esteve visitando a Malásia, e na Malásia identificou que eles têm esse tipo de segregação para as motos passarem. Tendo em vista que lá o resultado é muito positivo, abriu-se aqui uma ação de estudo com relação a esse tema."

Levantamento apresentado pelo prefeito aponta que 22 pessoas morrem por ano em acidentes com motos nas Marginais do Pinheiros e do Tietê, enquanto outras 220 ficam com sequelas. "Se a gente tiver a possibilidade de fazer algo para poder evitar isso, a gente vai fazer", afirmou. Segundo a TV Globo, a ideia seria construir faixas rentes às margens dos rios, algo similar às faixas azuis.

O prefeito afirmou que o estudo sobre a implementação das faixas exclusivas ainda é "muito preliminar e incipiente". Disse também que o tema nem sequer foi tratado com o governo do Estado, mas se mostrou positivo. "Obviamente nossa relação com o governo, com o Tarcísio (*de Freitas, governador*), está muito boa. Havendo possibilidade, com certeza o Estado vai liberar."

Modelo
Sistema que funciona na Avenida 23 de Maio deve ser estendido em mais 200 quilômetros

FAIXA AZUL. Em paralelo, ele citou a faixa azul como uma experiência positiva. "Dia 25 de janeiro completou um ano, com nenhum óbito na faixa azul durante esse tempo", disse. A iniciativa foi adotada na Avenida 23 de Maio para justamente evitar acidentes envolvendo motociclistas. "A gente tem 20 quilômetros de faixa azul, e vai estender mais 200 quilômetros."

Ainda durante a coletiva, Nunes citou também as controvérsias recentes envolvendo aplicativos de transporte. "Todas as ações que a gente puder fazer para salvar vidas, inclusive de forma a evitar que a Uber e a 99 levem as pessoas na garupa, para ter um acidente, a gente vai fazer", disse o prefeito.

Segundo ele, o grupo de trabalho que foi instituído para avaliar o transporte de passageiros em motos já realizou nove reuniões, algumas delas com a presença das empresas responsáveis pelos aplicativos de transporte, mas ainda não há uma data para concluir as discussões sobre o assunto. Por ora, o transporte de passageiros por motos está vetado. "A questão do transporte de passageiros em motos nesta cidade, com a complexidade que tem, é algo bastante sério", disse. ● ÍTALO LORE

Sociedade

32 milhões de crianças vivem na pobreza no Brasil

Pelo menos 32 milhões de meninos e meninas no Brasil vivem na pobreza. O número representa 63% do total de crianças e adolescentes no País e abarca a pobreza em diversas dimensões: renda, alimentação, educação, trabalho infantil, moradia, água, saneamento e informação. É o que indica a pesquisa "As Múltiplas Dimensões da Pobreza na Infância e na Adolescência no Brasil", divulgada nesta terça-feira pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

"Neste momento em que presidente, vice-presidente, ministros, governadores, senadores e deputados iniciam novos mandatos, o Unicef alerta para a urgência de priorizar políticas públicas com recursos suficientes voltadas a crianças e adolescentes no País", afirma a entidade. "A pobreza multidimensional impactou mais quem já vivia em situação mais vulnerável – negros e indígenas e moradores das Regiões Norte e Nordeste –, agravando as desigualdades no País. Entre crianças e adolescentes negros e indígenas, 72,5% estavam na pobreza multidimensional em 2019." ●

PREVISÃO DO TEMPO

UMIDADE RELATIVA 40%

QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
21°/31°	21°/32°	19°/26°	17°/24°

SOL
NASCENTE: 5h54
POENTE: 18h40

LUA MINGUANTE
MINGUANTE 13/2 13h03
NOVA 20/2 4h09
CRESCENTE 27/2 5h06
CHEIA 7/3 9h42

● Sol pela manhã, com pancadas de chuva a partir da tarde. Rajadas de vento de 40 a 50 km/h.

Tábuas das marés: Porto de Santos

NO 20 km/h 0,5m

HOJE			QUINTA, 16		
0h42	↑	1,2	1h07	↑	1,4
7h01	↓	0,5	7h26	↓	0,4
12h30	↑	1,1	13h00	↑	1,2
18h12	↓	0,3	18h57	↓	0,2

SEXTA, 17			SÁBADO, 18		
1h27	↑	1,6	1h54	↑	1,7
7h51	↓	0,4	8h18	↓	0,4
13h24	↑	1,4	13h49	↑	1,5
19h28	↓	0,0	20h04	↓	0,0

Capitais	MÍN/MÁX		MÍN/MÁX
ARACAJU	25°/31°	MACEIÓ	23°/30°
BELÉM	24°/29°	MANAUS	24°/32°
BELO HORIZONTE	20°/32°	NATAL	24°/30°
BOA VISTA	24°/31°	PALMAS	21°/32°
BRASÍLIA	19°/30°	PORTO ALEGRE	23°/28°
CAMPO GRANDE	21°/32°	PORTO VELHO	24°/31°
CUIABÁ	23°/35°	RECIFE	25°/30°
CURITIBA	18°/29°	RIO BRANCO	21°/32°
FLORIANÓPOLIS	23°/32°	RIO DE JANEIRO	22°/31°
FORTALEZA	25°/29°	SALVADOR	25°/28°
GOIÂNIA	21°/31°	SÃO LUÍS	25°/29°
JOÃO PESSOA	24°/30°	TERESINA	25°/33°
MACAPÁ	24°/30°	VITÓRIA	23°/35°

Confira a previsão para os próximos dias: **www.estadao.com.br/clima-e-tempo/sp-sao-paulo**

Mundo	FUSO	MÍN/MÁX		FUSO	MÍN/MÁX
ASSUNÇÃO	0	20°/34°	MÉXICO	3	14°/25°
ATENAS	5	6°/11°	MIAMI	2	18°/28°
BARCELONA	4	7°/14°	MONTEVIDÉU	0	21°/23°
BERLIM	4	7°/10°	MOSCOU	5	-3°/-5°
BRUXELAS	4	4°/11°	NOVA YORK	2	7°/16°
BUENOS AIRES	0	20°/29°	PARIS	4	4°/17°
CARACAS	1	20°/24°	ROMA	4	6°/13°
CHICAGO	3	5°/18°	SANTIAGO	0	15°/30°
ESTOCOLMO	4	1°/4°	SYDNEY	14	19°/25°
GENEBRA	4	0°/11°	TEL-AVIV	5	7°/13°
JOHANNESBURGO	3	17°/24°	TÓQUIO	12	1°/7°
LIMA	2	21°/22°	TORONTO	2	4°/12°
LISBOA	3	8°/18°	WASHINGTON	2	9°/18°
LONDRES	3	5°/13°			
LOS ANGELES	5	8°/26°			
MADRID	4	5°/12°			

CLIMATEMPO
A StormGeo Company

Vida na cidade

Anhangabaú tem três megafestivais de música previstos para este ano

Público estimado é de 35 mil pessoas por dia e eventos serão anuais; prefeito estima impacto de R$ 1,4 bilhão em dez anos

ITALO LO RE

O Vale do Anhangabaú, no centro da capital paulista, deverá ter três megafestivais de música neste ano. A Prefeitura anunciou ontem que o consórcio que administra o local firmou uma parceria com a produtora de eventos 30e para a realização de shows no espaço. O objetivo é que os festivais ocorram anualmente.

O público estimado para os três eventos deste ano é de 210 mil pessoas – 35 mil em cada dia de shows (cada festival vai durar dois dias). Entre as atrações já anunciadas, estão a cantora americana Lana Del Rey e a banda britânica Florence + The Machine, que irão se apresentar no Vale do Anhangabaú em maio.

"A administração vai dar todo o respaldo (*para a realização dos eventos*)", disse o prefeito Ricardo Nunes (MDB) na sede da Prefeitura. "Os dados do impacto dos três festivais na cidade são impressionantes." Segundo o prefeito, os eventos vão gerar 22 mil vagas de empregos formais e 120 mil vagas de empregos informais ao longo das edições projetadas até o fim da concessão do Vale do Anhangabaú. O espaço passou a ser administrado pelo consórcio Viva o Vale, liderado pela WTorre, no fim de 2021. O contrato tem duração de dez anos.

Empregos
Eventos vão gerar 22 mil vagas de empregos formais e 120 mil vagas informais

Nunes afirmou ainda que, ao todo, a estimativa é de que R$ 30 milhões serão pagos em salários durante esse período. "Os três festivais terão R$ 1,4 bilhão em investimentos durante os dez anos", disse o prefeito.

ULTRA BRASIL. O evento de estreia será o Ultra Brasil, previsto para ocorrer nos dias 21 e 22 de abril deste ano. A edição nacional do evento ocorrerá pela primeira vez no Vale do Anhangabaú e terá quatro megapalcos ocupando o espaço. Entre as atrações estão a banda inglesa Above & Beyond e o DJ sueco Axwell.

MITA FESTIVAL. Nos dias 3 e 4 de junho, será a vez do MITA Festival, que levará ao espaço atrações como Lana Del Rey e Florence + The Machine. O evento contará ainda com shows da banda americana The Mars Volta e do grupo musical brasileiro NxZero.

KNOTFEST BRASIL. O último a ocorrer será o Knotfest Brasil, que terá detalhes da edição deste ano revelados em breve. O evento estreou no ano passado com apresentações de bandas como Slipknot, Judas Priest e Sepultura no Autódromo do Anhembi, zona norte da cidade. Segundo a gestão municipal, o objetivo da parceria com a 30e, produtora fundada há menos de dois anos, é fortalecer o espaço na rota do entretenimento. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Leitor cobra estorno de uso indevido de cartão

Reclamação de Moacyr Libman: "Eu e a minha esposa temos o cartão Visa há mais de 40 anos. Desde o tempo em que era somente Unibanco. Minha esposa sofreu um golpe no cartão, que ultrapassou o dobro do seu limite, sem que tivesse qualquer contato do cartão para sua aprovação das despesas. Eu fiz um contato com o atendimento do cartão, via minha gerente de conta, e a resposta foi que não poderiam estornar os valores, nem aqueles que ultrapassaram o seu limite, o que me leva a entender que o limite de compra só é uma 'figura' e com o cartão em mãos a pessoa pode fazer o que bem entender."

Resposta do Itaú Unibanco: "O Itaú Unibanco afirma que o caso em questão já foi solucionado sem prejuízos ao cliente. O Itaú reforça a orientação para que os consumidores tomem cuidado com abordagens suspeitas durante entregas, conhecidas como 'golpe do delivery', e fiquem atentos ao valor antes de digitar a senha pessoal em maquininhas, além de sempre solicitar o comprovante de pagamento."●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

Maravilhas da aviação

A sensação que se experimentou em voar como águias, podia ser muito bem o título da narrativa do tenente Thoret, acerca de seu vôo de 7 horas, em aeroplano sem motor, sobre o deserto algeriano. O feito foi realisado com um avião militar commum. O vôo foi 'sem motor' no sentido de que o tenente Thoret empregou o seu motor somente para elevar-se até encontrar as correntes de ar necessarias; depois disso ele planou e deslisou horas e horas até que o frio da noite do deserto o obrigou a baixar à terra.

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmera do seu celular para o QR Code ou acesse **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351 ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone

Dina Marotti Requena – Aos 93 anos. Era viúva de João Requena. Deixa a filha Katia Maria, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Elza Dias Correia – Aos 90 anos. Era viúva. Deixa os filhos Marlene, Marina, José, Luiz, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Ana Aparecida Gomes – Aos 83 anos. Deixa os filhos Flávio, Clóvis, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Eliane de Oliveira Veiga do Nascimento – Aos 55 anos. Era casada com Paulo Roberto. Deixa filhos, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Luiz Maximo de Sousa – Aos 80 anos. Era casado com Maria Socorro de Oliveira. Deixa os filhos Raimundo, Isaias, Jeova, Miguel, Altina, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Oswaldo Cesare – Aos 79 anos. Era casado com Nair da Silva Cesare. Deixa os filhos Flaudemir, Edna, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Wanderlei Aparecido Souza Coutinho – Aos 67 anos. Era casado com Izabel Garcia Coutinho. Deixa os filhos Igor, Wendel, Andreza, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

MISSAS

Mauro Salles – Amanhã, às 13 horas, na Paróquia Nossa Senhora do Brasil, na Pç. Nossa Sra. do Brasil, 1, Jardim América (7º dia).

Ignez Basso Olivi – Hoje, às 18 horas, na Paróquia Santa Generosa, na Av. Bernardino de Campos, 360 (8 anos).

Wanda Junqueira Moraes Corrêa – Amanhã, às 11 horas, na Paróquia São José, na R. Dinamarca, 32, Jardim Europa (7º dia).

Wagner F. S. Weidebach – Hoje, às 18h30, na Paróquia da Assunção de Nossa Senhora, na Al. Lorena, 665, Jardim Paulista (8 anos).

Paulo Franco Neves – Amanhã, às 12 horas, na Igreja São Pedro e São Paulo, na R. Padre José Griecco, 111, Cidade de Jardim (2 anos).

Carlos Alfredo de Souza Queiroz – Dia 18, às 19 horas, na Paróquia Santa Therezinha, na Pç. Luiz Mantoanelli, s/nº, Itaici – Indaiatuba (1 ano).

Conmebol terá 6 vagas em Mundial de clubes com 32 participantes

Campeonato Brasileiro

CBF endurece pena por racismo e clubes podem perder pontos

Além disso, equipes poderão ser multadas em até R$ 500 mil; limite de estrangeiros será de sete

RAFAEL RIBEIRO / CBF

Dirigentes se encontram no Conselho Técnico do Campeonato Brasileiro da Série A, na sede da CBF

MARCIO DOLZAN / RIO

A Série A do Brasileirão terá as imagens e os áudios das revisões do VAR exibidos nos telões dos estádios, deverá ter "acréscimos de Copa do Mundo", poderá ter até sete atletas estrangeiros por time em cada jogo e seguirá tendo quatro clubes caindo para segunda divisão do próximo ano. Além disso, clubes que se envolverem em episódios de racismo poderão pagar multas de até R$ 500 mil ou mesmo perder pontos na tabela de classificação.

Quase todas as medidas foram aprovadas ontem, durante o Conselho Técnico da competição, que foi realizado na sede da CBF, no Rio. A única exceção foi a punição para o caso de racismo, que foi incluída pela entidade no Regulamento Geral de Competições (RGC) e apresentada diretamente aos clubes, sem chance de debate.

A perda de ponto era um desejo do presidente da entidade, Ednaldo Rodrigues, mas desde que havia sido anunciada, no ano passado, encontrou resistência de boa parte dos clubes. Com a inclusão no RGC, contudo, ela passou a valer para todas as competições organizadas pela entidade a partir deste ano.

"Racismo é um tema que já existe há séculos. Passam décadas, se discute e nada se chega. O que a CBF coloca é um RGC em que é prerrogativa da entidade, através de seu estatuto. Isso não se debate, não se coloca em discussão. É um sentimento de toda a sociedade e de toda a entidade de colocar soluções que sejam mais razoáveis com relação a qualquer discriminação, principalmente racial", disse o presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues.

A perda de ponto é apenas uma das punições previstas no RGC para o caso de racismo. Dependendo da gravidade, o clube poderá sofrer uma multa de até R$ 500 mil, perder mando de campo ou ainda ser obrigado a atuar sem torcida.

Sem debate
Penas por racismo foram incluídas no Regulamento Geral de Competições e valem nos torneios da CBF

ESTRANGEIROS. Medida pleiteada por São Paulo e Santos, a ampliação do número de atletas estrangeiros por jogo, de cinco para sete, foi aprovada pelos clubes sem maiores ressalvas. O entendimento geral é de que o elevado número de jogos, que incluem ainda Copa do Brasil e competições internacionais, demanda elencos maiores. Os clubes citaram o exemplo europeu, onde não há limitação para uso de jogadores nascidos no continente, para aprovar o aumento.

"O Brasil é um país comprador na América do Sul, e em grandes centros você não tem essa restrição. Isso é um avanço e não compromete a formação da base. Veja o São Paulo: tem jogadores estrangeiros, mas 50% de seu elenco é de formação na base", disse Júlio Casares, presidente do São Paulo. "A proposta foi nossa, do Santos também, mas a discussão foi ampla e a aprovação foi unânime."

O Brasileirão também passará a ter as revisões do VAR e os áudios das equipes de arbitragem mostradas em tempo real nos telões dos estádios.

Segundo o presidente da Comissão de Arbitragem, Wilson Seneme, outra mudança que será percebida diz respeito a acréscimos mais longos ao final de cada tempo, semelhante ao que foi visto na Copa do Mundo do Catar, quando muitas partidas passavam de 50 minutos por etapa.

A redução de quatro para três clubes rebaixados ficará para o ano que vem. Segundo a CBF, essa medida terá impacto direto nas quatro divisões, e por isso precisa ser debatida com os clubes de todas as séries. ●

Justiça

MP de Goiás cumpre mandados contra suspeitos de fraudar jogos da Série B

O Ministério Público de Goiás cumpriu ontem um mandado de prisão temporária e nove de busca e apreensão contra suspeitos de fraudar resultados de jogos da Série B do Brasileirão. A operação batizada, de Penalidade Máxima, ocorreu em Goiânia (GO), São João del-Rei (MG), Cuiabá (MT), São Paulo (SP), São Bernardo do Campo (SP) e Porciúncula (RJ). O grupo teria manipulado o resultado de pelo menos três partidas ocorridas no fim de 2022: Tombense x Criciúma; Sampaio Correia x Londrina; e Vila Nova x Sport. De acordo com o MP, o esquema movimentou um montante de mais de R$ 600 mil.

Liga dos Campeões

Em casa, Paris Saint-Germain perde para o Bayern e precisará vencer jogo de volta

O início das oitavas de final da Liga dos Campeões não foi como esperado pela torcida do Paris Saint-Germain. Ontem, o time perdeu para o Bayern de Munique por 1 a 0, no Parque dos Príncipes, em Paris, e agora precisa vencer o rival por dois gols de diferença no jogo de volta, dia 8 de março, na Alemanha, para avançar às quartas de final. O gol bávaro foi marcado por Coman, revelado pelo PSG. Na outra partida disputada ontem, o Milan venceu o Tottenham por 1 a 0, gol de Diaz. O atacante brasileiro Richarlison entrou apenas no final do segundo tempo e pouco fez. O jogo de volta também será em 8 de março.

Campeonato Paulista

Artilheiro do São Paulo, Galoppo deve ser titular hoje, contra a Inter, no Morumbi

São Paulo   Inter de Limeira

O São Paulo recebe a Inter de Limeira, hoje, às 21h35 no Morumbi, pela 9.ª rodada do Paulistão. Para o jogo, o técnico Rogério Ceni deverá contar mais uma vez com o argentino Giuliano Galoppo, que tem cinco gols no torneio, como titular. "É uma pressão que eu gosto, porque gosto de fazer gols, gosto de assumir responsabilidades". **São Paulo:** Rafael; Nathan, Alan Franco, Beraldo e Caio Paulista; Méndez, Nestor e Luciano; Galoppo, Wellington Rato e Calleri. **Técnico:** Rogério Ceni. **Inter de Limeira:** Léo Vieira; Léo Duarte, Douglas, Leandro Silva e Zé Mário; Claudinei, Jean Martim, Iago Telles e Matheus Oliveira; Bill e Jonathas. **Técnico:** Pintado. **Juiz:** Douglas M. Flores. **Local:** Morumbi. **Horário:** 21h35. **Na TV:** Record e Premiere.

CARLA CARNIEL/REUTERS

O argentino Galoppo deve ter sequência como titular no São Paulo

O MELHOR DA TV

SURFE
- **WSL - Circuito Mundial**
Etapa de Sunset
15h / SporTV 3

FUTEBOL
- **Campeonato Inglês**
Arsenal x Manchester City
16h30 / ESPN
- **Pré-Libertadores**
El Nacional x Nacional Potosí
21h / ESPN 4
- **Campeonato Paulista**
São Paulo x Inter de Limeira
21h30 / Record e Premiere

VÔLEI
- **Superliga Feminina**
Barueri x Pinheiros
18h / SporTV 2
- **Superliga Masculina**
Sesi-SP x Cruzeiro
20h / SporTV

BASQUETE
- **NBA**
Miami Heat x Brooklyn Nets
21h30 / ESPN 2

Iniciativa

Escama de peixe vira joia e melhora a vida de mulheres

Ao passar temporada na Ilha da Maré, voluntária vê em restos da pesca forma de gerar renda com artesanato

DARIO G. NETO/ASN BAHIA

Rosane mostra joias produzidas com escamas de peixe e conchas

LUDIMILA HONORATO

Nascida no Rio de Janeiro, Rosane de Oliveira Leite se instalou em Salvador já casada, aos 17 anos, acompanhando o marido que havia sido transferido por conta do trabalho. A mãe e a irmã a seguiram depois, servindo como porto seguro para a jovem. Em setembro de 2009, porém, a mãe morreu e, sete meses depois, a irmã. Num espaço de tempo, ela ficou viúva, casou-se novamente e teve filhos.

Mas teve uma época em que ficou "pirada", diz, "triste com a natureza". A filha, percebendo-a deprimida, sugeriu que Rose fosse passar um tempo na Ilha de Maré, uma vez que gostava de praia. Por lá, ficou do Natal de 2010 ao carnaval de 2011, se encantou pelo lugar e decidiu morar ali.

"Comecei a andar pela Maré e vi a necessidade das mulheres marisqueiras, porque, para elas catarem um quilo de siri para vender, tinham de ter uma bacia de dez quilos de siri na casca ainda. Entendi que é muito sacrificado", conta.

Já familiarizada com o artesanato, Rose percebeu que a atividade poderia ser uma alternativa de renda mais viável a essas mulheres, com maior rendimento e menos risco.

Nas andanças pela ilha, notou outra coisa: escamas grandes de peixes, conchas de ostras e mariscos sendo desperdiçadas, o que causava mau cheiro. Ela já tinha visto na internet que esse material poderia ser usado no artesanato, mas até então ninguém tinha ensinado a técnica. Disposta, ela começou a testar.

APRENDIZADO. Era preciso beneficiar esses insumos de modo que as conchas perdessem o cheiro, ficassem mais lisas e pudessem ser usadas. Rose utilizou água sanitária, água e sabão e viu que levava sete dias até o recurso ficar propício ao uso. Depois, mais sete dias para recortar, tingir, pintar e montar até chegar ao produto final.

São brincos, colares, chaveiros, porta-guardanapos e itens de decoração feitos com o que seria descartado após a pesca e a mariscagem. Ao postar os primeiros resultados nas redes sociais, o boca a boca funcionou. Ela passou a vender os produtos e ensinar a técnica.

APOIO. Logo, Rose compreendeu que tinha um negócio em mãos e, por meio de consultorias do Sebrae, aprendeu a precificar as joias e divulgá-las melhor. Outra oportunidade que surgiu com o empreendimento foi ampliar o ensino do artesanato e do uso sustentável de materiais que seriam desperdiçados.

Ela faz parte do Instituto de Pesca Artesanal da Ilha de Maré, que a levou ao Centro de Referência de Assistência Social (Cras) para dar aulas de forma voluntária. "Sei que através de lá, vou fazer todo mundo conhecer esse trabalho", diz.

Mesmo assim, são projetos pontuais, e ela espera que a iniciativa ganhe amplitude. "O que mais precisa aqui é apoio de entidades, do governo, do Estado para fazer esse trabalho, expor, aproveitar a matéria-prima e educar a população", afirma. ●

Programa social **Promessa de campanha**

Com aporte de R$ 20 bi, plano para 'limpar' dívidas terá alcance limitado

Avaliação inicial da equipe econômica é de que recursos reservados para o Desenrola são insuficientes para atender todo o público-alvo, com renda de até 2 salários mínimos

THAÍS BARCELLOS
BRASÍLIA

O desenho inicial do Desenrola, o programa de renegociação de dívidas que foi uma das promessas de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é insuficiente para absorver todo o público-alvo, segundo apurou o *Estadão/Broadcast*. Como o fundo que será mantido pelo Tesouro Nacional para dar garantia às operações deve ser limitado a R$ 20 bilhões, é provável que algumas dívidas fiquem de fora do programa.

Nessa fase inicial, o programa vai prever a renegociação de débitos de quem ganha até dois salários mínimos (R$ 2,6 mil) e que tinha dívidas de até R$ 5 mil vencidas havia mais de 180 dias no dia 31 de dezembro passado. A ideia é de que o banco escolhido pague o débito para o credor e, então, faça um novo empréstimo para o cliente, com desconto. A taxa de juros deverá ser de até 1,99% ao mês. Caso o cliente não pague novamente, terá o nome incluído na lista de devedores; já o banco poderá apresentar o contrato ao Tesouro, que honrará a garantia de 100% do valor.

O assunto foi debatido com a equipe econômica, que está ciente de que não será possível resolver o problema de todos os negativados do País. A avaliação, porém, é de que o programa na versão já apresentada a Lula deve "fazer a diferença" – especialmente considerando análises iniciais em birôs de crédito sobre a quantidade de dívidas por CPF, disse um interlocutor que participou das discussões do programa.

Caso Lula discorde, todos devem ser chamados novamente para ajustar as premissas. Se aceitar a proposta, o programa pode ser anunciado próximo ao carnaval, com mudanças no Imposto de Renda de Pessoa Física e no salário mínimo, como mostrou o **Estadão** na segunda-feira.

FASES. Pelo formato proposto, o Desenrola prevê duas fases: a primeira com os credores, como bancos, varejistas, empresas de telefonia e de serviços públicos, e depois com os devedores. Nas premissas apresentadas a Lula, os grandes bancos, que participaram ativamente da formatação do desenho inicial, teriam disposição de integrar o programa.

A fase inicial vai funcionar como um leilão. O governo deve abrir um processo para que os credores manifestem se querem participar do programa e qual o porcentual de desconto que estão dispostos a conceder sobre o total de dívidas que têm a receber. A partir disso, o governo vai escolher as empresas participantes do Desenrola, com base no montante do fundo garantidor que deve ser dedicado a cada setor e no período de vencimento da dívida.

Depois, na etapa que envolve os devedores, o governo deve criar uma página na internet por meio da qual o consumidor poderá verificar quais dívidas seriam passíveis de quitação pelas regras do Desenrola e escolher a instituição financeira para fechar a operação.

> **Anúncio**
> **Se já tiver a aprovação de Lula, programa deve ser divulgado próximo ao carnaval**

Uma condição imposta pela equipe econômica nas conversas iniciais com as partes interessadas é de que o credor, tão logo "vença" o leilão, limpe o nome dos consumidores que tenham dívidas vencidas de até R$ 100 com a empresa, mesmo antes do pagamento pelo banco participante.

'RECIPROCIDADE'. Seria uma espécie de reciprocidade, já que os credores irão se beneficiar com o programa, recebendo recursos que, na prática, já tinham desistido de reaver. A dívida não seria perdoada, mas o devedor sairia da lista de negativados, favorecendo novos empréstimos e até seleções de emprego e contratos de aluguel.

Mesmo que Lula aceite o formato do Desenrola apresentado pela equipe econômica, técnicos que participam das discussões avaliam que a operacionalização deve ser complexa. Nesse sentido, deve demorar algum tempo para que o programa esteja realmente de pé até que seja definida a modelagem do leilão e quem será responsável por operar o sistema, por exemplo. ●

Moeda regional exige controle regional

ARTIGO

Marcílio Toscano Franca e Alessandra Macedo Franca
São, respectivamente, pós-doutor pelo Instituto Universitário Europeu, árbitro da Organização Mundial da Propriedade Intelectual; e professora da Universidade Federal da Paraíba, doutora em Direito Internacional pela Universidade de Genebra

"Países não devem ser julgados pelas palavras escritas em suas constituições, mas por seus orçamentos", sentenciaram Noam Chomsky e Vijay Prashad. Claro, orçamentos refletem um compromisso com a efetividade de direitos e políticas públicas, e crimes contra o orçamento podem tornar letra morta até a melhor das constituições.

Em 2021, começou a funcionar na União Europeia uma Procuradoria Europeia, o "Parquet Européen", organismo independente, dotado de personalidade jurídica, responsável por investigar e levar a julgamento crimes contra o orçamento da União Europeia, como fraudes financeiras e corrupção.

Com sede em Luxemburgo e integrado por uma procuradora-geral europeia e um colégio de procuradores, todos com mandato, o órgão reúne 22 dos 27 Estados-membros da União Europeia em um mecanismo de cooperação reforçada. Procuradores delegados atuam em escritórios nos Estados-membros, com independência funcional em relação às autoridades nacionais.

> *Uma procuradoria regional pode garantir mais eficiência nos orçamentos e políticas do Mercosul*

Embora não exista um código penal europeu, uma política de harmonização de legislações assegura a possibilidade de atuação desse ministério público regional perante os órgãos jurisdicionais dos Estados-membros.

O órgão especializado já abriu mais de 500 investigações, com recuperação de cerca de 150 milhões de euros. Isso inclui, por exemplo, a acusação de um ex-ministro croata por abuso de poder e tráfico de influência, bem como o levantamento da imunidade de eurodeputados por irregularidades na verba parlamentar.

No discurso de posse, o presidente Lula da Silva sinalizou que a sua política externa concretizará "a retomada da integração sul-americana, a partir do Mercosul". Fernando Haddad e Gabriel Galípolo, seu secretário executivo na Fazenda, assinalaram que um processo de integração monetária regional pode reforçar o bloco. Em artigo assinado com Alberto Fernández, presidente da Argentina, Lula afirmou que pretende avançar nas discussões sobre uma moeda comum, a fim de reduzir custos operacionais e vulnerabilidades externas.

A eventual criação de uma moeda comum e o aprofundamento da integração via Mercosul necessitam de transparência, controle e eficiência crescentes. Uma procuradoria regional tem tudo para garantir mais eficiência e racionalidade nos orçamentos e políticas do bloco. ●

Política monetária Sob pressão

Campos Neto pede que investidores tenham 'boa vontade' com o governo

Presidente do Banco Central vê mercado 'apressado' e 'afoito', e lembra que novo governo assumiu faz 'pouco tempo'

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse ontem que os investidores têm de mostrar mais "boa vontade" com governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "O investidor é muito apressado, é muito afoito, e acho que precisamos ter um pouco mais de boa vontade com o governo", disse ele, durante participação em evento organizado pelo banco BTG Pactual.

Ele voltou a afirmar que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem tido uma "boa vontade enorme" e se mostrado disposto a seguir um arcabouço fiscal com disciplina. O presidente do BC lembrou que o governo está instalado há apenas 45 dias – "é pouco tempo". "Tem uma boa vontade enorme do ministro Fernando Haddad de falar: 'Olha, nós temos um princípio de seguir um plano fiscal com disciplina'. Tem um arcabouço que está sendo trabalhado, já foram elaborados alguns objetivos", completou ele.

As declarações foram dadas um dia depois de Campos Neto participar do programa *Roda Viva*, durante o qual ele rejeitou a tese de aumentar a meta de inflação como caminho mais rápido para a redução dos juros. A pressão para essa mudança vem principalmente de Lula, que já classificou a atual Selic como uma "vergonha para o País" e se referiu a Campos Neto como "esse cidadão".

Com o aumento do confronto, ministros passaram a alertar Lula de que uma crise na relação com o BC só contribui para elevar o chamado prêmio de risco pedido por quem compra papéis do Tesouro Nacional e financia o governo, impactando a curva de juros (situação que ocorre quando o mercado precifica uma alta de juros nos contratos futuros) e pressionando o câmbio. O dólar mais alto, por sua vez, retroalimenta a inflação e pode retardar, justamente, a queda de juros.

> **Inflação**
> **Campos Neto disse que a revisão da meta não é garantia de maior crescimento do País**

Ainda durante o evento no BTG, Campos Neto voltou a dizer que é "justo" que o governo questione o nível atual dos juros. "Acho que é justo questionar os juros altos. É importante ter alguém que faça esse papel no governo sempre. Faz parte do jogo, do equilíbrio natural."

Ele afirmou que é trabalho do BC melhorar a comunicação e esclarecer as razões por trás dos juros altos no País. Nesse sentido, Campos Neto reconheceu que a autarquia poderia ser mais "didática" no trabalho. Ele alertou, no entanto, que a experiência internacional mostra que permitir uma inflação mais alta para crescer mais é normalmente ruim. "No final, isso leva a uma inflação muito alta e a um crescimento que sobe muito pouco."

Ele também voltou a defender que é possível coordenar uma política fiscal responsável com a política social. Ele repetiu que o ideal é que os programas sejam temporários, direcionados e sob medida, mas ponderou que o governo está "na direção certa" sobre o tema fiscal.

PIX. O presidente do Banco Central disse que os bancos podem ter perdido arrecadação com tarifas, mas ganharam eficiência com o Pix. Ele repetiu que o sistema de transferência de recursos elevou a bancarização no País, com a abertura de 9 milhões de novas contas. Segundo ele, a ideia é juntar o Pix com o open finance, de forma a permitir uma competição online por produtos bancários. ● CÍCERO COTRIM e FRANCISCO CARLOS DE ASSIS

Governo fecha acordo com OAB e mantém voto de qualidade no Carf

MARCELA VILLAR

O governo federal fechou ontem acordo com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sobre o alcance do chamado voto de qualidade do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

Em caso de empate nos julgamentos do conselho, o voto se mantém a favor do Fisco, mas não será aplicada multa aos contribuintes, como antecipou o **Estadão**. Ao pagamento da dívida será acrescida somente a taxa básica de juros, a Selic – hoje em 13,75% ao ano.

Além disso, as multas já aplicadas em casos antigos serão extintas. Outras ponderações acatadas pelo governo são o prazo de três meses para que o contribuinte e a Fazenda possam negociar o parcelamento da dívida em 12 meses. Se o contribuinte decidir pagar e não questionar a dívida na Justiça, ainda haverá supressão dos juros. Isso vale tanto para casos a serem julgados quanto para os passados.

STF. Ainda ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o presidente da OAB, Beto Simonetti, e o presidente da Comissão de Direito Constitucional da OAB, Marcus Vinicius Coelho Furtado, entregaram uma petição que formaliza o acordo ao relator do caso, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF).

A OAB havia enviado uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ao STF para derrubar a medida provisória (MP) de Haddad em 31 de janeiro. Agora, o objetivo é pedir que Toffoli considere as condições desse acordo na análise da ação. A OAB deve fazer isso via liminar na ADI para que a MP seja interpretada com base no acordo. Uma emenda com esses termos também será encaminhada ao Congresso.

"Estamos falando aí de 130 empresas que respondiam por metade do estoque em valor do Carf, 130 empresas respondiam por R$ 600 bilhões no Carf. Foi uma polêmica muito grande. Eu acho que todos nós aprendemos com a situação e encaminhamos, então, ao STF (*o acordo*) com o entendimento que tem a vigência enquanto durar a medida provisória no Congresso Nacional, porque, evidentemente, o Congresso vai ter o seu tempo agora para deliberar sobre o assunto", disse Haddad.

> ***"Todos aprendemos com a situação e encaminhamos ao STF (o acordo) com o entendimento de que tem a vigência enquanto durar a MP no Congresso"***
> **Fernando Haddad**
> Ministro da Fazenda

Para o deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE), ainda é preciso negociar um acordo com os parlamentares. "É preciso evoluir nas negociações", diz o deputado, autor de uma das dezenas de emendas à MP de Haddad. ● COLABOROU ANTONIO TEMÓTEO/BRASÍLIA

Fábio Alves E-mail: fabio.alves@estadao.com; Twitter: @colunafabioalve

Outro desgaste à vista?

Será finalmente possível avaliar se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está blefando com sua retórica agressiva em temas econômicos ou se o seu novo governo será mesmo uma espécie de Dilma 3 com a indicação dos nomes que irão substituir os diretores do Banco Central cujos mandatos acabam no fim deste mês.

Ainda há analistas que dão um desconto ao tom bélico de Lula contra o nível de juros, por exemplo, classificando-o como falatório para a audiência cativa da esquerda. Isso porque, durante o seu primeiro mandato, como o BC não tinha autonomia aprovada pelo Congresso e ele podia efetivamente demitir quem o comandava, Lula delegava as críticas ao seu vice-presidente, José Alencar.

Como agora o BC tem independência por lei e ele não pode simplesmente demitir o seu presidente, Roberto Campos Neto, Lula trouxe para si a tarefa de verbalizar a insatisfação com o patamar da taxa Selic, em 13,75%; com o nível da meta de inflação; e até com a própria autonomia do BC.

Mas a nomeação dos novos diretores do BC será a prova dos noves entre o discurso agressivo para os militantes petistas e a intenção, de fato, de adotar sua versão da Nova Matriz Econômica, adotada por Dilma Rousseff e que resultou em recessão e inflação alta.

> *Diante da turbulência, seria recomendável adiar a indicação de nomes para o BC*

Os mandatos do diretor de Política Monetária, Bruno Serra, e de Fiscalização, Paulo Souza, acabam no próximo dia 28. Haja vista que a diretoria de Fiscalização é considerada um cargo mais burocrático e o atual ocupante é um funcionário de carreira, a preocupação recai sobre a diretoria de Política Monetária. Se o nome indicado por Lula tiver um perfil ideológico e não técnico, sem alinhamento com os outros diretores do BC, a reação do mercado será muito negativa.

Assim, estará confirmada a percepção de que os recentes ataques de Lula vão além de meros ruídos e que o presidente realmente embarcará numa política de intervenção sobre a autoridade monetária. Ou seja, daqui em diante, a cada mandato de diretor que terminar e a lei exigir uma nova nomeação, haverá a pressão para o BC se curvar e se alinhar ao que Lula quer.

Diante da turbulência com a antecipação do debate para a mudança no nível da meta de inflação, que gerou elevação nas expectativas inflacionárias e disparada nos juros futuros, seria recomendável o governo adiar a indicação dos nomes desses dois diretores do BC.

Até porque, como a lei diz que o Senado terá de aprovar as indicações de Lula, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa nem sequer foi instalada. Para que antecipar outro desgaste no mercado? ●

COLUNISTA DO BROADCAST

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**, Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Política monetária Inflação

Troca de meta não está na pauta do CMN, diz Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que a proposta de mudança da atual meta de inflação não estará na pauta da reunião de amanhã do Conselho Monetário Nacional (CMN). "Existe uma coisa chamada Comoc (Comissão Técnica da Moeda e do Crédito) que define a pauta do CMN. (*A discussão do regime de metas*) não está na pauta", disse Haddad.

O debate sobre a mudança foi iniciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que tem criticado a autonomia do Banco Central na definição da taxa básica de juros. O presidente tem defendido uma redução da Selic para estimular a economia e a concessão de crédito.

Integrante do CMN (além de Haddad e da ministra Simone Tebet, do Planejamento), o presidente do BC, Roberto Campos Neto, é contra a proposta de mexer agora na meta de inflação. Segundo ele, o efeito prático da medida seria "perda de flexibilidade". ● ANTONIO TEMÓTEO/BRASÍLIA

Solange Srour

‘Nós estamos perdendo âncora fiscal e monetária’

A economista-chefe do Credit Suisse no Brasil teme que a revisão da meta possa elevar a inflação

ENTREVISTA

Mestre em Economia pela PUC-Rio, onde também lecionou, Solange Srour é economista-chefe do Credit Suisse no País

CÍCERO COTRIM
RENATA PEDINI

WILTON JUNIOR/ESTADÃO-19/11/2020

O aumento das metas de inflação pode ampliar a desancoragem das expectativas, prejudicar a credibilidade do Banco Central (BC) e, no limite, exigir uma retomada do ciclo de aperto monetário. A avaliação é da economista-chefe do Credit Suisse no Brasil, Solange Srour, que vê uma ameaça à confiança na economia do País, especialmente diante da piora de perspectivas para a política fiscal e da falta de sinais sobre a âncora que substituirá o teto de gastos.

“Estamos voltando a um mix de perda de âncora fiscal e monetária ao mesmo tempo, que não é um mix bom de se estar”, afirma, em entrevista ao *Estadão/Broadcast*. “Se a meta de inflação for elevada de forma que ninguém mais acredite que vai ser cumprida no seu centro, ou se começarmos a acreditar que o BC não vai ter mais autonomia de fato, porque a qualquer momento o Conselho Monetário Nacional (*CMN*) pode mudar a meta de novo, esse mix acaba gerando uma perda muito grande e rápida da confiança na economia.”

Solange argumenta que seria um erro que o CMN alterasse os alvos já na reunião do dia 16 deste mês, devido às incertezas em torno da política fiscal. Para a economista, uma elevação dos alvos a um nível entre 4% e 4,5% poderia deslocar as expectativas de inflação ao topo da meta caso não haja certeza sobre o arcabouço que vai orientar as contas públicas.

O Credit Suisse espera que o IPCA atinja 5,8% este ano (6,4% caso a cobrança de impostos federais sobre combustíveis seja retomada) e fique em 4% no ano que vem, em um cenário que considera a manutenção da meta em 3%. “Essa projeção vai mudar se a meta for mudada. Rapidamente”, diz. Confira os principais trechos da entrevista:

Qual a sua avaliação sobre a discussão em torno das metas de inflação?

Quando você tem um risco fiscal elevado, e ele já começa a afetar as expectativas de inflação, a discussão de aumentar a meta de inflação é muito contraproducente, porque desancora ainda mais as expectativas e deixa a sensação de que há uma tentativa de puxar a Selic (*taxa básica de juros*) para baixo na marra. É contraproducente, porque estamos começando a colher os frutos do juro real alto em termos de desinflação, mas vem uma discussão sobre mudança de meta em um momento em que estamos sem âncora fiscal e com uma incerteza muito grande sobre a sustentabilidade da dívida.

Existe um nível razoável para se aumentar a meta?

Eu acho que não. Acho que qualquer mudança da meta vai acabar gerando a sensação de que, mesmo sem uma âncora fiscal, vamos tentar forçar a queda da Selic. Mesmo que seja 3,5%, vai trazer a sensação de que há uma tentativa de puxar a Selic para baixo, ainda que as expectativas continuem desancoradas. Se for 4% ou 4,5%, acho que é muito pior, porque a reação do mercado vai ser de elevar ainda mais as expectativas de inflação, e isso pode acabar até levando o BC a ter de subir os juros.

O CMN deveria antecipar a decisão sobre as metas para diminuir a incerteza ou aguardar a apresentação do novo arcabouço fiscal?

Se a decisão do CMN for chegar na quinta-feira (*da semana que vem*) e dizer que as metas estão mantidas, seria superpositivo, diminuiria a incerteza e o resultado seria uma melhora da confiança de que as metas vão ser cumpridas, ainda que não imediatamente. Agora, se a decisão é elevar a meta, eu não sou a favor de fazer isso logo, sem antes dar alguma sinalização sobre o fiscal. Porque isso vai ser visto como voluntarismo, de tentar forçar uma queda da Selic sem ter nenhum tipo de previsibilidade. Além de aprovar a regra fiscal, o governo vai precisar mostrar como essa regra vai ser cumprida de fato, quais são os mecanismos de controle de gastos que vão impedir que essa regra seja modificada.

O que uma elevação das metas implicaria para as expectativas do mercado?

Tudo depende de qual vai ser a meta e se vão mudar o intervalo de tolerância. Se a meta for para 4% ou 4,5%, mesmo com o intervalo de tolerância sendo mantido em 1,5 ponto porcentual, acho que as expectativas ainda têm mais a subir e vão buscar o topo da meta. Se além de tudo ainda se mudar o intervalo para dois pontos, a situação vai ficar muito ruim, sinalizando que se busca um topo mais alto ainda. Se fosse apresentada antes não só a regra fiscal mas também um meio de se alcançar a meta fiscal, as expectativas poderiam não ir logo para o topo da meta.

“Se a meta de inflação for elevada de forma que ninguém mais acredite que vai ser cumprida, ou se começarmos a acreditar que o BC não terá mais autonomia, isso gera perda da confiança na economia”

Podemos voltar a um equilíbrio próximo ao do governo Dilma, quando as expectativas se situavam sempre no teto da meta?

Estamos voltando a um mix de perda de âncora fiscal e monetária ao mesmo tempo, que não é um mix bom de se estar. Até essas iniciativas de tentar constranger o BC, não tínhamos âncora fiscal, que se foi na PEC da Transição. Se perdermos a âncora monetária, se a meta de inflação for elevada de forma que ninguém mais acredite que será cumprida no seu centro, ou se começarmos a acreditar que o BC não vai ter mais autonomia, esse mix acaba gerando uma perda muito grande e muito rápida da confiança na economia. Foi o que vimos justamente em 2015: essa perda de confiança gera mais inflação via câmbio e expectativas desancoradas; um juro mais alto na curva, mesmo que a Selic fique constante; e uma desaceleração do PIB. É um mix bastante inflacionário e recessivo. ●

Tributos Prestação de contas

Prazo para entrega do IR deste ano vai até 31 de maio

BRASÍLIA
SÃO PAULO

O prazo para entrega do Imposto de Renda (IR) 2023 será de 15 de março a 31 de maio deste ano, informou ontem a Receita Federal. Tradicionalmente, o período para a prestação de contas ao Fisco ficava entre março e abril, mas desde 2020 as datas vinham sendo prolongadas para maio ou junho, em meio à pandemia de covid-19.

Segundo a Receita, a mudança busca “facilitar a vida do contribuinte, que terá a opção da declaração pré-preenchida já na abertura do prazo da entrega”, como consta em nota encaminhada à imprensa.

O supervisor nacional do Programa do Imposto de Renda, José Carlos Fernandes da Fonseca, afirmou que, como a maioria das informações que serão disponibilizadas aos contribuintes na declaração pré-preenchida chegará à Receita Federal apenas no fim de fevereiro, há a necessidade de um prazo para a consolidação dos dados. “A pré-preenchida proporciona menos erros e maior comodidade ao contribuinte”, disse. As regras para o IR deste ano serão divulgadas em 27 de fevereiro.

O **Estadão** irá trazer uma cobertura completa do Imposto de Renda de 2023 no site (www.estadao.com.br), além do podcast *Entenda Seu IR*, em parceria com a *Rádio Eldorado*. ● FELIPE SIQUEIRA e ANTONIO TEMÓTEO

Reforma prevê devolução de tributos aos mais pobres

BRASÍLIA

O secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a reforma tributária, Bernard Appy, destacou ontem que a proposta de reforma tributária prevê a devolução de parte do imposto para o contribuinte de baixa renda – uma espécie de “cashback” tributário.

“É uma forma muito boa de fazer política distributiva. O efeito disso é maior do que desonerar a cesta básica, porque é feito de forma focalizada, com menor custo para a sociedade”, afirmou. Hoje, os itens da cesta básica são isentos, mas o benefício alcança pobres e ricos. A isenção acabaria, mas as famílias com menor renda receberiam a devolução.

Além disso, os Estados mais pobres também seriam beneficiados com a mudança na destinação da parte do ICMS que é distribuída aos municípios. ●

THAÍS BARCELLOS e EDUARDO RODRIGUES

PORTO SEGURO CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ/ME nº 16.551.758/0001-58 - NIRE 35.3.0044235-1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30 de Junho de 2022

1. Data, hora e local: 30 de junho de 2022, às 11h30, na sede social da Porto Seguro Capitalização ("Companhia"), localizada na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre A, 6º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP: 01216-012 ("Companhia"). **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **3. Composição da Mesa:** Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci - Presidente; Sra. Aline Salem da Silveira Bueno - Secretária. **4. Ordem do dia:** A Assembleia Geral foi convocada para deliberar a respeito das seguintes matérias: **(i)** Criação de 01 (um) cargo de Diretor Vice-Presidente - Marketing, Clientes e Dados, aumentando o limite máximo de diretores de 12 (doze) para 13 (treze) membros; **(ii)** Modificação da nomenclatura do cargo de Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing para Diretor Vice-Presidente - Comercial; **(iii)** Eleição do Sr. Luiz Augusto de Medeiros Arruda para o cargo de Diretor Vice-Presidente - Marketing, Clientes e Dados; **(iv)** Inclusão do parágrafo 1º no artigo 13 do Estatuto Social da Companhia para indicar as atribuições do diretor responsável pelos Controles Internos; **(v)** Indicação do Gestor de Conformidade e ratificação da indicação do Gestor de Riscos da Companhia; **(vi)** Ratificação da atual composição da Diretoria; **(vii)** Alteração e a ratificação das funções específicas atribuídas a determinados Diretores perante a Superintendência de Seguros Privados; e **(viii)** Consolidação do Estatuto Social para refletir as modificações conforme aprovadas nos itens precedentes. **5. Deliberações:** A Assembleia Geral, por unanimidade de votos e sem ressalvas: **5.1.** Aprovou a modificação da composição da Diretoria para a criação de 01 (um) cargo de Diretor Vice-Presidente - Marketing, Clientes e Dados, aumentando o limite máximo de diretores de 12 (doze) para 13 (treze) membros. **5.2.** Aprovou a modificação da nomenclatura do cargo de Diretor Vice-Presidente - Vendas Marketing para Diretor Vice-Presidente - Comercial. **5.3.** Aprovou alterar a redação do Estatuto Social para fazer constar as modificações acima aprovadas, passando o caput do artigo 13 a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 13** - A Diretoria é composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 13 (treze) diretores, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) CEO - Negócios Financeiros e Serviços, 01 (um) Diretor Vice- Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Comercial, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Marketing, Clientes e Dados, 01 (um) Diretor de Produto - Capitalização, 01 (um) Diretor Técnico, 01 (um) Diretor Jurídico e Riscos, 01 (um) Diretor de Controladoria, 01 (um) Diretor de Pessoas e Sustentabilidade e 02 (dois) Diretores sem denominação especial, todos eleitos e destituídos pela Assembleia Geral. **5.4.** Aprovou a inclusão do parágrafo 1º no artigo 13 do Estatuto Social, como consequência a renumeração nos demais parágrafos do referido artigo, para indicar as atribuições do Diretor responsável pelos Controles Internos. Dessa forma o artigo 13 passa a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 13 (...) Parágrafo 1º** - Dentre os membros da Diretoria, àquele que for designado como responsável pelos Controles Internos, conforme determina a Resolução CNSP nº 416/2021, competirá as seguintes atribuições: a) orientar e supervisionar a implementação e operacionalização do Sistema de Controles Internos e da Estrutura de Gestão de Riscos, promovendo a integração de ambos, bem como acompanhar as atividades das unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver; b) prover as unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver, com os recursos necessários ao adequado desempenho de suas respectivas atividades, em especial quanto aos recursos materiais e humanos necessários, próprios ou terceirizados, incluindo pessoal experiente, capacitado e em quantidade suficiente; c) aprovar os Relatórios emitidos pelas Unidades de Conformidade e de Gestão de Riscos; d) informar, periodicamente, e sempre que considerar necessário, os órgãos de administração e o comitê de riscos, se existente, de quaisquer assuntos materiais relativos a controles internos, conformidade e gestão de riscos, incluindo, mas não se limitando, a riscos novos ou emergentes; níveis de exposição a riscos e eventuais limitações e incertezas relacionadas à sua mensuração; ações relativas à gestão de riscos e deficiências correlacionadas com a estrutura de gestão de riscos e ao sistema de controles internos, bem como as alternativas para saneamento. **5.5.** Aprovou a eleição do Sr. Luiz Augusto de Medeiros Arruda, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.183.314-9 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 286.554.708-64 para o cargo de **Diretor Vice-Presidente - Marketing, Clientes e Dados**, com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01216-012, com mandato até a Assembleia Geral que aprovar as contas do exercício social de 2025. **5.5.1.** O membro da Diretoria eleito declarara, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, e nem foram condenados ou estão sob efeitos de condenação por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, bem como que irá conduzir a administração da Companhia de acordo com os termos e condições previstos na lei aplicável e no estatuto social da Companhia. O membro da Diretoria é investido em seu cargo nesta data mediante assinatura do respectivo termo de posse. O termo de posse e a declaração de desimpedimento, assinado pelo eleito, ficará arquivado na sede da Companhia. **5.5.2.** Consignou que o diretor ora eleito preenche as condições previstas na Resolução CNSP nº 422/2021 e que tomará posse em seu respectivo cargo em ato separado. **5.6.** Aprovou a indicação do Sr. Emilio Bentancourt, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.684.091-0 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 319.348.518-76, como **Gestor de Conformidade** da Companhia, bem como ratificar a indicação do Sr. Emilio Bentancourt, acima qualificado, como **Gestor de Riscos** da Companhia, nos termos da Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021. **5.7.** Ratificou a atual composição da Diretoria da Companhia, com mandato que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que se realizará até 31 de março de 2025, a saber: **Diretor Presidente:** Sr. Roberto de Souza Santos, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 05.380.778-0 IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 641.284.587-91; **CEO - Negócios Financeiros:** Sr. Marcos Roberto Loução, brasileiro, casado, estatístico, portador da Cédula de Identidade RG nº 58.101.918-7 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 857.239.919-49; **Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos:** Sr. Celso Damadi, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.075-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 074.935.318-03; **Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional:** Sr. Lene Araújo de Lima, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.537.948-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 118.454.608-80; **Diretor Vice-Presidente - Comercial:** Sr. José Rivaldo Leite da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.407.073-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 047.332.458-07; **Diretor Vice-Presidente - Marketing, Clientes e Dados:** Luiz Augusto de Medeiros Arruda, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.183.314-9 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 286.554.708-64; **Diretor de Produto - Capitalização:** Sr. Paulo Henrique Galleguillos Calderon, brasileiro, solteiro, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 39.477.879-0 SSP/MG e inscrito no CPF/ME sob nº 965.093.256-91; **Diretor Técnico:** Sr. Fabio Ohara Morita, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.793.433-6 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 128.680.328-42; **Diretora Jurídica e Riscos:** Sra. Adriana Pereira Carvalho Simões, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 189.730 e no CPF sob o nº 174.320.898-76; Diretor de Controladoria: Sr. Rafael Veneziani Kozma, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador de Cédula de Identidade RG nº 25.397.726-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 200.476.918-16; **Diretora de Pessoas e Sustentabilidade:** Sra. Carolina Helena Zwarg, brasileira, casada, psicóloga, portadora da cédula de identidade RG nº 278436869 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 292.135.838-77; **Diretores sem denominação especial:** Srs. Tiago Violin, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 28.158.840-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 283.416.528-97 e Nelson Santos Aguiar, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.376.886-3 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 218.048.598-00, todos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP. **5.8.** Aprovou alterar e ratificar as funções de caráter executivo ou operacional e as funções de caráter fiscalização ou controle, atribuídas a determinados diretores estatutários perante a Superintendência de Seguros Privados, em atendimento à regulamentação aplicável, para indicar: **I - Funções de caráter executivo ou operacional: a.** Diretor responsável pelas relações com a SUSEP - **Paulo Henrique Galleguillos Calderon**; **b.** Diretor responsável técnico (Circular SUSEP 234 e Resolução CNSP 432) - **Fabio Ohara Morita**; **c.** Diretor responsável administrativo-financeiro - **Celso Damadi**; e **d.** Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade - **Rafael Veneziani Kozma**; **e.** Diretor Responsável pelo Relacionamento com o Cliente (Resolução CNSP 382) - **Paulo Henrique Galleguillos Calderon**; **f.** Diretor responsável pelo registro das operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros - **Rafael Veneziani Kozma**; **g.** Diretor responsável pelo *Open Insurance* (Resolução CNSP nº 415/21) - **Fabio Ohara Morita. II. Funções de caráter de fiscalização ou controle: h.** Diretora responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 1998 (Circulares SUSEP 234 e 445) - Adriana Pereira Carvalho Simões; e **i.** Diretora responsável pelos controles internos - Adriana Pereira Carvalho Simões. **6. Documentos arquivados na sociedade:** Termos de posse, declarações de desimpedimentos, procurações e demais documentos pertinentes à ordem do dia. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 30 de junho de 2022. (ass.) **Presidente:** Sra. Renata Ribeiro Narducci; **Secretária:** Sra. Aline Salem da Silveira Bueno; **Acionistas: Porto Seguro S.A.**, por seus Diretores Srs. Celso Damadi e Lene Araújo de Lima; **Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais**, por sua procuradora Sra. Aline Salem da Silveira Bueno. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Porto Seguro Capitalização S.A.** - p.p. Aline Salem da Silveira Bueno. **JUCESP** nº 64.519/23-5 em 09/02/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Anexo I - Estatuto Social Consolidado da Porto Seguro Capitalização S.A.: Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º - A Porto Seguro Capitalização S.A.** é uma sociedade por ações regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis ("Companhia"). **Artigo 2º** - A Companhia tem sua sede na Capital do Estado de São Paulo, na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre A, 6º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP: 01216-012. **Parágrafo Único** - Por deliberação da Diretoria poderá ser instalados, transferidos ou extintos escritórios, filiais, sucursais, agências ou representações em qualquer ponto do território nacional ou do exterior. **Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto a prática de todas as operações permitidas às sociedades de capitalização, em todo o território nacional, conforme definido na legislação vigente, podendo ainda participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, simples ou empresárias, na qualidade de sócia ou acionista. **Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações: Artigo 5º** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais), dividido em 48.435.367 (quarenta e oito milhões, quatrocentos e trinta cinco mil e trezentos e sessenta e sete) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Artigo 6º** - A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. **Artigo 7º** - A Companhia poderá, a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral: (a) criar classes de ações preferenciais ou aumentar o número de ações preferenciais de classes existentes sem guardar proporção com as demais classes ou com as ações ordinárias, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas, que poderão ser ou não resgatáveis e ter ou não valor nominal; e (b) aprovar o resgate de ações. **Parágrafo Único** - No caso de aumento de capital, os acionistas terão preferência para subscrição na proporção das ações que possuírem. **Artigo 8º** - As ações não serão representadas por cautelas ou títulos múltiplos, presumindo-se sua propriedade pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia. **Artigo 9º** - Nos casos de reembolso de ações, previstos em lei, o valor do reembolso corresponderá ao valor do patrimônio líquido contábil das ações, de acordo com o último balanço aprovado pela Assembleia Geral ou com balanço especial, se for o caso, segundo os critérios de avaliação do ativo e do passivo fixados na legislação societária e os princípios contábeis geralmente aceitos e aplicados no Brasil. **Capítulo III - Assembleia Geral: Artigo 10** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, até o dia 31 (trinta e um) de março, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, guardados os preceitos de direito nas respectivas convocações. **Parágrafo Único** - Uma vez convocada a Assembleia Geral, ficam suspensas as transferências de ações até que seja realizada a Assembleia ou fique sem efeito a convocação. **Artigo 11** - A Assembleia Geral será instalada e presidida por um acionista eleito entre os presentes. O presidente da mesa convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos. **Artigo 12** - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei ou neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. **Parágrafo Único** - Só poderão exercer o direito de voto na Assembleia Geral, diretamente ou por meio de procuradores, os acionistas titulares de ações ordinárias que estejam registradas em seu nome, no livro próprio, na data de realização da Assembleia, e que estejam em dia com suas obrigações de integralização das ações de emissão da Companhia. **Capítulo IV - Administração da Companhia: Artigo 13** - A Diretoria é composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 13 (treze) diretores, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) CEO - Negócios Financeiros e Serviços, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Comercial, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Marketing, Clientes e Dados, 01 (um) Diretor de Produto - Capitalização, 01 (um) Diretor Técnico; 01 (um) Diretor Jurídico e Riscos; 01 (um) Diretor de Controladoria; 01 (um) Diretor de Pessoas e Sustentabilidade e 02 (dois) Diretores sem denominação especial, todos eleitos e destituídos pela Assembleia Geral. **Parágrafo 1º** - Dentre os membros da Diretoria, àquele que for designado como responsável pelos Controles Internos, conforme determina a Resolução CNSP nº 416/2021, competirá as seguintes atribuições: a) orientar e supervisionar a implementação e operacionalização do Sistema de Controles Internos e da Estrutura de Gestão de Riscos, promovendo a integração de ambos, bem como acompanhar as atividades das unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver; b) prover as unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver, com os recursos necessários ao adequado desempenho de suas respectivas atividades, em especial quanto aos recursos materiais e humanos necessários, próprios ou terceirizados, incluindo pessoal experiente, capacitado e em quantidade suficiente; c) aprovar os Relatórios emitidos pelas Unidades de Conformidade e de Gestão de Riscos; e d) informar, periodicamente, e sempre que considerar necessário, os órgãos de administração e o comitê de riscos, se existente, de quaisquer assuntos materiais relativos a controles internos, conformidade e gestão de riscos, incluindo, mas não se limitando, a riscos novos ou emergentes; níveis de exposição a riscos e eventuais limitações e incertezas relacionadas à sua mensuração; ações relativas à gestão de riscos e deficiências correlacionadas com a estrutura de gestão de riscos e ao sistema de controles internos, bem como as alternativas para saneamento. **Parágrafo 2º** - A remuneração global anual da Diretoria será fixada anualmente pela Assembleia Geral, cabendo à Diretoria deliberar sobre a distribuição de tal remuneração entre os membros do órgão. Além dos honorários, a Diretoria fará jus a uma participação anual nos lucros da Companhia, até 0,1 (um décimo) dos lucros e observado o disposto no artigo 152 da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo 3º** - Nos seus impedimentos ou ausências, o Diretor Presidente será substituído ou pelo Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional, ou pelo Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos, ou pelo Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços, ou pelo Diretor Vice-Presidente - Seguros ou o Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing, o qual acumulará interinamente as funções e o direito de voto do Diretor Presidente. Em caso de vacância do cargo de Diretor Presidente ou de seu impedimento definitivo, qualquer um dos Diretores citados acima assumirá cumulativamente a Presidência até a primeira Assembleia Geral que se realizar após a caracterização da vacância do cargo, que lhe designará substituto pelo restante do prazo de gestão. **Parágrafo 4º** - Os demais Diretores serão substituídos, em casos de ausência ou impedimento temporário, por outro Diretor a ser indicado pelo próprio substituído ou ausente, o qual acumulará interinamente as funções e o direito de voto do Diretor substituído ou ausente. No caso de vacância ou impedimento definitivo, a Diretoria indicará substituto provisório até que a Assembleia Geral eleja seu substituto definitivo pelo restante do prazo de gestão. **Parágrafo 5º** - Além dos casos de morte ou renúncia considerar-se-á vago o cargo do Diretor que, sem justa causa, deixar de exercer suas funções por 30 (trinta) dias consecutivos. **Artigo 14** - O prazo de mandato dos Diretores, que são reelegíveis, é de 03 (três) anos, mas, qualquer que seja a data da eleição, os respectivos mandatos terminarão na data da Assembleia Geral que examinar as contas relativas ao último exercício de suas gestões. **Parágrafo 1º** - A investidura dos Diretores se dará mediante assinatura de termo de posse no livro das Atas das Reuniões da Diretoria, independentemente de caução. **Parágrafo 2º** - Sem prejuízo do disposto no *caput* deste Artigo, os membros da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura de seus sucessores. **Artigo 15** - Compete à Diretoria: a) praticar todos os atos de administração da Companhia; b) resolver sobre a aplicação dos fundos sociais, transigir, renunciar a direitos, contrair obrigações, adquirir, vender, emprestar ou alienar bens, observadas as restrições legais; c) praticar todos os atos e operações que se relacionarem com o objeto social; d) deliberar sobre a criação e extinção de empregos ou funções remuneradas; e) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedade de economia mista e entidades paraestatais; e f) resolver sobre a criação, alteração ou extinção de sucursais, filiais, agências ou representações, onde convier aos interesses sociais da Companhia. **Parágrafo 1º** - Observado o disposto no parágrafo 5º deste artigo, as escrituras de qualquer natureza, os cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer documentos que importem em responsabilidade ou obrigações para a Companhia, serão obrigatoriamente assinados: a) por 02 (dois) Diretores em conjunto; b) por 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) procurador; e c) por 02 (dois) procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes. **Parágrafo 2º** - A representação da Companhia perante a Repartição Fiscalizadora de suas operações caberá a qualquer dos Diretores ou Procuradores devidamente credenciados e autorizados, investidos de especiais e expressos poderes. **Parágrafo 3º** - A Companhia poderá ser representada por apenas 01 (um) Diretor ou 01 (um) Procurador, investido de específicos poderes, nos seguintes casos: a) Atos de rotina realizados fora da sede social; b) Atos de representação em juízo (exceto aqueles que importem renúncia a direitos); c) Atos de representação em assembleias, contratos sociais, alterações de contratos sociais, distratos e reuniões de sócios de sociedades das quais participe como acionista, sócia ou quotista; d) Atos praticados perante quaisquer órgãos e entidades administrativos públicos ou privados; e e) Atos de simples administração social, entendidos estes como os que não gerem obrigações para a Companhia e nem exonerem terceiros de obrigações para com ela. **Parágrafo 4º** - As procurações em nome da Companhia serão outorgadas por 2 (dois) diretores em conjunto e devem especificar expressamente os poderes conferidos, os atos a serem praticados e o prazo de validade, sempre limitado a 2 (dois) anos, excetuadas as destinadas para representação em processos administrativos ou procurações com a cláusula ad judicia que serão outorgadas individualmente por qualquer um dos diretores e poderão ter prazo indeterminado. **Parágrafo 5º** - Nos atos relativos à aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, bem como nos atos que envolvam interesses societários, a Companhia deverá ser representada por 2 (dois) diretores, sendo 1 (um) obrigatoriamente o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional ou o Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimento ou o CEO - Negócios Financeiros, ou o Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing. **Parágrafo 6º** - As deliberações da Diretoria somente serão válidas quando presentes, no mínimo, a metade e mais um de seus membros em exercício e constarão de Atas lavradas em livro próprio, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade. **Artigo 16** - Em operações estranhas aos negócios sociais é vedado aos Diretores conceder fianças e avais em nome da Companhia, bem como contrair obrigações de qualquer natureza, salvo com a prévia e expressa autorização da Assembleia Geral. **Parágrafo Único** - Os atos praticados com infringência ao disposto neste Artigo não serão válidos nem obrigarão a Companhia, respondendo cada Diretor pessoalmente pelos efeitos de tais atos. **Capítulo V - Conselho Fiscal: Artigo 17** - O Conselho Fiscal, de caráter não permanente, será composto por no mínimo 03 (três) e no máximo 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, com as atribuições e nos termos previstos em lei, permitida a reeleição. **Parágrafo Único** - Cada período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após sua instalação. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será determinada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite mínimo estabelecido no artigo 162, Parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76. **Capítulo VI - Comitê de Auditoria - I - Dos Objetivos do Comitê de Auditoria: Artigo 18** - A Companhia se utiliza do Comitê de Auditoria da instituição líder do conglomerado Porto Seguro ("Comitê de Auditoria"), órgão de funcionamento permanente, que tem como objetivo principal fornecer suporte à Administração das empresas do conglomerado Porto Seguro na atuação da Governança Corporativa, voltada à transparência dos negócios aos acionistas e investidores. **II - Da Subordinação e da Composição: Artigo 19** - O Comitê de Auditoria reporta-se ao Conselho de Administração da instituição líder do conglomerado Porto Seguro ("Conselho de Administração"), que definirá a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria. **Artigo 20** - A composição do Comitê de Auditoria será de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos com prazo de mandato a ser definido pelo Conselho de Administração, permitida reeleição, desde que a permanência do membro no cargo não ultrapasse 5 (cinco) anos consecutivos. **Parágrafo 1º** - A nomeação de um integrante do Comitê de Auditoria deverá observar os requisitos e vedações do capítulo III. **Parágrafo 2º** - O integrante do Comitê de Auditoria somente pode ser reintegrado após 3 (três) anos do final do seu mandato anterior. **Parágrafo 3º** - A destituição do integrante do Comitê de Auditoria ficará a cargo do Conselho de Administração caso fique comprovada infração a qualquer dos requisitos e vedações previstos no capítulo III, bem como se sua independência tiver sido afetada por eventual circunstância de conflito. **Parágrafo 4º** - É indelegável a função de integrante do Comitê de Auditoria. **III - Dos Requisitos e Vedações: Artigo 21** - São requisitos mínimos para o exercício de integrante do Comitê de Auditoria: i. Observar as normas que estabelecem condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários de sociedades supervisionadas; ii. Não ser ou não ter sido, no exercício social corrente e no anterior: a) Funcionário ou diretor da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas; b) Membro responsável pela auditoria independente na sociedade supervisionada; e, c) Membro do conselho fiscal da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas. iii. Não ser cônjuge, parente em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, das pessoas referidas nas alíneas "a" a "c" no inciso anterior; e iv. Não receber qualquer outro tipo de remuneração da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas, que não seja aquela relativa à sua função de integrante do Comitê de Auditoria. **IV - Das Atribuições: Artigo 22** - Constituem atribuições do Comitê de Auditoria: i. estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser formalizadas por escrito, aprovadas pelo Conselho de Administração ou, na sua inexistência, pelo Presidente ou Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou pelo Conselho de Administração da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador e colocadas à disposição dos respectivos acionistas, por ocasião da Assembleia Geral Ordinária; ii. recomendar, à administração da sociedade supervisionada, a entidade a ser contratada para a prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, quando considerar necessário; iii. revisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras referentes aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive as notas explicativas, os relatórios da administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras; iv. avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis, além de regulamentos e códigos internos; v. avaliar a aceitação, pela administração da sociedade supervisionada, das recomendações feitas pelos auditores independentes e pelos auditores internos, ou as justificativas para a sua não aceitação; vi. avaliar e monitorar os processos, sistemas e controles implementados pela administração para a recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento, pela sociedade supervisionada, de dispositivos legais e normativos a ela aplicáveis, além de seus regulamentos e códigos internos, assegurando-se que prevêem efetivos mecanismos que protejam o prestador da informação e da confidencialidade desta; vii. recomendar, à Presidência ou ao Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou à Diretoria da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador, correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; viii. reunir-se, no mínimo semestralmente, com a Presidência ou com o Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou com a Diretoria da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador e com os responsáveis, tanto pela auditoria independente, como pela auditoria interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; ix. verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso VIII, o cumprimento de suas recomendações pela diretoria da sociedade supervisionada; x. reunir-se com o Conselho Fiscal e com o Conselho de Administração da sociedade supervisionada ou da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador, tanto por solicitação dos mesmos como por iniciativa do Comitê, para discutir sobre políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas respectivas competências; xi. elaborar relatórios relativos aos semestres findos em 30/06 e 31/12 contendo: atividades exercidas; avaliação da efetividade dos controles internos; descrição das recomendações feitas e daquelas não acatadas, contendo as justificativas; avaliação da efetividade das auditorias externa e interna; avaliação da qualidade das demonstrações contábeis; xii. preparar resumo do relatório do item "xi" para publicação juntamente com as demonstrações contábeis de 30/06 e 31/12; xiii. preparar Nota Explicativa que será anexada às demonstrações contábeis de cada sociedade controlada; xiv. arquivar os relatórios do item "xi" pelo período mínimo de 05 (cinco) anos; xv. comunicar qualquer constatação de erro ou fraude aos auditores independentes e à auditoria interna, imediatamente; xvi. estabelecer, ad referendum do Conselho de Administração, processos para a seleção, contratação, supervisão e avaliação do Auditor Independente, inclusive verificando a comprovação de sua certificação, bem como para a recepção e o tratamento das informações referentes aos relatórios e demonstrações contábeis, bem como dos relatórios do Auditor Independente e da Auditoria Interna do Conglomerado Porto Seguro; xvii. aprovar o plano de trabalho semestral da auditoria interna do Conglomerado Porto Seguro; xviii. fixar diretrizes de orientação dos programas de trabalhos da auditoria interna, dos relatórios emitidos e da adequação de sua equipe; xix. conhecer o plano anual do Auditor Independente sobre exame das demonstrações financeiras, bem como sua interação com os trabalhos da auditoria interna; e xx. examinar propostas de alterações de princípios contábeis, avaliando seus impactos nas demonstrações financeiras do Conglomerado Porto Seguro e submetendo-as à aprovação do Conselho de Administração. **Capítulo VII - Exercício Social, Lucros e Distribuição de Resultados: Artigo 23** - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão elaboradas as demonstrações financeiras anuais. **Parágrafo único** - A Diretoria poderá determinar o levantamento de balanços semestrais, ou relativo a períodos inferiores, para quaisquer fins, inclusive para pagamento de juros sobre o capital próprio e/ou distribuição de dividendos à conta de lucro do período apurado em tais balanços, observado o disposto neste estatuto social e na legislação aplicável. **Artigo 24** - Do resultado do exercício social serão deduzidos, antes de qualquer participação, automaticamente e independentemente de deliberação assemblear, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. Do saldo de lucros remanescentes, será calculada a participação a ser atribuída aos administradores, nos termos do art. 152 da Lei nº 6.404/1976. O lucro líquido do exercício será o resultado do que remanescer após as deduções referidas nesse artigo. **Artigo 25** - Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal (art. 193 da lei nº 6.404/76), até que atinja o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social. A destinação à reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social. **Artigo 26** - O lucro líquido do exercício será, ainda, quando for o caso, diminuído das importâncias destinada à constituição da reserva de capital, à reserva para contingências (art. 195 da Lei nº 6.404/76) e à reserva de incentivos fiscais (art. 195-A da Lei nº 6.404/76), de um lado, e, de outro lado, quando for o caso, acrescido da reversão da reserva para contingências e da reserva de lucros a realizar (art. 202, III, da Lei nº 6.404/76) formadas em exercícios anteriores. O lucro líquido ajustado do exercício será o resultado do que remanescer após as deduções e adições referidas nos artigos 25 e 26 e terá a seguinte destinação: i) 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas; e ii) o saldo remanescente será destinado à Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas prevista no artigo 27 deste estatuto ou, alternativamente, poderá ter a destinação que a assembleia geral determinar, observadas as disposições legais aplicáveis. **Parágrafo único** - O dividendo mínimo obrigatório previsto neste artigo poderá deixar de ser pago no exercício social em que a Diretoria informar que seu pagamento é incompatível com a situação financeira da Companhia. Os lucros que assim deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos aos acionistas assim que permitir a situação financeira da Companhia. **Artigo 27** - A Companhia terá uma reserva estatutária denominada "Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas", que terá como finalidade compensar eventuais perdas e prejuízos e assegurar os recursos suficientes para a expansão das atividades e investimentos da Companhia. **Parágrafo 1º** Será destinado à Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas o saldo do lucro líquido ajustado apurado em cada exercício, após efetivada a destinação prevista no artigo 26 deste estatuto social. **Parágrafo 2º** O saldo da Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas não poderá exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, conforme disposto no art. 199 da Lei n.º 6.404/1976. Ultrapassado esse limite, a assembleia geral deverá destinar o excesso para distribuição de dividendos aos acionistas ou aumento do capital social. Ainda que não atingido o limite estabelecido neste parágrafo, a assembleia geral poderá, a qualquer tempo, deliberar a distribuição dos valores contabilizados na Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas aos acionistas, como dividendos, bem como sua capitalização. Caso a administração da Companhia considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, poderá propor à assembleia geral que, em determinado exercício, o valor que seria destinado a tal reserva seja integralmente ou parcialmente distribuído aos acionistas como dividendos, ou capitalizado em aumento de capital social. **Artigo 28** - Sem prejuízo do dividendo mínimo obrigatório, a Companhia, por determinação da diretoria, poderá: i) a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta de reservas de lucros existente no último balanço anual aprovado em assembleia geral de acionistas; ii) semestralmente, distribuir dividendos à conta de lucros acumulados no exercício em curso, conforme apurado em balanço semestral; iii) a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta de lucro acumulados no exercício em curso, conforme apurado em balanço levantado em periodicidade inferior a semestral, desde que, nesse caso, o montante de dividendos a ser pago no exercício não supere o saldo das reservas de capitais de que trata o art. 182, parágrafo 1º, da Lei 6.404/1976; e iv) a qualquer tempo, creditar ou pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, observadas as limitações legais aplicáveis. **Parágrafo único** - Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio pagos pela Companhia podem ser imputados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 29** - Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia. **Capítulo VIII - Liquidação da Companhia: Artigo 30** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral. Em qualquer dessas hipóteses, caberá à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deverá atuar neste período. **Capítulo IX - Disposição Final: Artigo 31** - Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições da Lei nº 6.404/76.

Moradia Ex-Casa Verde e Amarela

Minha Casa, Minha Vida atenderá famílias com até R$ 8 mil de renda

Governo relança programa popular de habitação; novas regras também contemplam aluguel social

AMANDA PUPO
EDUARDO GAYER
BRASÍLIA

Relançado ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o novo Minha Casa, Minha Vida (MCMV) vai contemplar famílias que moram em áreas urbanas que recebem até R$ 8 mil de renda bruta por mês. Já em áreas rurais, será direcionado a famílias que têm renda bruta anual de até R$ 96 mil – o cálculo é feito por ano em razão de ser incomum o produtor ter uma renda fixa mensal.

A medida provisória do novo formato do MCMV foi assinada pelo presidente em cerimônia realizada em Santo Amaro da Purificação, na Bahia, a 80 quilômetros de Salvador. O desenho do programa irá contemplar também locação social de imóveis em áreas urbanas.

De acordo com o Planalto, os novos valores das faixas do programa não levam em conta benefícios temporários, assistenciais ou previdenciários, como auxílio-doença, auxílio-acidente, seguro-desemprego, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Bolsa Família.

Para áreas urbanas, a faixa 1 atenderá famílias com renda bruta mensal de até R$ 2.640. Já a faixa 2 contempla núcleos familiares com renda bruta mensal de R$ 2.640,01 a R$ 4.400. A faixa 3 atenderá famílias com renda bruta mensal de R$ 4.400,01 a R$ 8 mil.

ÁREA RURAL. Nas áreas rurais, a faixa rural 1 contempla quem tem renda bruta familiar anual de até R$ 31.680. A faixa rural 2 atenderá famílias com renda bruta anual de R$ 31.680,01 a R$ 52.800. Já a faixa rural 3 poderá ser acessada por famílias com renda bruta anual de R$ 52.800,01 a R$ 96 mil.

O presidente celebrou o relançamento do programa. Segundo ele, a "roda gigante do País começa a girar" de novo. De acordo com Lula, foi o início da reconstrução do País com a retomada de obras paralisadas. "A partir de hoje, vou começar a viajar o Brasil com meus ministros. Vamos visitar Estados, cidades, e fazer com que obras paralisadas voltem a ser construídas. São 14,8 mil obras paradas, e vamos tocar todas elas", disse.

"Vamos voltar a sorrir, ter esperança, alegria, isso vai acontecer porque montei um governo de muita qualidade. Se fosse a seleção, teria montado a melhor seleção que o Brasil já conheceu", disse Lula. O petista voltou a afirmar que o governo não tem espaço para errar.

Lula fez a entrega simultânea de 2.745 moradias em diversos pontos do País. Segundo o governo, em Santo Amaro foram inauguradas 684 unidades em dois conjuntos habitacionais (Vida Nova Santo Amaro 1 e Residencial Vida Nova Sacramento).

RICARDO STUCKERT/PR

Lula entrega chaves de casa de programa do governo na Bahia

Faixas

R$ 2.640 é o teto de renda bruta familiar por mês para a faixa 1 do novo Minha Casa, Minha Vida para áreas urbanas. Na 3, a mais alta, o teto de renda bruta é de R$ 8 mil

R$ 96 mil é a renda anual de famílias que poderão acessar o programa em áreas rurais pela faixa 3. Na faixa 1, os rendimentos anuais podem ser de até R$ 31.680

Lançado em março de 2009, no segundo mandato do presidente Lula, o MCMV mudou de nome e teve as regras alteradas em agosto de 2020 na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, passando a se chamar Casa Verde e Amarela. Dados oficiais de agosto do ano passado apontam que 1,4 milhão de moradias foram entregues pelo programa na gestão passada.

PRIORIDADE. Segundo o governo, as habitações podem ser oferecidas sob forma de cessão, doação, locação, comodato, arrendamento ou venda, mediante financiamento ou não. O Planalto informou também que há uma lista de requisitos que direcionam a aplicação dos recursos do Orçamento da União e de diversos fundos que ajudam a compor o MCMV.

Um deles é que o título das propriedades é prioritariamente entregue a mulheres. Outros são: famílias que tenham na composição familiar pessoas com deficiência, idosos e crianças e adolescentes; em situação de risco e vulnerabilidade; em áreas em situação de emergência ou de calamidade; em deslocamento involuntário em razão de obras públicas federais; e em situação de rua.

Ainda de acordo com o Planalto, as unidades que serão contratadas dentro do MCMV precisam ser adaptáveis e acessíveis ao uso por pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida ou idosas, e devem ter atenção à sustentabilidade social, econômica, ambiental e climática, "com preferência por fontes de energia renováveis". ●

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP
CNPJ nº 56.577.059/0006-06

COMPRA PRIVADA FFM ICESP 2049/2022
ADJUDICAÇÃO

O Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** à empresa **ARSON & REIS MULTI SERVICE LTDA**, **CNPJ Nº 13.613.603/0001-00**, na execução do serviço de **REFORMA DE 11 SOLEIRAS DE ELEVADOR**, com base no **Regulamento de Compras da FFM**.

AVISOS DE LICITAÇÕES

PG SABESP RGA 00440/23-Aquisição de licenças de uso do software siemens tia portal para os sistemas de água e esgoto do Departamento Distrital de Franca RGF. Edital completo disponível para download a partir de 15/02/23 - www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha no acesso - cadastre sua empresa - Problemas c/ site, contatar fone (0**11) 3388-6984 ou informações Fone (0**16) 3712-2027. Envio das propostas a partir da 00h00 (zero) hora do dia 07/03/23 até às 09hs00 do dia 08/03/23, no site acima para empresas que possuam senha de acesso, às 09hs01 do dia 08/03/23 será dado início a Sessão Pública pelo Pregoeiro. Franca, 15/02/23UNPGrande.

PG SABESP MN 00026/23-Prestação de serviços comuns de engenharia para fresagem, recapeamento asfáltico, reposição de capa asfáltica e fornecimento de bica corrida para o município de Nazaré Paulista na área de atuação da Unidade de Gerenciamento Regional Bragantina - UN Norte MN, Diretoria Metropolitana M. Edital completo disponível para download a partir de 14/02/2023 - www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha no acesso - cadastre sua empresa. Problemas c/ site, contatar fone (0**11) 3388-6984. Recebimento de Propostas a partir de 00h00 do dia 02/03/2023 até às 09h30 do dia 03/03/2023. Abertura das propostas às 09h30 do dia 03/03/2023 no sítio www.sabesp.com.br. SP 15/02/2023 MN.

LI SABESP RGA 00430/23-Aquisição de tubos de pvc para água dn 150 (Crescimento Vegetativo) para Santa Rosa de Viterbo. Edital completo disponível para download a partir de 15/02/23 - www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha no acesso - cadastre sua empresa - Problemas c/ site, contatar fone (0**11) 3388-6984 ou informações Fone (0**16) 3712-2027. Envio das propostas a partir da 00h00 (zero) hora do dia 08/03/23 até às 09hs00 do dia 09/03/23 no site acima para empresa que possuam senha de acesso às 09hs01 do dia 09/03/23 será iniciada a Sessão Pública. Franca, 15/02/23UNPGrande.

sabesp
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ASSOCIAÇÃO ALPHAVILLE RESIDENCIAL 11
ALPHA11

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Em conformidade ao disposto no Estatuto Associativo, ficam convocados os senhores associados, em pleno gozo de seus direitos sociais, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 28/02/2023 com primeira convocação às 19h30, com a presença de metade + 1 dos associados, e em segunda e última convocação 30 (trinta) minutos após, com quaisquer números de associados em condições de votarem, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. O porquê da necessidade de se modernizar o Estatuto Social;
2. Quem foram os Associados que participaram da Comissão de Trabalho neste projeto;
3. Apresentação das principais alterações propostas perante o Estatuto Social vigente;
4. Apresentação de como será o processo e esclarecimentos no caso de dúvidas;
5. Qual será o período e como será o processo de votação;
6. Assuntos Gerais não Passíveis de Votação.

Local: Salão Social da Associação Alphaville Residencial 11, sito à Av. Dr. Yojiro Takaoka, 6.720 – Alphaville – Santana de Parnaíba – SP.

Santana de Parnaíba, 15 de fevereiro de 2023.
José Antonio Franco Ferrari - Presidente do Conselho Deliberativo

Fortaleza PREFEITURA

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 040/2023.**
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - **SME**
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EM ÔNIBUS URBANO, POR DEMANDA E DE FORMA CONTINUADA, COM CAPACIDADE PARA 48 (QUARENTA E OITO) PASSAGEIROS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ALUNOS, PROFESSORES, SERVIDORES E COLABORADORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE FORTALEZA - SME**, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES INDICADAS NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA, nos termos do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, art. 3º - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: II - quando for conveniente **a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas** ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR**, torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia **15 de fevereiro de 2023** a **06 de março de 2023 até às 10h00min. (Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços e Documentos de Habilitação** referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia **06 de março de 2023**, às **10h00min. (Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das **10h00min.** do dia **06 de março de 2023**. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: **https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp**, no **www.compras.gov.br**, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: **https://licitacoes.tce.ce.gov.br/**. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477 | CLFOR.**

Fortaleza – CE, 14 de fevereiro de 2023.
HAMER SOARES RIOS
Pregoeiro(a) da CLFOR

JSL — ENTENDER PARA ATENDER

JSL S.A.

CNPJ / MF nº 52.548.435/00001-79 / NIRE 35.300.362.683

Companhia Aberta de Capital Autorizado

Demonstrações Financeiras Resumidas em 31 de dezembro de 2022 - Conforme Parecer de Orientações da CVM nº 39 de 16/12/21

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

É com muito orgulho que reportamos um ano de fortes resultados e damos sequência aos importantes avanços em nossa agenda de consolidação do mercado e evolução da eficiência operacional em todos os segmentos que atuamos. Em 2022, reforçamos nosso modelo de negócios e posição de liderança como operador logístico em serviços diversificados, com ampla oferta de soluções integradas, que geram valor para os nossos clientes e transformam o setor de logística estabelecendo novos patamares de operação.

Crescemos organicamente, trabalhando com margens consistentes e preservando uma estrutura de capital robusta. Essa disciplina e determinação reforçam os sólidos pilares estratégicos e operacionais, e sustentam o plano de crescimento da JSL. Contamos com uma posição única para capturar as oportunidades em um mercado focado na busca por qualidade e confiabilidade de execução.

CRESCIMENTO SUSTENTADO COM DIVERSIFICAÇÃO DE PORTFÓLIO E CLIENTES

Os resultados que reportamos reforçam o diferencial do nosso modelo de negócios e da nossa capacidade de crescimento orgânico. Atuamos em toda a cadeia logística, do transporte da matéria-prima à armazenagem de produtos e sua distribuição, dentro e fora do país, atendendo a mais de 16 setores, com destaque para setores como alimentos e bebidas, automotivo, papel e celulose, bens de consumo, siderurgia, mineração e químico.

Pautados em confiabilidade operacional, agilidade para atender às necessidades dos clientes e diversificação crescente dos serviços, atingimos uma Receita Bruta de R$2,0 bilhões no 4T22, com crescimento de 24,3% em relação ao 4T21. No ano, com a consolidação das aquisições realizadas nos anos anteriores e incorporação da TruckPad no nosso portfólio, reportamos Receita Bruta de R$7,1 bilhões (+38,6% vs 2021) e, se considerarmos os números anualizados do 4T22, já somos uma Companhia com um faturamento de R$7,9 bilhões.

A transformação das empresas adquiridas segue impactando positivamente na execução de nossa estratégia. As aquisições realizadas basearam-se na compra de boas empresas que, ao se beneficiarem da escala e estrutura da JSL, potencializam suas oportunidades de crescimento e adicionam diversificação ao nosso portfólio, seja com novos serviços, indústrias ou clientes. Comprovando essa sinergia entre especialização e escala, a Receita Bruta de Serviços combinada teve alta de 22% no 4T22 em relação ao 4T21. Para o ano de 2022, o crescimento foi de 25%. Também reforçamos nossa agenda de internacionalização, focada em atender as demandas de nossa base de clientes. Com a expansão das operações na África do Sul durante o 4T22, por meio de uma das empresas adquiridas, nossa receita internacional representou 4% do total e deve continuar se expandindo com o desenvolvimento completo dessa operação ainda no início de 2023.

VOLUME EXPRESSIVO DE NOVOS CONTRATOS: CONFIANÇA COMO VETOR FUNDAMENTAL

Nossa capacidade de investimentos, disciplina de execução, qualidade e segurança das entregas, especialmente em um ambiente de mercado que preza pela confiabilidade, permitiu a continuidade do nosso planejamento e a celebração de um volume expressivo de novos contratos. Durante o 4T22, fechamos R$3,3 bilhões em novos contratos, com prazo médio de 55 meses e 95% de *cross-selling*. Desses, 66% (R$2,2 bilhões) referem-se ao setor de papel e celulose, incluindo um projeto de R$1,4 bilhão em que fomos escolhidos como o principal provedor na movimentação e transporte de madeira, o que comprova a confiança na excelência de nossos serviços e capacidade de execução. Destacamos também novos projetos no setor de siderurgia e mineração (cerca de R$410 milhões, sendo sua maioria destinada à aquisição de ativos para uma operação de minério de ferro) e automotivo (R$175 milhões em um novo contrato de operações de *milk run* com uma montadora). Por segmentos, 83% dos novos contratos se enquadram em Operações Dedicadas, 14% em Armazenagem, 2% em Transporte de Cargas e 1% em Distribuição Urbana.

Ao longo do ano, o volume total de novos contratos totalizou o recorde de R$6 bilhões, com prazo médio de 50 meses e *cross-selling* de 93%. Esse montante está 50% acima do volume de novos contratos celebrados ao longo de 2021 (R$4,1 bilhões) e demonstra o potencial de *cross-selling* em clientes relevantes. Em relação aos segmentos de operações, 62% dos contratos referem-se a Operações Dedicadas, 18% a Transporte de Cargas, 10% a Distribuição Urbana, e 10% a Armazenagem.

SÓLIDA EFICIÊNCIA OPERACIONAL PERMITE A MANUTENÇÃO DE MARGENS CONSISTENTES

O ambiente inflacionário foi um desafio importante em 2022 e estivemos dedicados à manutenção da rentabilidade das nossas operações. Por meio de negociações constantes, análise detalhada do escopo dos serviços e gestão dos ativos, conseguimos manter as margens operacionais consistentes. Além disso, evoluímos bastante na agenda de digitalização e otimização de nossos processos, com ganhos de eficiência relevantes.

Mantivemos um crescimento balanceado entre *Asset Light* e *Asset Heavy* e finalizamos o 4T22 com margem EBITDA Ajustada (% ROL de serviços) de 19,9%, o maior nível recorrente registrado desde 2019, com crescimento de 3,0 p.p. em comparação ao 4T21. Se anualizarmos os números do 4T22, chegaríamos a um EBITDA de R$1,3 bilhão, reforçando o novo patamar da JSL.

DISCIPLINA FINANCEIRA COMO FUNDAMENTO DA TRANSFORMAÇÃO DE ESCALA

Mesmo diante do aumento de investimentos para suportar a mobilização de novos contratos, finalizamos o ano com uma relação dívida líquida sobre EBITDA UDM em 3,17x, alinhado com nosso compromisso de disciplina na alocação de capital. Considerando o EBITDA anualizado do 4T22, a alavancagem ficaria em 2,68x, demonstrando o equilíbrio da estrutura de capital. Uma parcela relevante do capex (61%) do trimestre ainda não está refletida na geração de receita. Finalizamos o ano com uma posição de caixa de R$873,2 milhões, o que, somado às linhas de crédito não sacadas de R$876 milhões, é equivalente a 5,3x nossas obrigações financeiras de curto-prazo.

Ao compararmos nosso tamanho com o período pré-IPO, nosso faturamento já é 2x superior, com EBITDA 2,5x vs 2020. Crescemos sem comprometer a alavancagem de referência, que se mantém próxima a 3x. Além disso, expandimos nosso ROIC: calculamos um ROIC *Running Rate* de 15,1%[1], o que demonstra nosso foco na precificação dos novos contratos com retornos consistentes e a alocação de capital eficiente. A Companhia também se mantém forte geradora de caixa livre antes do crescimento, o que evidencia a solidez do modelo de negócios e capacidade de crescimento com manutenção da alavancagem adequada.

SEGUIMOS MOTIVADOS COM O QUE TEMOS PELA FRENTE

Nossa comprovada capacidade comercial nos permite buscar resultados relevantes nos próximos trimestres, especialmente em função da implantação dos novos contratos, fortalecendo nossa posição de liderança em um mercado altamente fragmentado. Vemos importantes avenidas de crescimento orgânico para a JSL, especialmente via *cross-selling* e conquista de novos clientes utilizando-se da transformação digital para uma maior agregação de valor aos serviços prestados. Além disso, estamos sempre atentos a oportunidades de aquisição de boas empresas, para alavancar nossa representatividade em novos clientes e serviços, e a continuidade de nossa agenda de expansão internacional, ancorada em atender a demanda de nossos clientes. Agradecemos a dedicação dos mais de 28.000 colaboradores diretos e 55.000 motoristas terceiros e agregados, aos nossos clientes e investidores, e seguimos em nossa jornada de crescimento e evolução do setor logístico.

Muito obrigado,

Ramon Alcaraz

Diretor Presidente da JSL

[1] Conforme detalhado no tópico de "Rentabilidade"

As informações financeiras apresentadas a seguir estão em conformidade com as normas contábeis IFRS (*International Financial Reporting Standards*). Os resultados são apresentados de forma consolidada e as informações das controladas TransMoreno, Fadel, Rodomeu, TPC, Marvel e TruckPad estão consolidados a partir das datas de aquisição, respectivamente 30/10/2020, 17/11/2020, 15/05/2021, 15/06/2021, 30/07/2021 e 26/05/2022.

RESULTADO CONSOLIDADO

Consolidado (R$ mm)	4T22	4T21	▲ A/A	3T22	▲ T/T	2022	2021	▲ A/A
Receita Bruta	**1.967,8**	**1.582,5**	**24,3%**	**1.918,3**	**2,6%**	**7.133,7**	**5.148,4**	**38,6%**
Receita Bruta de Serviços	1.912,2	1.560,8	22,5%	1.862,1	2,7%	6.924,0	5.063,1	36,8%
Receita Bruta Venda de Ativos	55,6	21,7	156,7%	56,2	-1,1%	209,7	85,3	145,7%
Receita Líquida	**1.662,4**	**1.327,8**	**25,2%**	**1.624,8**	**2,3%**	**6.022,4**	**4.296,0**	**40,2%**
Receita Líquida de Serviços	1.607,7	1.306,9	23,0%	1.570,8	2,3%	5.818,8	4.213,0	38,1%
Operações Dedicadas	630,2	496,5	26,9%	598,5	5,3%	2.239,8	1.753,1	27,8%
Transporte de Cargas	627,3	491,9	27,5%	655,5	-4,3%	2.296,9	1.525,2	50,6%
Distribuição Urbana	152,6	150,5	1,4%	127,5	19,7%	550,4	507,6	8,4%
Armazenagem	197,9	168,0	17,8%	189,4	4,5%	732,1	426,8	71,5%
Receita Líquida Venda Ativos	54,8	20,9	162,1%	54,0	1,4%	203,6	83,0	145,4%
Custos Totais	**(1.359,4)**	**(1.125,4)**	**20,8%**	**(1.322,7)**	**2,8%**	**(4.981,4)**	**(3.635,3)**	**37,0%**
Custo de Serviços	(1.310,9)	(1.110,0)	18,1%	(1.283,4)	2,1%	(4.815,9)	(3.571,3)	34,9%
Custo Venda de Ativos	(48,5)	(15,4)	214,8%	(39,3)	23,5%	(165,4)	(64,0)	158,5%
Lucro Bruto	**303,1**	**202,4**	**49,7%**	**302,1**	**0,3%**	**1.041,1**	**660,7**	**57,6%**
Despesas Operacionais	(90,7)	(54,6)	66,0%	(79,8)	n.a.	(272,2)	(136,7)	99,1%
EBIT	**212,4**	**147,8**	**43,7%**	**222,4**	**-4,5%**	**768,8**	**523,9**	**46,7%**
Margem (% ROL Serviços)	*13,2%*	*11,3%*	*+1,9 p.p.*	*14,2%*	*-0,9 p.p.*	*13,2%*	*12,4%*	*+0,8 p.p.*
Resultado Financeiro	**(174,9)**	**(91,3)**	**91,5%**	**(172,0)**	**1,7%**	**(602,4)**	**(201,4)**	**199,1%**
Receitas Financeiras	27,8	17,9	55,0%	15,1	84%	88,4	45,9	92,7%
Despesas Financeiras	(202,7)	(109,3)	85,5%	(187,1)	8,3%	(690,8)	(247,3)	179,4%
Impostos	**56,4**	**(2,2)**	**n.a.**	**(13,0)**	**n.a.**	**27,8**	**(50,0)**	**n.a.**
Lucro Líquido	**93,9**	**54,3**	**73,1%**	**37,4**	**151,3%**	**194,2**	**272,5**	**-28,8%**
Margem (% ROL)	*5,6%*	*4,1%*	*+1,6 p.p.*	*2,3%*	*+3,3 p.p.*	*3,2%*	*6,3%*	*-3,1 p.p.*
EBITDA	**310,7**	**220,3**	**41,0%**	**298,9**	**3,9%**	**1.079,8**	**758,1**	**42,4%**
Margem (% ROL de Serviços)	*19,3%*	*16,9%*	*+2,5 p.p.*	*19,0%*	*+0,3 p.p.*	*18,6%*	*18,0%*	*+0,6 p.p.*
EBITDA-A	**359,2**	**235,7**	**52,4%**	**338,2**	**6,2%**	**1.245,2**	**822,1**	**51,5%**
Margem (% ROL de Serviços)	*22,3%*	*18,0%*	*+4,3 p.p.*	*21,5%*	*+0,8 p.p.*	*21,4%*	*19,5%*	*+1,9 p.p.*
CAPEX Líquido	**681,3**	**364,2**	**87,1%**	**304,4**	**123,8%**	**1.420,7**	**749,1**	**89,6%**
EBITDA Ajustado[1]	**319,2**	**220,3**	**44,9%**	**298,9**	**6,8%**	**1.088,3**	**670,2**	**62,4%**
Margem (% ROL de Serviços)	*19,9%*	*16,9%*	*+3,0 p.p.*	*19,0%*	*+0,8 p.p.*	*18,7%*	*15,9%*	*+2,8 p.p.*
EBIT Ajustado[1]	**236,7**	**147,8**	**60,2%**	**229,7**	**3,1%**	**813,9**	**461,9**	**76,2%**
Margem (% ROL de Serviços)	*14,7%*	*11,3%*	*+3,4 p.p.*	*14,6%*	*+0,1 p.p.*	*14,0%*	*11,0%*	*+3,0 p.p.*
Lucro Líquido Ajustado[1]	**110,0**	**63,3**	**73,8%**	**42,2**	**160,6%**	**223,5**	**223,9**	**-0,2%**
Margem (% ROLL)	*6,6%*	*4,8%*	*+1,9 p.p.*	*2,6%*	*+4,0 p.p.*	*3,7%*	*5,2%*	*-1,5 p.p.*

[1] EBIT, EBITDA e Lucro Líquido ajustado em 2021, conforme reportado à época. No 4T22, o EBIT foi ajustado em R$24,3 MM, o EBITDA em R$8,5 MM e Lucro Líquido em R$16,1 MM, para excluir o efeito da desmobilização de uma operação de armazenagem no RJ e efeitos da amortização do ágio/mais-valia das aquisições. Os mesmos efeitos impactam os números ajustados de 2022.

A Receita Líquida de Serviços atingiu R$ 1.607,7 milhões e cresceu 23% em relação ao 4T21 e 2,3% comparado ao 3T22, sazonalmente um trimestre mais forte. A implantação de novos projetos e a reprecificação dos contratos favoreceram todas nossas linhas de negócios, levando a um crescimento de 26,9% nas Operações Dedicadas, 27,5% no Transporte de Cargas, 17,8% nos Serviços de Armazenagem e 1,4% na Distribuição Urbana.

- O segmento de Operações Dedicadas (39% da ROL de Serviços no trimestre) apresentou um crescimento de 26,9% em comparação ao 4T21, impulsionada por maiores volumes nos setores de celulose, mineração e operações de intra-logística, que conjuntamente contribuíram com R$74 milhões de receita adicional no trimestre;
- O nosso serviço de Transporte de Cargas (também com representatividade de 39% da Receita Líquida de Serviços no trimestre) cresceu 27,5% na comparação com o 4T21, em função principalmente dos repasses de inflação, aumento de capacidade da Marvel (+R$52 milhões) e implantação de novos projetos no setor automotivo (+R$52 milhões);
- As operações de Armazenagem (12% da Receita Líquida de Serviços no trimestre) apresentaram crescimento sustentado trimestre após trimestre, refletindo os novos contratos e expansão da operação da TPC. A Receita Líquida de Serviços do segmento foi 17,8% superior ao 4T21;
- Por fim, o segmento de Distribuição Urbana (10% da Receita Líquida de Serviços no trimestre) foi principalmente beneficiado pelas festas de final de ano, período de verão e, excepcionalmente esse ano, Copa do Mundo. Com isso, essas operações cresceram 1,4% versus o 4T21. Esse crescimento abaixo da média se deu pela desmobilização de uma operação relevante de um cliente da Fadel no setor de e-commerce, cujo contrato foi finalizado no início de 2022. Em contraponto, o contrato da África do Sul já começou a impactar positivamente os resultados do segmento a partir de dezembro/2022.

Quando olhamos o ano de 2022, a Receita Líquida de Serviços foi de R$5,8 bilhões (+38,1% vs 2021). Esse nível de crescimento reflete nossa capacidade de execução e implantação de novos contratos, repasse da inflação nos preços praticados e assertividade das aquisições realizadas, que nos permitiu impulsionar a capacidade de atendimento com a evolução da rentabilidade das operações das empresas adquiridas nos últimos dois anos.

Vemos também uma diversificação crescente de clientes e setores que traz resiliência ao nosso modelo de negócio. Atualmente, os 10 maiores clientes representam 42% da nossa receita ante 46% em 2021. Além disso, o número de clientes para atingir 70% da receita está em 34, comparado a 26 clientes em 2021. Importante ressaltar que nenhum cliente representa mais de 10% da nossa receita e que nenhum contrato representa mais que 1%.

O balanço de novos projetos e aquisições também contribuiu para a crescente diversificação por setores. Os setores de Papel e Celulose e Automotivo, por exemplo, que adicionaram, respectivamente, R$132 milhões e R$225 milhões de receita em 2022 versus 2021, reduziram sua representatividade para 13,4% e 16,5% da receita (-2,0 p.p. e -0,9 p.p. em comparação a 2021). Por outro lado, destacamos a contribuição dos setores de Alimentos e Bebidas e Bens de Consumo, que adicionaram R$659 milhões e R$219 milhões, respectivamente, à base de receitas durante 2022 e passaram a representar 28,7% e 11,9% do total.

DIVERSIFICAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA (4T22)

A busca incessante por eficiência operacional continua norteando a estratégia da Companhia. Durante 2022 navegamos em um cenário macroeconômico desafiado pela forte inflação, que impactou de forma relevante nossa base de custos. Nos mantivemos dedicados em uma gestão que protegesse os resultados da Companhia e cujos ganhos de eficiência podem ser observados abaixo:

(i) Na comparação do 4T22 x 4T21, o Custo de Serviços cresceu 18,1% versus um crescimento de 23% da Receita Líquida de Serviços. O ganho de eficiência veio principalmente da otimização de pessoal e agregados/terceiros, utilizando investimentos em tecnologia para automatizar a gestão de documentos, otimização de rotas, precificação e integração com os clientes e motoristas;
(ii) Na comparação de 2022 versus 2021, o Custo de Serviços cresceu 34,9% versus um crescimento de 38,1% da Receita Líquida de Serviços. O crescimento dos custos é efeito dos maiores volumes e da consolidação das empresas adquiridas, além dos efeitos inflacionários que impactaram de forma relevante nossa base de custos durante o ano, em especial sobre combustíveis/lubrificantes e pessoal, que cresceram 76% e 36%, respectivamente. No entanto, o aumento de custos inferior ao aumento da receita é fruto das ações para manutenção de margens e aumentos dos retornos de nossos contratos, incluindo realocação de estoque, sinergias operacionais entre operações, e consolidação de armazéns com foco em maiores taxas de ocupação.

Nosso EBITDA Ajustado do 4T22 foi de R$319,2 milhões, com margem de 19,9%, (número exclui o efeito da provisão de desmobilização de R$8,5 milhões relacionado às operações de armazenagem na região de Pavuna-RJ). Esses valores representam crescimento de 44,9% do EBITDA e +3,0 p.p. de margem em relação ao 4T21, reflexo da nossa agenda de melhorias operacionais e forte diligência na gestão de custos. Em mais um trimestre, comprovamos que nossos esforços de redução de despesas administrativas são sustentáveis, especialmente via centralização e digitalização de processos, com relação entre despesas administrativas e receita líquida de serviços de 4,7% no 4T22, redução de 0,5 p.p. versus o 4T21. Conseguimos entregar R$1,1 bilhão de EBITDA Ajustado no ano (+62,4% versus 2021), com margem de 18,7% (+2,8pp versus 2021). No trimestre, o Lucro Líquido foi impactado por R$11,9 milhões pelo efeito do *impairment* e provisões relacionadas a desmobilização do ativo de Pavuna e R$4,2 milhões pela amortização da mais-valia (ágio/PPA) das aquisições. Logo, o Lucro Líquido Ajustado foi de R$ 110,0 milhões no 4T22, com margem líquida de 6,6% e crescimento de 73,8% na comparação com o 4T21. É importante mencionar que, no trimestre, houve a contabilização de créditos de IRPJ/CSLL diferidos no montante de R$27,6 milhões e R$22,8 milhões resultantes dos benefícios fiscais de ICMS do ano de 20222 e do pagamento de JSCP, respectivamente. No ano, nosso Lucro Líquido Ajustado foi de R$223,5 milhões.

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R$ mm)	4T22	4T21	▲ A/A	3T22	▲ T/T	2022	2021	▲ A/A
Receitas Financeiras	27,8	17,9	55,3%	15,1	84%	88,4	45,9	92,5%
Despesas Financeiras	(202,7)	(109,3)	85,4%	(187,1)	8,3%	(690,8)	(247,3)	179,3%
Resultado Financeiro	**(174,9)**	**(91,4)**	**91,3%**	**(172,0)**	**1,7%**	**(602,4)**	**(201,4)**	**199,1%**

O 4T22 apresentou Resultado Financeiro Líquido de R$ -174,9 milhões, 91,3% maior que o 4T21 como resultado do aumento das despesas financeiras (R$202,7 milhões), impactado pelo maior volume de dívida bruta e do aumento do CDI no período. Pelos mesmos fatores, a Despesa Financeira de 2022 cresceu 179% na comparação com 2021 e atingiu R$690,8 milhões, sendo R$561,0 milhões diretamente relacionados ao serviço da dívida. O aumento da dívida bruta está atrelado ao crescimento da companhia e seus investimentos em ativos e nas aquisições realizadas.

Anexo I – Reconciliação do EBITDA e do Lucro Líquido

Reconciliação do EBITDA (R$ mm)	4T22	4T21	▲ A/A	3T22	▲ T/T	2022	2021	▲ A/A
Lucro Líquido Total	93,9	54,3	73,1%	37,4	151,3%	194,2	272,5	-28,8%
Resultado Financeiro	174,9	91,3	91,5%	172,0	1,7%	602,4	201,4	199,1%
IR e Contribuição Social	(56,4)	2,2	-2.672,9%	13,0	-534,2%	(27,8)	50,0	-155,6%
Depreciação e Amortização	98,3	72,5	35,6%	76,6	28,3%	311,0	234,1	32,8%
EBITDA	**310,7**	**220,3**	**41,1%**	**298,9**	**3,9%**	**1.079,8**	**758,1**	**42,4%**
Custos de Venda de Ativos	**48,5**	**15,4**	**214,8%**	**39,3**	**23,5%**	**165,4**	**64,0**	**158,5%**
EBITDA-A	**359,2**	**235,7**	**52,4%**	**338,2**	**6,2%**	**1.245,2**	**822,0**	**51,5%**
Crédito extemporâneos líquidos	-	-	n.a.	-	n.a.	-	(127,1)	n.a.
Provisões	8,5	-	n.a.	-	n.a.	8,5	27,3	n.a.
Outros	-	-	n.a.	-	n.a.	-	11,9	n.a.
EBITDA Ajustado	**318,2**	**220,3**	**44,9%**	**298,9**	**6,8%**	**1.088,3**	**670,2**	**62,4%**

Reconciliação do Lucro Líquido (R$ mm)	4T22	4T21	▲ A/A	3T22	▲ T/T	2022	2021	▲ A/A
Lucro Líquido	**93,9**	**54,3**	**73,1%**	**37,4**	**151,1%**	**194,3**	**272,5**	**-28,7%**
Créditos Extemporâneo Líquidos	-	-	n.a.	-	n.a.	-	(102,1)	n.a.
Baixa Contábil de Benfeitorias	6,3	-	n.a.	-	n.a.	6,3	6,0	n.a.
Provisões	5,6	-	n.a.	-	n.a.	5,6	10,6	n.a.
Amortização PPA	4,2	9,0	n.a.	4,8	n.a.	17,4	12,4	n.a.
Outros	-	-	n.a.	-	n.a.	-	24,5	n.a.
Lucro Líquido Ajustado	**110,0**	**63,3**	**73,8%**	**42,2**	**160,6%**	**223,5**	**223,9**	**-0,2%**
Margem (% ROL)	*6,6%*	*4,8%*	*+1,9 p.p.*	*2,6%*	*+4,0 p.p.*	*3,7%*	*5,2%*	*-1,5 p.p.*

O valor de ajuste de R$4,2 milhões na linha de 'Outros' refere-se ao valor de amortização do ágio/mais valia dos da alocação de preço das aquisições realizadas. Além disso, as provisões de R$11,9 milhões são relacionadas à desmobilização de uma operação de armazenagem no Rio de Janeiro (Pavuna).

Glossário

EBITDA-A ou EBITDA Adicionado – Corresponde ao EBITDA acrescido do custo contábil residual da venda de ativos imobilizados, o qual não representa desembolso operacional de caixa, uma vez que se trata da mera representação contábil da baixa dos ativos no momento de sua alienação. Dessa forma, a Administração da Companhia acredita que o EBITDA-A é a medida prática mais adequada do que o EBITDA tradicional como aproximação da geração de caixa, de modo a aferir a capacidade da Companhia de cumprir com suas obrigações financeiras. Ressaltamos também que com base nas escrituras públicas das debêntures, o EBITDA-A para cálculo de alavancagem e cobertura de despesas financeiras líquidas, corresponde ao o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, imparidade dos ativos e equivalências patrimoniais, acrescido de venda de ativos utilizados na prestação de serviços, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo o EBITDA Adicionado dos últimos 12 (doze) meses das sociedades incorporadas e/ou adquiridas.

Acesso ao Relatório da Administração Completo: Os slides estarão disponíveis para visualização e download na sessão de Relações com Investidores em nosso website ri.jsl.com.br.

Para informações adicionais, entre em contato com a Área de Relações com Investidores:

Tel: +55 (11) 3154-4013 | ri@jsl.com.br | ri.jsl.com.br

AVISO

As Demonstrações Financeiras apresentadas a seguir são Demonstrações Financeiras Resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

- Central de Resultados - JSL RI = https://ri.jsl.com.br/central-de-resultados/
- Consulta de Documentos de Companhias Abertas (cvm.gov.br)
- Empresas Listadas | B3
- Estadão RI (estadao.com.br) = https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

continua

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
Ativo	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	195.441	52.661	475.625	152.951
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	383.408	772.396	397.586	801.475
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	86	147
Contas a receber	774.825	835.813	1.159.908	1.282.599
Estoques	52.135	52.675	57.642	55.882
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	77.040	46.568	81.656	47.030
Tributos a recuperar	103.480	153.718	130.567	232.301
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	37.153	26.643	48.704	30.885
Despesas antecipadas	16.828	16.319	25.418	20.408
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	2.194	3.186	-	-
Adiantamentos a terceiros	8.665	16.878	18.193	16.291
Outros créditos	46.792	13.771	10.766	14.546
	1.697.961	**1.990.628**	**2.406.151**	**2.654.515**
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	572	-	11	569
Instrumentos financeiros derivativos	63.587	2.627	63.609	2.848
Contas a receber	18.070	14.331	20.096	14.331
Tributos a recuperar	90.954	112.668	130.476	135.296
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5.845	56.140	7.001	56.141
Depósitos judiciais	43.544	40.967	57.200	76.579
Imposto de renda e contribuição social diferidos	58.001	-	91.770	35.581
Partes relacionadas	86.274	126.462	-	-
Ativo de indenização por combinação de negócios	-	-	220.838	272.692
Outros créditos	18.978	15.810	25.525	14.536
	385.825	**369.005**	**616.526**	**608.573**
Investimentos	1.239.007	1.211.304	-	-
Imobilizado	2.451.985	1.884.268	4.347.774	3.013.419
Intangível	529.141	267.120	871.681	845.740
	4.605.958	**3.731.697**	**5.835.981**	**4.467.732**
Total do ativo	**6.303.919**	**5.722.325**	**8.242.132**	**7.122.247**

	Controladora		Consolidado	
Passivo	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Fornecedores	259.951	210.906	642.263	374.115
Empréstimos e financiamentos	199.692	43	256.974	41.545
Debêntures	66.026	32.723	66.026	32.723
Arrendamentos a pagar	9.879	28.504	9.879	28.504
Arrendamentos por direito de uso	37.630	26.697	78.812	68.369
Obrigações sociais e trabalhistas	236.895	169.811	329.396	246.062
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	5.325	20.292
Tributos a recolher	70.282	54.934	126.210	102.095
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	57.575	64.310	57.575	64.310
Adiantamentos de clientes	13.315	4.430	20.179	8.648
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	83.432	89.006	83.432	144.902
Outras contas a pagar	49.019	56.231	82.326	80.207
	1.083.696	**737.595**	**1.758.397**	**1.211.772**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	1.439.022	1.373.712	2.121.613	1.724.062
Debêntures	1.796.085	1.789.185	1.796.085	1.789.185
Arrendamentos a pagar	75.118	14.173	75.118	14.173
Arrendamentos por direito de uso	211.072	148.627	334.227	246.586
Instrumentos financeiros derivativos	29.678	-	29.678	-
Tributos a recolher	-	841	31.288	24.831
Provisão para demandas judiciais e administrativas	26.187	29.771	272.969	329.742
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	22.502	121.678	116.906
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	225.952	270.804	278.585	324.164
Partes relacionadas	1.816	1.619	1.816	1.619
Outras contas a pagar	2.680	3.645	8.065	9.356
	3.807.610	**3.654.879**	**5.071.122**	**4.580.624**
Total do passivo	**4.891.306**	**4.392.474**	**6.829.519**	**5.792.396**
Patrimônio líquido				
Capital social	806.688	806.688	806.688	806.688
Reservas de capital	23.192	23.150	23.192	23.150
Ações em tesouraria	(42.205)	(40.701)	(42.205)	(40.701)
Reservas de lucros	626.036	534.250	626.036	534.250
Outros ajustes patrimoniais reflexos de controladas	(1.098)	6.464	(1.098)	6.464
Total do patrimônio líquido	**1.412.613**	**1.329.851**	**1.412.613**	**1.329.851**
Total do passivo e patrimônio líquido	**6.303.919**	**5.722.325**	**8.242.132**	**7.122.247**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida de prestação de serviços logísticos, locação de veículos, máquinas e equipamentos e de venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	**3.700.944**	**2.967.251**	**6.022.405**	**4.295.978**
Custo de prestação de serviços logísticos e locação de veículos, máquinas e equipamentos	(3.085.808)	(2.566.820)	(4.815.943)	(3.571.321)
Custo de venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	(95.144)	(54.316)	(165.414)	(63.991)
Total do custo de prestação de serviços logísticos, locação de veículos, máquinas e equipamentos e venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	**(3.180.952)**	**(2.621.136)**	**(4.981.357)**	**(3.635.312)**
Lucro bruto	**519.992**	**346.115**	**1.041.048**	**660.666**
Despesas comerciais	(13.245)	(12.853)	(27.078)	(19.408)
Despesas administrativas	(158.996)	(164.189)	(319.461)	(274.937)
(Provisão) de perdas esperadas *("impairment")* de contas a receber	(12.288)	(3.304)	(14.242)	(3.517)
Outras receitas operacionais, líquidas	70.066	133.415	88.558	161.129
Resultado de equivalência patrimonial	183.121	132.573	-	-
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos	**588.650**	**431.757**	**768.825**	**523.933**
Receitas financeiras	107.965	43.167	88.371	45.863
Despesas financeiras	(589.717)	(210.592)	(690.799)	(247.270)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**106.898**	**264.332**	**166.397**	**322.526**
Imposto de renda e contribuição social – corrente	-	820	(36.601)	(49.361)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	87.284	5.630	64.386	(617)
Total do imposto de renda e da contribuição social	**87.284**	**6.450**	**27.785**	**(49.978)**
Lucro líquido do exercício	**194.182**	**270.782**	**194.182**	**272.548**
Atribuído aos:				
Acionistas controladores	194.182	270.782	194.182	270.782
Acionistas não controladores	-	-	-	1.766
(=) Lucro básico por ação (em R$)	-	-	0,9114	1,2695
(=) Lucro diluído por ação (em R$)	-	-	0,9114	1,2695

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**194.182**	**270.782**	**194.182**	**272.548**
Ajustes de conversão de balanço de controladas no exterior	(7.562)	3.077	(7.562)	3.077
Total de outros resultados abrangentes	**(7.562)**	**3.077**	**(7.562)**	**3.077**
Resultado abrangente do exercício	**186.620**	**273.859**	**186.620**	**275.625**
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	186.620	273.859	186.620	273.859
Acionistas não controladores	-	-	-	1.766

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	4.400.752	3.564.027	7.133.693	5.148.439
(Provisão) reversão de perdas esperadas *("impairment")* de contas a receber	(12.288)	(3.304)	(14.242)	(3.517)
Outras receitas operacionais	129.411	133.415	184.827	161.129
	4.517.875	**3.694.138**	**7.304.278**	**5.306.051**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos das vendas e prestação de serviços	(2.179.180)	(1.794.279)	(3.188.612)	(2.339.052)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(127.387)	(23.142)	(181.048)	(27.928)
	(2.306.567)	**(1.817.421)**	**(3.369.660)**	**(2.366.980)**
Valor adicionado bruto	**2.211.308**	**1.876.717**	**3.934.618**	**2.939.071**
Retenções				
Depreciação, amortização e *impairment*	(190.226)	(174.925)	(310.995)	(234.139)
Valor adicionado líquido produzido pela JSL	**2.021.082**	**1.701.792**	**3.623.623**	**2.704.933**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	183.121	132.573	-	-
Receitas financeiras	107.965	43.167	88.371	45.863
	291.086	**175.740**	**88.371**	**45.863**
Valor adicionado total a distribuir	**2.312.168**	**1.877.532**	**3.711.994**	**2.750.796**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	1.072.843	887.240	1.894.386	1.392.860
Federais	130.882	199.234	374.179	374.455
Estaduais	186.755	222.678	352.950	341.373
Municipais	72.433	58.585	115.078	84.929
Juros e despesas bancárias	589.717	210.592	690.799	247.270
Aluguéis	65.356	28.421	90.420	37.361
Dividendos e juros sobre capital próprio do exercício	32.922	73.730	32.922	73.730
Lucro retido do exercício	161.260	197.052	161.260	198.818
	2.312.168	**1.877.532**	**3.711.994**	**2.750.796**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
Em milhares de reais

		Reservas de capital			Reservas de lucros								
	Capital social	Transações com pagamentos baseados em ações	Reserva especial	Ações em tesouraria	Retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de investimentos	Reserva legal	Lucros acumulados	Outras variações patrimoniais reflexas de controladas	Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**767.230**	**160**	-	**(40.701)**	**15.192**	**61.143**	**235.472**	**22.973**	-	**1.849**	**1.063.318**	**1.828**	**1.065.146**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	270.782	-	270.782	1.766	272.548
Ajuste de conversão de balanço de controladas no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.077	3.077	-	3.077
Total resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	**270.782**	**3.077**	**273.859**	**1.766**	**275.625**
Remuneração com base em ações	-	270	-	-	-	-	-	-	-	-	270	-	270
Variação na participação em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	1.768	(1.768)	-	-	-
Ajuste na participação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.956	3.956	-	3.956
Subvenções governamentais	-	-	-	-	-	35.497	-	-	(34.847)	(650)	-	-	-
Outras movimentações patrimoniais	-	-	58.584	-	-	-	-	-	-	-	58.584	-	58.584
Aumento de capital pela emissão de ações	39.458	-	(39.458)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa de minoritário decorrente de aquisição	-	-	3.594	-	-	-	-	-	-	-	3.594	(3.594)	-
Dividendos e juros sobre capital	-	-	-	-	-	-	-	-	(73.730)	-	(73.730)	-	(73.730)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	150.434	13.539	(163.973)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**806.688**	**430**	**22.720**	**(40.701)**	**15.192**	**96.640**	**385.906**	**36.512**	-	**6.464**	**1.329.851**	-	**1.329.851**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**806.688**	**430**	**22.720**	**(40.701)**	**15.192**	**96.640**	**385.906**	**36.512**	-	**6.464**	**1.329.851**	-	**1.329.851**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	194.182	-	194.182	-	194.182
Ajuste de conversão de balanço de controladas no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.562)	(7.562)	-	(7.562)
Total resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	**194.182**	**(7.562)**	**186.620**	-	**186.620**
Remuneração com base em ações	-	42	-	-	-	-	-	-	-	-	42	-	42
Subvenções governamentais controladora	-	-	-	-	-	119.315	-	-	(119.315)	-	-	-	-
Recompra de ações	-	-	-	(1.504)	-	-	-	-	-	-	(1.504)	-	(1.504)
Outras movimentações patrimoniais	-	-	-	-	-	-	818	-	-	-	818	-	818
Distribuição de juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(34.257)	-	(32.922)	-	(67.179)	-	(67.179)
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	(36.035)	-	-	-	(36.035)	-	(36.035)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	32.236	9.709	(41.945)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**806.688**	**472**	**22.720**	**(42.205)**	**15.192**	**215.955**	**348.668**	**46.221**	-	**(1.098)**	**1.412.613**	-	**1.412.613**

continua

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	106.898	264.332	166.397	322.526
Ajuste para:				
Resultado de equivalência patrimonial	(183.121)	(132.573)	-	-
Depreciação e amortização	180.728	174.925	301.497	234.139
Impairment de ativos não financeiros	9.498	-	9.498	-
Custo de venda de ativos desmobilizados	95.144	54.316	162.869	63.991
Provisões (reversões) para perdas, baixa de outros ativos e juros sobre aquisições de empresas	65.067	(65.119)	33.766	(99.001)
Remuneração com base em ações	42	270	42	270
Créditos de PIS e COFINS reconhecidos no resultado	(44.499)	(97.490)	(64.227)	(97.490)
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	39.303	(141.159)	39.476	(141.169)
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	-	-	(374)	-
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos e debêntures	480.202	284.216	558.001	341.057
	749.262	**341.718**	**1.206.945**	**624.323**
Variações no capital circulante líquido operacional				
Contas a receber	44.961	(147.627)	103.065	(247.200)
Estoques	(3.720)	(7.875)	(5.528)	(9.164)
Fornecedores	66.555	1.868	88.665	286
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar	237.827	315.594	284.184	246.278
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	(40.214)	(107.098)	(87.105)	92.124
	305.409	**54.862**	**383.281**	**82.324**
Imposto de renda e contribuição social (pagos) e retidos	-	-	(24.634)	(27.317)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos e debêntures	(337.605)	(119.730)	(406.092)	(161.698)
Compra de ativo imobilizado operacional	(481.160)	(379.098)	(808.683)	(573.260)
Resgate / (investimento) em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	388.416	(201.909)	404.447	(208.741)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**624.322**	**(304.157)**	**755.264**	**(264.369)**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aporte de capital em controladas	(104.609)	(209.682)	-	-
Debêntures conversíveis em ações	(102.000)	-	-	-
Adições ao ativo imobilizado e intangível	(61.785)	(140.235)	(89.089)	(185.827)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	60.302	-	-	-
Aquisição de empresas, líquido de caixa no consolidado	-	(108.633)	1.475	(229.257)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	**(208.092)**	**(458.550)**	**(87.614)**	**(415.085)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Recompra de ações para tesouraria	(1.504)	-	(1.504)	-
Pagamento de parcelamento de aquisição de empresas	(86.151)	(160.329)	(148.579)	(166.440)
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	36.064	1.194.199	124.503	1.542.963
Amortização de empréstimos e financiamentos, arrendamentos e debêntures	(70.213)	(274.945)	(167.750)	(628.121)
Resultado de derivativos	(44.212)	52.660	(44.212)	52.292
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(99.872)	(32.864)	(99.872)	(32.864)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(265.888)**	**778.721**	**(337.414)**	**767.830**
Efeitos de variações cambiais sobre caixa e equivalentes de caixa	**(7.562)**	**-**	**(7.562)**	**-**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**142.780**	**16.013**	**322.674**	**88.376**
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	52.661	36.648	152.951	64.575
No final do exercício	195.441	52.661	475.625	152.951
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**142.780**	**16.013**	**322.674**	**88.376**
Variações patrimoniais que não afetaram o caixa				
Compensação de impostos a recuperar com impostos a pagar	287.546	135.693	355.255	91.560
Adições financiadas por arrendamentos a pagar e FINAME	(248.821)	-	(555.686)	(979)
Variação no saldo de fornecedores e montadoras de veículos a pagar	17.510	(98.803)	(176.969)	(206.826)
Adições de arrendamentos por direito de uso	(107.803)	(18.980)	(193.815)	(107.705)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (RESUMIDAS) - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

i. Contexto operacional - A JSL S.A., ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede social na Rua Doutor Renato Paes de Barros nº 1.017, 9º. Andar – Itaim Bibi – São Paulo, tendo suas ações negociadas na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) pela denominação (*ticker*) JSLG3, controlada pela Simpar S.A. ("Holding"). A Companhia também negocia certificados de depósito de ações no mercado de balcão (OTC) dos Estados Unidos da América (EUA), visando facilitar a compra, manutenção e venda de ações por investidores norte-americanos. A JSL S.A. e suas controladas (em conjunto denominadas "JSL") estão focadas em serviços de logística, referidos como "JSL Logística", constituídas pelas atividades de prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas intermunicipal, interestadual e internacional; transporte fretado de passageiros; organização logística de transporte de cargas; armazenagem, movimentações internas de plantas fabris e atividades afins. **ii. Reestruturação societária -** Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 03 de janeiro de 2022, foi aprovada a incorporação da Fadel Holding S.A. e da Moreno Holding pela JSL S.A. Em 31 de março de 2022 foi deliberada a incorporação da Abaete Comércio de Veículos Ltda. e Unileste Transportes Ltda. na Transportadora Rodomeu Ltda. e a incorporação reversa da Riograndense Logística Ltda. na Transportes Marvel Ltda. a partir de 01 de abril de 2022. Em 30 de novembro de 2022 foi deliberada a incorporação da Fadel Soluções em Logística Ltda. e Locadel Veículos Ltda. na Fadel Transportes e Logística Ltda. **1.1. Principais eventos ocorridos - a) 1ª emissão de debêntures simples, conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para colocação privada, da controlada Transportes Marvel Ltda. ("Marvel") -** Em 18 de janeiro de 2022, a controlada realizou o Instrumento particular de escritura de debênture simples, conversíveis em ações, da espécie quirografária para colocação privada da 1ª emissão de debêntures simples, em série única. O valor foi de R$ 50.000 com taxa de CDI + 2,00% e vencimento final em 18 de janeiro de 2024, adquirido em sua totalidade pela Companhia. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido da controlada, o qual inclui componentes de passivo financeiro e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 50.000.000 (Cinquenta milhões) de ações ordinárias de emissão da Emissora. **b) 1ª emissão de debêntures simples, conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para colocação privada, da controlada Sinal Serviços de Integração Industrial Ltda. ("Sinal").** Em 03 de fevereiro de 2022, a controlada realizou o Instrumento particular de escritura de debênture simples, conversíveis em ações, da espécie quirografária para colocação privada da 1ª emissão de debêntures simples, em série única. O valor foi de R$ 52.000 com taxa de CDI + 2,70% e vencimento final em 03 de fevereiro de 2024, adquirido em sua totalidade pela Companhia. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido da controlada, o qual inclui componentes de passivo financeiro e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 52.000.000 (Cinquenta e dois milhões) de ações ordinárias de emissão da Emissora. **c) Aquisição de Empresas - Aquisições de 2022 - i. Aquisição de empresa Truckpad Tecnologia e Logística S.A. e da Truckpad Meios de Pagamentos Ltda. ("Truckpad") -** Em 26 de maio de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações de emissão da Truckpad.

A Companhia acredita que a transação irá acelerar o desenvolvimento tecnológico da JSL através do acesso à tecnologia da Truckpad. O valor da transação foi de US$ 1,00 (um dólar americano) que foi pago em 26 de maio de 2022 em moeda nacional, além da assunção das obrigações e dívidas da Empresa adquirida. Em conformidade com o CPC 15 / IFRS 3 – Combinações de Negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir:

	Valor contábil	Ajuste de valor justo	Valor justo na data da aquisição
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	1.475	-	1.475
Contas a receber	381	-	381
Imobilizado	485	-	485
Intangível	2.465	8.384	10.849
Outros ativos	229	-	229
Total do ativo	**5.036**	**8.384**	**13.420**
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	3.953	-	3.953
Fornecedores	2.514	-	2.514
Obrigações sociais e trabalhistas	4.890	-	4.890
Provisão para contingências	313	11.204	11.516
Outros passivos	5.965	-	5.965
Total do passivo	**17.636**	**11.204**	**28.839**
Total do (passivo a descoberto) a valor justo			**(15.419)**
Valor justo da contraprestação paga			**0**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*)			**15.419**

Mensuração de valor justo - O valor justo dos passivos assumidos é de R$ 15.419 e inclui R$ 5.029 de *software* e R$ 3.355 de *marca* no intangível e R$ 11.204 de passivo contingente. Foi gerado ágio por expectativa de rentabilidade futura (*"goodwill"*) de R$ 15.419. O valor justo de ativos e passivos foi determinado provisoriamente. Se novas informações obtidas dentro do prazo de até um ano a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data da aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revista. **Técnicas para a mensuração do valor justo -** As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Marca	Método *Relief from Royalties* que captura as economias de *royalties* associadas a possuir as marcas, ao invés de obter licença para utilizá-la.
Software	Adotada a metodologia para analisar as projeções da empresa com relação ao volume de serviços contratados/prestados pelo *software* que servirá de base para o cálculo por meio de *royalties*.

Resultado da combinação de negócios - Se a aquisição da TruckPad tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2022, a receita líquida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 seria de R$ 8.638 e o prejuízo líquido seria de R$ 2.904. **Custos da Aquisição -** A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R$ 225 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como 'Despesas administrativas' na demonstração de resultado de 2022. **Aquisições de 2021 - i. Alocações definitivas aquisição da Transportadora Rodomeu Ltda. e Unileste Transportes Ltda. (em conjunto "Rodomeu") -** Em 14 de maio de 2021, a Companhia concluiu a aquisição de 100% da participação da Rodomeu e sua subsidiária Abaeté Comercio de Veículos Ltda, aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 24 de março de 2021 sem restrições. A Rodomeu possui sede na cidade de Piracicaba (SP), sendo especialista no transporte rodoviário de cargas de alta complexidade, que inclui Gases e Químicos, Máquinas e Equipamentos para construção civil, tranaporte dedicado de insumos e produtos acabados nos setores de papel e celulose, siderurgia e alimentícios. O valor da transação foi de R$ 97.000. Em conformidade com o CPC 15 / IFRS 3 – Combinação de negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir;

	Valor contábil	Ajuste de valor justo	Valor justo
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	26.018	-	26.018
Contas a receber	9.528	-	9.528
Ativo de indenização	-	16.611	16.611
Intangível	-	6.100	6.100
Imobilizado	16.433	44.195	60.628
Outros ativos	16.794	385	17.179
Total do ativo	**68.773**	**67.291**	**136.064**
Passivo			
Fornecedores	1.064	-	1.064
Empréstimos e financiamentos	12.066	-	12.066
Provisão para contingência	-	16.611	16.611
Outros passivos	5.908	-	5.908
Total do passivo	**19.038**	**16.611**	**35.649**
Total do ativo líquido			**100.415**
Valor justo da contraprestação paga			**97.000**
Ganho de compra vantajosa			**3.415**

Mensuração de valor justo em bases definitivas - O valor justo dos ativos assumidos, líquido dos passivos assumidos é de R$ 100.415 e inclui R$ 44.195 de mais valia de ativo imobilizado, intangível compreendido por R$ 5.000 de carteira de cliente, R$ 1.100 de marca, R$ 385 de investimento Abaeté e R$ 16.611 de ativo de indenização e passivo contingente. Foi gerado ganho por compra vantajosa de R$ 3.415, registrado em outras receitas operacionais. **Técnicas para mensuração do valor justo** As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Imobilizado	Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.
Carteira de clientes	Método *multi-period excess earnings MPEEM*: o método *multi-period excess earnings* considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios.
Marca	Método *Relief from Royalties* que captura as economias de *royalties* associadas a possuir as marcas, ao invés de obter licença para utilizá-la

Resultado da combinação de negócios - Esta combinação de negócios contribuiu para o resultado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com receita líquida de R$ 68.530 e lucro líquido de R$ 4.852, gerado pela aquisição da Rodomeu a partir de 01 de maio de 2021, data em que a Companhia assumiu o controle. Se a aquisição da Rodomeu tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2021, a receita líquida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 seria de R$ 96.064 e o lucro líquido seria de R$ 7.234 ("informação não auditada"). **Custos da Aquisição -** A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R$ 497 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*, registrados como 'Despesas administrativas' na demonstração de resultado. **ii. Alocações definitivas aquisição da Pronto Express Logística S.A. ("TPC") -** Em 14 de junho de 2021, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações de emissão da TPC, aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 26 de março de 2021. Em conformidade com o CPC 15 / IFRS 3 – Combinação de Negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir: A TPC, empresa que com suas controladas (TPC Sudeste e TPC Nordeste), opera em modelo asset-light focada na operação de armazéns alfandegados ou não, logística dedicada in house, cross docking e gestão integrada de distribuição, incluindo a última milha ("last mile") e logística reversa. Está inserida, principalmente, nos setores de cosméticos, moda, varejo, eletroeletrônicos, telecomunicações, farmacêutico, equipamentos hospitalares, bens de consumo, óleo & gás e petroquímico. O valor da transação foi de R$ 185.526.

Ativo	Valor contábil	Ajuste de valor justo	Valor justo na data da aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	11.749	-	11.749
Contas a receber	114.048	-	114.048
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	18.653	-	18.653
Ativo de indenização	-	181.132	181.132
Imobilizado	108.786	12.148	120.934
Ativo de direito de uso	68.906	3.660	72.566
Intangíveis	11.626	82.448	94.074
Outros ativos	31.930	-	31.930
Total do ativo	**365.698**	**279.388**	**645.086**
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	127.846	-	127.846
Passivo de arrendamento	76.362	-	76.362
Obrigações sociais e trabalhistas	28.704	-	28.704
Obrigações tributárias	31.428	-	31.428
Provisão para contingências	6.906	174.226	181.132
Outros passivos	18.387	-	18.387
Total do passivo	**289.633**	**174.226**	**463.859**
Total do ativo líquido			**181.227**
Valor justo da contraprestação paga			**185.526**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*)			**4.299**

Mensuração de valor justo em bases definitivas - O valor justo dos ativos assumidos, líquido dos passivos assumidos é de R$ 184.128 e inclui, R$ 12.148 de mais valia de ativo imobilizado, intangível compreendido por i) R$ 50.900 de carteira de clientes, ii) R$ 13.200 de marca, iii) R$ 14.348 de licenças, iv) R$ 4.000 de *software*, v) R$ 3.660 de ativo de direito de uso, vi) R$ 181.132 de ativo de indenização e R$ 174.226 de passivo contingente, sendo o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*"goodwill"*) gerado na transação de R$ 4.299. **Técnicas para a mensuração do valor justo -** As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Imobilizado	Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.
Carteira de clientes e licenças	Método *multi-period excess earnings MPEEM*: o método *multi-period excess earnings* considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios.
Marca	Método *Relief from Royalties* que captura as economias de *royalties* associadas a possuir as marcas, ao invés de obter licença para utilizá-la
Softwares	Adotada metodologia de custo novo de reposição, derivada da abordagem de custo que considera o custo estimado para se construir, a preços correntes na data de avaliação, uma cópia exata, ou réplica do ativo sob avaliação, usando os mesmos materiais, normas de construção, design, layout e qualidade de mão de obra, e incorporando todas as deficiências do ativo-sujeito, superadequações e obsolescência.

Resultado da combinação de negócios - Esta combinação de negócios contribuiu para o resultado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com receita líquida de R$ 278.581 e lucro líquido de R$ 20.025, gerado pela TPC a partir de 14 de junho de 2021, data em que a Companhia assumiu o controle. Se a aquisição da TPC tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2021, a receita líquida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 seria de R$ 482.375 e o lucro líquido seria de R$ 29.779. ("informação não auditada"). **Custos da Aquisição -** A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R$ 2.188 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence* registrados como 'Despesas administrativas' na demonstração de resultado. **iii. Alocações definitivas aquisição da Transportes Marvel Ltda. -** Em 30 de julho de 2021, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações da Marvel, aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 26 de julho de 2021. A Marvel, opera em transporte rodoviário de cargas congeladas e refrigeradas de alto valor agregado, oferecendo serviços no Brasil e em outros países da América do Sul. O valor da transação foi de R$ 245.000. Em conformidade com o CPC 15 / IFRS 3 – Combinação de negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir:

Ativo	Valor contábil	Ajuste de valor justo	Valor justo na data da aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	26.781	-	26.781
Contas a receber	58.712	-	58.712
Ativo de indenização	-	28.433	28.433
Imobilizado	252.805	76.226	329.031
Intangível	-	14.500	14.500
Outros ativos	41.307	-	41.307
Total do ativo	**379.605**	**119.159**	**498.764**
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	171.109	-	171.109
Passivo de arrendamento	55.614	-	55.614
Obrigações sociais e trabalhistas	9.210	-	9.210
Provisão para contingências	2.424	28.433	30.857
Outros passivos	21.091	-	21.091
Total do passivo	**259.448**	**28.433**	**287.881**
Total do ativo líquido			**210.883**
Valor justo da contraprestação paga			**245.000**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*)			**34.117**

Mensuração de valor justo em bases definitivas - O valor justo dos ativos assumidos, líquido dos passivos assumidos é de R$ 210.883 e inclui R$ 76.226 de mais valia de ativos fixos, intangível referente a R$ 14.500 de marcas e R$ 28.433 de ativo de indenização e passivo contingente, sendo o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*"goodwill"*) Gerado na transação de R$ 34.117. **Técnicas para a mensuração do valor justo:** As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Imobilizado	Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.
Marca	Método *Relief from Royalties* que captura as economias de *royalties* associadas a possuir as marcas, ao invés de obter licença para utilizá-la.

Resultado da combinação de negócios - Esta combinação de negócios contribuiu para o resultado da Companhia no

continua

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (RESUMIDAS) - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da Companhia com receita líquida de R$ 153.891 e lucro líquido de R$ 22.105, gerado pela Marvel a partir de 30 de julho de 2021; data em que a Companhia assumiu o controle. Se a aquisição da Marvel tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2021, a receita líquida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 seria de R$ 317.298 e o lucro líquido seria de R$ 32.984. ("informação não auditada"). **Custos da Aquisição** - A JSL incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R$ 456 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence* registrados como 'Despesas administrativas' na demonstração de resultado.

1.1.1. Fluxos de caixa resultantes das aquisições

	31/12/2022
	TruckPad
Valor desembolsado à vista	-
(-) Caixa e equivalente de caixa da adquirida	(1.475)
Fluxo de caixa líquido das aquisições	**(1.475)**

				31/12/2021
	Marvel	**TPC**	**Rodomeu**	**Total**
Valor desembolsado à vista	100.000	66.010	29.100	195.110
(-) Caixa e equivalente de caixa das adquiridas	(26.781)	(11.749)	(33.776)	(72.306)
Fluxo de caixa líquido das aquisições	**73.219**	**54.261**	**(4.676)**	**122.804**

1.2. Relação de participação em entidades controladas e coligadas - As participações percentuais da Companhia em suas controladas e coligadas nas datas dos balanços são as seguintes:

		31/12/2022		31/12/2021	
Razão social	**País sede**	**Direta %**	**Indireta %**	**Direta %**	**Indireta %**
Medlogística Prestação de Serviços de Logística S.A. ("Medlogística") (i)	Brasil	99,99	0,01	99,99	0,01
Quick Armazéns Gerais - Eireli - ME ("Quick Armazéns")	Brasil	99,99	0,01	99,99	0,01
Quick Logística Ltda. ("Quick Logística")	Brasil	99,99	0,01	99,99	0,01
Sinal Serviços de Integração Industrial Ltda ("Sinal Serviços")	Brasil	99,99	0,01	99,99	0,01
Yolanda Logística Armazém Transportes e Serviços Gerais Ltda. ("Yolanda")	Brasil	99,99	0,01	99,99	0,01
Moreno Holding Ltda. ("Moreno Holding") (ii)	Brasil	-	-	100	-
Transmoreno Transporte e Logística Ltda. ("Transmoreno")	Brasil	100	-	-	100
Fadel Holding Ltda. ("Fadel Holding") (ii)	Brasil	-	-	100	-
Fadel Transportes e Logística Ltda. ("Fadel Transportes")	Brasil	100	-	-	100
Fadel Soluções em Logística Ltda. ("Fadel Soluções") (iv)	Brasil	-	-	-	100
Fadel Logistics South Africa ("Fadel Africa do Sul")	África do Sul	-	100	-	100
Locadel Veículos Ltda ("Locadel") (iv)	Brasil	-	-	-	100
Mercosur Factory Sociedad Anónima ("Fadel Paraguai")	Paraguai	100	-	-	100

		31/12/2022		31/12/2021	
Razão social	**País sede**	**Direta %**	**Indireta %**	**Direta %**	**Indireta %**
Pronto Express Logística S.A. (iii)	Brasil	100	-	100	-
TPC Logística Sudeste S.A (iii)	Brasil	-	100	-	100
TPC Logística Nordeste S.A. (iii)	Brasil	-	100	-	100
Transportadora Rodomeu Ltda. (iii)	Brasil	100	-	100	-
Unileste Transportes Ltda. (iii)	Brasil	-	-	100	-
Abaete Comércio de Veículos Ltda. (iii)	Brasil	-	-	-	100
Agrolog Transportadora de Cargas em Geral Ltda. ("Agrolog Transportadoras") (i)	Brasil	100	-	99,80	0,2
Riograndense Logística Ltda. ("Riograndense") (iii)	Brasil	-	-	99,99	0,01
Transportes Marvel Ltda.	Brasil	100	-	-	100
TruckPad Tecnologia e Logística S.A.	Brasil	100	-	-	-
TruckPad Meios de Pagamentos Ltda.	Brasil	-	100	-	-

(i) Empresa em fase pré-operacional ou dormente.; (ii) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de janeiro de 2022 foi deliberada a incorporação da Fadel Holding S.A. e Moreno Holding Ltda pela JSL S.A.; (iii) Em 31 de março de 2022 foi deliberada a incorporação da Abaete Comércio de Veículos Ltda. e Unileste Transportes Ltda. na Transportadora Rodomeu Ltda. e a incorporação reversa da Riograndense Logística Ltda. na Transportes Marvel Ltda. a partir de 01 de abril de 2022. (iv) Em 30 de novembro de 2022 foi deliberada a incorporação da Fadel Soluções em Logística Ltda. e Locadel Veículos Ltda. na Fadel Transportes e Logística Ltda.

1.3. Sustentabilidade e meio ambiente - A Companhia acredita que a avaliação da exposição aos riscos relacionados ao clima, em cenários de curto, médio e longo prazo foram determinantes para que a Companhia delineasse sua estratégia climática alinhada com os desafios nacionais e globais sobre clima e em linha com a transição para economia de baixo carbono. Em 2021, a Companhia já havia reavaliado o mapeamento dos principais riscos e das oportunidades decorrentes de mudanças climáticas para os seus negócios, ativos, processos e políticas. Como evolução, realizou novo estudo em 2022 e formalizou através da Política de Mudanças Climáticas Corporativa, as ações de mitigação, compensação e adaptação incluindo formalmente o tema nas suas decisões e estratégias de negócios. O estudo em 2022 englobou a qualificação e quantificação de impactos e oportunidades financeiras relativos às mudanças climáticas, tema que está sendo acompanhado de forma estratégica, com apreciação do Comitê de Sustentabilidade e da área de Auditoria. O assunto é considerado prioritário nas ações de todo o Grupo com soluções voltadas à mitigação do aquecimento da temperatura média global, tendo como referência os principais tratados e instituições do tema: Acordo de Paris, Science Based Targets (SBTi), Pacto Global da ONU, Programa Brasileiro GHG Protocol e Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC). As avaliações com horizontes de curto, médio e longos prazos está em linha com a Política de Gerenciamento de Risco da Companhia e permite que a Companhia possa se preparar frente aos possíveis impactos que as mudanças climáticas podem vir a ocasionar em suas operações. Essa avaliação, em diferentes horizontes de tempo, contribui para a construção de uma estratégia corporativa em linha com a transição para economia de baixo carbono (premissas do Acordo de Paris). Além disso, para gerir com assertividade riscos e impactos nesses diferentes cenários, a Companhia contribui ativamente com meta da controladora de redução da intensidade de emissões de escopo 1, 2 e 3. Entre os riscos avaliados, estão: **Regulamentação**: de grande relevância e abordado na Política e na matriz de riscos de sustentabilidade. Para a excelência na prestação de serviços, a Companhia adota como princípio agir em conformidade com toda a legislação vigente e todos os regulamentos relacionados à sua atuação. Qualquer falha no cumprimento dos regulamentos e da legislação poderá resultar em multas e sanções administrativas emitidos por órgãos reguladores, ocasionando custos não planejados e contrários ao previsto no posicionamento e na estratégia de Sustentabilidade da Companhia. Esses riscos são monitorados nos níveis corporativo e operacional, por meio de acompanhamento periódico das legislações vigentes. **Tecnologia**: também relevantes e previstos na matriz de riscos, já que os processos produtivos das montadoras de veículos incidem na emissão de carbono e oferecem poucas alternativas tecnológicas para uma menor emissão por unidade de veículo (como frota elétrica ou movida a biometano). O risco é monitorado no nível corporativo e a Companhia planeja estruturar parcerias estratégicas com montadoras e produtores de combustíveis a base biogás para fomentar desenvolvimento e adoção de alternativas tecnológicas nos processos produtivos, com menor emissão de carbono. **Padrões de temperatura e precipitação média**: mudanças nos padrões de temperatura e precipitação média poderão ocasionar mudanças na demanda por produtos e serviços e a implementação de leis e regulamentos para restringir e regular setores econômicos que contribuem diretamente para os efeitos adversos das mudanças climáticas. Exemplo são os negócios de carbono intensivos, que dependem do consumo de combustíveis fósseis para operacionalização e/ou modelos de negócio que podem ser impactadas com políticas governamentais de mitigação e adaptação às mudanças do clima, como pela necessidade de adoção de mecanismos de precificação do carbono, taxação ou comércio de emissões, por exemplo. Nesse contexto, a Companhia adota metodologia de gerenciamento de riscos sistematizada em política própria, que estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão. **Operacional**: os ativos de todas as empresas da Companhia estão expostos à ocorrência de eventos climáticos intensos e/ou incomuns (precipitações intensas em curto intervalo de tempo e/ou ciclones), que poderão ocasionar impacto financeiro para a Companhia, bem como a perda de ativos e danos a estruturas devido a inundações dos grandes centros, por exemplo. Nesse contexto, a Companhia implementou controles específicos para mitigação, como o mapeamento das filiais presentes em áreas com histórico de alagamento. **Imagem/reputação**: a Companhia avalia as percepções dos riscos por parte de clientes, acionistas, investidores e parceiros comerciais, entre outros, de forma a evitar danos à reputação e credibilidade da Companhia em razão da emissão de carbono intrínseca ao seu modelo de negócio. **Cadeia de valor**: os impactos nos negócios são identificados e avaliados considerando a problemática de que grande parte das emissões de gases de efeito estufa das companhias estão alocados em sua cadeia de valor, o que poderá ocasionar alto custo para o atingimento da estratégia de redução e neutralização das emissões da Companhia. Além do mapeamento e da gestão desses riscos, a Matriz de Riscos da Companhia contempla impactos diretos e indiretos significativos na biodiversidade e, no âmbito da Matriz de Riscos Climáticos e de Sustentabilidade, está sendo elaborado um controle de planos de ação para tratar os riscos potenciais/reais, levantados com consultoria e que segue as diretrizes da TCFD *(Task Force on Climate-Related Financial Disclosures)*, com as seguintes etapas: 1. Mapeamento do ambiente interno: atividades desenvolvidas e objetivos da Companhia. Além disso, nessa fase, foi analisado o estado atual do clima e tendências climáticas. 2. Definição dos cenários climáticos, com adoção de dois cenários de transição e dois cenários físicos. 3. Identificação dos riscos climáticos: mapeamento de causa e efeito das mudanças projetadas nos cenários climáticos. Gestão de riscos, oportunidades e estratégia sobre mudanças climáticas. Contribuir para minimizar os avanços das mudanças climáticas é tema material para Companhia. A Companhia conta com frota com baixa idade média e, portanto, mais moderna e menos poluente. A gestão do tema ocorre principalmente no âmbito do Programa de Emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) com medidas efetivas, a exemplo do uso racional de combustíveis, instituição de projetos para utilização de veículos elétricos, renovação contínua da frota e monitoramento das emissões por meio do inventário de emissões e que tem por base a metodologia internacional do GHG Protocol. O Conselho de Administração e Comitê de Sustentabilidade, analisam e auditam os dados de emissões da Companhia, nos escopos 1, 2 e 3. E, por meio da participação das discussões sobre o tema, a Companhia mantem sua matriz de riscos climáticos atualizada e amplifica sua cobertura de riscos contra eventos extremos. Em 2021, a Companhia reafirmou seu compromisso com a descarbonização das operações subscrevendo o documento Empresários pelo Clima e se comprometendo com a meta da *holding* de redução da intensidade de emissões de GEE atreladas ao Sustainability-Linked-Bond (SLB) emitido de forma pioneira no setor em 2020, no valor de US$ 625 milhões. A *holding* também emitiu, em 2021, o primeiro SLB em reais com liquidações em dólares do País, no montante de R$ 450 milhões. A Companhia estuda a diversificação de sua matriz energética para viabilizar a implantação de energia limpa e renovável nas instalações. A Política de Sustentabilidade aborda o tema, tendo como princípio de trabalho o uso eficiente de recursos naturais, evitando o desperdício e buscando alternativas menos agressivas ao meio ambiente. O Conselho de Administração e o Comitê de Sustentabilidade também monitoram indicadores de consumo, de forma a avaliar a eficácia das ações e o alcance de metas. São também promovidas campanhas internas e com os clientes por meio dos canais de comunicação e mídias sociais do Grupo. Reconhecimento - Em 2022, a Companhia foi reconhecida, no *Carbon Disclosure Project* (CDP), com avaliação B, maior do que a média regional da América do Sul e maior do que a média do setor de transporte e logística e refletindo também a evolução da Companhia frente a gestão das mudanças climáticas quando comparada a 2021, com avaliação B-. Além disso, recebeu Selo Ouro, pelo terceiro ano consecutivo, no Programa Brasileiro GHG *Protocol*, refletindo a transparência, rastreabilidade e confiabilidade do inventário no reporte feito pela Companhia. Seu compromisso com a boa governança se expressa na manutenção de estruturas independentes com Conselhos de Administração e comitês próprios, como o de Sustentabilidade. **1.4. Situação do conflito entre Ucrânia e Rússia** - A JSL tem acompanhado os desdobramentos do conflito entre a Ucrânia e a Rússia e entende que, considerando que não possui quaisquer tipos de relacionamentos diretos com clientes ou fornecedores desses países, os principais impactos econômicos estão relacionados com aumento relevante relativo ao gás natural e petróleo. Dessa forma com impacto nos preços de combustíveis no Brasil, e por consequência, aumento da inflação, com redução nos últimos meses, porém com as taxas de juros mantidas em alto patamar, com forte impacto nas despesas financeiras. Assim sendo, a Administração está acompanhando os impactos sobre as despesas financeiras e nos custos causados pela alta no preço do diesel, que apesar dos repasses de preços aos clientes, levaram a um aumento nos custos com agregados e terceiros e nos custos de combustível e lubrificantes.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

2.1. Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e às normas *International Financial Reporting Standards* - IFRS) - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 14 de fevereiro de 2023. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **a) Base de mensuração** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, quando aplicável. **2.2. Demonstração do valor adicionado ("DVA")** - A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Companhias Abertas. As normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência pelas "IFRS", essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **2.3. Moeda funcional e conversão da moeda estrangeira; a) Moeda funcional e moeda de apresentação** - Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, exceto a Fadel Mercosur cujo a moeda funcional é o Guarani e Fadel Africa do Sul cujo a moeda funcional é o Rande como detalhado no item c). Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b) Transações e saldos** - As operações com moedas estrangeiras são convertidas para o Real, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados aos ativos e passivos financeiros como empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários indexados em moeda diferente do Real, são contabilizados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **c) Empresas controladas com moeda funcional diferente da Companhia** - As demonstrações financeiras das controladas Fadel Mercosur e Fadel Africa do Sul, incluídas na consolidação, foram elaboradas em Guarani e Rande respectivamente, que são suas moedas funcionais. O resultado e a posição financeira da Fadel Paraguai e Fadel Africa do Sul, cuja moeda funcional difere da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue: (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado, são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço; (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias mensais de câmbio; (iii) Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Outras variações patrimoniais reflexas de controladas". As taxas de câmbio em Reais em vigor na data base destas demonstrações financeiras são as seguintes:

Moeda	Taxa	31/12/2022
Guarani	Média	0,0007406
Guarani	Fechamento	0,0007114
Rande	Média	0,3166
Rande	Fechamento	0,3077

Os valores apresentados no fluxo de caixa são extraídos das movimentações convertidas dos ativos, passivos e resultados, conforme detalhado acima. **2.4. Base de consolidação - a) Combinação de negócios** - Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a JSL. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos. **b) Combinação de negócios sob controle comum** - Combinações de negócios envolvendo entidades ou negócios sob controle comum são combinações de negócios nas quais as entidades ou negócios são controlados pela mesma parte antes e após a combinação de negócios, e o seu controle não é transitório. A Companhia optou por apresentar combinação de negócios sob controle comum aplicando o seu valor patrimonial nas demonstrações financeiras da entidade transferida no reconhecimento dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Em uma combinação de negócios, a legislação tributária permite a dedutibilidade do ágio e do valor justo do ativo líquido gerado na data de aquisição quando uma ação não-substancial é tomada após a aquisição, por exemplo, a Companhia faz uma incorporação ou cisão dos negócios adquiridos e, portanto, as bases fiscais e contábeis dos ativos líquidos adquiridos são as mesmas da data de aquisição. Nesse sentido, quando a Companhia incorpora a adquirida, a amortização e depreciação dos ativos adquiridos é dedutível. Os Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Todas as práticas contábeis de consolidação descritas nessa nota explicativa foram refletidas, quando aplicável, para as empresas descritas na nota explicativa 1.2, incluindo, mas não se limitando, a transações eliminadas na consolidação. **c) Controladas** - A JSL controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **d) Participação de acionistas não controladores** - A JSL elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da JSL em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **e) Transações eliminadas na consolidação** - Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. **2.6. Instrumentos financeiros - 2.6.1. Ativos financeiros - a) Reconhecimento e mensuração** - As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a JSL se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. **b) Classificação e mensuração subsequente - Instrumentos financeiros** - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo, (seja por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a JSL mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a JSL pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio** - A JSL realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da JSL; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da JSL. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros** - Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A JSL considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a JSL considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da JSL a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

c) Desreconhecimento - A JSL desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a JSL transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a JSL nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **2.6.2. Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento.** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Passivos a custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A JSL desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A JSL também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **2.6.3. Compensação** - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a JSL tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.6.4. Redução ao valor recuperável (*"impairment"*) de ativos financeiros** - A JSL reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A JSL mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. A JSL utiliza uma "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo "*ad hoc*". A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos e valores mobiliários classificados ao custo amortizado, a metodologia de *impairment* aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a JSL não tem expectativa

continua

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (RESUMIDAS) - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a JSL adota a política de provisionar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido entre 12 a 24 meses com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A JSL não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da JSL para a recuperação dos valores devidos. **2.7. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*** - Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item/objeto que está sendo protegido por *hedge*. O Grupo adota a contabilidade de hedge (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo). **(a) *Hedge* de valor justo** - As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. O Grupo só aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de taxas de juros fixos de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swaps* de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "Receitas (despesas) financeiras, líquidas". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado como "Receitas (despesas) financeiras, líquidas". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por hedge, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "Receitas (despesas) financeiras, líquidas". **(b) Inefetividade do *hedge*** - A inefetividade de *hedge* é determinada no surgimento da relação de *hedge* e por meio de avaliações periódicas prospectivas de efetividade para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*. O Grupo contrata *swaps* de taxa de juros com termos críticos que são similares ao item protegido, como taxa de referência, datas de redefinição, datas de pagamento, vencimentos e valor de referência. O Grupo não aplica *hedge* a 100% dos empréstimos e, portanto, o item protegido é identificado como uma proporção dos empréstimos em aberto até o valor de referência dos *swaps*. A inefetividade do *hedge* de *swaps* de taxa de juros é avaliada pela Companhia. A inefetividade pode ocorrer devido: • ao ajuste do valor de crédito/valor de débito nos *swaps* de taxa de juros que não é igualado pelo empréstimo; e • diferenças nos termos essenciais entre os *swaps* de taxa de juros e os empréstimos. **(c) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado** - Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento. **2.8. Mensuração ao valor justo** - Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a JSL tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da JSL. Uma série de políticas contábeis e divulgações da JSL requer a mensuração de valores justos, utilizando-se premissas e estimativas, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros veja nota explicativa 3.2. Quando disponível, a JSL mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a JSL utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a JSL mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a JSL determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **2.9. Contas a receber** - As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **2.10. Estoques** - Os estoques mantidos pela JSL se referem substancialmente a peças mantidas em estoque para manutenção de seus veículos. São mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido (preço de venda estimado deduzido de custos incorridos estimados). Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, deduzido das provisões para giro lento e obsolescência, constituídas em 100% do valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses. **2.11. Ativo imobilizado disponibilizado para venda (Renovação de frota)** - Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços, a JSL renova constantemente sua frota. Os veículos, as máquinas e os equipamentos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para "Ativo imobilizado disponibilizado para venda". Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável. Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos, máquinas e equipamentos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada. **2.12. Imobilizado - a) Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*"impairment"*), quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. **b) Custos subsequentes** - Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela JSL. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **c) Depreciação e testes de perda de valor recuperável (*"impairment"*)** - A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados de venda, utilizando o método linear pelo tempo de vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação são definidas de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo do bem comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de veículos, máquinas e equipamentos compõe o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa. A JSL adota o procedimento de revisar anualmente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados, acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. **2.1.3. Intangível - 2.13.1.** Ágio - O ágio (*"goodwill"*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida, fundamentados em expectativa de rentabilidade futura, vinculados a combinação de negócios da JSL. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas e é mensurado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Os testes para refletir perdas de *impairment são realizados anualmente, no mesmo mês previamente realizados em* exercícios anteriores, e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de um negócio incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. Para fins de teste de *impairment*, o ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. **2.13.2. *Softwares*** - As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de softwares identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. **2.13.3. Acordo de não competição e carteira de clientes** - Quando adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. As cláusulas de relacionamento / carteira de clientes e acordos de não competição têm vida útil definida. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada. **2.13.4. Marcas, patentes e licenças** - Quando adquiridas em combinação de negócios são reconhecidas como ativo intangível ao valor justo na data de aquisição. Por ter vida útil indefinida, esses ativos não são amortizados e anualmente é realizado teste para perda de seu valor recuperável (*"impairment"*). **2.13.5. Amortização e testes de perda de valor recuperável (*"impairment"*).** A vida do ativo intangível pode ser definida ou indefinida, quando se trata de vida definida o valor do ativo é amortizado conforme prazos estimados da vida do ativo. Os ativos sem prazo de vida útil definida não são amortizados, mas são testados anualmente ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar redução ao seu valor recuperável (*"impairment"*), individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa ("UGC"), e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo dos setores no qual cada UGC atua. **2.14. Ganhos com compra vantajosa** - Na compra vantajosa ocorre em uma combinação de negócios onde o preço pago para adquirir o negócio é inferior ao valor justo do patrimônio líquido da empresa adquirida, representado pelos ativos adquiridos e passivos assumidos. Ganhos decorrentes de compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais. Antes de reconhecer o ganho decorrente de compra vantajosa, a Companhia deve promover uma revisão dos valores apurados na mensuração do valor para se certificar de que todos os ativos adquiridos e todos os passivos assumidos foram corretamente identificados. Reconhecendo a não usualidade deste ganho em combinações de negócios, a Companhia revê os procedimentos utilizados para assegurar que a mensuração dos valores a serem reconhecidos na data da aquisição, estejam adequadamente mensurados para os casos abaixo: (i) ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos; e (ii) a contraprestação transferida para obtenção do controle da adquirida. Confirmada a adequação do valor do ganho por compra vantajosa, a Companhia registra a transação nas demonstrações financeiras da Companhia, líquido dos efeitos tributários. O imposto de renda e contribuição social contabilizado em uma compra vantajosa é pago na razão de 1/60 avos. **2.15. Arrendamentos** - No início de um contrato, a JSL avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a JSL utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2) / IFRS 16. **(i) Como arrendatário** - A JSL aluga andares de prédios comerciais e armazéns. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de um ano a oito anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a JSL aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A JSL reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros nominal implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da JSL. A JSL usa sua taxa incremental sobre empréstimos como taxa de desconto, que é calculada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência e os créditos de PIS/COFINS; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a JSL alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A JSL apresenta ativos de direito de uso e aqueles que, anteriormente, eram classificados como "arrendamento mercantil a pagar", que não atendem a definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamentos por direito de uso" e "arrendamentos a pagar" no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de curto prazo e baixo valor** - A JSL classifica seus arrendamentos operacionais de acordo com os critérios apresentados no CPC 06 (R2) / IFRS 16 IAS 17, tais como: • não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; • não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI); • exclui os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e • utiliza retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento. **(ii) Como arrendador** - No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a JSL aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando a JSL atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, a JSL faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a JSL considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a JSL aplicará o CPC 47 / IFRS 15 para alocar a contraprestação no contrato. A JSL aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 ao investimento líquido no arrendamento veja nota explicativa 2.6.1.(c). A JSL também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento. A JSL reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais. **2.16. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido ("IRPJ e CSLL")** - As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela JSL nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da JSL. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Em uma combinação de negócios, a legislação tributária permite a dedutibilidade do ágio e do valor justo do ativo líquido gerado na data de aquisição quando uma ação não-substancial é tomada após a aquisição, por exemplo, quando a JSL faz uma incorporação ou cisão dos negócios adquiridos e, portanto, as bases fiscais e contábeis dos ativos líquidos adquiridos são as mesmas da data de aquisição. Neste sentido, para as empresas adquiridas que serão incorporadas pela JSL, haverá a dedutibilidade da amortização e depreciação dos ativos adquiridos. (i) Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro. A JSL aplica a interpretação técnica ICPC 22 / IFRIC 23, que trata da contabilização dos tributos sobre o lucro quando existir incerteza sobre a aceitabilidade de certo tratamento tributário. Caso a entidade concluir que não é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a entidade reflete o efeito da incerteza na determinação do lucro tributável. **2.17. Subvenções para investimento** - A JSL efetua a apuração do ICMS através do método de crédito outorgado de acordo com o convênio ICMS 106/96. Os valores apurados no exercício são transferidos para a conta de reservas de subvenções para investimentos dentro da rubrica "Reservas de Lucros", de acordo com a Lei Nº 12.973/14 Art. 30º § 4º. Adicionalmente, a controlada Quick Logística possui benefício tributário ao ICMS no estado de Goiás nomeado Log Produzir. A JSL possui isenção de ICMS no transporte de acordo com a Lei Nº 12.973/14 Art. 30º § 4º. Os valores apurados no exercício são transferidos para a conta de reservas de subvenções para investimentos dentro da rubrica "Reservas de Lucros". **2.18. Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **2.19. Empréstimos e financiamentos** - Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor justo. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.20. Provisões - 2.20.1. Geral** - Provisões são reconhecidas quando a JSL tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a JSL espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.20.2. Provisão para demandas judiciais e administrativas** - A JSL é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As naturezas das demandas judiciais são as seguintes: **Trabalhistas:** As reclamações trabalhistas ajuizadas contra a JSL estão relacionadas, principalmente, a ações judiciais reclamando indenizações por horas extras, horas *in itinere*, adicional de periculosidade, de insalubridade, acidentes de trabalho e ações promovidas por empregados de empresas terceirizadas devido à responsabilidade solidária. **Cíveis:** os processos de natureza cível não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionados, principalmente, a pleitos de indenização por acidente de trânsito, cujos pedidos correspondem à reparação de danos morais, estéticos e materiais. **Tributárias:** a provisão para demandas tributárias refere-se a processos administrativos movidos pela JSL em questionamento de certos autos de infração emitidos em processos de fiscalização, e questionar a legitimidade de cobrança- de certos tributos. **2.21. Receitas de contratos com clientes** - A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A JSL reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo: **2.21.1. Receita de serviços dedicados e cargas gerais a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos** - Serviços oferecidos de forma integrada e customizada para cada cliente, que incluem a gestão do fluxo de insumos/matérias-primas e informações da fonte produtora até a entrada da fábrica (Operações *Inbound*), o fluxo de saída do produto acabado da fábrica até a ponta de consumo (Operações *Outbound*) e, a movimentação de produtos e gestão de estoques internos, logística reversa e armazenagem. Serviços de escoamento de produtos no sistema "ponto A" para "ponto B", por meio de veículos carga completa (*Full Truck Load*), e são faturados de acordo com o contrato com cada cliente. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15.** A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a prestação dos serviços. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado. **2.21.2. Receita de venda de ativos desmobilizados - a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos** - Após o término do contrato de locação com seus clientes, a JSL desmobiliza e vende os veículos, máquinas e equipamentos por meio das lojas de seminovos e rede concessionárias da JSL. Os clientes obtêm controle dos veículos, máquinas e equipamentos desmobilizados quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15** - A receita de veículos, máquinas e equipamentos desmobilizados é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. **2.21.3. Receita de locação - a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos** - Locação de veículos para gestão e terceirização de frotas. As faturas para locação são emitidas no mês subsequente à locação. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 06 (R2) / IFRS 16** - A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização dos veículos. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base no tempo de utilização do ativo pelo cliente. **2.21.4. Receita de transporte de passageiros - a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos** - Serviços de transporte de passageiros para empresas privadas (fretamento). O serviço ocorre no momento em que a frota é disponibilizada para as empresas, e é faturado de acordo com o contrato com cada cliente. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47/ IFRS 15.** A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a prestação dos serviços. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base na utilização do transporte pelos colaboradores das empresas privadas. **2.21.5. Receita financeira** - A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos / (perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). **2.21.6. Receita de dividendos** - Os dividendos são

continua

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (RESUMIDAS) - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

recebidos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas no resultado quando o direito de receber o pagamento é estabelecido. **2.22. Benefícios a empregados - 2.22.1. Benefícios de curto prazo -** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a JSL tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.22.2. Transações com pagamentos baseados em ações -** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição *(vesting date)*. Na data de cada balanço, o Grupo revisa suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço. O Grupo reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. **2.23. Capital social - 2.23.1. Ações ordinárias -** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme CPC 32 / IAS 12 – Tributos sobre o Lucro. **2.23.2. Recompra e/ou cancelamento de ações (ações em tesouraria) -** Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reservas de capital. No eventual cancelamento a redução é reconhecida em contrapartida do capital social. **2.23.3. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio -** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao longo do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da JSL e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e alterações são reconhecidas prospectivamente. **3.1. Julgamentos -** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: a) Receitas de contratos com clientes: se a receita de venda de ativos desmobilizados e prestação de serviços é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico de tempo nota explicativa 2.21.2.(b). **3.2. Incertezas sobre premissas e estimativas -** As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: a) Imposto de renda e contribuição social diferidos – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: (i) disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; e (ii) dedutibilidade da amortização e depreciação dos ativos adquiridos para os quais a Companhia tem a expectativa de incorporar as entidades jurídicas; b) Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil); c) Ativo imobilizado disponibilizado para venda – definição do valor residual; d) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis – teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis; e) Perdas esperadas *("impairment")* de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; f) Arrendamento – taxa incremental de financiamento e períodos de contrato; g) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; h) Instrumentos financeiros derivativos: determinação dos valores justos; e i) Aquisição de controladas (ágio / compra vantajosa): valor justo da consideração transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **Alteração ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º *de janeiro de 2023*. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da JSL.

5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios da JSL que foram identificados com base na estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão da JSL. Os resultados por segmento, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis. Assim, a Companhia e suas controladas operam em segmento de negócios único: • Operações Logística: Refere-se às posições patrimoniais e de resultado de todos os efeitos provenientes dos impactos operacional e financeiro das operações de logística. As informações por segmento são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, que é responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho, pela tomada das decisões estratégicas. O desempenho é avaliado com base em indicadores como receita líquida, EBIT, EBITDA e lucro líquido. As informações por segmento para exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão apresentadas a seguir:

	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
	JSL	JSL
Receita bruta de prestação de serviços e locação de veículos, máquinas e equipamentos	6.923.986	5.063.781
Receita bruta de venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	209.707	84.658
Receita bruta de prestação de serviços, locação de veículos, máquinas e equipamentos e venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	**7.133.693**	**5.148.439**
Receita líquida de prestação de serviços e locação de veículos, máquinas e equipamentos	5.818.794	4.212.628
Receita líquida de venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	203.611	83.350
Receita líquida de prestação de serviços, locação de veículos, máquinas e equipamentos e venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	**6.022.405**	**4.295.978**
Custo de prestação de serviços e locação de veículos, máquinas e equipamentos	(4.815.943)	(3.571.321)
Custo de venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	(165.414)	(63.991)
Lucro bruto	**1.041.048**	**660.666**
Despesas comerciais	(27.078)	(19.408)
Despesas administrativas	(319.461)	(274.937)
(Provisão) reversão de perdas esperadas *("impairment")* de contas a receber	(14.242)	(3.517)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	88.558	161.129
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos	**768.825**	**523.933**
Resultado financeiro líquido	(602.428)	(201.407)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**166.397**	**322.526**
Total do imposto de renda e da contribuição social	27.785	(49.978)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**194.182**	**272.548**

Abaixo desse segmento estrutural, temos as diversas linhas de serviços do negócio de logística, a saber: • Distribuição urbana: Opera com carga seca, refrigerada ou congelada com controle de temperatura online e realiza saídas e retornos de/para armazéns operados ou não pela JSL ou direto da indústria para o varejo. A distribuição urbana está diretamente conectada com a performance do consumo no Brasil ao atender o segmento B2B e o que pode ser considerado do B2C que é a entrega em pontos que serão base para distribuição para o consumidor final. A Companhia possui operações de distribuição urbana principalmente nos setores de Alimentos e Bebidas e Bens de Consumo. • Operações logísticas: tem por característica operações em circuito fechado como parte do processo produtivo do cliente com alto nível de especialização e customização e alto grau de integração tecnológica e monitoramento. Os contratos nesse segmento têm prazos de 3 a 5 anos e envolvem ativos próprios e *softwares* de monitoramento em tempo real, logística de commodities e estudos e dimensionamento das atividades para a identificação das melhores opções para os clientes, carregamento de matéria-prima e de produto, abastecimento da matéria-prima, escoamento de produtos acabados, movimentação interna e em área portuária, manutenção de estradas, gestão de resíduos e descarga de resíduos. O segmento inclui ainda o fretamento e locação com mão-de-obra para transporte de funcionários dos clientes e a logística interna no ativo do cliente, que compreende um vasto nicho de serviços customizados para cada operação e consistem na movimentação de matéria prima, produtos e abastecimento de linhas de montagem. Os volumes de serviços de operações dedicadas têm relação com a performance das commodities e da atividade industrial do País, e têm como principais setores de atuação papel e celulose e mineração. • Serviços de armazenagem: Gestão de armazéns dedicados e multicliente realizando o recebimento, armazenamento seco, refrigerado e congelado, sequenciamento e abastecimento de linha de produção e fornecimento de embalagens e embaladores com sistemas de vendas do cliente conectados à JSL para entrega em até 24h, quando necessário se conectando ao serviço de distribuição urbana. Os serviços de armazenagem estão também conectados com a atividade industrial, o consumo e os fatores macroeconômicos uma vez que sinalizam a necessidade de expansão da oferta de armazéns em localizações estratégicas para distribuição. Os principais setores atendidos pelo segmento são Bens de Consumo e Alimentos e Bebidas. • Transporte de cargas: Compreende o deslocamento por meio do modal rodoviário de insumos ou produtos acabados, inclusive veículos novos, da ponta de fornecimento ao seu destino final, ou seja, o escoamento de produtos no sistema ponto a ponto através da modalidade de carga completa. O transporte de cargas possui um vínculo com a performance do consumo e movimentação de mercadorias no país para consumo interno ou exportação. Os principais setores atendidos pelo transporte de cargas são Alimentos e Bebidas, Automotivo e Bens de Consumo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não temos nenhum cliente com receita individualmente superior a 10% da receita líquida de serviços. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, havia um cliente com receita, individualmente, maior que 10%, correspondente a 10,1% da receita líquida de serviços, ou R$ 512 milhões.

6. CAPITAL SOCIAL

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 842.781 (ou R$ 806.688, se líquido do custo de emissão de ações). As ações são ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de setembro de 2021 foi aprovado o aumento de capital da Companhia decorrente da Incorporação dos 25% restantes de Ações da Fadel Holding S.A, no montante de R$ 39.458 (trinta e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil), mediante a emissão de 6.440.000 (seis milhões, quatrocentos e quarenta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando, portanto, o capital social da Companhia a ser composto por 286.431.078 (duzentos e oitenta e seis milhões, quatrocentos e trinta e uma mil, setenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia, integralmente realizado, está dividido em 286.431.078 ações nominativas (mesma quantia em 31 de dezembro de 2021) sem valor nominal, sendo 1.904.072 ações em tesouraria (1.703.235 em 31 de dezembro de 2021) sem direito a voto. A composição do capital social em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	31/12/2022		31/12/2021	
Quantidade de ações	Ações ordinárias	(%)	Ações ordinárias	(%)
Acionistas				
Controladores	214.385.424	74,85%	214.385.424	74,85%
Simpar S.A.	206.032.081	71,93%	206.032.081	71,93%
JSP Holding S.A.	7.450.000	2,60%	7.450.000	2,60%
Fernando Antonio Simões	903.343	0,32%	903.343	0,32%
Outros membros da família Simões	231.000	0,08%	231.000	0,08%
Administradores	272.380	0,10%	272.380	0,10%
Diretoria	6.446.373	2,25%	6.440.000	2,25%
Ações em tesouraria	1.904.072	0,66%	1.703.235	0,59%
Ações em circulação, negociadas em bolsa	63.191.829	22,06%	63.399.039	22,13%
Total	**286.431.078**	**100,0%**	**286.431.078**	**100,0%**

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social em até R$ 2.000.000, excluídas as ações já emitidas, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização e anuência do Conselho Fiscal. **6.1. Reservas de lucros: a) Distribuição de dividendos -** Conforme o Estatuto Social da Companhia, os seus acionistas possuem direito a dividendo mínimo obrigatório anual de 25% sobre lucro líquido do exercício ajustado para: i. 5% da reserva legal sobre o lucro líquido do exercício; ii. Importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Uma parcela do lucro líquido também poderá ser retida com base em um orçamento de capital de uma reserva de lucros estatutária denominada "reserva de investimentos". Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os cálculos e as movimentações dos dividendos e juros sobre capital próprio estão demonstrados a seguir:

	Controladora 2022	Controladora 2021
Lucro líquido do exercício	194.182	270.782
Lucro líquido, base para proposição da reserva legal	**194.182**	**270.782**
(-) Reserva legal (5%)	(9.709)	(13.359)
(-) Reserva de subvenções governamentais - Crédito Presumido ICMS	(38.225)	-
(-) Reserva de subvenções governamentais - Isenção Transportes Logístico	(81.090)	-
Lucro líquido do exercício, base para proposição de dividendos	**65.158**	**257.423**
Dividendos mínimos (25%)	**16.289**	**64.310**
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos/distribuídos:		
Juros sobre capital próprio distribuídos	67.179	45.300
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio	(10.077)	(6.795)
Juros sobre capital próprio distribuídos, líquidos	**57.102**	**38.505**
Dividendos a distribuir	-	**25.805**
Total dividendos e juros sobre capital próprio propostos/distribuídos:	**57.102**	**64.310**
Percentual sobre o lucro líquido do exercício deduzido da reserva legal	31%	25%
Dividendos e juros sobre capital próprio bruto por ação, líquido das ações em tesouraria no final do exercício (em R$)	**0,2361**	**0,2259**

As movimentações dos saldos de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstradas a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	Juros sobre capital próprio	Dividendos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**13.116**	**19.748**	**32.864**
Dividendos a distribuir	-	25.805	**25.805**
Juros sobre capital próprio declarados	45.300	-	**45.300**
Imposto de renda retido na fonte	(6.795)	-	**(6.795)**
Juros sobre capital próprio pagos	-	(32.864)	**(32.864)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**51.621**	**12.689**	**64.310**
Dividendos adicional declarado (i)	-	36.035	36.035
Juros sobre capital próprio declarados	67.179	-	67.179
Imposto de renda retido na fonte	(10.077)	-	(10.077)
Dividendos pagos	(51.148)	(48.724)	(99.872)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**57.575**	-	**57.575**

(i) Foi aprovada em Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 2022 a proposta de destinação do lucro líquido da Companhia na data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, em linha com a aprovação do Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 21 de fevereiro de 2022 pelo montante de R$ 36.035 como dividendo adicional.

7. EVENTOS SUBSEQUENTES

Foram efetuadas captações de FINAME Direto junto ao BNDES nas linhas já contratadas no valor de R$ 22.639 em 26 de janeiro de 2023 pela JSL S.A. e R$ 23.984 em 06 de fevereiro de 2023 pela Fadel Transportes e Logística Ltda.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Antonio Simões
Presidente

Denys Marc Ferrez
Conselheiro

Antônio da Silva Barreto Júnior
Conselheiro

Gilberto Meirelles Xandó Baptista
Conselheiro Independente

Sylvia de Souza Leão Wanderley
Conselheira Independente

DIRETORIA EXECUTIVA

Ramon Peres Martinez Garcia de Alcaraz
Diretor Presidente

Guilherme de Andrade Fonseca Sampaio
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Antônio da Silva Barreto Junior
Diretor

Eduardo Pereira
Diretor

Samir Moises Gilio Ferreira
Diretor

Maristela Aparecida do Nascimento - Contadora - CRC 1SP-245960/O-4

JSL S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 52.548.435/0001-79 - NIRE 35.3.0036268-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da JSL S.A ("Companhia"), em reunião realizada em 14 de fevereiro de 2023, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o relatório da administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas respectivas notas explicativas, todos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório da PricewaterhouseCoopers Audiotres Independentes Ltda., sem ressalvas, e, tendo encontrado tais documentos em conformidade com as prescrições legais aplicáveis, opinaramn favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2023.

Luciano Douglas Colauto
Daniel Vinicius Alberini Schrickte
Márcio Alvaro Moreira Caruso

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (I)

Aos Administradores e Acionistas
JSL S.A.

(i) Ressalta-se que o relatório do auditor independente resumido foi elaborado a partir do relatório do auditor independente completo, que está devidamente divulgado em endereço eletrônico que se encontra referenciado após a mansagem da administração dessa publicação resumida.

Tipo de Opinião
Sem modificação.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Diogo Maros de Carvalho
Contador
CRC 1 SP248874/O-8

A **ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA - ASF** torna pública a **PUBLICAÇÃO** do processo para a **SELEÇÃO DE FORNECEDORES**, na modalidade **COLETA DE PREÇOS, nº 003/2023, Processo nº 007/2023**, que objetiva a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS CIVIS PARA ADEQUAÇÃO DE ESTRUTURA FÍSICA DA UNIDADE DE SAÚDE VILA ESPANHOLA, GERENCIADA PELA ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA.** O edital na íntegra poderá ser consultado e extraído do *site* da ASF: www.saudedafamilia.org. Informações no endereço eletrônico: selecaodefornecedor@saudedafamilia.org e/ou por telefone: 3154-7050. **Data da Sessão Pública por Videoconferência: 28/02/2023 às 10h00** - Local da entrega dos envelopes: Associação Saúde da Família, Praça Mal. Cordeiro de Farias, 65 - Higienópolis - São Paulo - SP.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Departamento Regional de São Paulo do Serviço Social da Indústria (SESI-SP) comunica a abertura da licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 254/2022
Objeto: Aquisição de produtos químicos para piscinas.
Retirada do edital: a partir de 15 de fevereiro de 2023, através do portal www.sesisp.org.br (opção LICITAÇÕES).
Sessão de disputa de preços (lances): 9 de março de 2023 às 9h30, exclusivamente pela internet, no endereço www.licitacoes-e.com.br.

INFORMATIVO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 562/2022**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - **SMS.**
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR VISANDO O FORNECIMENTO DE DIETAS GERAIS E DIETAS TERAPÊUTICAS PARA PACIENTES, FUNCIONÁRIOS E ACOMPANHANTES NA MODALIDADE DE GESTÃO DO TIPO ADMINISTRADA, ASSEGURANDO O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES BALANCEADAS DENTRO DOS PADRÕES DIETÉTICOS E HIGIÊNICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES NUTRICIONAIS DOS USUÁRIOS, ENGLOBANDO A GESTÃO DOS SERVIÇOS E AS ETAPAS DE OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PRODUÇÃO, COCÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS REFEIÇÕES, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE, torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que no **EDITAL nº 8718 do(a) referido(a) PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 562/2022 - SMS**, com data de abertura prevista para 29 de dezembro de 2022, se faz necessário a publicação de um **INFORMATIVO** corrigindo, nos mesmos meios de publicidade que:

28. MANUAL DESCRITIVO 03 – QUANTO AOS PROCEDIMENTOS DE HIGIENE:

28.1.1. Recomendações Gerais:
3. Observar para todos os produtos:

Onde se lê:

[...]
As características específicas de cada produto, bem como o controle de temperatura no recebimento dos gêneros alimentícios, de acordo com os critérios técnicos estabelecidos pela Portaria CVS 06, de 10 de abril de 1999, da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo;
[...]

Leia-se:

[...]
As características específicas de cada produto, bem como o controle de temperatura no recebimento dos gêneros alimentícios, de acordo com os critérios técnicos estabelecidos pela Resolução nº 216-RDC, de 15 de setembro de 2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
[...]
4. Para os produtos perecíveis, deve-se ainda medir e manter registros das temperaturas de recebimento, que devem obedecer aos seguintes critérios:

Onde se lê:

Congelados: -18ºC com tolerância até -12ºC;
Resfriados: de acordo com a especificação do fabricante; Refrigerado: 4ºC não ultrapassando a 6ºC com tolerância até 10ºC.

Leia-se:

No ato do recebimento de matérias primas, ingredientes, alimentos industrializados ou prontos para consumo, as temperaturas dos produtos que requeiram condições especiais de conservação devem ser conferidas e registradas em planilhas próprias.
• Os produtos congelados devem ser recebidos à temperatura de -12ºC (doze graus Celsius negativos) ou inferior, ou conforme recomendação do fabricante;
• Os pescados refrigerados devem ser recebidos a temperaturas entre 0º e 4ºC (entre zero e quatro graus Celsius) ou conforme recomendação do estabelecimento produtor;
• As carnes refrigeradas devem ser recebidas a temperaturas entre 0º e 7ºC (entre zero e sete graus Celsius) ou conforme recomendação do frigorífico produtor;
• Os demais produtos refrigerados devem ser recebidos a temperaturas entre 0º e 10ºC (entre zero e dez graus Celsius) ou conforme recomendação do fabricante.
28.2.3. Critérios de Uso para Alimentos Refrigerados e Congelados:

Onde se lê:

ALIMENTOS REFRIGERADOS	TEMPERATURA DE REFRIGERAÇÃO	TEMPO MÁXIMO DE ARMAZENAMENTO
CARNES (EXCETO PESCADOS) E SEUS PRODUTOS MANIPULADOS CRUS.	ATÉ 4ºC	POR 72 HORAS
PESCADOS E SEUS PRODUTOS MANIPULADOS CRUS.	ATÉ 4ºC	POR 24 HORAS
ALIMENTOS PÓS-COCÇÃO (EXCETO PESCADOS).	ATÉ 4ºC	POR 72 HORAS
PESCADOS PÓS-COCÇÃO	ATÉ 4ºC	POR 24 HORAS
SOBREMESAS, FRIOS E LATICÍNIOS MANIPULADOS	ATÉ 4ºC	POR 72 HORAS
SOBREMESAS, FRIOS E LATICÍNIOS MANIPULADOS	ATÉ 6ºC	POR 48 HORAS
SOBREMESAS, FRIOS E LATICÍNIOS MANIPULADOS	ATÉ 8ºC	POR 24 HORAS
MAIONESE MANIPULADA E MISTURAS DE MAIONESE COM OUTROS ALIMENTOS	ATÉ 4ºC	POR 48 HORAS
MAIONESE MANIPULADA E MISTURAS DE MAIONESE COM OUTROS ALIMENTOS	ATÉ 6ºC	POR 24 HORAS
HORTIFRÚTI IN NATURA PÓS MANIPULADOS	ATÉ 10ºC	POR 72 HORAS

Leia-se:

As temperaturas de armazenamento de produtos sob congelamento e sob refrigeração devem obedecer às recomendações dos fabricantes indicadas nos rótulos. Na ausência dessas informações, para os alimentos manipulados, preparados ou descongelados no estabelecimento devem ser observados as temperaturas e prazos de validade a seguir.
• Produtos Congelados:
a) entre -5ºC (cinco graus Celsius negativos) e 0ºC (zero grau Celsius), com prazo de validade de até 10 (dez) dias;
b) entre -10ºC (dez graus Celsius negativos) e -6ºC (seis graus Celsius negativos), com prazo de validade de até 20 (vinte) dias;
c) entre -18ºC (dezoito graus Celsius negativos) e -11ºC (onze graus Celsius negativos), com prazo de validade de até 30 (trinta) dias;
d) inferior a -18ºC (dezoito graus Celsius negativos), com prazo de validade de até 90 (noventa) dias.
• Produtos Resfriados:
a) pescados e seus produtos manipulados crus até 2ºC (dois graus Celsius), com prazo de validade de até 3 (três) dias;
b) pescados pós-cocção até 2ºC (dois graus Celsius), com prazo de validade de 1 (um) dia;
c) alimentos pós-cocção, exceto pescados, até 4ºC (quatro graus Celsius), com prazo de validade de até 3 (três) dias;
d) carnes bovina e suína, aves entre outras, e seus produtos manipulados crus até 4ºC (quatro graus Celsius), com prazo de validade de até 3 (três) dias;
e) espetos mistos, bife a rolê, carnes empanadas cruas e preparações com carne moída até 4ºC (quatro graus Celsius), com prazo de validade de até 2 (dois) dias;
f) embutidos fatiados, picados ou moídos até 4ºC (quatro graus Celsius), com prazo de validade de até 3 (três) dias;
g) maionese e misturas de maionese com outros alimentos até 4ºC (quatro graus Celsius), com prazo de validade de até 2 (dois) dias;
h) sobremesas e outras preparações com laticínios até 4ºC (quatro graus Celsius), com prazo de validade de até 3 (três) dias;
i) demais alimentos preparados até 4ºC (quatro graus Celsius), com prazo de validade de até 3 (três) dias;
j) produtos de panificação e confeitaria com coberturas e recheios, prontos para o consumo até 5ºC (cinco graus Celsius), com prazo de validade de até 5 (cinco) dias;
k) frutas, verduras e legumes higienizados, fracionados ou descascados; sucos e polpas de frutas até 5ºC (cinco graus Celsius), com prazo de validade de até 3 (três) dias;
l) leite e derivados até 7ºC (sete graus Celsius), com prazo de validade de até 5 (cinco) dias;
A critério da autoridade sanitária, outras combinações de tempo e temperatura distintas das estabelecidas no parágrafo anterior podem ser utilizadas mediante apresentação de documentos comprobatórios da validação de processo que garanta a qualidade sanitária dos alimentos.
28.7. Procedimentos para o porcionamento e distribuição:

Onde se lê:

[...]
Na distribuição de alimentos quentes deverá ser observado:
1. Até 10°C por mais de 4 horas.
2. Entre 10°C e 21°C por mais de 2 horas.
3. Acima de 21°C.

Leia-se:

[...]
Os alimentos expostos ao consumo imediato devem obedecer aos critérios de tempo e temperatura, apresentados a seguir:
a) Os alimentos quentes expostos ao consumo imediato devem ser mantidos à temperatura de, no mínimo, 60ºC (sessenta graus Celsius) pelo tempo máximo de 6 (seis) horas;
b) Nos casos em que os alimentos não possam ser mantidos a 60ºC (sessenta graus Celsius), devem ser mantidos resfriados abaixo de 5ºC (cinco graus Celsius), podendo ser aquecidos em presença do cliente;
c) Os alimentos frios expostos ao consumo imediato devem ser mantidos à temperatura de até 10ºC (dez graus Celsius) pelo tempo máximo de 4 (quatro) horas;
Na certeza que seremos atendidos, reiteramos nossos votos de elevada estima e consideração.
Atenciosamente,

Fortaleza, data da assinatura digital.
(documento assinado digitalmente)
João Cândido de Souza Borges
Secretário Municipal da Saúde de Fortaleza

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

COMPRA PRIVADA FFM ICESP 2196/2023
CONCORRÊNCIA - PROCESSO DE COMPRA FFM RC Nº 7064/2023

A FFM ICESP, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, através do Departamento de Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César, São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para aquisição de **ETIQUETA ADESIVA BRANCA COUCHE 80MMX40MM COM TUBETE DE 3 POLEGADAS**, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br) e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM**.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE RETIFICAÇÃO DA REABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2022

Da publicação do dia 13/02/2023 do Aviso de Reabertura de licitação do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25.075/2021 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO E FORNECIMENTO DE CARTÃO-ALIMENTAÇÃO, NA FORMA DE CRÉDITOS A SEREM CARREGADOS EM CARTÕES COM TECNOLOGIA CHIP**, conforme Especificações e Condições constantes do Edital e seus Anexos que estará à disposição dos interessados nos sítios: www.comprasnet.gov.br e www.transparencia.osasco.sp.gov.br - Envio das Propostas de Preços pelo site www.comprasnet.gov.br, **onde se lê** com DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: **14/03/2023**, **leia-se** com DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: **14/02/2023** e DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: **02/03/2023 às 10h00min**.

Osasco, 14 de fevereiro de 2023.
Meire Regina Hernandes - Secretária Executiva de Compras e Licitações

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA

Estado de São Paulo

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2023

Acha-se aberto na Câmara Municipal de Jaguariúna, **PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2023, TIPO: MENOR PREÇO POR UNITÁRIO, PROCESSO ADM: Nº: 006/2023.**
AUTORIZAÇÃO: PRESIDENTE DA CÂMARA – VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Regência: Lei 10.520/02, 8.666/93 e alterações posteriores e Leis Complementares 123/06 e 147/14, Resolução desta Câmara Municipal nº 166/2013;
1 – Para recebimento dos envelopes **PROPOSTA DE PREÇO e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, fica determinado o **dia 07 de março de 2023, até as 9:30h, no Plenário da Câmara Municipal de Jaguariúna, Rua Coronel Amâncio Bueno, 446 – Centro – Jaguariúna/SP** – CEP: 13910-009.
2 – **OBJETO** – Prestação de Serviços de Gerenciamento do Abastecimento de Combustíveis em Veículos e outros serviços prestados por postos credenciados, por meio da implantação e operação de um sistema informatizado e integrado com utilização de cartão magnético ou microprocessado e disponibilização de Rede Credenciada de Postos de Combustíveis no Estado de São Paulo, compreendendo a distribuirão de: Etanol, lubrificantes e derivados, bem como serviço de lavagem de veículos, de forma a garantir a operacionalização da frota de veículos da Câmara Municipal de Jaguariúna.
3 – Os interessados poderão extrair edital na íntegra a partir do dia 15/02/2023, através do site: www.jaguariuna.sp.leg.br, ou pessoalmente na sede da Câmara, endereço acima descrito.
4 – Esclarecimentos, providências ou impugnações ao ato convocatório do pregão por qualquer pessoa poderão ser solicitados, por e-mail rosangelaribeiro@jaguariuna.sp.leg.br c/c compras@jaguariuna.sp.leg.br ou pelo Protocolo Geral desta Casa de Leis até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas. Horário de atendimento das 8:00 às 16:00, de segunda a sexta-feira de expediente normal, no endereço acima descrito, telefones para contato (19) 3847-4336 ou (19) 3847-4320 - Rosangela

Jaguariúna, 13 de fevereiro de 2023.
Ver. Romilson Nascimento Silva
Presidente

INFORMATIVO Nº 02

PROCESSO: P053308/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023 – SME
ORIGEM: Secretaria Municipal da Educação - SME
OBJETO: Seleção de empresa para registro de preços visando eventuais e futuras contratações de empresa(s) especializada(s) na prestação sob demanda de serviços de estrutura, montagem, manutenção e desmontagem de infraestrutura completa por ocasião de comemorações, inaugurações, solenidades, datas comemorativas de interesse público, seminário, palestras, workshops, em caráter continuado, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, conforme especificações e quantidades indicadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital

A SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SME, torna público para conhecimento dos interessados, a publicação de Informativo concernente ao EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023 – SME –SELEÇÃO DE EMPRESA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO EVENTUAIS E FUTURAS CONTRATAÇÕES DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA PRESTAÇÃO SOB DEMANDA DE SERVIÇOS DE ESTRUTURA, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE INFRAESTRUTURA COMPLETA POR OCASIÃO DE COMEMORAÇÕES, INAUGURAÇÕES, SOLENIDADES, DATAS COMEMORATIVAS DE INTERESSE PÚBLICO, SEMINÁRIO, PALESTRAS, WORKSHOPS, EM CARÁTER CONTINUADO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FORTALEZA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES INDICADAS NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL - P422843/2022, para retificação do item 5 do Grupo Único, referente a Cláusula 07. DESCRIÇÃO DA AQUISIÇÃO do Anexo I - Termo de Referência do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023 – SME, conforme abaixo:
Do item 07. DESCRIÇÃO DA AQUISIÇÃO:

ONDE SE LÊ:

5	ESTANDE ABERTO SEM AR - M² - PAINEL DE TS DUPLA FACE 2,20 A, ARANDELA A CADA 3 CM, 1 TOMADA SIMPLES PARA COMPUTADOR E TESTEIRA 50 X 1 COM IDENTIFICAÇÃO E MONTADO SOBRE PISO EXISTENTE	M²	300	R$ 450,00	R$ 135.000,00

LEIA-SE:

5	ESTANDE ABERTO SEM AR - M² - PAINEL DE TS DUPLA FACE 2,20 A, ARANDELA A CADA 3 CM, 1 TOMADA SIMPLES PARA COMPUTADOR E TESTEIRA 50 X 1 COM IDENTIFICAÇÃO E MONTADO SOBRE PISO EXISTENTE	M²/ DIÁRIA	300	R$ 450,00	R$ 135.000,00

Permanecem inalteradas as demais cláusulas editalícias.

Fortaleza, 13 de fevereiro de 2023.
Antonia Dalila Saldanha de Freitas
Secretária Municipal da Educação
(digitalmente assinado)

ABERTURA DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FRANCO DA ROCHA, com sede na Avenida da Liberdade, No 250, Centro, torna público que realizará a Licitação Pública, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO sob No 005/2023 do tipo MENOR PREÇO POR LOTE objetivando AQUISIÇÃO DE GABIÃO, através do sistema de REGISTRO DE PREÇOS. Início do acolhimento de propostas: às 17:30 horas, do dia 15/02/2023, abertura das propostas: às 10:01 horas do dia 10/03/2023 data e a hora da disputa: às 10:15 horas do 10/03/2023 Local Sítio: www.bbmnetlicitacoes.com.br. O Edital completo poderá ser adquirido no endereço eletrônico http://www.francodarocha.sp.gov.br.

PROCESSO SELETIVO GGJ Nº 005/2023
FUNDAÇÃO SABESP DE SEGURIDADE SOCIAL

Objeto: Contratação de Seguro D&O (Directors and Officers), - Menor Preço Global – O envelope com a PROPOSTA COMERCIAL deverá ser encaminhada por CORREIO para Alameda Santos nº. 1827 – 14º andar – Cerqueira César – São Paulo, sede da Sabesprev, aos cuidados da área de Compras e Contratações, durante o período de 15/02/2023 à 28/02/2023 até às 11h.
A sessão pública será em 28/02/2023 às 11h30. Edital completo por meio do site www.sabesprev.com.br/compras – "acesso identificado" ou pelo e- mail compras@sabesprev.com.br . Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

José Maurício Machline
Criador do Prêmio da Música Brasileira

‘Novo prêmio será uma plataforma ligada ao mercado’

Batalhador pela música do País relança disputa criada em 1987 e aposta em ‘legado’ da nova geração

FABIO MOTTA/ESTADÃO-5/7/2018

Novos nomes da música, diz Machline, ‘vão deixar um legado cultural e poético para toda uma geração’

CENÁRIOS

SONIA RACY

Foi em 1987 que o empresário **José Maurício Machline**, apaixonado por música, diretor executivo da Sharp, criou o Prêmio Sharp de Música. Ao longo dessas mais de três décadas, a ideia cresceu, mudou de nome e de patrocinadores e se tornou o respeitado Prêmio da Música Brasileira. Neste início de 2023, superada a fase pior da pandemia, a premiação volta à vida – mas “Zé Maurício”, como os amigos o conhecem, quer ampliar o projeto. “Não será só uma premiação”, explica ele nesta conversa com Cenários. “Será uma plataforma de música que estará sendo levada ao mercado.” Em maio deste ano, o prêmio volta com nova roupagem, em parceria com Heloisa Guarita, criadora da consultoria NutriRG, focanda em negócios em torno da premiação, de modo que ela repercuta durante o ano inteiro.

Já apareceram interessados, avisa o idealizador do prêmio. Tanto em aporte de capital como em patrocínio. Lei Rouanet? “Foi banalizada de maneira satânica”, acusa, referindo-se ao governo anterior. “É difícil dizer”, adverte, “que a cultura esteja sendo bem atendida.” Zé Maurício espera “que os novos ventos a ponham num patamar de dignidade”. A seguir, principais trechos da entrevista.

Você foi diretor executivo da Sharp, com uma carreira empresarial pela frente. O que o fez mudar-se para o ramo da música?
Na Sharp fui diretor, vice-presidente e presidente – e me dei conta de que havia outras ofertas no mercado. Resolvi sair, vendi minha parte e me voltei para a música, atividade que eu já exercia na empresa. Fazíamos o Prêmio Sharp de Música e percebi que aquilo não era uma coisa da Sharp, mas sim da cultura brasileira. E nesses 30 anos vivi ligado à musica, em programas de TV, discos, shows.

O mundo da música é mais leve, lúdico, e o empresarial, mais pesado. Como foi essa sua passagem?
Qualquer coisa a que você se dedique, seja música, matemática, biologia, cultura, você tem de ser apaixonado por ela. Se conseguir conciliar seu gosto com o seu interesse, há muitas possibilidades. Música e cultura são, de fato, lúdicas, mas são atividades comerciais como qualquer outra. Juntar o trabalho e a paixão é o ideal em qualquer mundo.

Você vai retomar o prêmio? Como vê, nisso tudo, o papel da Lei Rouanet?
A pandemia nos pegou, os produtores culturais, de maneira pesada. A cultura tentou se adaptar aos meios da internet, muita gente conseguiu fazer alguma coisa. Agora, com essa retomada, estamos pensando num prêmio bem diferente. Uma nova sócia aderiu às nossas ideias, a Heloísa Guarita, da consultoria RGNutri. Ela trouxe uma ideia diferente sobre o prêmio, uma coisa maior. Não é só uma premiação, é uma plataforma de música que está sendo levada ao mercado – já temos interessados para aporte de capital e patrocínio. Quanto à Lei Rouanet, ela foi banalizada e desconstruída de uma maneira satânica e irreal. Entendo que ela poderia sofrer adaptações normais de mercado. Mas neste momento atual, de mutação, podem vir novas leis que façam o fomento, de fato, do mercado cultural brasileiro.

Você vê alguma possibilidade de a música brasileira ter mais espaço lá fora do que tem hoje?
Talvez. A gente é forte no que diz respeito às commodities – agricultura, pecuária. Há um bom tempo falei com o Persio Arida, disse que o que abriu as portas ao comércio brasileiro como um todo foi a manifestação cultural. Nossa musicalidade é forte. Estou falando de Carmem Miranda, Dorival Caymmi. Temos uma capacidade de abrir um mercado para o Brasil em imensas áreas.

A música brasileira tem evoluído mas nós continuamos apaixonados por Chico Buarque, Caetano, Gal Costa, que nos deixou há pouco, Bethânia. O que diz da evolução dos nossos artistas?
Há pouco tempo, numa vertente do Grammy, uma premiação voltada ao Brasil, se você visse o número de artistas brasileiros ali presentes, jovens, sendo reconhecidos por uma multidão. Luísa Sonza, Liniker, Bala Desejo – nomes que não fazem parte da nossa mídia. Estou falando com certeza: esses nomes vão deixar um legado cultural musical e poético para toda uma geração futura. Acho que nossa música está num momento absolutamente rico, em todas as suas áreas.

Desconstrução
‘A Lei Rouanet foi banalizada e desconstruída de maneira satânica’

Como é montado o prêmio que vocês promovem?
O Prêmio da Música Brasileira tem um conselho diretor que cuida das regras anuais e vê como a música deve ser avaliada. São 11 membros, entre eles nomes como Gil, Ney Matogrosso, João Bosco, Emicida. Decidem as regras e indicam os jurados. Temos uma força de trabalho, pesquisadores espalhados pelo País. Hoje a forma de lançamento se popularizou muito – e temos de ir atrás dessas sonoridades. Este ano estamos com um recorde dos recordes, mais de 6 mil artistas para os jurados ouvirem.

Você fala de coisas atraentes, como música, mas vivemos em tempos conturbados. Que mensagem você deixaria aos leitores?
Diria que o mundo está hoje passando por uma fase esquisita, no que diz respeito à solidariedade e ao olhar de uma pessoa para outra. E, para romper essa esquisitice, a saída que vejo é superar a dificuldade valorizando o ser humano. Entender que cada um tem a sua dificuldade, sua tendência. Saber que ser diferente não significa ser melhor nem pior, mas apenas isso, ser diferente. ●

NA WEB
No Facebook e no Twitter do 'Estadão', no LinkedIn, no YouTube do 'Estadão' e no YouTube do Banco Safra
www.estadao.com.br

Telefonia Reação a novo pedido

Bancos dizem que recuperação da Oi não acabou e contestam nova tutela

'Não é um tíquete de loteria', dizem representantes do Bradesco em ação contra proteção à operadora; questionamento começou com BB, Caixa e Banco do Nordeste

CIRCE BONATELLI

A Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste, logo seguidos pelo Bradesco, apelaram contra a decisão da Justiça que suspendeu, neste mês, a obrigação de a Oi cumprir seus compromissos com os credores. E mais: alegaram que a recuperação judicial anterior da companhia ainda não acabou.

O instrumento que é alvo de questionamento pelos bancos é a chamada "tutela de urgência", que funciona como uma proteção temporária à companhia, livrando-a de pagar dívidas e sofrer execuções pelo prazo de 30 dias para que possa negociar com os credores uma flexibilização nas condições de quitação.

A medida, a mesma recentemente adotada pela Americanas, é considerada uma preparação para a recuperação judicial de fato. Se não houver acordo com os credores, resta às empresas apenas pedirem a formalização da recuperação judicial.

No caso da Oi, a situação é mais complexa do que a da varejista porque a operadora recebeu, em dezembro, a sentença de encerramento do seu primeiro processo de recuperação, iniciado em 2016. O despacho foi conferido pelo juiz Fernando Viana, da 7.ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro.

DECISÃO CONTESTÁVEL. O fato de o processo ainda não ter transitado em julgado deu munição aos bancos para a ofensiva contra a concessão da tutela de urgência neste mês. Os três bancos controlados pela União protocolaram as suas contestações na sexta-feira passada.

O Bradesco engrossou o coro. "A norma é clara: a recuperação judicial não é um tíquete de loteria que pode ser utilizado sucessivamente pelo empresário em crise, mas um remédio destinado àqueles que efetivamente possuem viabilidade econômica e competência suficiente para exploração da atividade econômica", afirmaram os representantes do banco privado.

> **Endividada**
>
> **R$ 65 bilhões**
> **era o volume de dívidas da Oi em 2016, no início da recuperação judicial dada como concluída pela empresa em 15 de dezembro passado, após a venda da Oi Móvel e a decisão de focar em fibra óptica**
>
> **R$ 35 bilhões é a dívida da companhia no momento em que encaminha um pedido de nova recuperação judicial, sendo R$ 29,7 bilhões a dívida financeira**

A peça do Bradesco é escrita pelos advogados dos escritórios Machado Meyer e SOB.

O motivo alegado para derrubar a tutela de urgência e impedir novo processo de recuperação é que uma eventual nova petição só pode ser deferida passados cinco anos desde que a última recuperação foi concedida.

A Oi começou a contar esse prazo a partir da homologação do primeiro plano de recuperação aprovado pelos credores, em 5 de fevereiro de 2018. Pelas contas dos representantes do Bradesco, porém, o prazo ainda não foi atingido porque deveria começar a contar a partir da homologação do aditivo ao plano, em 5 de outubro de 2020.

Os advogados da Caixa, do BB e do BNB afirmaram que a recuperação judicial está ainda em curso e lembraram que há recursos pendentes de apreciação pelo juízo. "A recuperação judicial VIGENTE (*escrito de propósito em letras maiúsculas*) é processo não encerrado, dada a ausência de trânsito em julgado da sentença", descreveram os advogados do BB.

Com isso, os bancos argumentaram que a tutela de urgência suspendendo as obrigações da Oi não poderia ter sido concedida porque isso representa uma alteração do plano de recuperação aprovado pelos credores em assembleia e que continua em andamento.

NOVA RECUPERAÇÃO. As instituições financeiras defenderam, de antemão, que seja negado à Oi o direito de entrar novamente em recuperação judicial – porque, na visão dos credores, a empresa ainda não concluiu o processo anterior.

Caixa, BB e BNB procuraram rebater os argumentos da tele de que seus negócios haviam sido afetados pela situação da economia brasileira – com altas da inflação e dos juros, bem como desvalorização do real –, aumentando o custo da dívida e sufocando suas condições de pagamento. Os representantes da Caixa lembraram que a própria Oi apresentou à Justiça um laudo atestando a sua capacidade de arcar com o pagamento de dívidas nos três anos seguintes. O documento remonta a agosto de 2022 e foi elaborado pela consultoria Licks.

A Oi foi procurada, mas afirmou que não irá comentar a contestação dos bancos. ●

DFS HOLDING S.A.

CNPJ nº 22.932.699/0001-60

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Balanços patrimoniais

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Ativo/Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	61	89.963	141.351
Contas a receber	–	–	310.883	199.554
Estoque de mercadorias	48	–	324.082	241.684
Impostos a recuperar	925	875	78.957	75.073
Dividendos a receber	409	852	–	–
Adiantamentos a fornecedores	–	–	460	292
Outros créditos	50	58	19.114	10.597
Total do ativo circulante	1.528	1.846	823.459	668.551
Não circulante				
Depósitos judiciais	–	–	48.176	40.125
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.342	4.640	52.501	43.193
Partes relacionadas	4.308	2.285	–	–
Outros créditos	–	–	14.360	11.432
Investimentos	745.020	642.151	–	–
Imobilizado	1.010	1.252	136.412	113.550
Intangível	7.094	7.967	576.294	425.109
Ativo de direito de uso	458	1.294	113.621	99.918
Total do ativo não circulante	761.232	659.589	941.364	733.327
Total do ativo	762.760	661.435	1.764.823	1.401.878

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Passivo/ Circulante				
Empréstimos e financiamentos	–	–	8.495	–
Arrendamento mercantil	423	979	35.320	29.676
Fornecedores	35	390	377.109	264.287
Obrigações trabalhistas	8.121	7.280	59.395	44.140
Lucros e dividendos a pagar	1.129	730	1.129	732
Impostos a recolher	6	46	23.047	18.985
Tributos parcelados	–	–	1.029	861
Obrigações por compra de participações	–	–	98.305	75.108
Outras contas a pagar	–	4.137	22.532	26.155
Total do passivo circulante	9.714	13.562	626.361	459.944
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	–	–	10.821	–
Arrendamento mercantil	–	285	85.301	76.054
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	–	–	38.403	24.774
Tributos parcelados	–	–	1.267	1.610
Obrigações por compra de participações	–	–	249.138	191.908
Total do passivo não circulante	–	285	384.930	294.346
Patrimônio líquido				
Capital social integralizado	756.137	691.588	756.137	691.588
Transações entre sócios	(102.450)	(102.450)	(102.450)	(102.450)
Reserva legal	6.505	4.449	6.505	4.449
Reserva de lucros	92.854	54.001	92.854	54.001
Atribuível aos controladores	–	–	753.046	647.588
Participação de não controladores	–	–	486	–
Total do patrimônio líquido	753.046	647.588	753.532	647.588
Total do passivo e patrimônio líquido	762.760	661.435	1.764.823	1.401.878

Demonstrações dos resultados

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita líquida	–	–	3.973.841	2.677.107
Custo das mercadorias vendidas	–	–	(3.286.152)	(2.156.150)
Lucro bruto	–	–	687.689	520.957
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	–	–	(502.962)	(321.061)
Despesas gerais e administrativas	(22.188)	(15.556)	(112.010)	(173.001)
Equivalência patrimonial	60.336	38.653	–	–
Outras receitas operacionais, líquidas	4.612	4.938	9.016	27.040
Lucro operacional antes do resultado financeiro	42.760	28.035	81.733	53.934
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	–	4	39.388	22.728
Despesas financeiras	(162)	(132)	(57.211)	(38.679)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	42.598	27.907	63.910	37.984
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	–	–	(28.822)	(21.662)
Diferidos	(1.298)	2.191	7.388	13.776
Lucro do exercício	41.300	30.098	42.476	30.098
Participação dos acionistas controladores			41.300	30.098
Participação dos acionistas não controladores			1.176	–
			42.476	30.098
Lucro básico por ação - em reais			0,0580	0,0433

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Lucro do exercício	41.300	30.098	42.476	30.098
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente total do exercício	41.300	30.098	42.476	30.098
Participação dos acionistas controladores			41.300	30.098
Participação dos acionistas não controladores			1.176	–
			42.476	30.098

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva legal	Transação entre sócios	Reserva de lucros retidos	Lucros (prejuízos) acumulados	Controladores	Não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	529.710	2.935	(102.450)	25.705	–	455.900	–	455.900
Integralização de capital social	161.878	–	–	–	–	161.878	–	161.878
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	30.098	30.098	–	30.098
Constituição de reserva legal	–	1.514	–	–	(1.514)	–	–	–
Constituição de reserva de lucros retidos	–	–	–	28.584	(28.584)	–	–	–
Distribuição de dividendos	–	–	–	(288)	–	(288)	–	(288)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	691.588	4.449	(102.450)	54.001	–	647.588	–	647.588
Integralização de capital social	64.549	–	–	–	–	64.549	–	64.549
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	41.300	41.300	1.176	42.476
Constituição de reserva legal	–	2.056	–	–	(2.056)	–	–	–
Transferência para reserva	–	–	–	39.244	(39.244)	–	–	–
Dividendos propostos	–	–	–	(391)	–	(391)	(690)	(1.081)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	756.137	6.505	(102.450)	92.854	–	753.046	486	753.532

Demonstrações dos valores adicionados

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receitas	4.612	4.939	4.704.660	3.131.114
Vendas de serviços líquido de devoluções	–	–	4.629.108	3.109.389
Outras receitas	4.612	4.939	88.632	35.957
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	–	(13.080)	(14.232)
Insumos adquiridos de terceiros	(1.766)	(3.883)	(3.464.175)	(2.324.425)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(585)	–	(3.355.743)	(2.223.264)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(650)	(3.572)	(81.445)	(102.193)
Perda/recuperação de valores ativos	–	–	–	–
Outras (Recuperação de despesas)	(531)	(311)	(26.987)	1.032
Valor adicionado bruto	2.846	1.056	1.240.485	806.689
Depreciação e amortização	(1.195)	(592)	(62.363)	(36.373)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.651	464	1.178.122	770.316
Valor adicionado recebido em transferência	60.385	39.021	39.389	22.727
Resultado de equivalência patrimonial	60.385	39.016	–	–
Receitas financeiras, variações cambiais positivas	–	5	39.389	22.727
Valor adicionado total a distribuir	62.036	39.485	1.217.511	793.043

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Distribuição do valor adicionado	62.036	39.485	1.217.511	793.043
Pessoal	15.409	11.085	347.720	262.023
Remuneração direta	8.935	3.241	291.460	197.548
Benefícios	5.814	7.460	39.029	53.148
FGTS	660	384	17.231	11.327
Impostos, taxas e contribuições	4.758	(2.094)	733.804	430.732
Federais	4.554	(2.188)	248.217	104.428
Estaduais	–	–	481.293	324.425
Municipais	204	94	4.294	1.879
Remuneração de capitais de terceiros	571	397	93.511	70.191
Despesas financeiras, variações cambiais negativas	147	128	36.723	26.299
Aluguéis	410	269	36.468	31.523
Outras	14	–	20.320	12.369
Remuneração de capitais próprios	41.300	30.097	42.476	30.097
Participação dos não controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)	–	–	1.176	–
Lucros retidos do exercício	41.300	30.097	41.300	30.097

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) do exercício	41.300	30.098	42.476	30.098
Ajustes para conciliar o lucro do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	2.031	860	131.318	65.654
Baixa do ativo imobilizado e intangível	–	1	12.893	670
Provisão de juros sobre aquisição de investimentos	–	–	17.176	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	–	206	14.232
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	–	–	7.646	6.664
Provisão para perda de estoques	–	–	872	–
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	–	50	11.839	–
Equivalência patrimonial	(60.338)	(39.016)	–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.298	(2.191)	(6.650)	(13.776)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Contas a receber	(2.023)	–	(65.560)	(26.299)
Estoque de mercadorias	(48)	–	(27.231)	(26.789)
Impostos a recuperar	(50)	(782)	13.994	(18.260)
Outros créditos	6	24	(6.655)	(9.326)
Adiantamentos a fornecedores	–	301	(168)	(51)
Depósitos judiciais	–	–	(8.051)	(11.193)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(356)	219	63.760	35.828
Obrigações trabalhistas	841	2.327	9.222	4.766
Impostos a recolher	(40)	(13)	24.518	19.661
Tributos parcelados	–	–	(177)	1.038
Outras contas a pagar	(4.126)	(1.136)	(8.078)	4.684
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(21.505)	(9.258)	213.350	77.601
Impostos de renda e contribuição social pagos	–	–	(25.006)	(25.509)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(21.505)	(9.258)	188.344	52.092
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado e intangível	(33)	(3.990)	(30.002)	(27.510)
Aquisição de controlada, líquido do caixa advindo com aquisição	–	(6.101)	(183.675)	(138.023)
Aumento de capital	(46.219)	(141.877)	–	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(46.252)	(151.968)	(213.677)	(165.533)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	64.549	161.878	64.549	161.878
Partes relacionadas	–	(343)	–	–
Recebimento de dividendos	4.042			
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	–	–	–	(3.348)
Captação de empréstimos e financiamentos	–	–	(690)	–
Pagamento de arrendamento mercantil	(889)	(388)	(82.700)	(25.427)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	–	–	(7.214)	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	67.702	161.147	(26.055)	133.103
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(55)	(79)	(51.388)	19.662
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	61	140	141.351	121.689
No fim do exercício	6	61	89.963	141.351
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(55)	(79)	(51.388)	19.662

Notas Explicativas

1. Contexto operacional: A DFS Holding S.A. ("Companhia"), companhia fechada de direito privado, foi constituída em 25 de maio de 2015 e possui sua sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e tem como objetivo social a participação em outras sociedades do ramo alimentício, como sócia ou acionista, no Brasil ou no exterior. **1.1. Transações societárias relevantes:** 1.1.1. Combinações de negócios: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, através da controlada Oesa Comércio e Representações S.A. ("Oesa"), a Companhia adquiriu participações societárias nas seguintes empresas: Fröhlich S/A Indústria e Comércios de Cereais, localizada na cidade de Ivoti (RS); Porto Importadora e Distribuidora de Alimentos Ltda., sediada em Porto Seguro (BA); SF Distribuidora de Alimentos Ltda, baseada em Eunápolis (BA) e Três Passos Alimentos Ltda, com sede em São Paulo (SP). Adicionalmente, através da controlada Imperial Importação e Exportação Ltda., adquiriu a ComercialW Comércio de Produtos para Restaurantes Eireli, LogW Serviços de Transportes Eireli e WFS Holding de Participações Societárias S.A., todas estabelecidas na cidade de Hortolândia (SP). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Oesa adquiriu participações societárias nas seguintes empresas: Cerealista Nova Safra Ltda., sediada em Contagem (MG); Flecha Foods Ltda. e Frios Transportadora Ltda., estabelecidas em Linhares (ES); Johann Alimentos Ltda. e Noia Alimentos Ltda. com base em Estância Velha (RS). As operações adquiridas são complementares às atividades da Companhia e visam aumentar sua participação de mercado e seu portfólio de produtos. 1.1.2. *Transações societárias relevantes - Incorporações:* Ao longo do exercício de 2022 as seguintes operações de incorporação foram realizadas: (i) As controladas Congebras Alimentos S.A.; Johann Alimentos Ltda.; Noia Alimentos Ltda; Cerealista Nova Safra Ltda.; Porto Import Distribuidora de Alimentos Ltda.; SF Distribuidora de Alimentos Ltda.; e Flecha Foods Ltda.; foram incorporadas por Oesa Comércio e Representações S.A.; e (ii) A controlada Frios Transportadora Ltda. foi incorporada pela controlada Hok Transportes Ltda. No decorrer do exercício de 2021 as seguintes controladas foram incorporadas: (i) MGFrio Armazém Gerais Ltda., incorporada por Oesa Comércio e Representações S.A.; e (ii) DB Distribuidora de Alimentos Ltda, incorporada por Congebras Alimentos S.A. As incorporações realizadas tiveram como propósito gerar ganhos de sinergia operacional e administrativa entre as operações. *Aumento de capital social:* Em 2022 e 2021 a Companhia recebeu aportes de capital na ordem de R$64.549 e R$ 161.878, respectivamente, para realização de novas aquisições. Os aportes foram aprovados em reunião do Conselho de Administração. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelos órgãos institucionais CPC e IASB, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Base de consolidação

Nome	Principal Atividade	Participação - % 2022 Direta	2022 Indireta	2021 Direta	2021 Indireta
Congebras Alimentos S.A. [1]	Distribuição de Alimentos	–	–	100,00%	100,00%
Oesa Comércio e Representações S.A.	Distribuição de Alimentos	100,00%	–	68,75%	31,25%
MG Log Distribuição e Logística Ltda.	Transportes rodoviários	0,01%	99,99%	0,01%	99,99%
Hok Transportes Ltda.	Transportes rodoviários	–	100,00%	0,01%	99,99%
Imperial Importação e Exportação Ltda.	Distribuição de Alimentos	100,00%	0,99%	0,01%	99,99%
Cerealista Nova Safra Ltda. [2]	Distribuição de Alimentos	–	–	–	100,00%
Flecha Foods Ltda. [2]	Distribuição de Alimentos	–	–	–	100,00%
Frios Transportada Ltda. [1]	Transportes Rodoviários	–	–	–	100,00%
Johann Alimentos Ltda. [1]	Distribuição de Alimentos	–	–	–	100,00%
Noia Alimentos Ltda. [1]	Distribuição de Alimentos	–	–	–	100,00%

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: *a) Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação ou rescisão (arrendatário); b) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros; c) Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato; d) Tributos; e) Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros; f) Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos; e g) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.* **4. Notas explicativas:** O conjunto completo das demonstrações financeiras e contábeis que a entidade apresenta ao final do exercício inclui: a) balanço patrimonial ao final do período; b) demonstração do resultado do exercício; c) demonstração do resultado abrangente do período; d) demonstração das mutações do patrimônio líquido; e) demonstração dos fluxos de caixa do período; f) demonstração do valor adicionado; e g) notas explicativas, compreendendo um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias; as demonstrações financeiras completas auditadas, estão disponíveis na sede da empresa e no site publicado deste veículo de comunicação. **Aviso:** As demonstrações financeiras apresentadas são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

Diretoria

Alessandro Chiaramitara - Diretor Presidente

Patricia Diniz de Paiva - Diretora Financeira

Contador

Vagner da Silva Serafim - CRCPR 060.752/O-2T SC

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da **DFS Holding S.A.** São Paulo (SP). **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da DFS Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos valores correspondentes:** Conforme mencionado na nota explicativa 3.17, a Companhia apresentou pela primeira vez as demonstrações do valor adicionado (DVA), portanto, os valores correspondentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Blumenau, 09 de fevereiro de 2023. **ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda.** - CRC-SC000048/F - Cleverson Luís Lescowicz - Contador - CRC-SC027535/O.

CÉLIA FROUFE, CIRCE BONATELLI E WILIAN MIRON/
GABRIEL BALDOCCHI (edição)
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast

Governo quer mostrar que reforma tem apoio em 'jantar tributário' com PIB

Na semana em que os temas econômicos ferveram – com o teste de fogo do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, no programa "Roda Viva" e os avanços na MP do "voto de qualidade" do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) –, o foco econômico se deslocará hoje para o jantar do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com parte do PIB para tratar de reforma tributária. O "jantar tributário" ocorrerá no Lago Sul, área nobre da capital federal. Há um limite de 50 convidados, e pelo menos 35 já estão confirmados pelo grupo Esfera Brasil, que está organizando o evento. Entre eles, Rubens Ometto (Cosan), Luiz Carlos Trabuco (Bradesco), André Esteves (BTG Pactual) e Abilio Diniz (Península), entre outros.

Lira alertou que reforma será a 'possível'

Uma prévia do que promete ser o jantar ocorreu no início do mês. Membros do Esfera Brasil se reuniram com o recém-reeleito presidente da Câmara, Arthur Lira, e o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin. Haddad não estava. Foi quando Lira disse que o Congresso faria a reforma "possível".

Governo quer acelerar tramitação

Os empresários não serão uma barreira à aprovação do projeto tocado pelo secretário extraordinário da Fazenda, Bernard Appy. Mas há a avaliação de que é positivo para o andamento no Congresso deixar claro o apoio que o governo tem na área, vista como uma das principais pautas econômicas do início da gestão.

● **CETICISMO.** Na segunda-feira, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, engrossou o coro a favor da aprovação da reforma, mas citou a pesquisa da Amcham que aponta que mais da metade dos empresários consultados disse não acreditar na aprovação da reforma tributária este ano.

● **RESISTÊNCIA.** Grosso modo, o setor produtivo é favorável a mudanças. Já o de serviços teme pagar mais impostos do que atualmente. Outra pedra no sapato para a aprovação é o grupo formado pelas grandes cidades. A Frente Nacional de Prefeitos (FNP), que engloba administradores de municípios com mais de 80 mil habitantes, já assinou uma carta em repúdio à união do ICMS com o ISS, uma das propostas da equipe econômica.

● **FILA.** A Nexpe (ex-Brasil Brokers) ampliou a lista de empresas da área imobiliária da Bolsa a recorrer à proteção legal para sanar suas contas. Ela é a quinta companhia do setor a pedir recuperação judicial, depois de Viver (2016), PDG (2017), João Fortes (2020) e Rossi (2022). A Viver e a PDG já saíram da recuperação.

● **APERTOU.** O pedido, feito ontem na Justiça, tem como pano de fundo a sequência de crises econômicas e o acúmulo de processos trabalhistas de corretores, segundo os documentos do processo.

● **TRAJETÓRIA.** A história da Nexpe começou em 2007, com a tese de formar uma grande imobiliária nacional a partir de aquisições de empresas regionais, que passariam a funcionar de forma integrada, com ganho de escala e sinergias. Foram 16 aquisições.

● **MARCAS.** Após a consolidação, a companhia se tornou uma holding. Debaixo dela estão Abyara, Basimovel, MF, Niteroi, Bamberg, Global e Tropical, que fazem parte do pedido de recuperação judicial.

● **DIFICULDADES.** O problema é que a integração das atividades e da inteligência de dados foi muito mais complexa do que o esperado e nunca resultou nos lucros previstos.

ALTERNATIVAS

MAMARA GRID-28/1/2023

Rede de energia solar em comunidade de Nagaland, na Índia, financiada pelo mecanismo de créditos de geração de energia renovável distribuída

● **RENOVÁVEL.** A desenvolvedora de software de gestão Salesforce comprou 280 mil megawatts-hora (MWh) em Distributed Renewable Energy Certificates (D-RECs), créditos de geração de energia renovável distribuída, em regiões como Índia, Brasil, África subsariana e no sudeste da Ásia.

● **INVESTIMENTOS.** O contrato foi fechado com a agregadora de energias renováveis Powertrust, e a expectativa é que a iniciativa permita US$ 65 milhões em investimentos em nova capacidade de geração solar fotovoltaica em mercados considerados não tradicionais para levar energia renovável a comunidades locais.

● **AMAZÔNIA.** No Brasil, o projeto abrange a instalação de pequenas usinas que vão beneficiar comunidades no Amazonas, hoje atendidas com energia gerada a partir de combustíveis fósseis. O objetivo é que a iniciativa ajude a reduzir em 50% esse consumo de combustível e atenda, inicialmente, mais de mil pessoas.

SOBE

Alta do dólar favorece papel e celulose

AMANDA OLIVEIRA/GOVBA-22/3/2017

A alta do dólar favoreceu as empresas de papel e celulose, que são exportadoras e têm parte de suas receitas na moeda americana. Na B3, os papéis da Klabin subiram 0,85% e Suzano teve alta de 0,51%. Ontem, o dólar fechou com valorização de 0,42% ante o real, após informação de que o presidente Lula já bateu o martelo a favor de uma elevação da meta de inflação deste ano, que é de 3,25%, em 1 ponto porcentual.

DESCE

Exportações fracas pressionam frigoríficos

PAULO WHITAKER/REUTERS-7/30/2011

O setor de frigoríficos teve um dia de perdas ontem na B3. BRF caiu 6,51% e ficou entre as maiores baixas do Ibovespa. Minerva recuou 2,08%, Marfrig, 1,73% e JBS, 1,08%. Para Rafael Passos, da Ajax, os dados preliminares das exportações de carnes em fevereiro pressionam o setor. Segundo a Secex, a média diária de carne bovina exportada caiu 29,3% na comparação com fevereiro de 2022.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: **107.848,81 PTS.** | Dia **-0,91%** | Mês **-4,92%** | Ano **-1,72%**

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
CARREFOUR BRON NM	14,45	2,92	27.610
BRASIL ON NM	41,15	2,34	104.78
SABESP ON NM	54,50	1,87	22.041

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
RAIZEN PN N2	2,98	-7,45	24.412
MELIUZ ON NM	0,87	-7,45	11.064
CVC BRASIL ON NM	3,47	-6,72	13.228

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

11/2 A 11/3	0,0833	0,8530	0,5837	0,5000
12/2 A 12/3	0,0833	0,8530	0,5837	0,5000
13/2 A 13/3	0,0833	0,8720	0,5837	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	34.089,27	-0,46	0,01	2,86
FRANKFURT - DAX	15.380,56	-0,11	1,07	10,46
LONDRES - FTSE	7.953,85	0,08	2,34	6,74
TÓQUIO - NIKKEI	27.602,77	0,64	1,01	5,78

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	6,13	2.785,73
	15/5/2035	6,28	1.893,82
JUROS SEMESTRAIS	15/5/2055	6,41	3.883,45
PREFIXADO	1/1/2026	13,03	703,35
	1/1/2029	13,50	471,53
SELIC	1/3/2026	0,08	12.788,55

(*) TÍTULOS À VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Dezembro	Janeiro	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,69	0,46	0,46	5,71
IGP-M (FGV)	0,45	0,21	0,21	3,79
IGP-DI (FGV)	0,31	0,06	0,06	3,01
IPC (FIPE)	0,54	0,63	0,63	7,20
IPCA (IBGE)	0,62	0,53	0,53	5,77
CUB (Sinduscon)	0,10	0,07	0,07	6,51
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,24	0,20	0,20	4,80

Índices de reajuste do aluguel (fevereiro)

IGP-M (FGV)	1,0379	IPCA (IBGE)	1,0577
IGP-DI (FGV)	1,0301	INPC (IBGE)	1,0571
IPC-FIPE	1,0702	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS COM ÚLTIMO REAJUSTE [illegible] HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR.

INSS - COMPETÊNCIA (FEVEREIRO)
Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.302,00	7,5%
DE R$ 1.302,01 ATÉ R$ 2.571,29	9%
DE R$ 2.571,30 ATÉ R$ 3.856,94	12%
DE R$ 3.856,95 ATÉ R$ 7.507,49	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.302,00 A 7.507,49	20%	DE 260,40 A 1.501,49

VENCIMENTO 15. O PERCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/31)	13,65	0,00	0,01	0,00
CDI	13,65	0,00	0,00	0,00

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.C.	Abe.	Mín.	Máx.	Var. %
AÇÚCAR NY*	MAR/23	21,57	548,28	21,31	20,81	1,6
CAFÉ NY*	MAR/23	183,25	818,08	177,25	183,50	3,00
SOJA CBOT**	MAR/23	15,38	264,80	15,320	15,440	-0,40
MILHO CBOT**	MAR/23	6,80	463,84	6,765	6,860	-1,2

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO; (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Últ.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA			
Cepea/Esalq, R$/sc 60 kg	166,22	-0,82	-11,83
BOI			
Cepea/Esalq, R$/@	300,90	-0,58	-11,21
MILHO			
Cepea/Esalq, R$/sc 60 kg	86,26	0,47	-8,13
CAFÉ			
Cepea/Esalq, R$/sc 60 kg	1.143,75	2,37	-24,00

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,1984	0,42	2,40	-1,55
DÓLAR TURISMO	5,4100	0,50	2,40	-1,31
EURO	5,5920	0,28	1,20	-0,98
OURO	304,800	0,26	-1,74	0,00
WTI US$/BARRIL	79,3400	-0,03	0,23	-1,43
BRENT US$/BARRIL	85,0200	-0,33	0,18	-0,38

	US$ 1/NY	Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,0730	1,2165	0,1930
EURO	0,931	1,0000	1,1330	0,1797
FRANCO SUÍÇO	0,922	0,9886	1,1221	0,1778
LIBRA ESTERLINA	0,821	0,8819	1,0000	0,1585
IENE	133,41	143,1645	161,9810	25,808

A SPREAD NA VERTICAL VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: [illegible]

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

PARANÁ – SECRETARIA DA SAÚDE

AVISO DE REPUBLICAÇÃO COM DEVOLUÇÃO DE PRAZO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1812/2022 SRP
PROTOCOLO Nº 19.022.141-5
OBJETO: Registro de Preços, pelo período de 12 meses, para futura e eventual aquisição de MATERIAIS PARA INFORMÁTICA.
INTERESSADO: Diversos.
AUTORIZADO pelo Exmo. Sr. Secretário da Administração e da Previdência, em 23 de janeiro de 2023.
MOTIVO: Análise questionamentos.
ABERTURA: 07 de março de 2023, às 09:00 hrs.
LOCAL da DISPUTA e EDITAL: www.licitacoes-e.com.br
Informações Complementares: www.administracao.pr.gov.br/Compras e www.transparencia.pr.gov.br.

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 064/2023 - CSL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 204.998/2022 – EMSERH

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços Laboratoriais em Análises Clínicas para atender às necessidades do **HOSPITAL DE CUIDADOS INTENSIVOS - HCI**, administrado pela **EMSERH.**
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO.
DATA DA ABERTURA: 14/03/2023, às 9h, horário de Brasília.
Local de Realização: Sistema Licitações-e (www.licitacoes-e.com.br).
Edital e demais informações estão disponíveis em **www.emserh.ma.gov.br** e **www.licitacoes-e.com.br.** Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH, localizada na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, no horário de 8h às 12h e das 14h às 18h, de segunda a sexta, pelos e-mails **csl@emserh.ma.gov.br**, **csl.emserh.ma@gmail.com** e/ou **fernando.cslemserh@gmail.com**, ou pelo telefone (98) 3235-7333.

São Luís (MA), 10 de fevereiro de 2023
Fernando Wlysses Filgueira da Conceição
Agente de Licitação da CSL/EMSERH

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA

Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, torna pública a abertura dos processos de **COMPRA PRIVADA**, tipo **MENOR PREÇO**, cujo detalhe está disponível no site (www.ffm.br), e que serão regidos pelo seu **Regulamento de Compras**:

CONCORRÊNCIA:

FFM 1703-2022-01 – "PROJETO DE INSTALAÇÕES PARA REFORMA DA COZINHA HOSPITALAR IMREA VILA MARIANA" **FFM 0063-2023-00** – "MARCAÇÃO E CONFIRMAÇÇÃO DE CONSULTAS E EXAMES DO IOT HCFMUSP" **FFM 0072-2023-00** – "LOCAÇÃO DE VEÍCULO" **FFM 0102-2023-00** – "COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSE II-A" **FFM 0139-2023-00** – "DESENVOLVIMENTO DE ANÁLISE DE RISCO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS PARA ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE DIESEL (TANQUES DE ARMAZENAMENTO)" **FFM 0181-2023-00** – "MANEQUINS PARA TREINAMENTO".

ADJUDICAÇÃO – COMPRAS PRIVADAS

FFM 0953-2022-00 (RC 36.167) ANDRE LUIZ DA SILVA - ELETRICA, 97.519.455/0001-05
FFM 1340-2022-00 (RC 36.662) GERAFORTE GRUPOS GERADORES LTDA, 10.618.016/0001-16
FFM 1528-2022-00 (RC 36.957) SONOROSCOPIO ESTUDIO DE GRAVAÇÃO E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA., 07.050.597/0001-05
FFM 1551-2022-00 (RC 37.014) NEXT MEDICAL COM. E REPRES. DE PROD. MEDICOS LTDA. 35.786.296/0001-00
FFM 1554-2022-00 (RC 37.016) CADEFLEX MOVEIS COORPORATIVOS E ASSISTENCIA TECNICA LTDA, 23.255.614/0001-73
FFM 1630-2022-00 (RC 37.135) GIACOME EMPREITEIRA LTDA, 45.376.561/0001-25
FFM 1684-2022-00 (RC 37.495) KEY – CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA, 03.006.106/0001-90

CANCELAMENTO DE ADJUDICAÇÃO

A FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA, comunica o **CANCELAMENTO DA ADJUDICAÇÃO** do PROCESSO DE COMPRA: **FFM 1518/2022-00**, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de "MARCENARIA PARA FECHAMENTO DAS REGUAS DE GASES", junto a empresa FERNANDO DUARTE GOMES ME – CNPJ 48.493.909/0001-20, tendo em vista que a empresa alegou que houve erro no cálculo do projeto e não atende no preço proposto e declinou

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DAS ELEIÇÕES DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE CIRURGIÕES DENTISTAS - APCD SANTANA

A Diretoria da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas APCD Santana - no uso de suas atribuições e de acordo com os artigos 48, 49, 50,51 e 52 do Estatuto Social em vigor determina e torna pública a data de 24 de maio de 2023 das 14h00 as 21h00, para as Eleições dos cargos de Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, Central e Regionais; Diretor e Vice-Diretor dos Departamentos Científicos e Grupos de Estudos; Representantes das regionais para que em segunda votação os mesmos elegerão os membros titulares do Conselho Deliberativo da APCD (CODEL-APCD Central), referente à gestão 2023/2026.
Membros do Conselho Fiscal (COFI-APCD Central) e Eleitoral (COEL-APCD Central), referente à gestão 2023/2029. Conselheiros dos Conselhos Deliberativo; Fiscal e Eleitoral das Regionais, quando previsto. Conselho Fiscal da APCD Santana, gestão 2023 a 2026, composta por 03(três) membros eleitos. As inscrições deverão ser feitas através de requerimentos próprios, em duas vias, enviados e protocolados na secretaria dos Conselhos da APCD-Central, sito à Rua Voluntários da Pátria, nº 547 – 1º andar, para a Central e na APCD SANTANA, (sito à Rua Voluntários da Pátria, nº 547 – 5º andar – Santana, com o encaminhamento da 1º via dentro do prazo legal.
As inscrições para a Diretoria, Departamento Científico, Grupo de Estudo, serão por chapas Completas e para os Conselhos Deliberativo, Fiscal e Eleitoral individualmente. O Prazo de inscrição encerra-se no dia 27 de março de 2023 às 20:00h na secretaria dos Conselhos da APCD-Central e na APCD SANTANA 20:00h.
Os candidatos ao cargo do Conselho Deliberativo APCD Central, eleitos no primeiro pleito como representantes das respectivas Regionais em 24/05/2023, reunir-se-ão até a primeira quinzena do mês de Junho nas suas respectivas Macrorregiões para elegerem por aclamação dos representantes presentes, os Conselheiros titulares e suplentes (CODEL-APCD), na proporção prevista no artigo 65 do Regulamento Eleitoral combinado com o artigo 41 do Estatuto Social da APCD Central, todo processo eleitoral será organizado pelos coordenadores da Macrorregião e conduzido pelo Delegado Eleitoral indicado pelo COEL Central, que deverá obedecer aos critérios eleitorais definidos no Regulamento Eleitoral da APCD Central.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2023.
Dr. Roberto Di Blasio Dra. Maria Angela Marmo Favaro
Presidente da APCD SANTANA Secretária Geral da APCD SANTANA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DAS ELEIÇÕES DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE CIRURGIÕES DENTISTAS

REGIONAL TUCURUVI.

A Diretoria da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas Regional Tucuruvi, no uso de suas atribuições e de acordo com os artigos 48, 49, 50, 51,52 do Estatuto Social em vigor determina e torna pública a data de 24 de maio de 2023, no horário das 12h00 as 21h00, para as Eleições dos cargos de Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, Central e Regionais; Diretor e Vice-Diretor dos Departamentos Científicos e Grupos de Estudos; Representantes das Regionais para que em segunda votação os mesmos elegerão os membros titulares do Conselho Deliberativo da APCD (CODEL -APCD), referente à gestão 2023/2026. Membros do Conselho Fiscal (COFI-APCD CENTRAL) e Eleitoral (COEL-APCD CENTRAL), referente à Gestão 2023/2029. Conselheiros do Conselho Fiscal da APCD Regional Tucuruvi, Gestão 2023/2026. As inscrições deverão ser feitas através de requerimentos próprios, em duas vias, enviados e protocolados na Secretaria dos Conselhos da APCD-Central, sito à Rua Voluntários da Pátria, nº 547 – 1º andar, para a APCD Central e na APCD Regional Tucuruvi – Rua Montesano nº 14 – Barro Branco- Tucuruvi- São Paulo-Capital- CEP: 02345-060, com o encaminhamento da 1º via dentro do prazo legal. As inscrições para a Diretoria, Departamento Científico, Grupo de Estudo, serão por chapas completas e para os Conselhos Deliberativo, Fiscal e Eleitoral individualmente. O prazo de inscrição encerra-se no dia 27 de março de 2023 às 20:00 horas na Secretaria dos Conselhos da APCD-Central e na APCD Regional Tucuruvi, às 20:00 horas. Os candidatos ao cargo do Conselho Deliberativo APCD Central, eleitos no primeiro pleito como representantes das respectivas Regionais em 24/05/2023, reunir-se-ão até a primeira quinzena do mês de junho nas suas respectivas Macrorregiões para elegerem por aclamação dos representantes presentes, os Conselheiros titulares e suplentes (CODEL-APCD), na proporção prevista no artigo 65 do Regulamento Eleitoral combinado com o artigo 41 do Estatuto Social da APCD Central, todo processo eleitoral será organizado pelos coordenadores da Macrorregião e conduzido pelo Delegado Eleitoral indicado pelo COEL Central, que deverá obedecer aos critérios eleitorais definidos no Regulamento Eleitoral da APCD Central.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2023.
Dr.Paulo Vicente Pagano - Presidente da APCD Regional Tucuruvi
Dr. Mario Elias Daher - Secretário Geral da APCD Regional Tucuruvi

Fênix Empreendimentos S.A.

CNPJ - 51.319.358/0001-12 - NIRE - 35.300.006.194

Edital de Convocação Resumido - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os acionistas de Fênix Empreendimentos S.A. ("Fênix"), para a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 06/03/2023, às 10h00, em sua sede social, na Rodovia SP-304, km 141,5, sala 2, Santa Bárbara d'Oeste, SP, a fim de tratar das matérias descritas no Edital disponibilizado na íntegra nos endereços eletrônicos abaixo indicados. **Aviso**: O presente Edital é feito na forma resumida. As informações completas para a participação dos acionistas na AGOE estão disponíveis no endereço eletrônico do Jornal "O Estado de São Paulo" (Estadão) (https://www.estadao.com.br). Santa Bárbara d'Oeste, 15 de fevereiro de 2023. **Romeu Romi - Presidente do Conselho de Administração.**

2ª Vara de Registros Públicos - EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1071769-81.2019.8.26.0100.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Juliana Dias Almeida de Filippo, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) Maria Florência Garmendia Ferreira, Cristiana Neves Ferreira, Santiago Montealegre Quijano, Alexandre Neves Ferreira, Maria Anita da Rocha Martinez Ferreira, Mara Piut, Alfredo Xavier de Miranda, Helmut Carlos Geraldo Strube, Suzana Strube, Gisela Almeida Tenório de Brito, Luiz Antônio Bento Barbosa, Celia Any Udler Wrona, Espólio de Vicente de Paulo Ferraz e de Maria Antonieta Marques Ferraz, pelo inventariante Luis Paulo Marques Ferraz, Roberto Ciancaruso, Valeria Ciancaruso, Ethevaldo Alfredo Fowler, Manalva P. Fowler, Nelson Luiz da Cunha Zorovich, Suzana Barbosa da Rocha Silva Zorovich, Antonio Luiz de Toledo Pinto, Maria Regina Marinho de Mello Toledo Pinto, Francisco Oliva da Fonseca, Maria Elizabeth Cabral da Fonseca, Espólio de Sonia Pegado Vidigal, pelo inventariante Fabio Vidigal Machado Pedrosa, Priscila Maria Carvalho Ferraz, Rejani Terezinha Carvalho Humphreys, Anderson Humphreys, Eliane Monica Carvalho Goes, Hermano Glosa Goes, Rubem Massula, Ella Rita Perri Monteiro, Gabriela Bueno Garcia, Nilson Gomes de Almeida Junior, Antonio Nolasco Gomes da Silva, Solange Lanzarotti Nolasco, Vera Lúcia Vicale Teixeira Martins (Viúva de Getúlio Teixeira Martins), Antonio Carlos Aloe Armesto, Cintia Maria da Fonseca Soares Armesto, pelo curador Luiz Antonio Armesto, Erich Schuster, Maria Aparecida Decoussau Schuster, Maria da Graça Paiva Santos, Luiz Antonio Giordano, Maria Beatriz Celestino Giordano, Espólio de Decio Ferreira, Marilisa Carvalho das Neves Ferreira, Hilda Fontes Botti, Espólio de Ignacio Hirata, pela sua inventariante Maria Antonieta Hirata, Espólio de Jorge Peirão e Lucilia Ramos Peirão, pela inventariante Solange Ramos Peirão, Irene Buarque de Gusmão, Cláudio Luis Buarque de Gusmão, João Luis Buarque de Gusmão, representado pela viúva- meeira Mônica Pimenta Buarque de Gusmão, Mário Benedito Rocha de Andrade, como inventariante de Mário Carvalho Andrade, Alda Rocha, Donald Ward Mc Darby, Isaura Mc Darby, Debora Goncalves Siqueira, como inventariante do espolio de Fernando Siqueira, Diogenes Gonçalves Doca, Maria Aparecida Ferreira Doca, Fernando Pereira Bueno, Monica Irma Sternberg Pereira Bueno, João Jacques Green, João Antonio dos Santos Quaresma, Rosalie Guedes Quaresma, Alcides de Barros Faro, Maria Claudia Garces Lobo Faro, Espólio de Ivan Alexandre Ferreira Brandão pela inventariante Whilma Therezinha Pierini Brandão, Espólio de Michel Pertsew, na pessoa do inventariante Mihail da Cunha Rego Pertsew, Ana Lucia Grasso Pertsew, João Coelho da Fonseca Filho, Maura Caiuby Novaes, Espólio de Marlene Rosa Soares Lehmann, pelo inventariante Edgar Lehmann, Klaus Dieter Artur Wilhelm Sonnabend, Monika Sigrid Sonnabend, Jose Antonio Perrino, Adriana Lucia Treu Perrino, Mariana Perrino Haddad, Omar Samir Perrino Haddad, Kjell Armas Hermanson, Marianne B. Hermanson, Vivian Wrona, Andrea Wrona, Cláudia Wrona, Alexandrina Espirito Santo Lamanna, na pessoa da testamenteira Neyde Anna Olinda Lamanna Formicola, Nereo Lanza, Gosmo Lamanna, José Eduardo Laterza, Bernardete de Lourdes F. Laterza, Cesar de Paiva Leite, Helena Gibson Jacques, Sebratião Ricardo Carvalho Martins, Alda Maria de Paula Martins, Espólio de Sergio André, pela inventariante Suely Campagnoli, Edgard Lehmann, Luiz Paulo Marques, Condominio Edifício Lody, pelo síndico Francisco de Assis Sapag Arvelos, Edifício The Town Flat Service, por seu repres. Renato Alves Sant-Anna, Willian Michel Trabulsi, Giulianna Perrino Haddad, Ivan Tadeu de Paiva Santos, Carla Aparecida da Silva Brito e Marcelo Neves Ferreira, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Condomínio Edifício Sagitarius ajuizou ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre imóvel situado na Rua Manoel Guedes, 214, Jardim Europa, São Paulo - SP, CEP 04536-070, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem **no prazo de 15 (quinze) dias** úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 14 de julho de 2022.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, expedido nos autos do PROC. Nº 1003292-76.2022.8.26.0269. O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro de Itapetininga, Estado de São Paulo, Dr. APARECIDO CESAR MACHADO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER A TERCEIROS INTERESSADOS NA LIDE que a CIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP move uma Ação de Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 contra Eduardo Kupper, Jairo Sampaio Incane Filho, Ivone Aparecida Kupper Incane, Rita de Cássia de Campos Vieira Kupper, Maria Eduarda Vieira Kupper e Natalia Vieira Kupper, objetivando a posse de uma área que totaliza 241,03 m², sendo uma de 130,63 m² e outra de 110,40 m², correspondente a um lote de terreno denominado "Lote 44", localizado na Rua Sérvulo Vieira da Silva, s/nº, Vila Recreio, no município de Itapetininga/SP, CEP 18214-560, cuja descrição perimétrica e demais características constam no cadastro interno nº 0813/319, no laudo de avaliação administrativo nº 007/2021 – SAEMVIG, e na planta cadastral nº SAEMVIG – 03187/19, cuja propriedade pertence ao polo adverso, vide matrícula nº 37.113 do Ofício de Registro de Imóveis e Anexos de Itapetininga/SP, declarado de utilidade pública conforme Decreto Estadual nº 51.796, datado de 09.05.07. Para o levantamento dos depósitos efetuados, foi determinada a expedição de edital com o prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação no Órgão Oficial, nos termos e para os fins do Dec. Lei nº 3.365/41, o qual, por extrato, será afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Itapetininga, aos 20 de setembro de 2022.

sabesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

FIESP

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocadas as empresas representadas pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, inorganizadas em Sindicato, conforme previsto nos arts. 611, parágrafo 2º e 857, parágrafo único da CLT, para **a Assembleia Geral Extraordinária** a ser realizada no dia **27 de fevereiro de 2023, às 10h**, em primeira convocação, no Edifício-Sede da FIESP, na **Av. Paulista, 1313, 5º andar, sala 520, nesta Capital, ou em segunda convocação**, no mesmo dia e local, às 10h30, destinada a atender aos fins especificados nos arts. 612 e 859 da CLT sobre: **I** - autorizar o recebimento da(s) pauta(s) de reivindicações das categorias profissionais para futuras discussões e deliberações; e **II** - outorgar poderes para a celebração de Convenção Coletiva de Trabalho e/ou Acordo Judicial com as categorias profissionais no âmbito da indústria, inclusive para instaurar dissídio coletivo, ou propor as medidas judiciais cabíveis, abrangendo, também, as hipóteses das normas legais que regulam os movimentos de greve, bem como discussão e deliberação das reivindicações dos trabalhadores e início das negociações das datas-bases janeiro/2023, fevereiro/2023, março/2023, abril/2023, maio/2023 e junho/2023 das referidas categorias profissionais: Mobiliário de Ribeirão Preto; Vigilantes de São Paulo; Alimentação de Bragança Paulista e Atibaia; Extrativas de Metais do Estado de São Paulo; Alimentação de Guarulhos; Telefonistas do Estado de São Paulo; Promotores e Repositores; Movimentadores de Mercadorias de Campinas e Região; Secretárias do ABC; Secretárias de Campinas e Região; Secretárias de São Paulo e Região; Técnicos de Segurança do Estado de São Paulo; Pinturas representados pela CUT, pela FETICOM e pelo SINTRACOM; Mobiliários representados pela FETICOM e Sindicatos Profissionais ligados; Mobiliários representados pela FSCM-CUT e Sindicatos Profissionais ligados; Mobiliário Guaratinguetá e Tambaú; Mobiliário de Tupã; Mobiliário de Campinas; Mobiliário de Mococa; Condutores de Bauru; Condutores de Jundiaí; Condutores de Piracicaba; Condutores do ABC; Condutores de Americana; Engenheiros do Estado de São Paulo; Industriários Inorganizados; Engenheiros Químicos do Estado de São Paulo; Contabilistas de Piracicaba. **A referida Assembleia ocorrerá de forma híbrida, conforme autorizado pelos Estatutos desta Federação.** Os representados que optarem em participar por meio eletrônico deverão solicitar a chave de acesso através do e-mail: cassind@fiesp.com.br.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023
Josué Christiano Gomes da Silva
Presidente

Felipe Matos felipe@felipematos.net

Dilemas éticos da IA

Qual é a melhor receita de bolo de chocolate? Quem foi o maior presidente do Brasil? Escreva um poema exaltando Adolf Hitler. Faça uma carta defendendo a criminalização de pessoas LGBTs. Esses são alguns comandos controversos que podem ser feitos para inteligências artificiais (IAs), como o ChatGPT. Há muitas questões éticas, políticas, ideológicas, culturais e até religiosas envolvidas e que precisam ser consideradas na forma como a IA elabora respostas que envolvam temáticas polêmicas.

O pesquisador David Rozado acompanhou algumas das respostas polêmicas do ChatGPT e demonstrou um viés de esquerda em suas respostas, num experimento no começo do ano. Ao ser repetido, em versões posteriores, o experimento mostrou que as respostas passaram a ser mais neutras. Isso mostra que os criadores das inteligências conseguem regular o viés político e ideológico das respostas de suas IAs, o que, por si só, também é muito controverso.

Vieses podem ser construídos no treinamento das IAs, que acabam reproduzindo conclusões preconceituosas baseadas nos dados com os quais elas foram treinadas, como a de que homens são mais produtivos do que mulheres ou que pessoas negras têm maior chance de serem criminosas.

> *É preciso avançar nas discussões para que possamos aproveitar a tecnologia*

Uma solução para os possíveis vieses da IA não é trivial, já que se trata de questões complexas para a qual, muitas vezes, não há respostas certas ou erradas. Nesse sentido, um grupo de pesquisadores do Google defende a abordagem NORA (*not one right answer*) – algo como "não há uma única resposta certa" em tradução livre. Essa abordagem defende que a IA não deve ser enfática e afirmativa ao dar respostas para temas abertos e polêmicos. Ao contrário, deve buscar mostrar que se trata de uma questão aberta, que abrange múltiplos pontos de vista.

Essas questões demonstram o quanto ainda é preciso avançar na discussão ética da IA, que vai muito além de respostas a textos. Os algoritmos cada vez mais tomam decisões por nós, que impactam em questões como o valor de empresas na Bolsa de valores, ou em como um carro autônomo deveria reagir no caso de um acidente – priorizar a segurança de seus ocupantes ou de possíveis vítimas pedestres?

É preciso avançar nessa discussão para, por um lado, aproveitar os avanços da tecnologia e, de outro, proteger a segurança das pessoas, mas isso traz dilemas e desafios também sem respostas definitivas, para governos, entidades de proteção à privacidade e para os próprios desenvolvedores das tecnologias. ●

ESPECIALISTA EM EMPREENDEDORISMO, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO. É CONSULTOR, PALESTRANTE E SÓCIO DA FACULDADE SIRIUS

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles (**revezam quinzenalmente**) ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko (**quinzenalmente**) ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska (**revezam quinzenalmente**) e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros (**quinzenalmente**) e Affonso Celso Pastore (**quinzenalmente**); Paulo Leme (**1º domingo do mês**), Roberto Rodrigues (**2º domingo do mês**), Albert Fishlow (**3º domingo do mês**) e Gustavo Franco (**último domingo do mês**)

Tecnologia **Nova fronteira**

Cada vez mais presentes, robôs mudam a cara da construção civil

Crise com falta de mão de obra impulsiona onda de inovação, que promete tornar os canteiros de obras muito mais seguros

WASHINGTON

Escavadeiras de valas autônomas. Drones que recriam digitalmente prédios. Dispositivos que lembram Roombas (aspirador de pó automático) e descrevem onde cada viga deve ficar no solo.

O canteiro de obras do futuro já existe, com casas, prédios de escritórios e instalações industriais erguidos em todo o país com robôs capazes de assentar tijolos, instalar drywall e amarrar vergalhões. Essas máquinas estão entrando em ação em um momento no qual o setor de construção passa por uma grande mudança.

Enquanto isso, startups oferecem ainda mais recursos para o segmento, incluindo robôs construtores que fazem levantamento topográfico e supervisionam obras, assim como maquinários pesados que podem operar por conta própria.

"Os robôs construtores são um ótimo exemplo de como a tecnologia da robótica vai afetar a vida das pessoas", disse Matthew Johnson-Roberson, diretor do Instituto de Robótica da Universidade Carnegie Mellon.

BUILT ROBOTICS

Robôs podem desempenhar ações repetitivas, como cavar valas

> *"Os robôs construtores são um ótimo exemplo de como a tecnologia da robótica vai afetar a vida das pessoas"*

> *"Na verdade, eles (robôs) são peças novas de equipamentos pesados que agora têm sensores melhores e podem fazer coisas que os humanos teriam que fazer"*
> **Matthew Johnson-Roberson**
> **Instituto de Robótica da Universidade Carnegie Mellon**

Uma crise no setor impulsiona a onda de inovação. As despesas com obras estão crescendo, mas milhares de postos de trabalho continuam vagos. Aqueles atuando no setor estão envelhecendo e às vezes trabalhando em condições terríveis. Em meio a isso, verbas federais estão sendo destinadas à construção de uma infraestrutura melhor.

A confluência de fatores criou uma situação na qual mais construtoras estão recorrendo a robôs para automatizar o trabalho nos canteiros de obras. Mesmo assim, a enxurrada de atividades levou vários especialistas do mercado de trabalho a ficarem preocupados com a possibilidade de que isso provoque a perda de empregos ou uma situação na qual as pessoas trabalhando ao lado desses robôs precisem desempenhar tarefas de forma mais rápida e em ambientes de trabalho menos seguros.

USO COMUM. Os robôs não são novidade na indústria. A Amazon usa uma série deles em suas operações, desde o primo do Roomba, o Kiva, que leva pacotes de um canto a outro, ao Sparrow, que segura coisas com destreza semelhante à humana.

Elon Musk, como muito se sabe, prometeu que automatizaria as fábricas da Tesla e recentemente apresentou o protótipo do robô humanoide Optimus, cujo objetivo é redefinir o trabalho físico. Há pouco tempo, o Google mostrou robôs movidos por inteligência artificial que ajudam humanos com tarefas do dia a dia. Alguns deles até mesmo aprendendo a como fazer batata frita.

Mas a dinâmica no setor de construção tem sido diferente, disse Johnson-Roberson.

Projetos de grande escala, como represas, pontes e estradas viram uma adoção mais rápida da tecnologia robótica, porque as tarefas costumam ser mais fixas e exigem menos destreza. Já as construções de imóveis têm feito isso de modo mais lento, pois muitas das atividades demandam coordenação motora fina, as quais os robôs têm mais dificuldade de realizar.

Entretanto, é pouco provável que os canteiros de obras vejam robôs humanoides martelando pregos em pedaços de madeira, disse Johnson-Roberson. Em vez disso, os avanços em tecnologias de telemetria com lasers, softwares de inteligência artificial, hardware robótico e sensores provavelmente entrarão em ação para automatizar tarefas maiores, como cavar, fazer levantamento topográfico, despejar concreto e levar coisas grandes de um canto a outro.

"Isso não é inteligência artificial comum", afirmou. "Não é como se pudéssemos fazer tudo ou os robôs conseguissem agir como um humano. Na verdade, eles são peças novas de equipamentos pesados que agora têm sensores melhores e podem fazer coisas que os humanos teriam que fazer" dando inúmeros passos complexos.

PERSPECTIVA. Nik Theodore, diretor do Centro para o Desenvolvimento Econômico Urbano da Universidade de Illinois em Chicago, disse que os robôs podem ser promissores se conseguirem automatizar tarefas rotineiras, muitas vezes causadoras de acidentes e mortes, atribuídas aos trabalhadores "num setor perigoso com grande número de óbitos".

No entanto, para ele, a preocupação é "a tentação" pela automação acelerar o ritmo de trabalho e aumentar a exaustão dos profissionais, levando a uma situação na qual esgotamento e lesões ocorrem mais, e não menos. Isso poderia "fazer uma solução para deixar o canteiro de obras menos perigoso, na verdade, mais perigoso". ● THE WASHINGTON POST/TRADUÇÃO DE ROMINA CÁCIA

AS STARTUPS PARA FICAR DE OLHO EM 2023. PÁGs C6 e C7

Cinema *Bastidores*

‘Dá Licença de Contar’ celebra Adoniran Barbosa e seus personagens

‘Estadão’ passeia pela vila do sambista, Itororó, onde Pedro Serrano e a produtora Pink Flamingo rodam o filme que tem Arnesto, Iracema e Joca

MATHEUS MANS

No mês passado, a reportagem do **Estadão** viveu uma experiência diferente: mergulhou na imaginação e na criatividade do cantor e compositor paulistano Adoniran Barbosa (1910-1982). Como? Visitando o set de filmagens de *Dá Licença de Contar*, filme de ficção que deve estrear até o início de 2024, inspirado não apenas na vida de João Rubinato – nome real de Adoniran – como também nas histórias, às vezes ficcionais, que contava nos seus sambas.

Por São Paulo
A história do filme não se limita ao Bexiga. Há o Centro, o Brás, Santos e a Vila Maria Zélia

Esse clima, que parece nos colocar diretamente dentro da cabeça do sambista, aconteceu por uma decisão de Pedro Serrano e da produtora Pink Flamingo Filmes. Em vez de recriar cenários em um set de filmagens distante e gelado, boa parte de *Dá Licença de Contar* está sendo filmada na Vila Itororó, centro cultural de São Paulo, com casas da década de 1920. É um espaço histórico que lembra uma cidade que não existe mais.

Logo na entrada, na Rua Maestro Cardim, está o interior da maloca de Adoniran – um tanto maltratada, mas que continua de pé, mostrando sua permeabilidade ao tempo. Logo abaixo vem a residência de Iracema, uma casinha de pensão do século passado. Há ainda a fachada da casa da *Saudosa Maloca* e o botequim Black Tie – onde Adoniran e dois de seus personagens, Joca e Mato Grosso, bebiam cerveja gelada ao som de *Vila Esperança*.

“A gente não quis ficar realmente atento aos fatos da história do Adoniran. É um filme com liberdade”, explica o diretor, durante a visita do **Estadão** ao set de filmagens no Centro Cultural Vila Itororó. “Tinha o desejo de falar sobre quem era o Adoniran, lembrar do João, mas, principalmente, celebrar sua imaginação, sua criatividade, esses personagens que se tornaram parte da nossa memória. É o Arnesto, a Iracema, o Joca, o Mato Grosso.”

ELENCO DE PESO. Com isso, percebe-se que *Dá Licença de Contar* amplia o que já havia sido mostrado por Pedro Serrano no curta-metragem. Uma biografia com liberdades ou seria uma liberdade criativa com toques de biografia? “Quase não tem João Rubinato aqui”, indica o cineasta.

Vivendo esses personagens, um elenco que também estava na tela do curta premiado no Festival de Gramado. Paulo Miklos faz Adoniran, Gero Camilo é Mato Grosso e Gustavo Machado, o Joca, companheiros do compositor. “É muito bom ter esse mergulho na mente do Adoniran, do João. Era uma figura muito emblemática, muito paulistana, que se embaralha com a nossa história”, diz Paulo Miklos.

“No curta-metragem, nós já começamos a construir esses personagens. A gente tirou das músicas e deu vida a eles. Agora, com o longa, tivemos a oportunidade de mergulhar mais fundo no que cada um desses personagens traz de memórias, de vida”, explica Gero Camilo, ator que vive Mato Grosso, ao **Estadão**. “Meu personagem tem nome de Estado. Então, a gente cria relação não só com São Paulo, mas com o Brasil como megalópole.”

JOÃO OLIVEIRA

OSWALDO JURNO / ESTADÃO – 21/9/1979

1. Gustavo Machado, Paulo Miklos (C) e Gero Camilo vivem o trio central da história em ‘Dá Licença de Contar’
2. O cantor e compositor Adoniran Barbosa, em 1979

“É mergulho na mente do Adoniran, do João. Era uma figura muito emblemática, muito paulistana, que se embaralha com a nossa história”
Paulo Miklos
ator

Com isso, *Dá Licença de Contar* tem um pé no passado e outro no presente. De um lado, relembra a história de Adoniran, dessas músicas que estão no fundo de nossa memória, das malocas que caíram. Do outro, essas mudanças do espaço, daquele prédio enorme e espelhado que tomou conta do terreno de Mato Grosso e Joca – e que causou estranhamento até para Adoniran quando apresentou o Bexiga a Elis Regina.

COMO PAISAGEM. No entanto, engana-se quem pensa que *Dá Licença...* vai se limitar ao Bexiga. Além de a história ser um Brasil, como Camilo destacou, outros espaços serão aproveitados – como Santos, centro de São Paulo, Vila Maria Zélia e Brás. “É a cidade como paisagem”, diz o diretor.

“Teremos essa questão do cronista social Adoniran bem mais aprofundada. É a viagem do eu lírico, do Mato Grosso e do Joca, passeando por uma São Paulo que não existe mais”, acrescenta. “Não é cinebiografia, é o Adoniran vivendo novos fatos.” ●

Direto da Fonte
Gilberto Amendola

gilberto.amendola@estadao.com

MARCELA PAES | MARCELA.PAES@ESTADAO.COM
PAULA BONELLI | PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM
SOFIA PATSCH | SOFIA.PATSCH@ESTADAO.COM

PILAR OLIVARES/REUTERS

Artista participou do último Rock in Rio em setembro de 2022

Luísa Sonza é convidada do trio elétrico do TikTok

O TikTok irá marcar presença no carnaval de Salvador, com camarote e trio elétrico. O trio sai no circuito Barra/Ondina, na sexta-feira. Ele será comandado pelo Timbalada – e contará com a participação de Luísa Sonza, Majur, Gaby Amarantos, Os Quebradeiras e outros. Além disso, o TikTok convidou produtores de conteúdo para compartilhar suas experiências no trio e no Camarote Salvador (patrocinado pela marca) dentro da própria plataforma. Entre os influenciadores estão Ivan Baron, Pk, Renata Santti, Thallysson e Lore Improta. De acordo com Julia Araujo, líder de marketing de marca na América Latina, "fazer parte da maior festividade do País é a prova de que as pessoas estão se encontrando dentro e fora do aplicativo".

Margareth Menezes em 'Canto ao Tempo'

Atual ministra da Cultura, Margareth Menezes poderá ser vista no Canal Bis, na série *Canto ao Tempo*, onde fala, entre outros assuntos, sobre suas raízes musicais e a relação com a Bahia. Ela canta também os sucessos da carreira em uma versão especial para a atração, entre eles, *Faraó (Divindade do Egito)* e *Minha Diva Minha Mãe*. A série estreia no próximo dia 20 e conta com cinco episódios que serão exibidos diariamente às 20h30.

REUTERS/ANDRESSA ANHOLETE

Show

CHRISTOPHER FERGUSON

Lembra do Hoodoo Gurus? Eles estão voltando...

Quem foi adolescente nos anos 1990 vai lembrar da banda australiana Hoodoo Gurus. Ícone da surf music, o grupo vem ao Brasil em abril. Depois de 25 anos, eles irão sair em turnê para promover o álbum *Chariots of the Gods*. No País, eles se apresentam em cinco cidades. Em São Paulo, o show será no dia 12/4 no Vibra SP. No Rio, dia 14/4 no Qualistage.

Bloco de Notas

● **MAIS TEMPO.** Devido ao sucesso de visitação, a exposição *Tecnologia em Movimento por Xiborg* terá seu período em cartaz estendido até dia 5 de março no segundo andar da Japan House SP na Avenida Paulista. A exposição já recebeu mais de 111 mil pessoas.

● **FESTIVAL DE VERÃO.** Os grupos musicais formados por bolsistas do 2º *Festival de Verão de Campos do Jordão*, do Governo do Estado de São Paulo, gravaram na última semana um vídeo clipe profissional no Estúdio da Sala São Paulo. Esses vídeos estão publicados no canal do festival no YouTube, ficando disponíveis para votação do público até o final do próximo dia 19.

● **FESTIVAL DE INVERNO.** Por fim, os dois vídeos (de Música Popular e Música Clássica) que tiverem o maior número de curtidas no canal do festival receberão, cada um, o prêmio de R$ 20 mil – além de serem convidados para uma apresentação no 53º *Festival de Inverno de Campos do Jordão*, que ocorre em julho deste ano na cidade serrana.

IARA MORSELLI

1. Patrick Doering e Thomas Azulay no baile de carnaval da Vogue. 2. Dudu Bertholini e Roberta Close. 3. Brunna Gonçalves, Ludmilla e Sabrina Sato. 4. Leandra Leal e Thalles Bretas. Na última sexta-feira, no Copacabana Palace, no Rio de Janeiro.

FOTOS LUCIANA PREZIA

Roberto DaMatta

Por que carnaval?

Nasci no país do carnaval que já chegou com força. Festa das licenças fantasiosas. Mamãe, pianista, descrevia musicalmente os bailes de carnaval do Teatro Amazonas, da saudosa Manaus de sua mocidade. Ela salientava a música de carnaval e as fantasias – esta possibilidade de sair de si mesmo facultada como um direito no governo de Momo.

"Seu tio Marcelo", dizia mamãe, "fez sucesso fantasiado de filho do xeque, imitando com perfeição o ator Rodolfo Valentino!". Anos depois, fiz o mesmo, quando me fantasiei de pirata e marinheiro. Soa ridículo, mas até hoje usamos dessa licença carnavalesca de "virar" outra pessoa num sistema no qual a maioria nasce e morre – rico ou pobre, empregado ou patrão, povo ou político – do mesmo jeito!

Pode-se, então, perguntar com ingenuidade antropológica: não seria o poderoso impulso de "virar" um outro – e sobretudo um contrário – o fator que mais concorre para fabricar o carnaval?

As fantasias femininas são ainda mais reveladoras. As mulheres, policiadas por suas famílias e maridos, podiam vestir-se e desvestir-se como havaianas e odaliscas, tal como hoje elas surgem como sambistas – desfilando como rainhas de suas escolas de samba. E os homens, eis um ponto cego, podiam romper com o tabu e experimentar ser mulher ao menos na fantasia.

No carnaval, o canto substitui o sermão, o discurso e a admoestação própria dos genitores e dos "caga-regra" que reiteradamente elegemos para nos redimir. No carnaval, a censura é trocada pelo direito de cantar o que e quem se quiser.

Há, nesse ritual de reversão, um voluntarismo legítimo e risonho. Desaparece o "você sabe com quem está falando?" e surge o "advinha quem eu sou?" do mascarado que abusa de sua paciência, pois como não saber quem somos e falamos nesse nosso universo inconscientemente escravocrata? Por isso, as classes dominantes e os que sabem tudo odeiam o carnaval que, dizem, aliena o povo...

Traço curioso: o carnaval inibe a comida na sociedade dos banquetes. Nele, vale o "espírito" – o nobre, edificante e líquido álcool. Tal como nas batalhas de esguichos do Entrudo, nele, os grupos polarizados em senhores e escravos batalhavam com água! Liquidificava-se a hierarquia, do mesmo modo que, nos tempos de democracia limitada pelo legalismo, as serpentinas criavam elos de papel colorido...

Na montagem desse alívio de confete da opressão das castas nacionais, a ausência de comer e de mesas é significativa. Em contraste radical com outras "festas", o carnaval suprime a comida e, com isso, liquida centros. Sem as mesas postas que congregam e excluem, o mundo fragmenta-se e surge uma igualdade pulverizada, mas benfazeja, cujo maior símbolo é esse confete que até hoje permeia nossas esperanças de transformação. ●

É ANTROPÓLOGO, ESCRITOR E AUTOR DE 'CARNAVAIS, MALANDROS E HERÓIS'

SEG Pedro Venceslau **(quinzenal)** e Simião Castro **(quinzenal)** ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal, Roberto DaMatta e Maria Fernanda Rodrigues ● **QUI.** Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)** ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões **(quinzenal)** e Daniel Martins de Barros **(quinzenal)** ● **DOM.** Leandro Karnal, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum **(mensal)** e Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

Cinema *Premiação*

Danielle Deadwyler diz que houve racismo nas indicações para o Oscar

Além da atriz, antes cogitada por sua atuação em 'Till', a Academia também não nomeou Viola Davis

JAKE COYLE
ASSOCIATED PRESS

LYNSEY WEATHERSPOON/ORION PICTURES

Danielle Deadwyler, como a mãe em 'Till': contra 'o racismo e seus efeitos prolongados' na sociedade

Danielle Deadwyler diz que o racismo e a misoginia desempenharam papel fundamental nas indicações para o Oscar deste ano, no qual ela e Viola Davis foram negligenciadas na categoria de melhor atriz.

Quando se esperavam as indicações, divulgadas no mês passado, Deadwyler foi amplamente vista como uma provável indicada por sua atuação elogiada no papel de Mamie Till-Mobley no filme *Till – A Busca por Justiça*. Mas a categoria de melhor atriz, talvez a mais concorrida deste ano, não saiu como o esperado: tanto Deadwyler quanto Davis ficaram de fora.

Davis, quatro vezes indicada ao Oscar e uma vez vencedora por sua atuação em *Um Limite entre Nós*, foi celebrada pelo épico histórico *A Mulher Rei*. Deadwyler foi indicada para o Screen Actors Guild Awards e para o Bafta (o prêmio do cinema inglês) na corrida para as indicações para o Oscar, e ganhou o prêmio de melhor atuação principal no Gotham Awards.

O fato de duas atrizes negras proeminentes terem sido desprezadas pelo Oscar foi visto por alguns como um reflexo do preconceito racial na indústria cinematográfica. No dia seguinte às indicações para o Oscar, a diretora de *Till*, Chinonye Chukwu, postou no Instagram: "Vivemos em um mundo e trabalhamos em uma indústria que são agressivamente comprometidos em defender a brancura e perpetuar uma *misoginoir* descarada em relação às mulheres negras".

PRECONCEITO. *Misoginoir*, termo cunhado pela autora e ativista feminista negra *Moya Bailey*, refere-se à misoginia e ao preconceito dirigido às mulheres negras.

Questionada sobre sua reação a esse comentário em um episódio do podcast *Kermode & Mayo's Take*, postado na sexta-feira, Deadwyler concordou convictamente com Chukwu. "Estamos falando de pessoas que talvez tenham optado por não ver o filme. Estamos falando de *misoginoir*, como se isso viesse de todas as formas, seja direta ou indireta", enfatizou Deadwyler. "Isso impacta quem somos."

Branquitude
No Instagram, diretora de 'Till' criticou 'uma indústria comprometida em defender a brancura'

E ela foi adiante: "Acho que a questão é mais sobre as pessoas que vivem na branquitude, a avaliação dos brancos sobre os espaços pelos quais são privilegiados". Em seu entender, "isso existe na esfera governamental – pode existir na social, seja global ou nacional".

O fato de Deadwyler e Davis terem sido esquecidas em uma indicação para o Oscar é parte do que alimentou a reação inicial à campanha popular repleta de estrelas para a atriz Andrea Riseborough. Depois de uma série de exibições de celebridades (uma característica regular da temporada de premiações de Hollywood), Riseborough inesperadamente conseguiu uma indicação por sua atuação no drama independente *To Leslie*, ao lado de Michelle Yeoh (*Tudo em Todo Lugar ao Mesmo Tempo*), Cate Blanchett (*Tár*), Ana de Armas (*Blonde*) e Michelle Williams (*Os Fabelmans*).

Depois que a Academia de Artes e Ciências Cinematográficas anunciou uma investigação sobre a campanha de Riseborough, não encontrou razão para descartar sua indicação ou tomar qualquer outra ação – embora Bill Kramer, presidente da academia, tenha dito que algumas mídias sociais e táticas de campanha de divulgação "causaram preocupação".

Mas a conversa continuou, sobre como dinheiro, raça, status e conexões podem influenciar as campanhas de premiação. A diretora de *A Mulher Rei*, Gina Prince-Bythewood, disse no início desta semana que questionou como as pessoas na indústria cinematográfica estão usando seu capital social.

CAPITAL SOCIAL. "As pessoas gostam de dizer: 'Bem, Viola e Danielle tinham estúdios por trás delas'. Mas vimos claramente que o capital social é mais valioso do que isso", advertiu Prince-Bythewood ao *The Hollywood Reporter*. E emendou lembrando que "esse tipo de poder é exercido de forma mais casual nos círculos sociais, onde as pessoas são seus amigos ou conhecidos. Pode haver diversidade em seus sets, mas não em suas vidas. E nós, mulheres negras nessa indústria, não temos esse poder."

Deadwyler, que a Associated Press definiu como uma das figuras inovadoras do ano passado, afirmou no podcast que era responsabilidade de todos garantir um campo de jogo igualitário. "Ninguém está isento das questões do racismo e de não saber que existe a possibilidade de seu efeito prolongado nos espaços e na instituição", disse a atriz. ●

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Os milagres
Data estelar: Vênus e Netuno em conjunção

Te passam despercebidos todos os milagres que acontecem enquanto te sentes no domínio da realidade que construíste, somente percebes os que operam quando estás no fundo do poço, amargando circunstâncias opressivas e vexaminosas. Os milagres acontecem o tempo inteiro, mas porque nossa humanidade só considera os que, com forte evidência, demonstram que algo acima da natureza se manifesta e toma conta, todos os outros são dados por garantido, explicados pelas leis racionais da ciência.

Nossa condição é um milagre, existimos protegidos do vazio do céu por uma fina camada de atmosfera, e a força gravitacional nos protege de sermos catapultados a esse vazio, mas nós não chamamos isso de milagre, o explicamos como algo natural, como se a natureza fosse a dimensão onde a magnificência da operação do Universo deixa de ser. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4

Os milagres acontecem com mais frequência do que se supõe, mas como nossa humanidade os espera com tonalidade sobrenaturais, deixa de perceber as maravilhas que acontecem enquanto isso. Procure prestar atenção.

TOURO 21-4 a 20-5

As coincidências que chamam a atenção não merecem esse nome que as desvaloriza, porque elas são a maneira misteriosa de o destino se apresentar a você, indicando caminhos que de outra forma seriam despercebidos.

GÊMEOS 21-5 a 20-6

A sorte é mal compreendida, porque se chama de sorte aquilo que não se pode explicar, mas que, se pensar melhor, seria possível encontrar uma explicação, mesmo que estapafúrdia. Desfrute da sorte, mas explique também.

CÂNCER 21-6 a 21-7

Quando a mente se abre a novos conceitos, mesmo que não consiga compreender de imediato o que percebe, ainda assim é possível sentir que se colocou os pés num caminho ascendente e libertador. Abra a mente, experimente.

LEÃO 22-7 a 22-8

O regozijo que advém de sonhar coisas lindas é buscado pela alma humana, e quando acontece é toda uma experiência em si mesma, que atiça a mente para se lançar à aventura de realizar o que foi sonhado. Processo essencial.

VIRGEM 23-8 a 22-9

A maior prova de evolução espiritual que um ser humano pode dar é ser capaz de celebrar o sucesso alheio como se fosse o próprio, uma condição difícil, que acontece na outra margem da normalidade da inveja e do ciúme.

LIBRA 23-9 a 22-10

Acontecem coisas que não se pode explicar direito, mas que provocam impacto profundo na alma, portanto, não podem ser desconsideradas, porque é impossível fingir que não se percebeu o que se percebeu.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

Seja você, sem máscaras nem véus, e observe os resultados, porque o verdadeiro espelho é esse, o da realidade dos olhares que reagem aos seus movimentos. Seja você, experimente a transparência por algumas horas.

SAGITÁRIO 2-11 a 21-12

Nem sempre se encontra paz e sossego nos lugares onde supostamente deveriam ser encontradas essas condições, mas quando a alma busca conforto e segurança, em algum lugar hão de ser buscadas essas virtudes.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

Quando a mente está em harmonia, imagens de rara beleza surgem e se instalam, dando vontade de as compartilhar, mas encontrando na linguagem uma enorme limitação, porque, como caberia tanta beleza em palavras?

AQUÁRIO 21-1 a 19-2

Sonhar e nada fazer para realizar os sonhos, eis a mais segura fórmula para você se decepcionar. Na mesma medida dos sonhos que produzem regozijo em sua alma há de ser a ação empreendida para realizar o que sonha.

PEIXES 20-2 a 20-3

A beleza não está nas formas, mas na essência que se irradia ao mundo através das formas. Se você busca produzir beleza, então, em primeiro lugar precisa encontrar essa beleza em seus pensamentos e sentimentos.

Djalma Limongi Batista 1947-2023

Morre o cineasta que apostava nos pequenos detalhes da vida

OBITUÁRIO

MUSEU BRASILEIRO DE RÁDIO E TELEVISÃO

UBIRATAN BRASIL

Quando lançou o filme *Asa Branca – Um Sonho Brasileiro*, em 1981, o cineasta Djalma Limongi Batista tratou de um assunto caro aos brasileiros (o futebol), mas com olhar delicado e até ousado, ao mostrar Edson Celulari (que vivia um jogador que sai de um pequeno time paulista e vai até a Copa do Mundo) nu no Maracanã. É a cena mais emblemática do primeiro longa de Batista, que morreu nesta terça, 14, em São Paulo, aos 75 anos. A causa não foi informada.

Ali, o cineasta revelou a originalidade de seu olhar, pois o foco estava no jogador e não no esporte, o que justifica a trama se concentrar no lado humano do personagem.

O "outro", na verdade sempre interessou Batista, cuja estreia no cinema se deu com o curta *Um Clássico, Dois em Casa, Nenhum Jogo Fora*, de 1968, uma das primeiras obras brasileiras a retratar uma relação homossexual no cinema.

Nascido em Manaus, ele dirigiu ainda os longas *Brasa Adormecida*, de 1986, e *Bocage: O Triunfo do Amor*, de 1998, sobre o poeta português. Sobre este último, Luiz Zanin Oricchio, crítico do C2, escreveu: "filme em que o delírio e mesmo o exagero visual parecem funcionais para colocar na tela o que supunha fosse o universo mental e expressivo do poeta". ●

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Mauricio de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO *"Todos os dias há algo de que se despedir para sempre"* Alan Pauls

1 livro por semana

Maria Fernanda Rodrigues

O coração às vezes para de bater

Palavras podem ser "estranhas, difíceis e feias", diz o protagonista de *O Coração às Vezes Para de Bater*. Como quando ouvimos uma notícia para a qual não estamos preparados, ou não temos recursos. Mas as palavras nos ajudam a organizar o caos. E é por isso, para entender e suportar a vida que de repente fica séria demais, para lidar com coisas de nomes difíceis e feios, que ele escreve.

O personagem desta breve ficção de Adriana Lisboa não sabe "como começar a escrever o que queria, ou precisava, escrever". Ele tampouco sabe, de verdade, para quem escreve e se aquilo será de fato uma carta. "Se for uma carta, para ser mesmo carta, ela precisa ser lida. Não precisa?", questiona no começo, e repete depois.

O livro, lançado originalmente em 2007, volta agora às livrarias pela Maralto – sem o skate que aparecia na capa nas primeiras edições e que dava uma cara mais juvenil à obra. O leitor, adolescente ou não, vai encontrar nesta novela uma sensível história de amadurecimento.

O Coração às Vezes Para de Bater
Autora: Adriana Lisboa
Editora: Maralto
88 págs.;
R$ 44,90

O narrador é um garoto que acaba de fazer 15 anos. Vive com os pais e a irmã num apartamento apertado no bairro do Catete, no Rio. Está às voltas com a descoberta do amor e com sua primeira perda.

Em seu texto, o garoto se dirige a alguém que ele acabara de conhecer na rua e com quem dividiu momentos e conversas sobre skate – um interesse compartilhado pelos dois. Um novo amigo, numa fase em que é difícil fazer amizade.

Ele relembra este encontro ao mesmo tempo que vai se abrindo e contando sobre si. Fala também, e muito, de Paloma, sobre o dia em que a viu pela primeira vez na praia, sozinha. Silêncio e mar: a primeira vez que seu coração parou. E descreve a amizade inesperada que nasceu com aquela manhã, virou amor e o levou, um dia, a pensar em futuro.

É do quarto dela que ele escreve, um refúgio que ele não encontra em seu próprio lar. Este é, também, um livro sobre um adolescente buscando um lugar. E respeito, afeto e conforto emocional. "Na minha casa, quando as coisas não são ditas aos berros, elas simplesmente não são ditas", ele escreve, e diz que se vê como um estranho, entre estranhos. "Quando é que falamos verdadeiramente de nós mesmos, de nossas vidas, daquilo que faz nossos corações baterem ou pararem de bater?", divaga.

Um livro sobre um garoto tentando dar conta, sentindo as dores do crescimento, vivendo o que há para viver enquanto tenta entender o compasso da vida: por que as coisas acontecem de um jeito e não de outro? Por que o coração às vezes para de bater? ●

JORNALISTA ESPECIALIZADA EM LITERATURA

SEG Pedro Venceslau (**quinzenal**) e Simão Castro (**quinzenal**) ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal, Roberto DaMatta e Maria Fernanda Rodrigues ● **QUI.** Luciana Garbin (**quinzenal**), Patrícia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva (**quinzenal**) ● **SAB.** Sérgio Augusto (**quinzenal**), Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões (**quinzenal**) e Daniel Martins de Barros (**quinzenal**) ● **DOM.** Leandro Karnal, Sérgio Augusto (**Aliás, quinzenal**), Milton Hatoum (**mensal**) e Ignácio de Loyola Brandão (**quinzenal**)

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas http://bit.ly/3xhDLvH

- Caderno que ensina a preparar as refeições
- Modalidade principal dos Jogos Olímpicos
- Grande monte de sal
- A parte de cima da fração
- Isabela Garcia, atriz
- Telefone (abrev.)
- (?) qual: exatamente igual
- Tempero tradicional da pizza
- Significado do "I" de INSS
- Descendentes
- Prender o suspeito pelos pulsos
- Maluco (gíria)
- Opõe-se ao "off"
- Condição hemorrágica hereditária
- Inativa; fora de uso
- Não feio
- As da arara são coloridas
- Coletivo de pintos
- Sílaba de "nível"
- O paraíso bíblico
- Artigo de contrato
- T R I
- Delicado; singelo
- Intenção maldosa
- Tricampeão (red.)
- Coordenação (?), habilidade corporal
- Grande porção de água salgada
- Passa pelo filtro (o café)
- (?) farpado, proteção de cercas
- Tim Maia, cantor brasileiro
- A menor flexão verbal (Gram.)
- Conjunto de parentes
- Pasta para sanduíches
- Unidade de venda de leite (símbolo)
- Consoantes de "viro"
- Selva; floresta
- Fecho de calças jeans
- No alto
- Olívio Dutra, político
- Vogais de "folha"
- Amarrado; juntado
- Cosmético labial
- Matriz da firma (pl.)
- Código da pilha palito

BANCO 2/on. 3/aaa. 4/ma-fé. 5/prole. 7/orégano. 9/hemofilia.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS

Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você

Para letras iguais, números iguais. Nas casas em destaque, uma medicação diurética normalmente utilizada para o tratamento da hipertensão arterial e do inchaço devido à acumulação de fluidos.

Objetos antigos e sem valor.	1	2	3		4	5	6	4
Protegido de qualquer dificuldade.	4	7	5		8	4	9	10
As atletas em busca de patrocínios.	4	11	4		10	5	4	12
Aquele que realiza um trabalho.	10	13	2		4	9	10	5
Veículo que foi moda nos anos 1950 e 1960.	11	10	14		15	2	14	4
Assinalaram.	11	4	5		4	5	4	11
Causar dano ou sofrimento a.	6	15	16		6	8	6	5
Item do exame de motorista (pl.).	11	4	15		7	5	4	12
Diz-se dos olhos fixos e sem brilho, que revelam intensa concentração.	1	6	9		4	9	10	12
Danificado propositalmente.	12	4	7		14	4	9	10
Tablete medicinal.	13	4	12		6	3	17	4
Cansado.	16	4	14		8	4	9	10
Inflamação do fígado.	17	2	13		14	6	14	2
Da cor do chumbo.	18	6	15		2	15	14	10
Roupa de dormir.	18	4	11		12	10	3	4
Curativo de gaze.	7	4	15		4	8	2	11
A ameba, em relação ao intestino humano.	13	4	5		12	6	14	4

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku http://bit.ly/3E4bGvm

Nível Fácil

3	6				4			8
	1			7	8		3	9
		8	3			7		
1	8					3		
	4						1	
		2					8	5
		1			9	6		
7	5		2	6			4	
8			5				7	1

SOLUÇÕES

Virar 'unicórnio' neste ano ficou mais difícil, mas mercado de inovação encontra companhias promissoras

As startups para ficar de olho em 2023

BRUNA ARIMATHEA
GUILHERME GUERRA

A euforia no mercado de tecnologia não é mais a mesma de anos atrás. Agora, com a alta global dos juros e investidores mais cautelosos, as startups levantam menos rodadas de investimento, o que desacelera o ritmo de crescimento dessas empresas de tecnologia. Na etapa final desse processo de maturação, surgem menos "unicórnios", as empresas do ramo avaliadas em US$ 1 bilhão e que, como principal característica, são negócios em rápida expansão.

Mesmo em meio a essa desaceleração, o mercado de inovação continua operando no Brasil com setores que navegam contra a crise. Segundo estudo "Corrida dos Unicórnios 2023", a ser lançado hoje pela empresa de inovação Distrito (e obtido antecipadamente pelo **Estadão**), há ao menos dez startups de diversos setores que podem entrar no clube dos unicórnios no País.

Finanças, educação e alimentação continuam como algumas das áreas tidas como quentes pelo mercado. Os nomes desse setor apontados pelo material da Distrito incluem startups dedicadas a prover uma conta digital e cartão para pessoas jurídicas, como a Cora, ou de gestão empresarial, como a Omie; de aulas de programação à distância, como a Alure; e de compra de vinhos por comércio eletrônico, a Evino.

Há também algumas categorias que passaram debaixo do radar nos últimos anos. Em 2023, despontaram companhias das áreas de energia e de recursos humanos, como a Solfácil, dedicada a soluções de energia solar, como financiamento e marketplace de painéis fotovoltaicos; e a Flash, de benefícios corporativos flexíveis, com gerenciamento de alimentação, combustível e cultura em um único cartão.

GUIA. Esta é a 5.ª edição da "Corrida dos Unicórnios". Neste ano, o material conta com sete nomes inéditos, isto é, que não apareceram no levantamento em anos anteriores – as veteranas são Petlove (de produtos para pets), Omie e Cora.

Nas edições anteriores, a Distrito antecipou alguns dos nomes que entrariam para o clube bilionário nos meses seguintes: Neon, Olist e Frete.com.

Nesse sentido, o material funciona menos como um catálogo de previsões e mais como radar para agentes do mercado, incluindo as empresas tradicionais interessadas em inovação. É uma forma de perceber quais setores estarão em alta, podendo despontar nos próximos anos.

"Nosso objetivo é dar inteligência para grandes empresas e investidores, retratando o que acontece no ecossistema de inovação do Brasil", conta Eduardo Fuentes, gerente de pesquisas da Distrito e responsável por elaborar o estudo neste ano. "Estamos mostrando para o mercado que temos empresas boas que podem atingir esse patamar bilionário de avaliação no futuro."

Para o estudo, a Distrito analisa dados internos dessas companhias, como volume total de investimento captado, tempo entre rodadas, taxa de crescimento e número de colaboradores, por exemplo. O material levou 40 dias para ser elaborado pela companhia.

CRISE. A ideia de uma nova geração de unicórnios deve ser tratada com cautela. Atingir o status em 2023 deve ser mais difícil em relação a anos anteriores, quando a bonança de liquidez de capital incentivava investidores a desembolsar cheques em startups para acelerar o ritmo de crescimento dessas empresas.

A título de comparação, o ano de 2021 foi o ápice do ecossistema de inovação do Brasil, quando surgiram oito unicórnios no País, alavancados pelo interesse de investidores internacionais e pela digitalização dos mercados promovida pela pandemia. Naquele ano, nomes como Madeira Madeira, Hotmart e Daki entraram para o clube. Já o ano de 2022 começou a ver a virada de humor do mercado, com o nascimento de dois unicórnios no Brasil (Neon e Dock, ambas da área de finanças).

A tendência é que 2023 continue com a maré baixa, já que as perspectivas de melhora dos juros globais continua incerta, o que afeta diretamente o apetite de investidores.

"É um ano desafiador, mas o ecossistema continua funcionando", aponta Fuentes. O pesquisador, porém, concorda que a barra está mais alta neste ano: "Pelo momento do mercado, virar unicórnio é um selo mais difícil de ser alcançado e, por isso, mais valorizado entre os pares. Torna-se mais raro."

Se antes se tratava de um clube para poucos, daqui em diante é algo ainda mais seletivo. ●

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO-7/12/2018

Clube exclusivo
'Unicórnios' são startups com avaliação de mercado superior a US$ 1 bilhão; o Brasil tem 24 dessas companhias 'raras'

"Pelo momento do mercado, virar unicórnio é um selo mais difícil de ser alcançado e, por isso, mais valorizado entre os pares"
Eduardo Fuentes
Gerente de pesquisas da Distrito

Energia, alimentação e pets podem ser os segmentos impactados

A maior parte dos unicórnios nacionais são do setor financeiro. As fintechs continuam no mapa da Distrito, mas novos setores começam a despontar, como energia, alimentação, pets e recursos humanos.

PETS. A área de produtos e serviços para animais de estimação ainda vive o *boom* do crescimento na pandemia, quando o isolamento fez com que a demanda por entregas e atendimento domiciliar crescesse.

Agora, com o mercado consolidado, essas empresas têm o desafio de continuar oferecendo serviços relevantes aos "pais" de pet. Uma das apostas, por exemplo, é a integração de planos de saúde para cães e gatos em assinaturas ofertadas tanto por petshops quanto por grandes empresas.

RH. As startups com soluções voltadas para recursos humanos (*HRTechs*) foram os destaques em um ano de demissões e cheques baixos. Um dos motivos é que o setor é responsável por lidar com processos nas empresas após o corte: direitos rescisórios, novas contratações e até a gestão de departamento pessoal.

O sucesso do setor passa por alguns pontos importantes, todos centrados na experiência da empresa em voltar a atenção para o "material humano". Não à toa, o segmento ocupou o topo do ranking da 100 Open Startups de 2022, que mapeou a atividade de pequenos negócios e premiou startups com mais contratos fechados com grandes companhias no ano.

ENERGIA. As startups do setor de energia (*energytechs*) têm ganhado força no mundo inteiro, com serviços e produtos que trazem maior eficiência e levam economia à conta de luz de todos. Consequentemente, a preocupação com meio ambiente é o maior diferencial dessas companhias, que usam a tecnologia para mitigar as mudanças climáticas. Por conta do potencial de uso de energias renováveis, o Brasil é um dos países onde essas startups investidores do mundo inteiro, o que torna o País estratégico na mudança de matriz energética global.

ALIMENTAÇÃO. O setor de alimentação ganhou um impulso enorme na pandemia, quando entregas de mercado e restaurantes, sacolas de hortifrúti orgânico e atividades contra o desperdício de alimentos passaram a entrar na rotina do cidadão em isolamento so- ➜

Ponto de luz
O Brasil é um dos países onde startups de energia atraem interesse de investidores globais

CANDIDATOS

Conheça as startups apontadas pela Distrito como possíveis 'unicórnios'

STARTUP	alura	CERC	cora	evino	flash	omie	origo energia	petlove	pismo	solfácil
ANO DE FUNDAÇÃO	2013	2015	2019	2013	2018	2013	2010	1999	2016	2018
NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS	1.000	245	500	Indisponível	650	1.700	Indisponível	1.500	450	500
SETOR	Educação	Finanças	Finanças	Alimentação	RH	RH	Energia	Animais	Finanças	Energia
VOLUME TOTAL DE CAPTAÇÃO (EM MILHÕES DE DÓLARES)	Indisponível	117,5	154,4	131,2	132,3	136,7	247,4	222	108	166,5

FONTES: DISTRITO E ESTADÃO / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

REUTERS/GEIRIX-6/8/2016

Unicórnios simbolizam o amadurecimento e o fôlego de startups no mercado

Para virar 'unicórnio', startups precisam de cheques 'gordos'

Atingir a marca de US$ 1 bilhão de avaliação de mercado não é fácil. Prova disso é o pequeno número de "unicórnios" no Brasil: são apenas 24 dessas startups no País, ante as milhares que existem em nosso mercado de inovação. Entrar para esse grupo, no entanto, não é tarefa simples e exige que essas empresas recebam cheques "gordos" (na casa das centenas de milhões de dólares) de investidores. Aqui, a lógica é de longo prazo: o valor da startup é calculado a partir do quanto essa empresa vai crescer nos próximos 5 a 10 anos – o mercado olha para o ritmo de crescimento, que pode ser de dois dígitos porcentuais ao ano.

"Ao se tornar unicórnio, o principal impacto para a startup é conseguir manter a escala de crescimento", afirma Pedro Carneiro, sócio da consultoria ACE. "O status faz com que o mercado inteiro olhe mais atento para essa empresa." ●

→ cial. Com isso, pipocaram diversas *foodtechs*, as startups da área que prometem revolucionar o setor de alimentos.

O Brasil já tem um "unicórnio" na área (o iFood), mas espera-se que mais empresas encham essa lista com a vocação do País no setor de agronegócio e na indústria alimentícia.

EDUCAÇÃO. Startups de educação compõem o maior grupo do Brasil, à frente de fintechs e healthtechs, segundo a Associação Brasileira de Startups (ABStartups). No entanto, nenhuma edtech se tornou unicórnio no País, mesmo com o tema ganhando força desde a digitalização forçada pela pandemia. Espera-se, portanto, que a primeira startup do tipo surja com soluções de ensino à distância ou de gestão de orçamentos escolares.

FINTECH. Um dos queridinhos dos investidores no Brasil, o setor de fintechs, startups de bancos digitais e serviços financeiros, ainda desponta como terreno fértil. Ele é um dos que mais cresce e, em 2022, somou US$ 1,74 bilhão. Dos 24 unicórnios no País, oito fazem parte do mundo das fintechs.

Um dos trunfos da área é o impacto sobre as instituições tradicionais. A chegada de novas tecnologias no segmento fez com que os "bancões" se reinventassem para se manterem competitivos. ● G.G. E B.A.

Visão

Companhias falam sobre o que esperar de 2023

● Alura
A startup de cursos de tecnologia prevê um ano menos agitado, pensando na responsabilidade que é virar unicórnio. "O principal recado, quando se é unicórnio, é a pressão que os investidores farão", diz Paulo Silveira, CEO da Alura.

● Cora
Com serviços financeiros para pequenos negócios, a startup mira a estabilidade para 2023. "Estamos trabalhando com preservação de caixa. Já temos margem positiva por cliente, falta ter escala", diz Igor Senra, CEO da Cora.

● Flash
Conhecida pelo cartão de benefícios corporativos flexíveis, a startup visa a uma operação calma. "Vamos recrutar pessoas com cuidado e investir menos em mídia para não realizar demissões em massa", afirma Ricardo Salem, CEO da Flash.

● Omie
A startup oferece softwares de serviços financeiros via nuvem e, para 2023, a guia é o cuidado no mercado. "O importante é manter o relacionamento com investidores", diz Marcelo Lombardo, CEO da Omie.

● Pismo
A plataforma de meios de pagamentos quer fazer de 2023 um ano estratégico. "Nosso mercado é gigante e acreditamos que vamos continuar crescendo", afirma Ricardo Josua, CEO da Pismo.

● Solfácil
Com produtos de eficiência energética, a startup busca otimizar a operação. "O foco é naquilo que é estratégico, fazer menos coisas, mas com maior eficiência", afirma Fábio Carrara, CEO da Solfácil.

Leandro Karnal

Os jovens de hoje em dia

Todas as gerações da humanidade reclamam dos jovens: "Eles não respeitam mais nada e não estudam como nós fazíamos!" Vão além: "Não haverá futuro com eles!" Você já usou alguma frase similar? Envelheceu!

Questões básicas: a) idealizamos o passado e nós nele (dizendo que "no meu tempo, tudo era melhor"); b) lamentamos nossa submissão a sistemas totalitários na juventude; hoje, quando poderíamos exercer poder, não conseguimos fazê-lo; c) adoraríamos que o mundo se encerrasse conosco; afinal, haveria exercício narcísico mais sofisticado?

Eu tinha de obedecer a muitos, de forma rápida. Pais, professores, pessoas mais velhas: minha posição na pirâmide alimentar do poder era um porão profundo. Houve injustiças e autoritarismos. Quem vê os jovens sem essa noção de hierarquia fica triste e diz: "Então é possível ter vontade antes dos 18 anos?"

"Alguém pode escolher comida? Eu não podia!" – reclama. "Precisei ir a todos os enterros da família. Seria viável dizer não?"

Parece que minhas dores funcionam como as de um calouro humilhado por veteranos: "Está muito ruim agora. Porém, no próximo ano, exercerei meu poder sobre os novatos". A perspectiva de se vingar na próxima geração deveria diminuir a dor.

Nossas críticas são feitas no espelho do que imaginamos que somos e daquilo que os outros podem ser. Nada dizemos, de fato, sobre os jovens. Elaboramos sempre o julgamento do que se imagina que tenha sido a juventude. Dela se extraem as lições necessárias para construir o que seria uma pessoa de caráter. Exemplo biográfico: imerso no ambiente germânico gaúcho, nunca tive dificuldades com chefes autoritários (tive tantos). Vendo hoje a reclamação de alguns jovens professores, com quaisquer críticas, tendo a supor que existe um excesso de sensibilidade e que a atual geração é tomada por um "mi-mi-mi" de hipersensibilidade. Poderiam dizer que, na verdade, eu estou anestesiado para o autoritarismo, em virtude da minha formação. Assim, o problema não estaria no excesso de sensibilidade do jovem professor, mas na couraça do velho.

O ciclo parece eterno. Sofremos na nossa geração. A seguinte aparenta ser mais livre e, como tal, seria mais alienada? O mundo deve ter declinado, porque se perde a juventude? Difícil separar os dias de hoje da presbiopia real.

Não nos preocupemos! Num dia, os tiktokers procriarão. Terão filhos! Envelhecerão.

E... em um fim de tarde, olharão para seus rebentos: "No meu tempo, a gente conseguia ficar olhando um vídeo durante quinze segundos inteiros!"

Não perca a esperança! Vai piorar! ●

LEANDRO KARNAL É HISTORIADOR, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS, AUTOR DE 'A CORAGEM DA ESPERANÇA', ENTRE OUTROS

SEG Pedro Venceslau (quinzenal) e Simão Castro (quinzenal) ● TER. Patrícia Ferraz ● QUA. Leandro Karnal, Roberto DaMatta e Maria Fernanda Rodrigues ● QUI. Luciana Garbin (quinzenal), Patrícia Ferraz ● SEX. Marcelo Rubens Paiva (quinzenal) ● SAB. Sérgio Augusto (quinzenal), Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões (quinzenal) e Daniel Martins de Barros (quinzenal) ● DOM. Leandro Karnal, Sérgio Augusto (Aliás, quinzenal), Milton Hatoum (mensal) e Ignácio de Loyola Brandão (quinzenal)

Polêmica ***Ditadura chilena***

Especialistas forenses concluem que Pablo Neruda morreu envenenado

Informação revelada por sobrinho do poeta chileno sobre sua morte, em 1973, será ainda avaliada por comitê de três países

REPRODUÇÃO

O poeta e sua mulher Matilde, em 1957: amigo do presidente Allende, ele planejava deixar o Chile

Especialistas forenses concluíram que o poeta chileno Pablo Neruda (1904-1973) morreu envenenado há quase 50 anos, disse um membro da família do vencedor do Prêmio Nobel na segunda-feira, 13.

A revelação de Rodolfo Reyes, sobrinho de Neruda, é a última virada em um dos grandes debates do Chile pós-golpe. A posição oficial até aqui sustentada é que Neruda morreu de complicações de câncer de próstata, mas o motorista do poeta argumentou por décadas que ele foi envenenado. Não houve ainda confirmação dos comentários de Reyes por especialistas forenses do Canadá, Dinamarca e Chile, que devem divulgar um relatório sobre o caso nesta quarta-feira.

O anúncio público da descoberta do grupo foi adiado duas vezes este ano – primeiro, devido a problemas de conectividade com a internet de um dos especialistas e depois porque um juiz disse que o painel ainda não havia chegado a um consenso.

Há vários anos, especialistas forenses internacionais rejeitaram a causa oficial da morte como caquexia, ou fraqueza e desgaste do corpo devido a uma doença crônica – neste caso, o câncer. Mas eles disseram também que não haviam determinado o que matou Neruda.

Em entrevista à AP, Reyes afirmou que testes forenses feitos em laboratórios dinamarqueses e canadenses indicaram a presença de "uma grande quantidade de *cloristridium botulinum*, que é incompatível com a vida humana". Essa poderosa toxina pode causar paralisia no sistema nervoso e morte. Reyes revelou a informação pela primeira vez à agência de notícias espanhola EFE na segunda-feira.

TOXINA. Como advogado no processo judicial pela morte de seu tio, Reyes disse que tem acesso ao laudo forense, realizado depois que o mesmo grupo de especialistas disse em 2017 que havia indícios de uma toxina nos ossos e em um molar do falecido poeta. Os testes de laboratório concluíram que a toxina foi administrada enquanto Neruda ainda estava vivo, argumentou Reyes.

Hipótese

Para o motorista Araya, se o poeta não ficasse sozinho no hospital 'não teria sido assassinado'

O relatório será divulgado quase 50 anos após a morte do poeta e membro do Partido Comunista e 12 anos após o início da investigação sobre possível envenenamento. À AP, seu motorista Manuel Araya disse, no início deste mês, confiar em que as descobertas forenses apoiariam sua afirmação de que o poeta morreu após receber "uma injeção no estômago" na clínica onde estava hospitalizado. E explicou ter ouvido essa versão de uma enfermeira.

EXUMADO. O corpo de Neruda foi exumado em 2013, mas os testes não mostraram agentes tóxicos ou veneno em seu corpo. Sua família e o motorista exigiram uma investigação mais aprofundada.

Em 2015, o governo do Chile disse que era "altamente provável que um terceiro" fosse o responsável pela morte de Neruda. O poeta foi enterrado novamente, no ano passado, em sua casa favorita com vista para a costa do Pacífico.

Em 2017, uma equipe de cientistas internacionais determinou que Neruda não morreu de câncer ou desnutrição, rejeitando a causa oficial da morte, mas sem apontar o que o matou. "As conclusões são pela invalidade do atestado de óbito quando se trata de caquexia como causa da morte", disse na época Aurelio Luna, um dos especialistas do painel.

Neruda, um poeta festejado por seus poemas de amor, era amigo do presidente Allende – que preferiu se matar, no palácio presidencial, a se render às tropas do general Pinochet. Traumatizado pelo golpe e pela perseguição e assassinato de seus amigos, planejava ir para o exílio, de onde poderia lutar contra a ditadura. Um dia antes de sua partida, no entanto, ele foi levado de ambulância a uma clínica na capital do Chile, Santiago, onde havia sido tratado de câncer e outras doenças. Morreu oficialmente lá em 23 de setembro de 1973, de causas naturais.

As suspeitas de que a ditadura teve participação na morte permaneceram muito tempo depois de o Chile voltar à democracia em 1990. O então embaixador do México no Chile, Gonzalo Martínez Corbalá, disse à AP em duas ocasiões que viu Neruda um dia antes de sua morte e que devia estar pesando cerca de 100 quilos.

O motorista Araya disse no mês passado à AP que, "se Neruda não tivesse sido deixado sozinho na clínica, eles não o teriam matado". Ele lembrou que, por ordem de Neruda, no domingo, 23 de setembro, ele e a esposa do poeta, Matilde Urrutia, foram à mansão pegar as malas que seriam levadas para o México no dia seguinte. No meio da tarde, Neruda pediu que voltassem rápido. Ele morreu naquela mesma noite. ● AP

QUARTA-FEIRA, 15 DE FEVEREIRO DE 2023 • ANO 41 • Nº 2061 O ESTADO DE S. PAULO

Avaliação

Nova Montana mostra armas para desafiar Oroch e Toro

Maior que a Renault e menor que a Fiat, picape da Chevrolet tem motor 1.2 turbo de 133 cv, boa lista de equipamentos e quatro versões

FOTOS: CHEVROLET

A partir do alto, em sentido horário: versão Premier tem grade e rodas pretas; tela do multimídia é de 8" e caçamba leva 800 l

EUGÊNIO AUGUSTO BRITO
CURITIBA
ESPECIAL PARA O JORNAL DO CARRO

A nova Montana vem sendo revelada a conta-gotas pela GM. A picape, que chega às lojas como parte da linha 2023 da Chevrolet, é bem diferente da geração anterior. O modelo cresceu, tem quatro portas e armas para desafiar a Fiat Toro e a Renault Oroch. A primeira é líder de vendas entre as intermediárias – maiores que as compactas e menores que as médias. São quatro versões, todas com motor 1.2 turbo flexível de até 133 cv e tração dianteira.

As com câmbio manual de seis velocidades, 1.2 turbo e LT, partem de, respectivamente, R$ 116.890 e R$ 121.990. A LTZ, a R$ 134.490, e a Premier, a R$ 140.490 têm o automático, também de seis marchas.

Além da transmissão, muda a lista de equipamentos, conforme a versão. De série, a Montana 2023 vem com rodas de aço de 16 polegadas e sistema multimídia MyLink com tela de 8", serviço OnStar de concierge, que é pago a parte e inclui rastreamento, faróis com acendimento automático, protetor de caçamba e seis air bags, entre outros itens.

A LTZ acrescenta detalhes cromados, partida por botão, chave presencial, sensores de obstáculos na traseira e controlador de velocidade. Na Premier, como a avaliada pelo **Jornal do Carro**, os acabamentos são em tom preto brilhante.

Além disso, há alerta de ponto cego, faróis Full-LEDs, ar-condicionado digital e carregador de celular por indução. Bem como internet nativa, diagnóstico e atualizações de sistemas de forma online.

Ficha técnica

● Chevrolet Montana Premier

Preço sugerido	R$ 140.990
Motor	1.2, 3 cil., 12V, turbo, flex
Potência*	133 cv a 5.500 rpm
Torque*	21,4 mkgf a 2.000 rpm
Tração	Dianteira
Comprimento	4,72 metros
Largura	1,80 metro
Entre-eixos	2,80 metros
Cap. de carga	600 kg

*DADOS COM ETANOL. FONTE: CHEVROLET

Prós & contras

● Consumo
Além do preço competitivo, nova picape tem ampla lista de equipamentos e o consumo de combustível é baixo.

● Caçamba
Com 800 litros na versão de topo, a capacidade da caçamba é menor que a das rivais.

A nova Montana usa a base modular de Onix e Tracker. Segundo a GM, são 4,72 metros de comprimento, 2,8 m de distância entre os eixos e 1,8 m de largura. Na Toro são 4,95 m, 2,98 m e 1,84 m, respectivamente. A Renault tem 4,72 m, 2,83 m e 1,83 m, na mesma ordem.

Além disso, a Montana pesa 1.273 kg com câmbio manual e 1.310 kg com o automático. A caçamba tem 874 litros a 800 l, respectivamente. A explicação é que na Premier há protetor plástico e bordas largas, que se integram à capota marítima. Já os oito ganchos com alturas diferentes facilitam a tarefa de amarrar a carga.

Seja como for, a área de engenharia da GM conseguiu fazer um bom acerto na nova Montana. A picape tem respostas parecidas com as de SUVs graças, em parte, ao peso menor que o das rivais. São 250 kg a menos que a Oroch e 400 kg abaixo da Toro, conforme a versão.

SUSPENSÃO HÍBRIDA. Além disso, a suspensão dianteira é igual à de carros de passeio. Porém, na traseira há uma solução intermediária, com eixo rígido e duplo batente de rigidez variável. Trata-se de uma espécie de sistema híbrido entre o utilizado em automóveis e o de veículos de carga.

Um recurso eletrônico no painel de instrumentos permite indicar o nível de carga transportada. Entretanto, não dá para ajustar a rigidez de molas e amortecedores, por exemplo. Trata-se mais de uma firula.

Frugalidade

Com câmbio automático, nova Montana roda 13,6 km com um litro de gasolina, segundo dados do Inmetro

Afinal, o sistema só mostra qual deve ser a pressão ideal dos pneus. Embora os freios traseiros sejam a tambor, a Chevrolet informa que o sistema tem novo ajuste, também um meio termo entre o de picapes e o de SUVs.

Além disso, a nova Montana é ágil em mudanças de trajetória em vias rápidas e no trânsito pesado. Ela não quicou ao passar em buracos, valetas e lombadas. Porém, a avaliação foi feita com a caçamba vazia.

Rodamos cerca de 240 km em trechos de serra e rodovia, entre Curitiba e Paranaguá, no Paraná. Na estrada, deu para conferir o ajuste "firme" da picape. Em velocidades altas, as respostas da suspensão tiram um pouco da sensação de conforto que marcou o percurso em trechos urbanos. Porém, isso não chega a incomodar.

Os vidros e os painéis de porta filtram bem os ruídos vindos de fora. Mas com o conta-giros acima de 2.100 rpm, a partir de 100 km/h, o barulho do motor invade a cabine. Seja como for, o trem de força parece trabalhar sempre com folga.

Em ultrapassagens e retomadas de velocidade, a sensação de segurança é total. E o conjunto privilegia o consumo de combustível. Segundo o Inmetro, a Montana Premier roda até 9,6 km na estrada com um litro de etanol. Com gasolina, são até 13,6 km/l. ●

VIAGEM FEITA A CONVITE DA CHEVROLET

Apresentação

FOTOS: RAM

Primeira picape elétrica da Ram, 1500 REV chega às lojas em 2024

Picape grande acaba de ser revelada nos EUA; interessados devem fazer cadastro em site, além de pagar depósito de US$ 100

JADY PERONI
ESPECIAL PARA O JORNAL DO CARRO

A Ram 1500 REV, primeira picape 100% elétrica da marca, foi revelada no domingo passado, nos Estados Unidos. Segundo a empresa, que faz parte do Grupo Stellantis, as vendas começam em 2024. Porém, quem se inscrever no site e fizer um depósito de US$ 100, ou pouco mais de R$ 500, garantirá lugar na fila e também terá acesso a eventos e notícias sobre o modelo em primeira mão.

De acordo com a Ram, a 1500 EV faz parte do Dare Forward 2030, o plano da Stellantis para liderar a corrida no desenvolvimento de veículos eletrificados. Aliás, o CEO da marca, Mike Koval Jr., diz que a Ram 1500 REV será a primeira de uma série de soluções eletrificadas da empresa. E que a picape vai superar a concorrência em aspectos muito valorizados pelos clientes. Ele cita a autonomia, o tempo para recarregar as baterias, a capacidade de reboque e de carga útil.

Um protótipo da picape inédita já havia sido apresentada em janeiro com o nome de RAM Revolution Concep na CES, feira de tecnologia em Las Vegas, nos EUA. Os faróis de LEDs, com nova assinatura, por exemplo, foram antecipados no modelo conceitual.

Embora a marca não tenha revelado dados sobre o modelo, algumas informações já são conhecidas. Por exemplo, a nova picape 100% elétrica tem porte similar ao da Ford F-150 Lightning e da Chevrolet Silverado EV. Ou seja, entre 5,8 metros e 6 m de comprimento.

TRAÇÃO 4X4. Além disso, com base no protótipo, dá para supor que a nova picape será feita sobre a plataforma STLA Frame, da Stellantis. Portanto, deverá ter, no mínimo, dois motores elétricos. Ou seja, a tração será nas quatro rodas.

Modelo tem faróis de LEDs com uma nova assinatura; Na cabine, um dos destaques será a tela do multimídia em posição vertical; Desenho das lanternas traseiras é inédito

A Ram também informou que o novo modelo terá sistema de 800 volts. Com isso, poderá utilizar carregadores rápidos de bateria de até 350 kWh, mesma capacidade de carregamento da GMC Hummer EV.

O modelo da marca da GM tem três motores elétricos que geram potência equivalente a mais de 1.000 cv. Outro destaque da Ram 1500 REV deverá ser a autonomia de 500 milhas, ou cerca de 800 km.

Também não ha informações sobre a vinda da Ram elétrica ao Brasil. Até porque os carregadores de 350 kWh são raros mesmo nos EUA.

Atualmente, a marca oferece quatro modelos de picapes no mercado brasileiro. A de entrada é a Classic, com visual antigo e duas versões – Laramie e Laramie Night Edition –, com tabela a partir de R$ 359.990.

Depois, vem a 1500 Rebel, a R$ 456.990. Assim como a Classic, o motor é o 5.7 V8 a gasolina de 400 cv de potência

Acima dela está a 2500, na versão Laramie, também por R$ 456.990. Por fim, a tabela da 3500 parte de R$ 484.990.

Nessas duas o motor é o 6.7 de seis cilindros em linha que gera 375 cv. O que varia é a capacidade de reboque, de 2.500 kg e 3.500 kg, respectivamente.

Porém, estas só podem ser guiadas por motoristas com CNH de categoria "C".●

ANDREW KELLY/REUTERS

Hyundai registra Palisade, mas importador é a Caoa

O Palisade, SUV que leva até oito pessoas, teve vários desenhos registrados pela Hyundai no Instituto Nacional da Propriedade Industrial, o INPI. O curioso é que o direito de vender os importados da Hyundai no País é do Grupo Caoa. A Hyundai Motors Brasil (HMB) pode oferecer carros feitos em Piracicaba (SP), caso do Creta e do HB20. Como o SUV sul-coreano vem sendo visto aqui desde 2019, as chances de venda no País são grandes. ●

● **O HONDA TYPE R VEM AÍ.** Perto da estreia no Brasil, o novo Honda Civic Type R foi flagrado rodando em testes com camuflagem pesada. A previsão é de que o cupê seja lançado ainda no primeiro semestre de 2023, mas a data exata não foi revelada. O esportivo tem uma evolução do motor 2.0 turbo a gasolina, que gera 330 cv de potência e 42,8 mkgf de torque. A tração é na dianteira e o câmbio, manual de seis marchas. Segundo a Honda, a distância entre os eixos cresceu 381 mm, para 2,73 metros e o comprimento total é de 4,6 m.

● **CAPTUR: TEM, MAS ACABOU.** A Renault do Brasil negou o fim da produção do Captur no Paraná. Porém, as concessionárias não aceitam pedidos e, embora o SUV conste no site da marca, não dá para fazer a compra online. Segundo um porta-voz da Renault, a queda na oferta seria resultado da falta de peças, que "continua afetando a produção de alguns modelos". Conforme o porta-voz, "o Captur segue em produção". Ou seja: tem, mas acabou.

● **NOVA CHINESA NA ÁREA.** A Seres anunciou que vai vender SUVs e comerciais leves 100% elétricos no Brasil. Ainda pouco conhecida, a marca foi criada nos Estados Unidos pelas chinesas Sokon e Dongfeng. Porém, em 2021 passou a ser controlada pela também chinesa Huawei, gigante do setor de telecomunicações. Depois disso, a Seres prometeu investir US$ 10 bilhões em pesquisa e desenvolvimento até o fim da década. Inicialmente, a marca vai oferecer no Brasil os SUVs 3 BEV, 5 EVR e 7. Os dois primeiros já podem ser reservados.

● **PEUGEOT E-2008 PARA ASSINAR.** A Peugeot iniciou a oferta do SUV elétrico e-2008 no Brasil por meio da Flua!, empresa de carros por assinatura do Grupo Stellantis, do qual a marca francesa faz parte. Há planos com prazos de 12, 24 e 36 meses e franquias de 500, 1.000, 2.000 e 3.000 km mensais. De acordo com a Peugeot, as mensalidades partem de R$ 5.999, mas, dependendo do tipo de contrato, chegam a R$ 8.599. O SUV (abaixo) tem motor elétrico com potência equivalente a 136 cv e autonomia de 234 km.

PEUGEOT

mobilidade

ESTADÃO

/MobilidadeEstadao /mobilidadeestadao /estadaomobilidade /mobilidadeestadao

Produzido por ESTADÃO BLUE STUDIO

Baú EC31 e furgão EC35 são os primeiros veículos comerciais que a Seres vai oferecer no mercado brasileiro

Seres Brasil começa a vender seus veículos 100% elétricos

Em março, marca chinesa dará início à comercialização no País de seus primeiros quatro modelos movidos a bateria | Pág. 4

Fotos: Divulgação Seres e Getty Images

Confira como ficará o trânsito em SP durante o Carnaval pelo QR Code

Transporte por aplicativo

Regulação profissional dos motoristas entra em discussão. Em São Paulo, eles são responsáveis por cerca de 4 milhões de viagens todos os dias | Pág. 6

Seres 3 é um dos utilitários esportivos 100% elétricos oferecidos pela marca no mercado brasileiro

"Iremos concorrer com modelos da BYD e Jeep Compass"

Cássio Pagliarini, consultor da Seres Brasil, fala dos planos da marca chinesa

MÁRIO SÉRGIO VENDITTI

Acesse o canal Planeta Elétrico e leia a matéria na íntegra

Com bagagem de mais de 35 anos em montadoras como Ford, Hyundai e Renault, o executivo Cássio Pagliarini tem vasto conhecimento das entranhas do mercado automotivo brasileiro. Não à toa foi escalado pela Seres para comandar o início das atividades da marca chinesa no País, não como subsidiária, mas como operação independente, que leva o nome de Seres Brasil e que é acompanhada com especial interesse pelos dirigentes da matriz. Em entrevista ao **Mobilidade**, Pagliarini revela a estratégia comercial da empresa.

Por que a Seres resolveu entrar no mercado brasileiro?

Cássio Pagliarini: A Seres Brasil não é subsidiária. Ela chegou ao País por iniciativa de um grupo nacional – com grande experiência na área automotiva –, que vai importar os automóveis. Na China, a empresa foi criada com capital das marcas Dongfeng e Sokon, e começou a produzir comerciais leves nos Estados Unidos. Aqui, teremos todo o acompanhamento dos executivos da matriz, interessados no potencial do mercado local.

A Seres ainda é uma marca desconhecida no Brasil. Como conquistar a confiança do comprador?

Pagliarini: Só vamos oferecer veículos eletrificados com elevado nível de sofisticação e tecnologia e preços bastante competitivos, justamente para que a marca crie uma imagem forte no País. Para ter ideia do compromisso com a qualidade, em 2018, a empresa de tecnologia Huawei, uma das fornecedoras da Seres, estava tendo problemas com o então presidente Donald Trump, dos Estados Unidos. A Seres voltou para sua base, na China, substituiu alguns componentes e redesenhou o SUV Seres 5 EVR, apresentado no Salão de Bruxelas (Bélgica), em janeiro.

Qual é a expectativa de vendas do primeiro lote que desembarcou no Brasil recentemente?

Pagliarini: Nossos automóveis não terão venda em massa; por isso, não haverá nenhuma avalanche de pedidos. E nem é o nosso propósito. Acreditamos no potencial dos produtos e faremos uma divulgação diferenciada para cada um deles. Nosso carro-chefe é o Seres 5 EVR, que chegou no primeiro lote juntamente com outro SUV elétrico, o Seres 3. As vendas começam em março e eles custam, respectivamente, R$ 440.000 e R$ 240.000. Dois veículos comerciais leves elétricos, o baú EC31 (R$ 239.900) e o furgão de carga EC35 (R$ 229.900), estão em homologação. Nasceram para uso urbano e entregam autonomia de 300 quilômetros.

A demanda por utilitários, no Brasil, cresceu demais, por causa das vendas online. No entanto, as vans são muito pequenas ou muito grandes. O EC31 e o EC35 oferecem a medida certa para transportar as encomendas. Particularmente, acredito que o EC31 terá mais repercussão. Se der tudo certo, venderemos 600 unidades em 2023.

Uma das preocupações do comprador diante de uma marca ainda desconhecida é o pós-venda. Como a Seres Brasil trabalha esse aspecto?

Pagliarini: A assistência técnica ao proprietário será total. Em cada cidade onde o carro for vendido haverá uma oficina homologada, além do estoque de peças central para atender às localidades. Vale lembrar que a manutenção de veículos elétricos é mais simples e a revisão programada de nossos modelos acontece em intervalos de 20 mil quilômetros, e não de 10 mil.

Como vão funcionar as vendas dos carros somente pela internet?

Pagliarini: Elas acontecerão por meio das plataformas digitais. O interessado entra no site seresmotors.com.br, se cadastra como cliente e faz a reserva do automóvel. Todo o processo é rápido e fácil. É bom dizer, porém, que ele poderá realizar o test drive para conhecer o modelo na prática e que teremos representantes comerciais espalhados pelo Brasil para atender e ajudar o comprador.

Quais são os concorrentes da Seres no Brasil?

Pagliarini: Temos condições de rivalizar com o Jeep Compass híbrido e com os modelos da BYD, pois nossos automóveis são bonitos, tecnológicos, têm acabamento refinado e são gostosos de dirigir.

Ao vender somente veículos elétricos, a Seres demonstra apostar no avanço da mobilidade elétrica no Brasil?

Pagliarini: Nos últimos quatro anos, nenhuma ação foi feita para o avanço da eletromobilidade no País. Para ser bem sincero, vivemos um vácuo de atitudes mais efetivas nessa área. Há muita coisa a ser feita, como melhorar a qualidade dos eletropostos e reduzir o imposto de importação. Para mim, é preciso expandir cada vez mais o conceito da mobilidade urbana.

A Seres no Brasil

INÍCIO DAS ATIVIDADES: 2021

PORTFÓLIO DE VEÍCULOS: EC31, EC35, Seres 3 e Seres 5 EVR

POSTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA: 3

NÚMERO DE COLABORADORES: 10, além de colaboradores de empresas contratadas

Cássio Pagliarini: "Vamos vender veículos eletrificados com elevado nível de sofisticação e tecnologia"

Fotos: Divulgação Seres

FALE CONOSCO ▸ Se você quer comentar, sugerir reportagens ou anunciar produtos ou serviços na área de mobilidade, envie uma mensagem para **mobilidade@estadao.com**

ESTADÃO BLUE STUDIO
Av. Eng. Caetano Álvares, 55, 5º andar, São Paulo-SP CEP 02598-900. projetosespeciais@estadao.com

Diretor de Conteúdo do Mercado Anunciante: **Luis Fernando Bovo** MTB 26.090-SP; Gerente de Conteúdo: **Tatiana Babadobulos**; Gerente de Atendimento e de Gestão de Projetos: **Rita Lisauskas**; Gerente de Client Success: **Nuria Santiago**; Gerente de Estratégias de Conteúdo: **Regina Fogo**; Gerente de Eventos: **Daniela Pierini**; Coordenador de Arte: **Isac Barrios**; Arte: **Robson Mathias**; Especialistas de Conteúdo: **João Prata** e **Renata Mesquita**; Especialista de Pós-Vendas: **Luciana Giamellaro**; Redes Sociais: **Murilo Busolin**; Analista de Conteúdo: **Bárbara Guerra**; Analista de Produto Júnior: **Giuliana Ferrari**; Analistas de Marketing: **Isabella Paiva**, **Amanda Miyagui Fernandez** e **Rafaela Vizoná**; Assistentes de Marketing: **Larissa Castro** e **Giovanna Alves**; Colaboradores: Edição: **Daniela Saragiotto** e **Dante Grecco**; Revisão: **Marta Magnani**; Designer: **Cristiane Pino**

mobilidade
Publicação da S/A O Estado de S. Paulo
Conteúdo produzido pelo Estadão Blue Studio

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio.

Apresentado por

Câmeras e sensores precisam de cuidados?

Itens devem estar em ordem porque são fundamentais para o funcionamento correto dos programas de assistência

Foto: Getty Images

Considerados "olhos adicionais" do motorista, as câmeras, os sensores e as antenas de radar são fundamentais para o bom funcionamento dos programas eletrônicos de assistência presentes em automóveis modernos. Mantê-los em boas condições é uma forma de assegurar eficiência e segurança ao dirigir.

De acordo com Michel Braghetto, gerente de marketing das divisões de sistemas de controle de chassi e de soluções de computação de domínio cruzado da Bosch, apesar de sensíveis, esses itens – em condição normal – não precisam de manutenção especial, mas o ideal é que o proprietário não ignore alguns cuidados.

Os sensores de manobra, por exemplo, estão mais expostos – localizados nos para-choques –, assim, a recomendação é evitar impactos diretos nos leitores. "Já o radar está localizado na dianteira do veículo e, na maioria dos casos, fica atrás do emblema da montadora, na grade do radiador, ou seja, em posição elevada", afirma Braghetto.

Essa posição normalmente é bem protegida. Além disso, a antena do radar está recuada em relação à grade, ou seja, mesmo no caso de pequenos impactos, o sensor não deve ser atingido.

Limpeza para manter a visibilidade

Sujeira pode prejudicar os sensores usados pelos sistemas eletrônicos? De acordo com Braghetto, isso dependerá da quantidade: "No caso de água, insetos ou outros detritos, não há problema, isso não afeta o funcionamento do equipamento".

Já em uma situação extrema, na qual o motorista tenha trafegado em uma estrada de terra e isso provoque um acúmulo de lama na região da grade, pode ser que surja alguma interferência na leitura do radar.

"Nesse caso, o próprio sistema vai acusar e alertar o motorista por meio de um aviso no quadro de instrumentos, de que não está funcionando corretamente ou que está indisponível", explica Michel Braghetto.

Se isso ocorrer, será preciso encaminhar o automóvel a uma concessionária ou oficina autorizada para averiguar. "Mas esse tipo de ocorrência é bem raro, pois o radar já é posicionado para evitar que coisas assim aconteçam", afirma o executivo da Bosch.

Já a câmera fica localizada no alto do para-brisa, na parte interna, junto ao retrovisor. Como qualquer instrumento óptico, ela depende da lente para funcionar corretamente. Se o vidro estiver sujo, os sistemas que dependem da câmera não vão conseguir operar, e será preciso fazer a limpeza.

"Por esse motivo, as montadoras sempre instalam a câmera em um local que seja coberto pelo limpador de para-brisa, a fim de permitir que a lente esteja sempre livre de sujeira", diz Braghetto.

No caso de um impacto com uma pedra ou outro objeto que danifique o para-brisa, isso pode prejudicar o funcionamento da câmera, e será preciso substituir o vidro, tomando cuidado, já que a câmera está colada na parte interna dele.

"Nessa situação, será preciso ajustar novamente a câmera ao instalar o novo para-brisa. Mas a concessionária tem pessoal treinado para realizar esse procedimento, assim como calibrar o sistema para que ele siga funcionando corretamente."

Confira outras dicas de manutenção e cuidados com o seu veículo

Regulação da atividade de motorista em debate

Em meio à polêmica, condições de trabalho dos profissionais e responsabilidades das empresas começam a ser discutidas

DANIELA SARAGIOTTO

Confira a matéria na íntegra no portal:

A discussão sobre a regulamentação do trabalho dos motoristas por aplicativo, uma das promessas de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), esquentou neste início do ano. No último dia 6 de fevereiro, Luiz Marinho, ministro do Trabalho e Emprego, sugeriu, em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, a criação de um novo aplicativo de transporte, caso as empresas atuais que operam o serviço decidam deixar o País como reação a uma futura legislação trabalhista proposta para o setor pelo novo governo.

"Posso chamar os Correios, que é uma empresa de logística, e dizer para criar um aplicativo e substituir. Aplicativo se tem aos montes no mercado. Não queremos regular lá no mínimo detalhe", disse Marinho, na entrevista. A fala se deu duas semanas após o encontro de diversos profissionais e sindicatos do segmento de transporte por apps, como motoristas e entregadores, com representantes do governo, entre eles o próprio ministro Marinho, que aconteceu em 18 de janeiro, em Brasília (DF).

Para Leandro da Cruz Medeiros, presidente do Sindicato dos Trabalhadores com Aplicativos de Transportes Terrestres do Estado de São Paulo (Stattesp) e um dos participantes do encontro, a declaração do ministro surpreendeu.

"Nós sempre vamos defender qualquer tipo de medida que ajude o trabalhador. Mas entendemos que é bem mais simples atuarmos com uma estrutura que já está montada e ajustar as questões de proteção e respaldo aos motoristas. Acredito que, no final das contas, foi muito mais um recado para que as empresas tenham responsabilidade com essas pessoas", diz.

Para Medeiros, que também é presidente da Federação Nacional dos Sindicatos dos Motoristas de Aplicativo do Brasil (Fenasmapp), uma regulamentação pode beneficiar todos os envolvidos.

"Do lado dos profissionais, o que se reivindica não é nenhum modelo 'tradicional' de regime CLT. Mas uma nova forma, que considere a flexibilidade de horário e os direitos trabalhistas, como seguridade social, férias, 13º salário, assistência médica e seguro de vida. Isso evitaria processos contra as empresas, que não resolvem a questão e são cada vez mais frequentes", afirma.

4 MILHÕES DE VIAGENS DIÁRIAS

A questão é complexa e, pela sua natureza, não envolve apenas motoristas e empresas. Desde 2014, quando o primeiro app começou a funcionar no Brasil, eles mudaram a forma como uma parte da população passou a se deslocar. A ponto de, ao longo do anos, muitas pessoas abrirem mão, inclusive, de ter automóvel próprio. Além disso, os carros de aplicativos chegam a locais periféricos, aonde o sistema de transporte público, muitas vezes, não consegue atender, atuam cada vez mais fazendo uma "integração" com o transporte coletivo, na primeira ou última parte do trajeto, e se revelaram fundamentais durante a pandemia de covid-19.

Estima-se que, atualmente, cerca de 4 milhões de corridas são realizadas por dia, na capital paulista. "Não acredito que os aplicativos saiam do País", diz Medeiros. "Esse serviço tem se mostrado cada vez mais importante e já faz parte da vida das pessoas."

Altas tarifas cobradas pelas plataformas e aumento no preço dos combustíveis têm feito muitos profissionais abandonarem a profissão, o que impacta a qualidade do serviço oferecido à população. São comuns relatos de cancelamentos das viagens, bem como demora para conseguir um carro.

Mesmo assim, os cerca de 1,5 milhão de motoristas de apps, segundo dados da Fenasmapp, trabalham entre 12 e 16 horas por dia, seis dias por semana, em média (*saiba mais no quadro abaixo*). "Esses profissionais saem de suas casas sem nenhuma garantia de que vão voltar vivos para suas famílias no final do dia. Isso precisa mudar e vejo que o momento é oportuno", completa.

Após o encontro realizado em janeiro, em Brasília, o governo determinou a criação de um grupo de trabalho para debater o tema. Medeiros explica que o sindicato tem até 17 de fevereiro para enviar informações e aferições do setor. Após 90 dias, sairão as definições da regulamentação.

Para Cristina Albuquerque, gerente de mobilidade urbana do WRI Brasil, os apps de transporte vieram trazer uma solução que a população estava precisando, com disponibilidade de informação e facilidade de serviço. "Mas eles precisam ser complementares à rede tradicional de mobilidade, e não competir com ela, o que a degrada ainda mais. É fundamental também que ofereçam boas condições de trabalho aos profissionais", afirma.

O que dizem as empresas

O Mobilidade ouviu as duas maiores empresas que atuam no segmento: 99 e Uber. A 99 informou, por meio da Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec), por nota, que: "As empresas associadas apoiam uma regulação do trabalho em plataformas de mobilidade urbana e entregas que busque melhorar a proteção social dos profissionais e garantir a segurança jurídica da atividade. As associadas colocam-se à disposição do governo para colaborar nas discussões e defendem que o debate tenha como premissas a flexibilidade e a autonomia que caracterizam as novas relações de trabalho intermediadas por aplicativos, apoiadas pela maioria dos trabalhadores, conforme apontado em diversas pesquisas".

Também por nota, a Uber informou que "defende publicamente, desde 2021, a inclusão dos trabalhadores por aplicativo na Previdência Social, com as plataformas pagando parte das contribuições de forma a reduzir o valor a ser desembolsado pelos parceiros. É fundamental que essa integração previdenciária seja feita com base em um modelo mais vantajoso para motoristas e entregadores do que as opções atuais, consideradas muito caras e burocráticas por grande parte deles".

PERFIL DOS MOTORISTAS DE APLICATIVO

- 1,5 milhão de trabalhadores no País
- 600.000 deles atuam no Estado de São Paulo
- Homens: 90%
- Mulheres: 10%
- Faixa etária: entre 25 e 60 anos
- Idade média: 40 anos
- Viagens diárias: entre 15 e 30
- Jornada de trabalho: de 12 a 16 horas por dia, 6 dias por semana
- Faturamento bruto mensal: cerca de R$ 6.000
- Faturamento líquido mensal: de R$ 2.000 a R$ 3.500

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores com Aplicativos de Transportes Terrestres de SP (Stattesp), 2023

Foto: Getty Images

Aplicativos regionais crescem 38%

Em 2022, marcas que atuam em várias cidades do País movimentaram R$ 900 milhões

DANTE GRECCO

Modelo descentralizado permite que boa parte da receita fique nos próprios municípios

Leia a matéria na íntegra no portal:

Além das gigantes que operam o serviço de transporte por aplicativo, há, pelo País afora, milhares de outras startups que, nos últimos anos, passaram a oferecer essa modalidade à população de inúmeras cidades loalizadas no interior do País.

Como revela um recente levantamento realizado pela Gaudium, startup focada nos mercados de mobilidade e logística, os chamados aplicativos de transporte locais que funcionam em regiões descentralizadas do Brasil movimentaram mais de R$ 900 milhões em 2022 – o que indica um crescimento de 38%, em relação ao ano anterior.

O estudo foi baseado em dados de aplicativos de transporte que usam a tecnologia da Machine, produto da Gaudium para criação de apps de transportes e entregas, presentes em mais de 1.900 cidades no Brasil.

NECESSIDADES LOCAIS

Embora essas startups apresentem tíquete médio relativamente baixo em relação aos valores cobrados nos grandes centros (*confira no quadro abaixo*), esses apps têm crescido de forma sustentável, pois se adaptaram à realidade e à necessidade de mobilidade de cada município. "Eles estão dominando o mercado da mobilidade no interior do País, principalmente em cidades de pequeno e médio porte", explica Ricardo Góes, sócio executivo da Gaudium.

Pelo fato de serem liderados por empresários locais, eles também são importantes para fazer girar a economia nessas cidades. "O modelo descentralizado propicia que boa parte dos recursos financeiros fique na própria região, já que uma parte do valor da corrida vai para o próprio motorista, e a outra, para uma empresa local. Além dos impostos recolhidos, que também ficam no município", acrescenta Góes.

É evidente que a questão da regulamentação da profissão de motorista de aplicativo também deve impactar essas empresas. De acordo com Ricardo Góes, o atual modelo não está funcionando e precisa passar por uma revisão que busque um maior equilíbrio entre as partes.

"Acredito que as regras definidas pela CLT não são um solução. Para equilibrar esse sistema, é preciso levar em conta outras premissas, como os princípios da economia de serviços compartilhados", avalia o executivo. Para isso, sugere, "deve-se ouvir representantes das grandes e pequenas empresas para encontrar caminhos que atendam aos interesses dos trabalhadores".

APP DOS CORREIOS

Sobre o fato de o ministro ter dito que, caso seja necessário, os Correios poderiam criar um novo aplicativo de transporte para atender a população, talvez a solução não seja tão simples como parece.

"Embora existam apps semelhantes geridos pelo Poder Público, um deles foi criado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, uma empresa como os Correios não tem o mesmo espírito inovador de uma startup", afirma Ricardo Góes. "É provável ainda que esse app se torne carente de inovação, de inteligência artifical, entre outras tecnologias. Eu não acredito que os Correios tenham interesse nesse mercado. Afinal, esse não é o *core business* deles."

Conheça, a seguir, alguns números de 7 apps regionais que funcionam de Norte a Sul do Brasil

URBANO NORTE
- Onde atua: 100 cidades de 13 Estados como Rondônia, Amazonas, Roraima, Pará, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais e Santa Catarina.
- Corridas por mês: 2,5 milhões
- Motoristas cadastrados: 22.000
- Começou a operar em: 2018
- Tíquete médio: N/I
- Quantidade de downloads: N/I

TOINDO
- Onde atua: São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás. Tem como principal polo a região noroeste do Estado de São Paulo. O maior número de corridas se concentra nas regiões de Fernandópolis, Votuporanga e Araçatuba
- Corridas por mês: 83.000
- Motoristas cadastrados: cerca de 900
- Começou a operar em: 2019
- Tíquete médio: R$ 14, que pode ser maior dependendo da região, uma vez que a empresa acompanha de perto os custos do motorista parceiro de cada local
- Downloads e passageiros: cerca de 150.000 passageiros cadastrados
- Média de 3.500 downloads mensais

UBIZ CAR
- Onde atua: 34 cidades dos Estados de Piauí, Ceará, Maranhão, Bahia, Minas Gerais, Tocantins, São Paulo, Rio Grande do Sul e Goiás
- Corridas por mês: 197.000
- Motoristas ativos: 2.503
- Começou a operar em: 2018
- Tíquete médio: R$ 17,81

ROTA 77 DE MOBILIDADE URBANA
- Estados ou cidades onde atua: Nova Mutum e Lucas do Rio Verde (MT), Erechim e Uruguaiana (RS) e Francisco Beltrão (PR)
- Corridas por mês: 128.000
- Motoristas cadastrados: 851
- Começou a operar em: 2019
- Tíquete médio: R$ 14
- Downloads: 98.000

CHOFER 46
- Onde atua: São Miguel do Oeste, Itapoá e Barra Velha (SC) e Curitiba, Francisco Beltrão e Pato Branco (PR)
- Corridas por mês: N/I
- Motoristas cadastrados: N/I
- Começou a operar em: 2019
- Tíquete médio: R$ 19
- Downloads: N/I

XIS PASSAGEIRO
- Onde atua: principais cidades: Araçatuba, Bauru, Sabino, Getulina, Avanhandava, Cafelândia, Guaiçara, Lins, Penápolis e Promissão (SP), Castro e Ponta Grossa (PR), Ananindeua, Belém e Marituba (PA)
- Corridas por mês: 78 mil
- Motoristas ativos: 672
- Começou a operar em: 2019
- Tíquete médio: R$ 13,50
- Downloads: mais de 70.000

CONFIANÇA MOBI
- Onde atua: Cachoeira do Sul e Venâncio Aires (RS)
- Corridas por mês: 50.000
- Motoristas cadastrados: 126
- Começou a operar em: 2020
- Tíquete médio: R$ 12,50
- Downloads: 22.000

N/I: dados não informados

Foto: Getty Images

Produzido por: ESTADÃO BLUE STUDIO

ANDRÉ TURQUETTO
DIRETOR-GERAL DA VELOE

Free flow: passagem livre é o futuro das rodovias no Brasil

Adesão efetiva ao *free flow* depende, em grande parte, da conscientização dos usuários e da criação de incentivos (planos de descontos progressivos, cashback, entre outros) para estimular a adoção desse meio de pagamento

Conheça a opinião dos nossos embaixadores

"No primeiro dia útil de 2023, começou a vigorar a resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) que regulamenta o sistema de livre passagem em rodovias e vias urbanas, o chamado *free flow*. Trata-se de um sistema sem as tradicionais praças de pedágio: o fluxo é livre e o pagamento é proporcional à quantidade de quilômetros rodados. O principal objetivo é cobrar de forma igualitária todos os que utilizam as vias.

A primeira experiência teve início em três pontos da BR-101/RJ (Rodovia Rio-Santos). A Via Dutra prevê o sistema em um trecho paulista, a partir do quarto ano da concessão, renovada no início de 2022. O potencial é enorme, já que, no Brasil, apenas 50% das pessoas realizam pagamentos automáticos.

EXEMPLO CHILENO

O *free flow* nos mostra que criar soluções que permitam uma mobilidade mais fluida e democrática, seja no espaço urbano, seja nas rodovias, passa, necessariamente, pela tecnologia. E essa tecnologia do sistema, que já foi implementada em mais de 20 países, substitui as praças de pedágio tradicionais, combinando recursos de identificação por radiofrequência, com base em antenas, fixadas em pórticos, ao longo das rodovias.

Ao passar por esses pórticos, é feita a identificação e o registro do veículo, além de gerar a tarifa, automaticamente. O pagamento é finalizado quando a fatura chega ao endereço em que a placa do carro está registrada. O Chile, por exemplo, tem quase 20 anos de experiência na operação de rodovias no sistema. No Brasil, há uma série de estudos em andamento, especialmente no Estado de São Paulo.

Do ponto de vista de infraestrutura tecnológica, o modelo homologado para o pedágio *free flow* utiliza, prioritariamente, as tags. Há outras opções, como leitura de placa e solução mobile, mas a tag tem demonstrado ser a mais eficaz. Recentemente, a Associação Brasileira das Empresas de Pagamento Automático para Mobilidade (Abepam) apresentou à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) um amplo estudo com sugestões para a implementação do *free flow* no Brasil, com foco na adoção das tags como o modelo principal. Primeiro, porque já existe um sistema em uso em boa parte das rodovias brasileiras. Além disso, as tags contribuem para a redução do tempo de viagem de veículos leves e pesados porque permitem uma viagem mais fluida, promovem maior justiça tarifária e, por fim, reduzem o custo operacional das rodovias.

MENOR CUSTO

Embora exista certa preocupação com a inadimplência na operação inicial do modelo, dadas às questões comportamentais e culturais – ainda somos um país muito ligado ao pagamento físico do pedágio nas cabines –, a experiência internacional mostra que as vantagens superam os riscos. Em algumas rodovias estrangeiras, pagar a tarifa de pedágio após a viagem pode significar aumento de mais de 100%, em relação ao preço cobrado na modalidade automática, segundo o levantamento da Abepam.

Nos Estados Unidos, por exemplo, a Northwest Parkway cobra de seus usuários até US$ 1,75 adicional pela cobrança posterior, com o aumento indo de 20% a 120%, em relação ao preço inicial. Em algumas rodovias chilenas, como a Ruta 68, os usuários pagam o dobro da tarifa original, independentemente do tipo de veículo ou do horário de passagem. E o pagamento deve ser feito em até 72 horas após a viagem. Ou seja, a pessoa tem de lembrar de realizar o pagamento depois de ter utilizado o serviço e por um curto período de tempo.

É aí que entra a questão cultural: é essencial haver uma conscientização dos brasileiros para essa nova forma de pagamento, com foco na mudança comportamental. Para que a adesão seja efetiva, é fundamental que se criem incentivos (planos de desconto, cashback, entre outros) para estimular a adoção desse meio de pagamento, já que é um modelo que pesa menos no bolso do usuário.

É um processo que envolve estudos de viabilidade tecnológica e operacional nas rodovias, além das questões culturais, como legislação, código de trânsito, identificação do veículo e motorista. Estamos avançando, e a expectativa é de que, nos próximos anos, o *free flow* seja cada vez mais uma realidade no Brasil."

"A EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL MOSTRA QUE AS VANTAGENS SUPERAM OS RISCOS."

Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do **Estadão**.

Fotos: Getty Images e Divulgação Veloe

Eficiência energética na mobilidade

Saiba mais sobre o tema no portal:

De acordo com estudo realizado pelo Ipec (Inteligência em Pesquisa e Consultoria), o antigo Ibope, entre 2018 e 2022, a população do Estado de São Paulo gastou mais de 1h30 para se deslocar na cidade, diariamente. O aumento nos congestionamentos e o uso de veículos de transporte, movidos, majoritariamente, por combustíveis fósseis, podem impactar na qualidade de vida e ameaçar a conservação do meio ambiente.

Esse cenário demonstra que as condições de mobilidade urbana ainda não acompanham, de fato, o crescimento das cidades e de suas populações.

Como iniciativa de mapeamento e análise desse ecossistema, o Mobilidade **Estadão** e a plataforma Connected Smart Cities (CSC) realizarão a segunda edição do levantamento das 100 empresas mais influentes no setor sob o viés da sustentabilidade. Para a construção de cidades mais inteligentes e verdes, podem ser promovidas ações de ESG, de âmbito ambiental, social e de governança, associando-as com soluções inovadoras e tecnológicas. Nesse contexto, o pilar ambiental apresenta-se como estratégico para a concretização de um processo de desenvolvimento sustentável contínuo.

Com base nessas premissas, a comissão de jurados vai analisar práticas de mobilidade em termos de eficiência energética, que inclui o uso de fontes renováveis ambientalmente mais responsáveis (*saiba mais no quadro ao lado*). "O objetivo é avaliar o nível de comprometimento das marcas com o meio ambiente, ou seja, detectar se as empresas estão realizando suas operações com base em políticas realmente sustentáveis", explica o jurado Sérgio Avelleda. O resultado da votação será divulgado, no dia 15 de março, pelo Mobilidade **Estadão**.

ETAPAS PARA A MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL

A mobilidade sustentável pode ser alcançada por meio de um plano de governança ambiental. Dentre as suas etapas, podem ser consideradas:

- **Busca por otimização do tráfego urbano**
- **Estímulo à utilização preferencial de transportes coletivos ecológicos, com zero emissão de carbono**
- **Intensificação do uso de meios alternativos de locomoção não motorizados, como bicicletas, patinetes, e de deslocamentos feitos a pé**
- **Ampliação do uso de aplicativos de transportes de pessoas e materiais, em virtude das vantagens do seu custo/benefício e de sua praticidade**

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio.

Confira 7 tendências para a mobilidade urbana em 2023

Pesquisa aponta que o setor deve crescer 75% até 2030

MARINA OLIVEIRA

Confira a matéria na íntegra no portal:

De acordo com uma pesquisa do Oliver Wyman Forum, até 2030 o setor de mobilidade urbana deve crescer 75%. Ou seja, cerca de US$ 26,6 trilhões, o que representa um quinto da atividade econômica global. O setor também se destaca na busca por inovação e novas tendências.

"Esse desenvolvimento está ligado à utilização de novas tecnologias, à gestão de frotas, integração entre modais, automatização de operações e ao novo comportamento dos passageiros, que agora buscam alternativas inteligentes e sustentáveis para se locomover", afirma Antonio Vieira, CEO da plataforma de aplicativo de transporte Gostei.

"Para alcançar o percentual de desenvolvimento estipulado para 2030, as empresas precisam se manter em movimento e sempre antenadas ao mercado, aos interesses dos passageiros e, também, ao bem-estar e à realidade dos motoristas", acrescenta. Nesse contexto, Vieira traz sete tendências para a mobilidade urbana para este ano.

1 CARTEIRA DIGITAL Há alguns anos, a utilização do dinheiro em papel para pagar corridas de aplicativo caiu drasticamente. Os motoristas se sentem mais seguros quando as corridas são pagas por cartão de débito ou crédito. Por outro lado, os passageiros também optaram por utilizar PIX e carteiras digitais pela praticidade de pedir uma corrida sabendo que ela será debitada automaticamente da sua conta.

Os transportes públicos não ficaram para trás. Por meio de seus próprios bancos digitais e alguns aplicativos específicos, é possível recarregar seu Bilhete Único pelo celular ou com um QR Code. Isso acontece, por exemplo, no aplicativo Top, uma bilheteria digital que permite a compra de passagens de metrô ou trem da CPTM de São Paulo.

2 COMPARTILHAMENTO EM TEMPO REAL Além de ser uma medida de segurança muito utilizada em corridas de aplicativos de mobilidade, especialmente por mulheres, essa função também facilita a localização dos veículos (carros particulares ou transporte público). Isso faz com que o passageiro reduza seu tempo de espera e tenha a opção de se programar e procurar trajetos mais curtos até o seu destino.

Durante a pandemia, o compartilhamento de informações sobre os transportes foi muito utilizado. Por exemplo, as pessoas identificavam o nível de lotação do transporte público, o andamento do trânsito e escolhiam uma rota ou um horário mais vazio para prevenir um possível contato com o vírus.

3 MAIOR CONECTIVIDADE O 5G é uma realidade que vem ganhando espaço e promete se firmar no mercado em 2023. Enquanto o 4G tem um nível de conectividade que permite o encadeamento de até 10 mil dispositivos por quilômetro quadrado, o 5G tem capacidade de suportar até 1 milhão de dispositivos, simultaneamente. A conectividade, em tempo real, desse número exorbitante de aparelhos promete melhorar os fluxos de trânsito, aumentar a velocidade de comunicação entre as centrais de controle dos aplicativos de mobilidade e os motoristas, oferecer rotas com menos engarrafamento e reduzir o tempo das corridas.

4 PARCERIAS ENVOLVENDO SETOR PÚBLICO E PRIVADO O investimento em tecnologias de alinhamento entre os meios de transporte público e privado facilitou a vida de várias pessoas. Procurar o caminho até seu destino no Google e receber diversas possibilidades de rota com a opção de incluir carros particulares de apps durante a pesquisa, completando o trajeto em locais onde passam poucos ônibus, por exemplo, tornou o deslocamento dos passageiros mais acessível, seguro e efetivo.

5 ESG E SUSTENTABILIDADE Com o aumento da conscientização dos passageiros sobre causas sociais e ambientais, eles se tornaram mais exigentes com os serviços que contratam. Para se adequar a essas novas demandas dos clientes, as empresas passaram a se comprometer mais com a ética e a sustentabilidade. Por isso, a abordagem ESG (do inglês, *environmental, social and governance*) ganhou maior relevância em todos os segmentos, e não seria diferente com o setor de mobilidade.

As ações ESG aumentam a eficiência das operações, reduzem os custos, os desperdícios de matéria-prima e garantem o maior aproveitamento dos recursos. Essas práticas potencializam as relações entre as lideranças e os funcionários. Melhoram o ambiente de trabalho e a qualidade de vida de todos, refletindo na reputação e imagem positiva da marca.

6 AUMENTO DE PEDIDOS DELIVERY Desde o início da pandemia, os hábitos de consumo das pessoas mudaram e a busca pela praticidade nunca foi tão importante. Na primeira onda da doença, o delivery passou a ser utilizado como uma alternativa para reduzir os riscos do contato com o vírus de covid-19.

Agora, ele se tornou parte do estilo de vida das pessoas. Por meio de sites e aplicativos, pode-se fazer qualquer pedido por delivery. Tanto comidas de restaurante quanto compras em farmácias, mercados, pet shops e os demais estabelecimentos.

O elevado número de pedidos delivery, porém, provoca o aumento de veículos nas ruas. Sobretudo motos, que são mais utilizadas para esse tipo de entrega por aplicativo.

7 REDUÇÃO NO NÚMERO DE CARROS PRÓPRIOS O aumento nos custos com gasolina, seguros, mecânicos, impostos e despesas gerais, juntamente ao constante crescimento no mercado e no número de apps de locomoção, seu custo/benefício, influenciou diretamente a escolha das gerações mais jovens pelo uso de carros particulares de aplicativos, em vez de investir em um carro próprio. Também tem sido mais comum ver muitas pessoas da geração Z preferindo utilizar bicicletas e patinetes para realizar trajetos mais curtos. Um dos fatores para essa troca foi a extensão das ciclovias nos centros urbanos, o que torna o trajeto nesses meios de transporte mais rápido e seguro para a população.

Desenvolvimento do setor está diretamente ligado à utilização de novas tecnologias

Foto: Getty Images